

**EM TORNO DA REVISTA *JUNGES EUROPA*.
A PROPAGANDA, A CULTURA E A IDEOLOGIA
AO SERVIÇO DAS RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS (1933-1945)**

Cláudia Ninhos

**Dissertação de Mestrado em História,
área de especialização em História Contemporânea**

JUNHO DE 2010

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica dos Professores Doutores Fernando Rosas (Dep.História) e Fernando Clara (Dep. LLC, secção Estudos Alemães).

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, resultado final de dois anos de trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado em História Contemporânea da FCSH-UNL, muito ficou a dever aos sempre pertinentes comentários e críticas dos meus dois orientadores, os Professores Doutores Fernando Clara e Fernando Rosas.

Ao Professor Fernando Rosas agradeço ainda o imediato interesse demonstrado em relação ao tema, a pronta disponibilidade para me orientar e, além disso, os estimulantes seminários por si leccionados, nos quais é sempre possível travar um interessante debate sobre a História de Portugal Contemporâneo.

Ao Professor Fernando Clara, que acompanhou o nascimento e crescimento deste trabalho desde os tempos da licenciatura, devo o interesse pela história das relações luso-alemãs e, sobretudo, o facto de ter ajudado a abrir numa jovem estudante de História “outros horizontes” na leitura do passado, incorporando nessa leitura as vantagens de uma visão transdisciplinar. Para além das sugestões, críticas e comentários científicos, agradeço ainda a ajuda imprescindível na revisão “técnica” do texto.

Aos Professores Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Luís Espinha da Silveira e Maria Inácia Rezola devo as excelentes condições de trabalho, essenciais para terminar esta dissertação atempadamente. À Professora Inácia devo ainda a possibilidade que me deu de consigo colaborar num projecto e, posteriormente, de poder dar continuidade ao trabalho de investigação.

Agradeço, por fim, à minha família, o contributo crucial que tem dado para a prossecução da minha “vida académica”. À minha mãe, creio que estas palavras são pouco para agradecer tudo o que tem feito por mim. À minha tia Rita, a sua incomensurável bondade e generosidade. Ao Carlos, o seu companheirismo.

RESUMO/ABSTRACT

PALAVRAS-CHAVE: História das Relações Luso-alemãs, II Guerra Mundial, Propaganda, *Junges Europa*.

KEYWORDS: History of German-Portuguese Relations, Second World War, Propaganda, *Junges Europa*.

O objectivo deste trabalho é contribuir para um melhor conhecimento da história das Relações luso-alemãs durante a II Guerra Mundial, utilizando como estudo de caso a revista de propaganda *A Jovem Europa*. Analisaremos a relações estabelecidas entre as elites culturais e políticas dos dois países, procurando compreender a forma como a propaganda instrumentalizou a cultura para promover uma aproximação ideológica dos dois regimes, destacando sempre o papel desempenhado pelas instituições culturais alemãs na divulgação da cultura alemã e, sobretudo, da ideologia nazi.

This study aims to contribute to a better understanding of the history of the German-Portuguese Relations during World War II, using the magazine *Junges Europa* as a case study.

We will analyse the relations between the cultural and political elites of both countries, seeking to understand how propaganda instrumentalized culture to promote an ideological approach of the two regimes. In this process, the role played by German cultural institutions was crucial in the dissemination of the German culture and, above all, the Nazi ideology.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO/ABSTRACT	3
ÍNDICE	4
LISTA DE ABREVIATURAS	6
INTRODUÇÃO	7
Exposição do tema e estrutura da dissertação	7
As Relações Luso-Alemãs (1933-1945). Estado da Arte.	10
A PROPAGANDA SOB A ÉGIDE NACIONAL-SOCIALISTA	17
A propaganda nacional-socialista	17
A Propaganda no estrangeiro	21
A PROPAGANDA ALEMÃ EM PORTUGAL: PROPAGANDA, IDEOLOGIA E CULTURA	27
As relações luso-alemãs na cultura e na política (1933-1945). Propaganda e intercâmbio.	27
As Organizações do regime e o Nacional-Socialismo	30
A Cultura e a Universidade como veículos de propaganda	39
A Música, a Ciência e a Arte ao serviço da propaganda	46
À conquista da imprensa portuguesa	49
O papel das instituições alemãs, a pressão sobre as autoridades portuguesas e a sua resposta	53
<i>A JOVEM EUROPA</i>: ESTUDO DE CASO	66
Contextualização	66
	4

Deutschland ordnet Europa neu: A Nova Europa e o europeísmo totalitário.	68
A construção de uma Nova Ordem	68
A Europa como unidade política, cultural e económica? Ou a Europa como Alemanha?	70
Uma Comunidade Económica Europeia	77
Contra a barbárie soviética e pela civilização europeia: a cruzada anti-bolchevique e anti-democrática.	91
Aliança entre o judaísmo, o bolchevismo e democracias e a desculpabilização da Alemanha	94
A colaboração portuguesa na revista A Jovem Europa	96
A elite político-cultural portuguesa face ao europeísmo fascista e ao anti-comunismo	100
O Estado Novo e o Nacional-Socialismo no quadro de uma Europa fascizada	100
O Anti-comunismo	103
A Europa	107
Salazar, a Europa e a «Nova Ordem»	111
CONCLUSÃO	119
FONTES	132
BIBLIOGRAFIA	140
ANEXOS	147

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	<i>Auswärtiges Amt</i>
AE	<i>A Esfera</i>
AEV	Acção Escolar Vanguarda
AHD	Arquivo Histórico Diplomático
AHIC	Arquivo Histórico do Instituto Camões
AHM	Arquivo Histórico Militar
AJE	<i>A Jovem Europa</i>
AO	<i>Auslandsorganisation</i>
AOS	Arquivo Oliveira Salazar
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BNS	Banco Nacional Suíço
BP	Banco de Portugal
DAAD	<i>Deutscher Akademischer Austausch Dienst</i>
DAF	<i>Deutsche Arbeitsfront</i>
DNB	<i>Deutsche Nachrichtenbüro</i>
EAL	Escola Alemã de Lisboa
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
GB	Grã-Bretanha
HJ	<i>Hitlerjugend</i>
INA	Instituto Nacional de Agronomia
INEF	Instituto Nacional de Educação Física
KdF	<i>Kraft durch Freude</i>
LP	Legião Portuguesa
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOP	Ministério das Obras Públicas
MP	Mocidade Portuguesa
NSDAP	<i>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei</i>
PVDE	Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado
SA	<i>Sturm Abteilung</i>
SDN	Sociedade das Nações
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
SS	<i>Schutzstaffel</i>
UC	Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

Exposição do tema e estrutura da dissertação

(...) eis que a paz não pode ser mantida e a Europa mergulha de novo em dolorosa catástrofe. Embora se trate de teatro de guerra longínquo, o facto de irem defrontar-se na luta algumas das maiores nações do nosso continente – nações amigas e uma delas aliada - é suficiente para o grande relevo do acontecimento e para que dele se esperem as mais graves consequências: não só se lhe não pode ficar estranho pelo sentir, como há-de ser impossível evitar as mais duras repercussões na vida de todos os povos. Felizmente, os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade. O Governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da Providência poder manter a paz para o povo português, e espera que nem os interesses do país, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações lhe imponham comprometê-la (Salazar 1943: 173-174).

É desta forma que, poucos dias depois do início da II Guerra Mundial, Salazar declara que pretende deixar o país afastado do conflito, reiterando, uma vez mais, o respeito pela «aliança inglesa». Até ao seu término, em 1945, Portugal conseguirá manter uma “neutralidade” que evoluirá de acordo com o desenrolar da guerra (Rosas 1994), não se envolvendo militarmente no conflito. Salazar, contudo, não conseguiu evitar que as consequências daquela nova guerra fossem sentidas no país. Longe do palco bélico, Portugal assistiu ao desenrolar de uma “guerra” no seio da opinião pública, que muito ficou a dever à actividade propagandística dos dois blocos em confronto.

Os serviços de propaganda alemães, por exemplo, actuaram de forma muito intensa no país, ainda que o jornalista Metzner Leone afirme que existia uma “estranha negligência da propaganda alemã” (Leone 1941: 6). Sendo difundida e organizada, sobretudo, a partir da Legação Alemã de Lisboa, a propaganda encetou uma forte ofensiva sobre a opinião pública portuguesa e nem a própria imprensa do país se coíbia de tomar partido por um dos dois lados. De acordo com Luís Lupi, ainda antes da guerra eclodir, a imprensa estava “cada vez mais sujeita às influências da informação estrangeira” (Lupi 1972: 19). Franco Nogueira refere também que, assim que o conflito teve início, “o escol português” se dividiu imediatamente em dois partidos. As informações da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE) sobre jornalistas e correspondentes estrangeiros fazem alusão à presença de vinte e seis jornalistas e correspondentes alemães em Portugal inscritos no Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) (contra apenas 12 ingleses). No país estavam ainda representadas as agências noticiosas alemãs *Deutsche Nachrichtenbüro* [Agência de

Notícias Alemã] (DNB)¹, a *Europapress* (sediada na Av. Palace, em Lisboa), a *Presse-Hoffmann*, a *Transocean* (na rua Barata Salgueiro) (AOS/CO/IN – 8 C, pasta 10).

Tendo em consideração todas estas premissas iniciais que nos dão conta da presença em força da propaganda alemã, durante a II Guerra Mundial, em território português, procuraremos analisar o seu conteúdo. Dada a limitação de páginas que nos é imposta e a consequente necessidade de delimitar o tema, a principal fonte utilizada será uma das revistas de propaganda, *A Jovem Europa*². Centrando a nossa atenção nos dois temas mais desenvolvidos, a Nova Europa/o europeísmo totalitário e a cruzada anti-bolchevique, tentaremos tecer algumas considerações sobre a concepção de Europa, sobre o discurso europeísta e anti-comunista produzido no contexto nacional-socialista alemão. Procurar-se-á compreender qual a mensagem transmitida pela propaganda alemã e qual o objectivo que subjaz a todo este esforço. Num país onde a questão nacional era crucial, como era a Alemanha, onde essa questão era vista sob um prisma racial, como explicar a necessidade de apostar numa máquina de propaganda que actua, de forma sistemática, no estrangeiro? O objectivo seria pressionar Portugal a entrar na guerra ao lado do Eixo? Interessaria, de facto, à Alemanha nacional-socialista a beligerância do país? Ou estamos na presença de uma propaganda com intuítos que se situam num plano cultural e ideológico, procurando sim uma aproximação entre os dois países através da comunhão de ideais fascistas? Neste caso, porquê manter uma máquina de propaganda centrada na cultura? Para facilitar o papel da diplomacia? Ou para estreitar os laços de afinidade ideológicos? Cultura e ideologia são, sem dúvida, elementos chave para compreender a propaganda alemã, pelo que será também importante analisar a relação entre ambos nesta “época dos fascismos”.

A estruturação do trabalho far-se-á em três grandes temáticas. A primeira parte, versando o tema da propaganda, dividir-se-á em dois subcapítulos. No primeiro será feita uma introdução sobre a importância e modernidade da propaganda desenvolvida na Alemanha

1 Sediada na Rua dos Sapateiros e dirigida por Wilhelm Berner, que era também adido de imprensa, “contribuiu para tornar os dois países reciprocamente conhecidos, pela difusão de notícias jornalísticas alemãs em Portugal e portuguesas na Alemanha” (Strasen/Gândara 1944: 460-461).

2 Obviamente que a necessidade de circunscrever o objecto de estudo, reduzindo a fonte primordial à revista *A Jovem Europa*, não implicou que não tivéssemos recorrido a outras fontes. Foi, obviamente, necessário consultar outras revistas, jornais e livros de propaganda. Em Portugal, o Arquivo Oliveira Salazar (AOS), o Arquivo Histórico-Diplomático do MNE (AHD) e o Arquivo Histórico-Militar (AHM), assim como eventuais informações retiradas dos Boletins diários da censura, foram cruciais para o trabalho, ajudando a compreender a dimensão que a propaganda alemã assumiu no país. Ao nível de bibliotecas, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Hemeroteca Municipal e a biblioteca do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, dispondo de um amplo espólio de livros e revistas/jornais de propaganda, foram também muito importantes. No Institut für Zeitgeschichte de Munique tivemos ainda oportunidade de consultar versões da revista *A Jovem Europa* em diversas línguas.

nacional-socialista, em grande parte orquestrada por Joseph Goebbels. E, posteriormente, abordaremos a especificidade da propaganda alemã em Portugal. Será feita uma breve introdução sobre o relacionamento entre as elites portuguesas e alemãs durante o período em questão, pois parece-nos aliciante o desafio deixado pelo historiador Manuel Loff, que considera ser “enormemente útil um estudo sobre as relações luso-alemãs, ou, mais especificamente, sobre elites sociais e políticas portuguesas e alemãs, no período nazi, ou até só no período da guerra mundial” (Loff 2008: 60). Não será, obviamente, tema para desenvolver no âmbito de uma dissertação de Mestrado, dadas as limitações a que estamos sujeitos. Neste capítulo introdutório procuraremos apenas traçar em linhas gerais o intercâmbio estabelecido entre os dois países a nível institucional e académico. Será, obviamente, uma introdução a um tema que merece um maior aprofundamento. Quem são os “germanófilos”? O que escrevem? Onde escrevem? Por que escrevem? Em que meios circulam? Como se processam as relações luso-alemãs a nível cultural e político? Como é que a propaganda se articulou com o mundo académico? Como é que o intercâmbio foi colocado ao serviço da propaganda alemã? Que importância tiveram as visitas e exposições? Como explicar todo este esforço? Tentando responder a estas questões, procuraremos realçar a importância que a cultura assumiu no âmbito da propaganda alemã. Para a abordagem desta matéria, recorreremos, sobretudo, à leitura da imprensa diária (como, por exemplo, o *Diário da Manhã*, *O Século*, *Revista da MP*, *Avante!*, *A Esfera*, etc.), mas também a fontes arquivísticas.

Este capítulo incidirá ainda na análise das instituições alemãs sediadas em Portugal, procurando descortinar o seu papel enquanto promotoras de uma aproximação entre os dois regimes. Em todo este processo de aproximação e de penetração da propaganda alemã, a actividade desempenhada pelas instituições culturais e pelos seus representantes revelar-se-ia determinante, mostrando-se extremamente activas na divulgação da cultura alemã e da ideologia nazi, sobretudo depois de o Barão Von Hoyningen-Huene assumir a chefia da Legação Alemã.

O segundo capítulo constituirá, no fundo, o tema central desta dissertação. Procederemos à contextualização da revista *A Jovem Europa*, que será a fonte primordial que nos guiará ao longo do trabalho, para determinar quem escreve os artigos, o que escreve e por que motivo os escreve. Depois da contextualização, analisaremos os dois principais temas veiculados na revista em questão: a *Nova Europa*, o europeísmo totalitário e o Anti-bolchevismo, recorrendo também a textos de Walter Funk, de Heinrich Hunke e de Carl Schmitt. Será que existiu, de facto, um europeísmo totalitário? Como conciliar, na ideologia

nacional-socialista, Europeísmo e nacionalismo? Qual a retórica ao nível do imaginário europeu desenvolvida pela propaganda alemã? Que Europa estava a ser forjada na mente dos líderes nazis? Ela assentaria numa base federalista ou numa dominação hegemónica? Que lugar assumiria o Reich alemão nesta *Neuroopa*? Em relação ao tema do anti-bolchevismo, centraremos a análise nas imagens da barbárie soviética e nos argumentos utilizados pelos alemães, apresentando-se como os defensores da civilização europeia, numa perspectiva de instrumentalização da História.

Por fim, depois de analisar o conteúdo e a própria estrutura organizativa da propaganda, procuraremos compreender a posição assumida pelo governo português, assim como a recepção da mensagem pela elite político-cultural do país.

As Relações Luso-Alemãs (1933-1945). Estado da Arte.

O estudo das relações luso-alemãs tem despertado, até ao momento, um fraco interesse entre a historiografia portuguesa. O relacionamento com a «Aliada» Inglaterra e com a vizinha Espanha têm sido os temas mais abordados pelos historiadores, até porque, dada a distância geográfica, o espaço de língua alemã sempre foi bastante lateral no quadro da História de Portugal. E, mesmo quando essa aproximação existiu, a historiografia limitou-se a abordar os casamentos realizados entre casas dinásticas germânicas e portuguesas ou, noutros casos, centrou-se na época dos «Descobrimentos» e nos papéis desempenhados por alemães na “empresa” encetada pelos portugueses.

Por outro lado, e aludindo apenas ao período contemporâneo, podemos afirmar que a história diplomática tem também hegemonizado o campo das relações internacionais, subalternizando o relacionamento cultural. Não nos restam dúvidas que, fora do mundo da diplomacia, existiu uma interacção extremamente intensa e, muitas vezes, mais eficaz. A análise das relações entre Portugal e a Alemanha durante a “época dos fascismos” (Loff 1996) parece-nos, a esse propósito, bastante eloquente.

Tem sido sobretudo em torno das questões do «ouro nazi» e dos refugiados judeus que os historiadores (e só nos últimos anos!) se têm debruçado. Irene Flunser Pimentel tem desenvolvido uma importante investigação sobre os refugiados judeus em Portugal, que resultaria, por exemplo, na publicação do livro *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Em relação a este tema, há ainda que fazer referência à tese apresentada por Ansgar Schäfer (Schäfer 2002) à FCSH-UNL. Outro autor que tem também reflectido sobre esta temática no âmbito de vários Encontros Luso-Alemães é Luís Reis Torgal, que tem escrito interessantes artigos sobre, por exemplo, a “germanofilia” no

Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra (*Vide* Torgal 1993, 1995, 1996 e 2000). A nível económico, João Paulo Avelãs Nunes explorou a questão do volfrâmio na sua dissertação de Doutoramento (Nunes 2005). De entre todos, apenas António Louçã recorreu sistematicamente a fontes alemãs, pois o conhecimento da língua alemã tem constituído um forte entrave para um melhor esclarecimento da questão, conduzindo, conseqüentemente, a uma visão distanciada e parcial.

Na sua tese de mestrado, António Louçã desenvolveu uma rigorosa investigação, que teve como primeiro resultado um documentário intitulado *A Guerra do Ouro*, emitido, em 1997, pela RTP. O autor procurou estudar a colaboração de Portugal com a economia de guerra alemã entre 1940 e 1944, o período durante o qual as relações económicas entre os dois países foram mais intensas. Já António José Telo, outro dos autores que se debruçou sobre esta questão, analisa-a em estreita ligação com as condições da neutralidade portuguesa. O livro *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi* insere-se num âmbito cronológico mais amplo, explora a neutralidade portuguesa, a inserção de Portugal perante a guerra económica, as relações financeiras e o ouro. No estudo empreendido, serve-se de fontes inglesas e garante que elas são correctas e rigorosas, pois a Inglaterra conheceu e acompanhou todos os movimentos do ouro português (Telo 2000: 208) através, por exemplo, dos telegramas trocados entre o Banco Nacional Suíço (BNS) e o Banco de Portugal (BP), onde eram referidas as quantidades de ouro transportadas, as contas movimentadas, as datas, etc. (*ibidem*: 210). A análise é feita sobretudo a partir do ponto de vista dos Aliados, faltando a informação sobre o outro interlocutor. Sem dúvida que, no seu trabalho, o facto de não ter recorrido à documentação alemã e suíça constitui uma lacuna incolmável, levando-o a considerar, por exemplo, que os factores ideológicos não tiveram qualquer importância. Afirmar não detectar, ao longo do conflito, qualquer simpatia pelo Eixo, o que é um argumento bastante questionável. “Havia pois do ponto de vista português um interesse, estratégico, económico e político em manter relações económicas com o Eixo (...) os factores ideológicos e as simpatias pessoais (...) eram em larga medida estranhos a esta equação”, afirma (*ibidem*: 158). António Louçã, recorrendo a documentação alemã e suíça, chega a conclusões muito diferentes. Em relação à exigência formal por parte dos Aliados para um embargo do volfrâmio feita em Março de 1944, Louçã sublinha que Salazar resistiu às pressões e que essa resistência não se deveu às contrapartidas alemãs, que escasseavam cada vez mais. O que estava em jogo era sim “a opção de apoiar uma guerra anti-bolchevique que fez considerar «muito bem empregado o nosso volfrâmio»” (*apud* Louçã, 2000: 75). Salazar resistiu “obstinadamente ao embargo” e não desdenhou “enfrentar certas

ameaças de retorsão económica ou correr riscos de um *putsch* promovido por agentes britânicos” (*ibidem*: 83). Só depois de os Aliados ameaçarem com medidas repressivas é que Salazar aceita proibir as exportações de volfrâmio (*ibidem*: 46).

Quanto ao tema da propaganda, que aqui nos ocupa, António José Telo, recorrendo uma vez mais a fontes do *Foreign Office* e a fontes norte-americanas, escreveu um pequeno livro em que aborda a propaganda alemã e inglesa. O livro é fruto do aprofundamento da tese elaborada no âmbito do doutoramento. O autor confessa que não pretendeu fazer um estudo sobre a propaganda política, mas sim evidenciar a “estrutura das organizações” (Telo 1990: 9) que actuavam em Portugal e a evolução da guerra secreta e da propaganda dos beligerantes, durante a II Guerra Mundial, assim como o impacto que teve no seio da sociedade portuguesa. Na sua opinião, no início do conflito, era sobretudo a propaganda alemã que actuava em Portugal, não passando pelo crivo da censura, “que não lhe presta muita atenção” (*ibidem*: 16). Sendo quantitativa e qualitativamente superior, instalou centros de propaganda regionais à frente dos quais se encontravam funcionários permanentes, muitos deles representantes de firmas comerciais ou engenheiros de minas alemães. O autor considera, apesar de tudo, que, desde o início da guerra, os Aliados granjearam as simpatias dos mais importantes jornais portugueses, obrigando a censura, por intermédio do governo, a fomentar a publicação de notícias e fotografias facultadas pelas agências dos países do Eixo. Depois da queda da França, os países do Eixo protestam junto do MNE contra a posição de certos jornais. À medida que a guerra vira em favor dos Aliados, diminui o número de jornais germanófilos e a própria censura reflecte esta tendência (*ibidem*: 27).

Outra autora que se ocupou do tema da propaganda durante a II Guerra Mundial foi Júlia Leitão de Barros. O objectivo que subjaz à sua dissertação de Mestrado é a compreensão do fenómeno da anglofilia e da germanofilia em Portugal, que, na sua opinião, se encontram conotadas com a neutralidade portuguesa e com a “luta pela conquista da opinião pública” levada a cabo pelos dois lados em conflito (Barros 1989: 93). A autora defende que a estratégia da propaganda alemã, em solo português, consistiu na incidência sobre um grupo muito circunscrito, sobre a elite política, cultural e económica (*ibidem*: 51). A propaganda alemã ter-se-á revestido de uma “penetração em vários departamentos”, usando “a pressão, o suborno, a lisonja” (*ibidem*: 120). Durante todo o conflito, a Alemanha teve sempre na mira a aproximação às elites do regime, servindo-se da seguinte estratégia: a ameaça da queda do regime face à anglofilia de cariz democratizante. Júlia Leitão de Barros acredita que existiu uma anglofilia hegemónica entre a opinião pública, que obrigou a uma

repressão, de forma a alcançar o equilíbrio (*ibidem*: 107). Trataram-se de medidas que ajudaram “a legitimar a convicção da germanofilia do Governo” (*ibidem*:108), pelo que de 1940 até ao Verão de 1941 existiu uma “discreta anglofilia” (*ibidem*: 110). Com a declaração de guerra à URSS e aos EUA, a “inclinação germanófila” ter-se-á tornado marcante (*ibidem*: 113).

Mais recentemente foi defendida, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma dissertação de Mestrado sobre *A propaganda nazi em Portugal durante a II Guerra Mundial* (Tereno 2007: 30). Propondo-se desenvolver, no âmbito do Mestrado em História e Cultura Europeia Contemporâneas, um tema demasiado vasto, o resultado acabaria por ser pouco inovador, apoiando-se mais numa leitura da bibliografia existente que numa leitura exaustiva das fontes. Por outro lado, são ainda várias as imprecisões detectáveis ao longo do trabalho.

A interessante investigação levada a cabo por Manuel Loff trouxe, na nossa opinião, uma nova visão ao panorama da investigação sobre o Estado Novo. Através de uma análise comparativa do Salazarismo e do Franquismo, enquadrando-os na dinâmica e na *Weltanschauung* fascista europeia, questiona as tradicionalmente inquestionadas e inquestionáveis ideias em torno da neutralidade e das posições maioritariamente pró-britânicas de Portugal durante a II Guerra Mundial. Loff critica a metodologia daqueles que procuram estabelecer uma hierarquização entre os regimes alemão, italiano, português ou espanhol, valorizando a “excepcionalidade absoluta do fenómeno nazi” e prestando menos atenção ao “metabolismo mais quotidiano de regimes políticos desta natureza, os quais neste terreno específico têm muito mais em comum do que de distinto” (Loff 2008: 30). Opõe-se ainda à “tese de que não merece a pena procurar na postura salazarista perante a guerra mundial nada que pusesse em questão o esquema formal de uma neutralidade descrita como benévola para com a Grã-Bretanha” (*ibidem*: 46). Na opinião deste historiador (*ibidem*: 61),

a visão preconcebida de um Portugal social, económica e estrategicamente benevolente/neutral para com a aliada inglesa, de um Portugal estrutural e essencialmente atlântico, tendem a fechar portas à investigação que se debruçasse sobre um Portugal oficial, salazarista, mais europeísta, mais interessado no reordenamento da Europa continental, até mesmo naquele que, comprometendo-se profundamente com o destino da rebelião e, depois, do regime franquistas, mostrava uma identidade internacional pouco acorde com os objectivos anteriores.

Fora do âmbito da historiografia portuguesa, foi também só recentemente que este período começou a merecer uma atenção crescente. Veja-se, a título de exemplo, o encontro organizado pelo Departamento de Estudos Germanísticos da Universidade do Minho

(*Zonas de contacto: Estado Novo/III Reich*), que reuniu muitos dos autores atrás referidos. Da autoria de investigadores da área dos Estudos Alemães saíram, em grande medida, os estudos mais inovadores sobre as relações luso-alemãs durante este período. Na sua dissertação de Mestrado, Mário Matos debruçou-se sobre as viagens feitas pela organização alemã *Kraft durch Freude* a Portugal. O autor procurou compreender as imagens que os turistas “terão projectado na opinião pública fascizada do Estado Novo”, para compreender “*se e em* que medida o turismo e a propagandeada [fomentaram a] aproximação entre dois povos” (Matos 1996b: 5). Na sua opinião, o estudo das relações luso-alemãs durante a II Guerra Mundial constitui “um capítulo (negro) da história intercultural até ao momento pouco estudado” (*ibidem*: 4). Por isso, Mário Matos privilegiou como fontes os relatos resultantes das viagens da *KdF* a Portugal, que considera importantes para o domínio da história das mentalidades e ideologias. Na sua opinião, as consequências da utilização das viagens como forma de propaganda, a nível internacional, tiveram um “efeito junto do país visitado, já que as reacções às excursões *KdF* por parte da opinião pública fascizada do Estado Novo foram grosso modo positivas. Os artigos da imprensa portuguesa de então traduzem, por vezes num discurso verdadeiramente apologético, as simpatias pela Alemanha” (*ibidem*: 31-32). Através destas viagens procurava-se “contribuir para uma aproximação dos povos regidos por regimes anti-democráticos e anti-comunistas”, mas também, através da comparação, “intensificar o nacionalismo incondicional que o regime nazi exigia dos alemães” (*ibidem*: 32). Mário Matos acredita que “os cruzeiros *KdF* constituiriam afinal um maior e muito mais significativo contributo para o “entendimento entre os povos”- tratando-se, porventura, apenas de países e povos regidos por sistemas fascistas ou pelo menos fascizantes – do que o que a própria Sociedade das Nações jamais teria conseguido” (*ibidem*: 33).

Outro dos trabalhos a destacar neste contexto foi o desenvolvido por Orlando Grossege. O pequeno artigo apresentado num dos Encontros Luso-Alemães teve o mérito de deitar por terra a tese segundo a qual o intercâmbio entre a Mocidade Portuguesa e a *Hitlerjugend* (Arriaga 1976, Kuin 1993 e Vieira 2008) começou a reduzir-se com o início da II Guerra Mundial, devido à reticência do regime em relação ao Nacional-Socialismo, face à oposição levantada pela Igreja em relação à proximidade da MP com uma organização de carácter pagão e ao afastamento de Nobre Guedes e de Quintino da Costa e a subsequente nomeação de um anglófilo, Marcelo Caetano, para Comissário Nacional. Para Grossege, esta é uma visão incorrecta, pois o intercâmbio continuou mesmo depois do deflagrar da guerra, “mantendo-se a comunicação ao nível especializado e privado” (Grossege 1996:

193). Em Setembro de 1941 Caetano recebia, no Palácio da Independência, dirigentes da *HJ* (Werner Lamann, chefe do serviço de intercâmbio da *HJ* com a MP e Lutz Hasenpflug) (*ibidem*: 190). Orlando Grossegeesse é da opinião que a tese de Kuin sobre o fim das relações entre a MP e a *HJ* com o início da guerra assenta num “fundamento questionável e simplista”, contrapondo-lhe a “tese do *switching* da comunicação ou de uma continuidade, camuflada de remodelação” (*ibidem*: 193). O autor chama a atenção para o facto de a primeira série do *Jornal da MP* não ter sido sequer utilizada como fonte por Lopes Arriaga ou por Simon Kuin. Por isso, acredita que “a colaboração continuou, mantendo-se a comunicação ao nível especializado e privado” (*ibidem*: 193). As notícias sobre o intercâmbio são numerosas e anulam a ideia de um “esfriamento das relações” (*ibidem*: 194). E mesmo quando a imprensa silenciou a cooperação, tal não significa que ela tenha terminado, demonstra apenas “a sua retirada da comunicação social” para “outros níveis da comunicação aparentemente despolitizados, para a comunicação especializada e privada” (*ibidem*: 195). Na sua opinião, desde que o intercâmbio foi encetado que os representantes alemães teriam consciência que a influência deveria ser exercida mais a nível logístico que ideológico-político (*ibidem*: 195).

Através deste breve *Estado da Arte* pudemos ver que as relações luso-alemãs ainda continuam a ser um tema polémico e pouco aprofundado pela historiografia portuguesa e por outras áreas. Os trabalhos existentes resultam sobretudo de comunicações apresentadas em congressos, sendo o tema preterido ao nível de dissertações de Mestrado e de Doutoramento. É que, como foi dito anteriormente, existem vários obstáculos que impedem um aprofundamento do tema.

Esta dissertação não tem, certamente, a ambição de colmatar tais lacunas. Procurámos abordar o tema das relações luso-alemãs num âmbito mais alargado que a tradicional história das relações internacionais, observando, sobretudo, a instrumentalização da cultura e a sua utilização pela propaganda como meio de aproximação de dois países. As conclusões a que chegámos resultam, pois, desta perspectiva que adoptámos.

A PROPAGANDA SOB A ÉGIDE NACIONAL-SOCIALISTA

A PROPAGANDA SOB A ÉGIDE NACIONAL-SOCIALISTA

A propaganda nacional-socialista

“Na propaganda, como no amor, tudo o que seja bem sucedido é admissível”.

(Goebbels *apud* Welch 1993: 20).

A utilização intensa da propaganda enquanto instrumento de inculcação ideológica, dirigido às massas, começou no século XX, sobretudo pelos regimes autoritários implantados no pós- I Guerra Mundial. Neste processo de consolidação da propaganda política, o regime nacional-socialista deu um forte contributo, transformando-a num instrumento poderoso ao serviço do partido e, posteriormente, do Estado. Introduziram novas técnicas e processos. Transformaram a propaganda numa arma para qualquer fim, para invocar o sangue e a raça, para deixar as multidões extasiadas ou para incutir nelas o ódio.

Logo no início da década de trinta, o Partido Nazi começou a desenvolver o recurso aos mais modernos meios de comunicação de massa. Uma das grandes inovações foi a utilização em larga escala de cartazes para difundir a mensagem e a imagem de Hitler. O uso de microfones e altifalantes permitiria, por outro lado, a organização de comícios gigantescos³. Esta presença física, esta onnipresença, era depois reforçada por outros meios como a rádio, a imprensa e o cinema. Na campanha eleitoral de 1932, por exemplo, servindo-se de um avião, Hitler teve a possibilidade de, em poucos dias, visitar 21 cidades alemãs. Fora a primeira vez que um político alemão recorrera a este moderno meio de transporte numa campanha, promovendo-se a sua mediatização através de um jogo cada vez mais complexo. Estes meios asseguravam, pois, que a mensagem do partido era ouvida em todo o país. Através de mensagens simples, claras, os temas variaram entre a conquista do espaço vital, a evocação da grandeza alemã, a ameaça do perigo comunista, os ataques ao capitalismo e aos judeus, entre muitos outros, por meio de uma multiplicidade de canais. Recorreram à Rádio, ao cinema, à imprensa, a cartazes gigantescos, numa óbvia tentativa de influenciar a opinião e o comportamento da sociedade. A propaganda foi, sem dúvida, um importante auxílio para a ascensão e consolidação do III Reich.

³ Só em 1932, Goebbels promoveu a distribuição de 50 mil gramofones.

Em *Mein Kampf*, Hitler dedica dois capítulos ao tema da propaganda, ao longo dos quais tece algumas considerações importantes, que se reflectiram na utilização da propaganda pelo regime nazi. Começa por confessar que, durante a I Guerra Mundial, sempre se interessou pela forma como se fazia propaganda e foi aí que compreendeu que “a aplicação adequada de uma propaganda é uma verdadeira arte” (Hitler 1976: 132). Os ensinamentos advieram, contudo, da propaganda utilizada pelo inimigo. Tantos os Ingleses como os Americanos haviam conseguido mostrar os Alemães como um inimigo feroz, brutal, como verdadeiros bárbaros e Hunos, o que inflamava o ódio contra esse mesmo inimigo (*ibidem*: 136), técnica essa que será, posteriormente, muito usada pela propaganda nacional-socialista, mesmo pela difundida no estrangeiro.

Para Hitler, a propaganda era “um meio”, devendo “ser judiciosamente adaptada ao fim a que se destina” (*ibidem*: 132). Ela deveria ser sempre “dirigida às massas”, directamente “para o coração do povo” (*ibidem*: 135). Hitler acreditava que “o sentimento das grandes massas” era primitivo e que a maioria do povo era de índole feminina, tão acentuada que se deixa guiar, no seu modo de pensar e agir, menos pela reflexão do que pelo sentimento” (*ibidem*: 137). A propaganda “deve ser popular e estabelecer o seu nível espiritual de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante de entre aqueles a quem ela se pretende dirigir”, pelo que defendia que “a sua elevação espiritual deverá ser mantida tanto mais baixa quanto maior for a massa humana que deverá abranger” (*ibidem*: 134-135). A transmissão da ideia seria, assim, “tanto mais fácil quanto mais intensa for a propaganda” (*ibidem*: 430). Para ser eficaz, mais do que converter, deveria confirmar, reforçar crenças e ideias.

Assim que assume o poder, Hitler e os outros dirigentes nacional-socialistas podiam, finalmente, pôr em prática todas estas ideias. Logo a 13 de Março de 1933, menos de dois meses depois da subida ao poder, Goebbels é designado Ministro do Reich para o Esclarecimento Popular e Propaganda (*Reichsminister für Volksaufklärung und Propaganda*). A sua relação com a propaganda não era, de facto, nova. Em 1926, depois de ser nomeado *Gauleiter* de Berlim, começou logo a ocupar-se da organização do partido na capital. Lançou um jornal semanal, *Der Angriff*, utilizado, como o nome indicia, para atacar os opositores políticos e para explorar temas como o anti-semitismo e a fraqueza da República de Weimar, servindo-se dele de forma sistemática e intensa para disseminar temas da propaganda nazi e para projectar o mito do Führer. Goebbels afirmava-se mesmo como um homem da imprensa (*apud* Welch: 136). Em Novembro de 1928 é indicado, por Adolf Hitler, para dirigir a propaganda do partido. Nas suas mãos, tornar-se-ia numa poderosa

arma. “Conheço muito bem o papel importante que a imprensa joga na vida pública nos dias que correm”, afirma num discurso perante representantes da imprensa, em 1933. Considerava-a um “instrumento”, “o sétimo grande poder”, que deveria ser adequado para influenciar e formar a opinião pública, tanto em favor, como contra, qualquer governo (*ibidem*: 137). A função da imprensa não deveria ser apenas a de informar. Ela deveria “instruir” [instructing] (*ibidem*: 138).

A criação do Ministério da Propaganda foi, na opinião de Goebbels, “um acto revolucionário”, o meio de criar uma ligação entre o povo e o governo. O estabelecer dessa ligação deveria ser a tarefa primordial do Ministério por si encabeçado (*ibidem*: 137). A longo termo, o governo deveria ganhar para o seu lado todo o povo, cabendo ao ministério criar as condições para tal (*ibidem*: 137). A causa do movimento fora mobilizar o povo, organizá-lo e conquistá-lo para a ideia da “Revolução Nacional” (*ibidem*: 139), pelo que a propaganda deveria incutir no povo o espírito de unidade nacional, fazer com que todos compreendessem o que o Nacional-Socialismo queria. “O novo ministério não tem outro meio senão colocar a nação, firmemente, atrás da ideia da Revolução Nacional” (*ibidem*: 139-140). O ministério da propaganda deveria conseguir uma “mobilização espiritual da Alemanha” (*ibidem*: 148). Para o ministro, Propaganda e Esclarecimento Popular não eram, contudo, a mesma coisa. Ele entendia o esclarecimento popular como “essencialmente algo passivo”, enquanto a propaganda deveria ser algo “activo”. “A propaganda não é um fim em si própria, é um meio para um fim” (*ibidem*: 139), afirmara Joseph Goebbels, pelo que não seria suficiente “dizer ao povo o que queremos”. Esse “esclarecimento” deveria ser substituído por uma “propaganda activa por parte do governo, uma propaganda que tenha por objectivo ganhar o povo para o seu lado” (*ibidem*: 138).

Para Goebbels, a propaganda era uma “arte”, pelo que havia pré-condições para que o propagandista fosse bem sucedido. O Propagandista deveria ser “o homem com o maior conhecimento sobre almas”, uma vez que não era possível “convencer uma pessoa da necessidade de algo, a não ser que conheça a alma dessa pessoa” (*apud* Welch: 139). Num verdadeiro “manual”, Goebbels dava alguns conselhos sobre uma utilização eficaz da propaganda (*ibidem*: 139-145):

Não é verdade que o propagandista mais não faz que administrar um complexo processo de pensamento de forma rude, num estado bruto, às massas;

O propagandista deve compreender como falar não apenas ao povo na sua totalidade, mas também a sectores da população;

Deveremos ser capazes de falar para diferentes profissões;

O propagandista deverá estar sempre em posição de falar ao povo numa linguagem que ele compreenda;

A essência da propaganda é a simplicidade, força e concentração;

A essência da propaganda é a simplicidade: devemos rejeitar todas as formas de floreado e decoração na explicação ao povo das nossas ideias na sua total primitividade. Mas também devemos martelar estes pensamentos na mente do público com tanta força e ímpeto que, em última análise, até o homem mais humilde na rua saberá do que se trata. A função da propaganda não é dizer tanto quanto possível, mas a arte da propaganda é congregar ideias completamente confusas, complexas e compósitas num único slogan e incuti-lo depois no povo;

Num momento em que se vivia na “idade das demonstrações em larga escala” (*ibidem*: 141), o Ministério da Propaganda integrava vários departamentos, cada qual debruçando-se sobre uma importante área da mobilização de massas (rádio, propaganda, imprensa, cinema, teatro) e todos eles seguindo de perto estas directrizes. Mas não era apenas neste Ministério que a propaganda se concentrava, ela estava repartida por várias instituições. Assim, no final do mês de Setembro de 1933, é também criada a Câmara de Cultura do Reich. Ainda que estando sob a supervisão do Ministro da Propaganda, segundo determinava a lei que a estabeleceu (*Vide* Welch: 155-156), a Câmara de Cultura do Reich englobava as seguintes câmaras: Câmara da Literatura, da Imprensa, da Rádio, do Teatro, da Música, das Artes Criativas. A Arte deveria estar, afinal, ao serviço da «Revolução Nacional» e fortemente controlada pelo aparelho de Estado, até porque, para o Führer, o artista não deveria criar para si próprio, mas sim “para o povo” (*apud* Welch: 174).

No discurso de abertura da Casa da Arte Alemã, em Julho de 1937, Hitler relembra o colapso da Alemanha depois da guerra, um colapso económico e político, que teria sido acompanhado por um declínio cultural. A República de Weimar, ao copiar do Ocidente os seus modelos, teria baralhado o “carácter essencial da cultura” através, por exemplo, da influência dos judeus. Durante esse período teria deixado de existir uma “Arte Alemã”, para existir uma “arte moderna” (impressionismo, futurismo, cubismo, dadaísmo), fazendo da arte “uma experiência internacional”. Para aquela «Nova Alemanha», “a verdadeira arte é a que permanece eterna”, a arte que “não segue a lei ou as modas de estação”. Ela emerge do fundo do “carácter do povo” (*ibidem*: 170). Portanto, o III Reich assistiria, no futuro, a “um renascimento cultural” e a uma “reforma política e económica” (*ibidem*: 172).

O regime nacional-socialista conseguiu, em suma, mobilizar a propaganda e instrumentalizar a cultura de forma nunca antes vista, colocando-a ao serviço dos seus intentos. Mesmo antes da subida ao poder, o Partido Nazi pusera já em marcha uma estratégia de utilização da imprensa ou do recurso à afixação de cartazes e à realização de comícios. Entendida como uma “arte”, acreditavam que a propaganda deveria ser cuidadosamente

adequada ao público a que se destinava. Dirigida sobretudo às massas, considerava-se que a mensagem transmitida deveria ser simples, clara, facilmente perceptível. Deveria confirmar, mais do que converter, utilizando mitos, medos e crenças comumente aceites. Tanto no interior da Alemanha, como no estrangeiro, o Ministério de Goebbels vai lançar uma intensiva campanha de propaganda, com o intuito de transmitir os ideais do Nacional-Socialismo.

A Propaganda no estrangeiro

Para o líder nacional-socialista, a propaganda utilizada no estrangeiro deveria ser muito diferente da “utilizada para consumo interno” (*apud* Trevor-Roper 2000: 421). Na opinião de Zeman, no momento em que a propaganda alemã começou a dar atenção ao estrangeiro, tornou-se mais evidente a forma paroquial do seu pensamento, o nacionalismo e a pobreza ideológica (Zeman 1964: 54). Poderemos certamente questionar os argumentos deste autor, até porque em qualquer um dos regimes fascistas o pensamento, o nacionalismo e a ideologia se caracterizaram por um fechamento paroquial (*Vide*, por exemplo, Trindade 2009). Por outro lado, há que referir que *a propaganda se adaptou ao meio português* e, na maioria das vezes, foi subtilmente utilizada. Por exemplo, o tema do anti-bolchevismo foi largamente utilizado, em detrimento da propaganda contra os judeus, uma vez que tinham a percepção que era muito mais mobilizador para a sociedade portuguesa. Em Portugal, a propaganda alemã seguiria de perto os preceitos defendidos por Hitler e pelo ministro da Propaganda. Tratava-se, sobretudo, de uma propaganda dirigida não para o “coração do povo”, mas para a cabeça das elites e, como havia já teorizado em *Mein Kampf*, “para os intelectuais (...) não se deve tratar de propaganda e sim de instrução científica” (Hitler 1976: 134). Hitler considerava mesmo “uma boa política” que aos estudantes estrangeiros fosse facilitada a obtenção de diplomas em universidades alemãs, uma vez que seria uma forma de tornar estes intelectuais, que “passaram parte da sua juventude” na Alemanha, “amigos para a vida” (*apud* Trevor-Roper 2000: 421). Neste processo, a rede montada pelo Partido Nazi em todo o mundo revelar-se-ia determinante. Depois da subida ao poder, a política externa do Nacional-Socialismo enveredou por dois caminhos:

- pela via tradicional, através de uma diplomacia institucional liderada pelo *Auswärtiges Amt*;
- pela rede montada pelo Partido Nazi fora do Reich, a qual procurou estender a influência da Alemanha;

O livro de Donald McKale dá-nos conta que, ainda no início dos anos 30, se encetou a actividade das organizações do partido nazi no estrangeiro, criadas pelos seus membros. O objectivo seria preparar os alemães que viviam fora das fronteiras para a “Revolução Nacional” que estava a ser preparada na Alemanha e formar uma *Volksgemeinschaft* mundial. As mais precoces relações estabelecidas por membros do partido tiveram lugar na América, na África do Sul e na China. Só na América do Sul existiam cerca de 1.5 milhões de descendentes de alemães e cerca de 180 mil cidadãos alemães. O mesmo autor considera, contudo, que o sucesso foi fraco, pois o intuito de disseminar a ideologia nazi (autoritarismo, anti-semitismo, anti-comunismo e anti-liberalismo) encontrou fortes obstáculos no estrangeiro, com diferentes culturas, sistemas políticos, estilos de vida e valores morais (McKale 1977: IX-X). Considera que esta política falhou (*ibidem*: XI), até porque o partido Nazi foi proibido em muitos países e os seus membros presos.

Por outro lado, existiu uma falta de unidade na política externa alemã (*ibidem*: 3). Semanas depois das eleições de 1930, começou a ser discutida, sob a liderança de um elemento da SA, Willy Groethe, ligado ao comércio de importação e exportação para África, a criação de um departamento (*Auslands-Abteilung*) no seio do *NSDAP*, ao qual competiria a direcção dos membros do partido residentes no estrangeiro (*ibidem*: 18). A *Auslands-Abteilung* acabou por ser criada, englobando departamentos de propaganda, de negócios económicos e de imprensa. Um dos mais importantes era, sem dúvida, o da propaganda, cabendo-lhe garantir o controle da correspondência entre o partido, na Alemanha, e os grupos estrangeiros (*ibidem*: 49).

Os primeiros filiados do partido, fora da Alemanha, reconhecidos pela *Auslands-Abteilung* eram oriundos da Argentina, Brasil (sobre o Brasil *vide* Dietrich 2007) e Paraguai. Em 1932 estavam já criados 150 *Ortsgruppen* [Grupos Locais] e *Stützpunkte* [Bases de apoio], na sua grande maioria com uma dimensão bastante diminuta. Em 1933, o Brasil contava com 348 filiados, o Chile com 189, Espanha com 80 e Portugal com 40 (*ibidem*: 40). Assim que Bohle assume a liderança do departamento, altera o nome para *Auslands-Organization* (AO). A sua estrutura desenvolveu-se, expandiu-se, surgindo novos departamentos: *Personal Amt*, *Inspektionamt*, *Aussenhandelsamt*, *Rechtamt*, *Parteigericht*, *Kulturamt*, *Volkswohlfahrt*, *Rückwandereramt*, *Arbeitsgemeinschaft der deutschen Frauen im Ausland* (*ibidem*: 50). Muitos dos *Landesgruppenleiter* eram homens de negócios, cada um deles era escrupulosamente recrutado por Bohle e confirmado por Hitler. A maioria eram membros da linha dura do partido. Cabia-lhes construir redes, recrutar membros, distribuir propaganda, zelar pela doutrinação

(através da difusão da rádio, de filmes, etc.).⁴ A AO enviava filmes e ondas curtas de rádio, panfletos, brochuras, bandeiras suásticas, que serviam de apoio ao seu trabalho.

Bohle era, na opinião de Zeman, um “administrador eficiente”, alguém com boas relações nos círculos de poder. Mas à medida que a AO cresceu, entrou em conflito com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Zeman 1964: 68). É que as competências ao nível da propaganda estavam, afinal, distribuídas por vários centros de poder. Ou seja, temos várias instituições que trabalhavam no estrangeiro em simultâneo: *Reichswehr*, *Gestapo*, *Aussenpolitische Amt*, *Auslandsorganisation der NSDAP*, *DAF*, *KdF*. Também o Ministério da Propaganda pretendia controlar essa propaganda, entrando na esfera de competências que, até então, era do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O interesse de Goebbels na propaganda no estrangeiro era claramente superior ao de Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros. A 24 de Maio de 1933 teve lugar, na Chancelaria do Reich, uma conferência sobre propaganda no estrangeiro. Nela, Goebbels afirmou desejar a delimitação de tarefas entre o Ministério da Propaganda e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Para o ministro, cabia ao seu ministério exercer influência sobre a opinião pública estrangeira. Para tal, afirmou necessitar de amplos fundos, superiores aos utilizados para a propaganda no interior do Reich. Pretendia enviar adidos para as missões alemãs, cuja relação com as autoridades locais e os representantes oficiais seria similar à dos adidos militares. A Neurath não agradava, obviamente, a tentativa de Goebbels de fazer sobrepor as funções do Ministério da Propaganda às do seu próprio ministério (Zeman 1964: 57), mas o “todo-poderoso” Ministro da Propaganda acabou por levar a melhor. Por decreto de 30 de Junho de 1933, Hitler retirou o controle sobre as notícias e informações no estrangeiro, exposições artísticas, de desporto e cinema, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e transferiu-as para o Ministério da Propaganda. Goebbels conseguia assim, finalmente, retirar ao MNE muitas das suas funções (*ibidem*: 58). No ano seguinte, Ribbentrop substituiria Neurath e assinaria com Goebbels um acordo de cooperação (*ibidem*: 59).

A Propaganda, no exterior, era dirigida pela Secção VII do Ministério da Propaganda. Segundo uma ordem de serviço deste ministério, caberia aos adidos políticos transmitir o juízo e o ambiente geral em cada país em relação à Alemanha e transmitir informações sobre a política interna, social e cultural. Para tal, deveriam centrar-se não apenas na imprensa do país, mas em todos os processos que fossem do interesse do movimento

4 O *Landesgruppenleiter*, em Portugal, era Julius Claussen. Em Angola, essa função cabia a Hans Kisker (*ibidem*: 123).

nacional na Alemanha. Todas as notícias deveriam ser enviadas através do *Auswärtiges Amt* para o Ministério da Propaganda, pelo chefe da missão. Caberia ainda aos adidos estabelecer contactos com aqueles que mostrassem simpatias em relação a Hitler e ao seu regime (*Das braune Netz*: 18).

Segundo directivas ditadas por Goebbels aos seus agentes no estrangeiro e tornadas públicas através de brochuras, o campo de acção para conquistar a opinião pública no estrangeiro era da responsabilidade do seu Ministério e dos seus homens de confiança, que deveriam trabalhar directamente com a imprensa estrangeira, traduzir livros, publicar, de forma imperceptível, artigos de propaganda alemã nessa mesma imprensa, estabelecer relações pessoais com jornalistas, colunistas e proprietários de jornais, de forma a influenciar, através de favores pessoais, a propaganda cultural e de recreio, que serviria os interesses da propaganda política (*ibidem*: 26-27). Os próprios correspondentes da imprensa alemã no estrangeiro estavam, assim, directamente subordinados ao Ministério da Propaganda (*ibidem*: 27).

Num artigo publicado na *Militärwochenblatt*, de 11 de Abril de 1935, intitulado «Propaganda, uma arma de guerra», Goebbels afirmava que a propaganda no estrangeiro deveria ser dirigida, “em primeiro [lugar] aos povos neutrais”. Nestes países, a propaganda deveria “provar o comportamento imoral do lado inimigo” e a cada povo deveria ser aplicada uma determinada forma de propaganda. “Torna-se claro que o desafio de um trabalho bem sucedido consiste num conhecimento fundamentado do povo, sobre o qual a propaganda deve ser estendida” (*apud Das braune Netz*: 24), mas deveria também tomar o pulso à “atitude do respectivo povo em relação às ideias estatais alemãs e às questões racial e de sangue”. A propaganda deveria ser tratada como um “objectivo individual”, ou seja, “uma frase, que se presta especialmente boa para o povo A”, mostrar-se-ia errada para outro povo ou com o efeito contrário (*ibidem*: 24). Walter Funk, secretário de Estado do Ministério da Propaganda, em Setembro de 1933, afirmava que a Secção VII não se reduziria a ser a secção “das mentiras” e da propaganda difamatória no estrangeiro, ou sequer unicamente a canalizar para o estrangeiro “material de esclarecimento” (*Aufklärungsmaterial*), antes deveria tornar compreensível, no estrangeiro, as ideias do Nacional-Socialismo, os pensamentos do Führer, os seus discursos, tendo em grande atenção todas as manifestações de simpatia em relação à Alemanha. Reiterando as ideias de Goebbels, Funk considerava ser importante traduzir para várias línguas brochuras e artigos escritos por escritores e jornalistas, distribuí-los pelas missões, de forma a fazê-las chegar a pessoas que se mostravam, de forma inequívoca, de confiança para a sua divulgação no estrangeiro. Para tal, deveriam manter relações com escritores importantes, que numa postura apartidária, poderiam tornar perceptíveis, em círculos mais amplos, as ideias do

Nacional-Socialismo. A Secção deveria ainda vigiar e seguir de perto o trabalho das organizações alemãs no estrangeiro e, se necessário, intervir de forma a assegurar uma linha de unidade reguladora (*apud Das braune Netz*: 25-26). Fora da Alemanha, era importante reestruturar a *Weltanschauung* destes alemães. Havia, portanto, que os reeducar, que fazer deles verdadeiros arianos.

Na verdade, os propagandistas alemães procuraram utilizar as minorias alemãs no estrangeiro (Zeman 1964: 54), que dispunham de escolas próprias, grupos de desporto, organizações de juventude, câmaras de comércio. Estas minorias facilitavam, sem dúvida, o seu trabalho. Os primeiros grupos nazis no estrangeiro foram formados, por exemplo, entre as comunidades de emigrantes alemães na América do Sul e EUA, organizando-se em *Ortsgruppe*. Organizadas segundo concepções nacional-socialistas e sob o controlo do *NSDAP*, eram um instrumento ao serviço da sua propaganda, embora também levantassem alguns problemas ao nível da organização e da divisão de competências. Para além do problema provocado pelo facto de as agências estatais e do partido, encarregues da propaganda no estrangeiro, entrarem em conflito entre elas, levantava-se o problema de, a par destas, trabalharem inúmeras organizações não oficiais que actuavam de forma desorganizada, algumas das quais já existiam antes de Hitler subir ao poder. Esta situação também se verificou em Portugal, uma vez que existiam várias instituições alemãs, algumas fundadas antes de 1933, que tiveram um papel importante na difusão da propaganda nazi e na aproximação dos dois países.

A PROPAGANDA ALEMÃ EM PORTUGAL: PROPAGANDA IDEOLOGIA E CULTURA

A PROPAGANDA ALEMÃ EM PORTUGAL: PROPAGANDA, IDEOLOGIA E CULTURA

As relações luso-alemãs na cultura e na política (1933-1945).

Propaganda e intercâmbio.

Neste capítulo procuraremos traçar, brevemente, um quadro geral das relações luso-alemãs durante a II Guerra Mundial (1939-1945) e abordar, mais à frente, a forma de actuação da propaganda alemã no país. É necessário, contudo, recuar um pouco mais, até ao início da década de 1930, para compreender que continuidades e que rupturas podem ser detectadas. O objectivo é, em suma, abordar as relações entre estes dois países na sua dimensão política e cultural. Será, portanto, um capítulo introdutório que procurará dar um enquadramento geral sobre o relacionamento entre o regime nacional-socialista e o Estado Novo durante este período.

Frutos de uma mesma época de crise, existem claras afinidades ideológicas entre o Estado Novo e o III Reich. Afinal, foram ambos regimes que se desenvolveram na “época dos fascismos” (Loff 1996), nascidos de uma mesma conjuntura europeia. É conhecida a admiração de Salazar pelo *Duce* italiano, de quem conservava uma fotografia sobre a sua secretária (Anexo 1). No entanto, em relação a Hitler, o presidente do Conselho demonstrou alguma renitência relativamente ao paganismo e aos impulsos imperialistas germânicos. Numa das várias entrevistas, António Ferro interroga Salazar: “Como vê Hitler?” (Ferro 2007: 140). Salazar respondeu da seguinte forma (*ibidem*):

A Europa deve-lhe o grande serviço de ter recuado, com assombrosa energia, e com empolgantes músculos, as fronteiras do comunismo. Receio apenas que ele vá longe demais, no campo económico e social. (...) Mussolini criou, igualmente, como Hitler, uma grande força popular, mas foi talvez mais prudente, mais latino, como é natural na sua obra de renovação (...).

Sem dúvida que Salazar receava os excessos de Hitler, nomeadamente em relação à política externa. Num dos encontros que manteve com Hoyningen-Huene, Teixeira de Sampaio, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não lhe esconde as preocupações do Presidente do Conselho e Ministro dos MNE (durante grande parte do conflito) em relação à política externa alemã. A este propósito, note-se ainda que os encontros entre o embaixador alemão e os dirigentes portugueses eram muito frequentes (Anexo 2). Num documento datado de 1941, o diplomata alemão confessa ter tido “uma amigável conversa de duas horas com Salazar” e que no final da conversa ele lhe terá

pedido que transmitisse a Hitler “saudações calorosas e de admiração” (Louçã 2005b: 80-81).

Do lado de cá dos Pirinéus, o ditador português acompanhava de forma atenta o desenrolar dos acontecimentos internacionais, de acordo com Franco Nogueira, que afirma que Salazar assistia com preocupação ao desenvolvimento da crise na Europa (Nogueira 2000). No mesmo dia em que a Alemanha invade a Polónia, Salazar recebe Hoyningen-Huene, que o questiona sobre a neutralidade portuguesa. O representante alemão terá afirmado a Salazar que “se, no conflito actual com a Polónia, Portugal mantém a sua neutralidade, a Alemanha declara respeitar essa neutralidade e a integridade do território português, tanto o do continente como o das possessões”. Inquiriu ainda Salazar se Portugal teria “algum compromisso em sentido contrário”? (Nogueira 2000: 226). De facto, o ditador não tinha nenhum “compromisso em sentido contrário” e, logo depois de declarada a guerra, envia aos jornais uma nota em que declara a neutralidade portuguesa.

No que concerne, por um lado, às desconfianças de Salazar em relação à política externa alemã e, por outro, à atenção dada ao evoluir dos acontecimentos na Europa, há que referir que a questão colonial desempenhou, ao longo do conflito, e mesmo antes, um importante papel. Em Janeiro de 1942, queixava-se ao Ministro de Portugal em Pretória que a Alemanha nunca definira “inteiramente o seu pensamento relativamente à África, nunca tendo ido além de considerá-la como continente subsidiário da Europa, indispensável à sua vida e equilíbrio”. Acreditava que o objectivo fosse que “a sua hegemonia, se conseguida na Europa, se traduza por domínio ou direcção superior da economia africana incorporada no mesmo sistema” (*apud* MNE 1961-1985 vol. X: 488). No entanto, as desconfianças em relação às ambições alemãs sobre África não remontam apenas ao período da guerra. Numa nota oficiosa publicada nos jornais a 20 de Setembro de 1935 Salazar afirma (Salazar 1945: 82):

de quando em quando há rumores que excitam os ânimos desconfiados (...) Houve boatos a propósito do Pacto dos Quatro e mais recentemente a propósito das negociações de Ribentropp em Londres: ali teria sido a Itália e aqui a Alemanha a pôr o problema das colónias portuguesas. O sr. Mussolini declarou terminantemente não ter qualquer pretensão colonial contra os interesses e direitos portugueses .

Salazar acusa mesmo alguns jornais franceses de porem a circular boatos sobre a pretensa partilha ou venda das colónias portuguesas. Noutra nota oficiosa, datada de 29 de Janeiro de 1937 e publicada nos jornais, Oliveira Salazar indigna-se contra aquilo que ele designa de uma “nova tempestade de boatos” (Salazar 1945: 257) levantados acerca das colónias portuguesas. Desta vez falava-se do arrendamento de Angola à Alemanha por 99 anos. Salazar nega-o peremptoriamente: “Alheios a todos os conluios, não vendemos, não

cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias (...)” (Salazar 1945: 264). Os boatos, para Franco Nogueira, começaram a ser levantados quando Hitler afirmou, no Reichstag, que a Alemanha pretendia discutir a questão colonial. Falou-se ainda da possível venda de territórios ultramarinos portugueses ou até mesmo do arrendamento de Angola como forma de pagamento do material de guerra comprado para o exército português (Nogueira 2000).

A velha questão, que por várias vezes se levantara desde o final do século XIX, estava de novo na ordem do dia. Receava-se que o expansionismo alemão se propagasse a África, pondo em causa a soberania portuguesa sobre algumas das suas colónias. Portugal não podia deixar de ficar alerta. Temia-se que as potências europeias se voltassem a sentar à mesa e decidissem partilhar as colónias de forma a apaziguar o ímpeto expansionista alemão. O próprio chefe da legação alemã tinha noção do quão sensível era esta questão. Quando a *KdF* o sondou sobre a hipótese de os seus navios passarem pelas colónias, Huene expôs logo o seu receio. Ele considerava mesmo que as colónias eram a “única nuvem negra que paira sobre as relações luso-alemãs” (*apud* Matos 1996a: 210) ⁵.

Se havia, por um lado, estas desconfianças, por outro lado verificou-se um intenso intercâmbio entre os dois regimes, sobretudo entre as organizações paramilitares portuguesas e alemãs. A verdade é que, se o ditador português revelava, apesar de tudo, algumas reservas face ao Führer, alguns homens do regime e alguns intelectuais não se coíberam de apoiar e de se entusiasmar fervorosamente face à ascensão do Nacional-Socialismo. Em muitos casos não se tratou de uma mera simpatia pela cultura e pelo rumo político que a Alemanha estava a seguir. Tratou-se antes de um reflexo das afinidades ideológicas existentes e da intensa actividade desenvolvida pela própria propaganda alemã. Assim, depois desta introdução geral, procuraremos responder a duas questões:

- qual a importância do intercâmbio na aproximação político-ideológica dos dois regimes?
- qual o papel desempenhado pelos dirigentes das organizações portuguesas nessa aproximação?

⁵ Num documento enviado por Huene ao Auswärtiges Amt (AA) o diplomata refere que foi contactado pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros a pedido de Salazar a propósito dos preocupantes boatos que surgiram sobre o possível arrendamento de Angola e que lhe pediram uma tomada de posição por parte da Alemanha (Louçã 2005b: 54).

As Organizações do regime e o Nacional-Socialismo

Durante o período entre 1936 e 1939, correspondendo, *grosso modo*, ao desenrolar da Guerra Civil de Espanha, assistiu-se, nas palavras de Fernando Rosas, à época de maior “fascização” do regime, com a criação de organizações paramilitares e de enquadramento da população. Será o período de criação de organizações como a Mocidade Portuguesa (MP) ou a Legião Portuguesa (LP). Durante esses anos inicia-se a aproximação entre as organizações portuguesas e alemãs, fomentada pelas autoridades alemãs, mas também pelos dirigentes portugueses. Multiplicam-se as trocas de delegações e as organizações alemãs servem claramente de paradigma às congéneres portuguesas. Por meio destes contactos, através de artigos que escrevem em jornais e revistas portuguesas, ou de uma intensa propaganda, os dirigentes nazis conseguem fazer penetrar a sua influência, mesmo no núcleo duro do regime português.

O intercâmbio luso-alemão teve início ainda com a Acção Escolar Vanguarda (AEV), a primeira organização paramilitar da juventude (Pinto/Ribeiro 1980). Para a sua revista, *Avante!*, chegaram a escrever delegados do *NSDAP* em Portugal, como Wilhelm Berner, que publicou artigos sobre a *Hitlerjugend* (HJ). A AEV tinha uma clara inspiração nazi-fascista, visível na saudação, nas fardas, bandeiras e estandartes (Anexo 3). Nesses anos, o próprio Ministério da Propaganda alemão fez saber que estava interessado em promover o intercâmbio entre as juventudes alemã e portuguesa. Tanto os diplomatas alemães e os dirigentes nazis, como os próprios dirigentes portugueses, auxiliaram essa aproximação. Em Agosto de 1935, o presidente da AEV, António Almodôvar viaja até à Alemanha, na companhia de Pinto de Lemos, e entra em contacto com a HJ.⁶

Estes contactos intensificar-se-iam ainda mais com a criação da Mocidade Portuguesa. Sob a égide de Eusébio Tamagnini, começou a ser preparada pelo Ministério da Instrução Pública a criação de uma organização de enquadramento da juventude. Tamagnini deixa, contudo, a pasta sem que a organização seja criada. Será já com Carneiro Pacheco, professor de Direito em Coimbra e também em Lisboa, no Ministério da Instrução Pública

⁶ Na viagem feita à Alemanha, teve oportunidade de comprovar, de verificar a importância da obra do III Reich ao nível da organização da juventude. Na sua opinião, a organização da juventude era encarada pelo governo sob quatro aspectos: para revigorar a raça; como formação nacional-socialista do cidadão; para direcção profissional dos futuros trabalhadores; como arma de defesa em situação de emergência. O revigoramento da raça era, para Almodôvar, uma das mais importantes preocupações, difundido através do culto da saúde, da força física, da beleza, pelas excursões, pela vida ao ar livre. A boa impressão que a Alemanha nacional-socialista causou em Almodôvar e a sua adesão aos princípios que guiaram a organização da juventude naquele país, é nitidamente comprovável ao longo do artigo (*Avante!*, Ano II, 3.ª série, n.º 2: 6).

(Janeiro de 1936 - Agosto de 1940) que a Mocidade Portuguesa é criada. A MP teve como primeiro Comissário Francisco José Nobre Guedes. Segundo Joaquim Vieira (Vieira 2008), Nobre Guedes, então Secretário-geral do Ministério da Educação Nacional e director-geral do Ensino Técnico, esteve sempre muito próximo de Carneiro Pacheco e terá sido entre eles que MP foi concretizada. Engenheiro de máquinas, exerceu a sua actividade política durante o Estado Novo (fez, inclusivamente, parte da União Nacional). Enquanto primeiro Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, promoveu o intercâmbio com a *HJ*, deixando por diversas vezes bem vincado o seu desejo de estreitar relações com a congénere nazi, não escondendo o seu fascínio por esta «Nova Alemanha» e pelo seu líder, cujo discurso “simples” e “sincero” elogia sistematicamente. Durante as visitas que fez àquele país, encontrou-se com importantes dirigentes alemães, como Lauterbacher ou Baldur von Schirach. A primeira decisão do comissariado foi, curiosamente, a escolha de 30 indivíduos (alguns filhos seus, um neto de Óscar Carmona, alunos do Colégio Militar, dos Pupilos do Exército e da Casa Pia) para visitarem a Alemanha, no âmbito dos Jogos Olímpicos, tendo sido acompanhados pelo tenente António Quintino da Costa e por Nobre Guedes (Anexo 4). A 14 de Agosto de 1936, durante esta visita, Nobre Guedes chega a proferir um discurso na emissora de Berlim. Depois dos Jogos Olímpicos, uma comitiva da MP fará ainda uma viagem pelo Reich, preparada pelo Ministério da Propaganda, na companhia de elementos da *HJ*. Depois desta visita, o intercâmbio torna-se “constante” e a *HJ* chega a nomear um “dirigente das relações entre a Juventude Alemã e a Mocidade Portuguesa” (Vieira 2008: 98).

Os dirigentes nazis procuraram, por intermédio dos encontros internacionais e de visitas, exercer uma maior influência sobre a MP, com claros intuitos propagandísticos (Anexo 5). Em Novembro de 1936, tem lugar uma sessão de cinema no São Luís, na qual participam filiados da *HJ* e da MP, assim como Nobre Guedes, Claussen (chefe do *NSDAP* em Portugal), Wilhelm Berner, que o antecederá e que na altura era adido da imprensa na Legação Alemã e Graesser (delegado do *NSDAP* em Lisboa e o presidente do Grémio Luso-Alemão). Durante a sessão foram exibidos dois filmes de propaganda facultados pela Legação Alemã e, no intervalo, Nobre Guedes profere um discurso, afirmando pretender fazer da Mocidade uma “escola de virtudes cívicas e morais” (Guedes 1940: 33), sempre empenhada na defesa da pátria. Faz ainda alusão à difícil situação que a Alemanha viveu antes da subida de Hitler ao poder e da forma como “os pequenos alemães (...) apurados e graves” (*ibidem*: 32) encaravam o “espírito nacional” na luta contra os “males do passado” (*ibidem*: 32). O comissário deixa bem clara a admiração que nutre pela organização da

juventude na Alemanha nazi, pela forma patriota com que se colocou ao serviço da nação, e o seu desejo de que esta sirva de exemplo à Mocidade Portuguesa, que estava a ser organizada.

Com o título “Afinidades, sim”, o *Jornal da MP* (Ano I, n.º 7: 1) reiterava que existem afinidades entre as organizações da juventude dos dois países, mas que não se tratava de um decalque. Para Orlando Grossegesse, a presença destes indivíduos, figuras de proa do partido nazi em Lisboa, demonstra a importância do intercâmbio existente (Grossegesse 1996: 189). O objectivo seria, assim, a procura de um modelo para a própria MP. Os alemães chegam a enviar até Portugal instrutores e delegações para participarem em provas de desporto, desfiles, sessões de propaganda ou oferecem ainda equipamento. Em 1937 enviam, por exemplo, quatro aviões sem motor e, em Março de 1938, a MP recebe a visita do Ministro, Hartmann Lauterbacher, enquanto enviado do chefe da «Juventude Alemã». No discurso proferido, Lauterbacher não deixa de sublinhar que a visita excedeu as suas expectativas e que desde há muito que se interessa pelo desenvolvimento político da organização portuguesa. O que mais o impressionou, confessa, foi o facto de a MP ter conseguido criar, tal como a *HJ*, “um tipo de rapaz «suis generis»”. Afirmar ter dito a Nobre Guedes que existiam muitas afinidades entre as duas instituições, que a época das democracias havia terminado e os regimes autoritários tinham “um futuro à sua frente” (*apud Jornal da MP*, Ano I, n.º 12: 3). Caberia às duas organizações educar física e moralmente os jovens, e Lauterbacher acreditava que as relações entre as duas organizações iriam, certamente, estreitar-se ainda mais com a visita de delegações da MP à Alemanha e de filiados da *HJ* a Portugal.

Para além de Lauterbacher, estiveram em Portugal Baldur von Schirach, Hermann Lahman, Karlheinz Richter, George Berger, Joseph Forster, Werner Camann (da secção da *HJ* no estrangeiro), todos eles importantes dirigentes da *HJ*. Durante essas visitas, o Comissariado da Mocidade Portuguesa organiza um diversificado programa de visitas e cerimónias, em honra dos visitantes (Anexo 6). Os representantes alemães chegam a receber os cumprimentos do Ministro da Educação e do Comissário Nacional, mas são também recebidos na Presidência da República e na Presidência do Conselho (Anexos 7 e 8). Visitam vários centros de instrução da Mocidade (como o centro de aviação sem motor, centros de instrução geral, oficinas para planadores, o centro especial de esgrima, um centro extra-escolar), mas também os centros da Mocidade Portuguesa (como o do Liceu Pedro Nunes e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras), promovendo-se também passeios pela região de Lisboa e sessões cinematográficas (Anexo 9). *Estas visitas*

*não passavam, obviamente, despercebidas às instituições alemãs sediadas em Portugal, que aproveitam para promover o relacionamento entre as elites dos dois países, organizando espectáculos e recepções oficiais na Legação (Anexo 10). Por vezes, são as próprias instituições de ensino que promovem o intercâmbio. Em Junho de 1938, a convite do director do Colégio Infante de Sagres, vieram a Portugal cerca de uma quinzena de filiados da HJ, acompanhados por Walter Prinzhorn. Durante a visita, foram acompanhados por Silva Leal, Knapic, Diehman e por Roth, tendo visitado o Liceu Normal de Lisboa. Receberam ainda Ayala Boto (autor da crónica habitual de *A Esfera*, sobre o voo sem motor), professor daquele liceu. A cortesia seria também retribuída, agendando-se a ida de grupos de alunos portugueses para visitar a Alemanha.*

Para Joaquim Vieira, a MP foi “militarista e germanófila” durante o Comissariado de Nobre Guedes e “solidária e neutral” com Marcello Caetano. Este autor considera que o afastamento da Mocidade em relação à HJ será gradual, à medida que se vislumbra a vitória dos Aliados e a organização juvenil no III Reich entra em decadência, face à mobilização de jovens para a *Wehrmacht*. Segundo Simon Kuin (Kuin 1993) o intercâmbio começou a reduzir-se, a partir de 1938/39, face à reticência do regime em relação ao Nacional-Socialismo, e, com o deflagrar do conflito, as relações entre ambas foram cortadas devido ao afastamento de Nobre Guedes e à nomeação de um anglófilo, Marcelo Caetano, para Comissário Nacional, que promoveu a remodelação da organização. Opinião contrária tem Grossegessse, que considera que o intercâmbio continuou. Como ele próprio afirma, a “colaboração continuou, mantendo-se a comunicação ao nível especializado e privado” (Grossegessse 1996: 193). Em Setembro de 1941, por exemplo, Caetano recebia no Palácio da Independência dirigentes da HJ. Em Agosto de 1942, Quintino da Costa foi recebido pelo novo chefe da HJ, que sucedeu a Schirach, permanecendo dois meses na Alemanha com o consentimento dos conselhos directivos da MP, do Instituto para a Alta Cultura e do Instituto Nacional de Educação Física.⁷ Se é certo que o intercâmbio continuou, há que

⁷ No relatório que publicou no Boletim Nacional de Educação Física, refere que foram muito bem recebidos pelos alemães, sendo tratados “como família” (Costa, 1943: 6), o que se deveu ao apreço pela figura e pela política de Salazar. Nos dois meses que permaneceram na Alemanha, foi-lhes mostrado tudo o que quiseram ver. Ao longo do texto, defende de forma convicta o intercâmbio da MP com outras juventudes. Considera que o futuro de qualquer povo está dependente da juventude, pelo que esta deve ser educada para esses deveres. Confessa ter ficado impressionado com a organização da juventude alemã, uma vez que todos os jovens, no “período mais delicado da sua existência”, entre os 10 e os 18 anos, pertenciam à HJ. A juventude deveria ser, na sua opinião, auxiliada no seu desenvolvimento, pois fora do enquadramento proporcionado por estas organizações, os jovens correriam riscos, sobretudo o do egoísmo. Nas organizações, os jovens educavam-se mutuamente e reviam-se no chefe. O caso alemão, onde o Estado determinou a obrigatoriedade de os jovens integrarem as organizações do regime, deveria

referir que houve a intenção, da parte de Caetano, de o tornar menos visível do que havia sido com Nobre Guedes, transferindo-o, para utilizar as palavras de Orlando Grossegees, para um “nível especializado e privado”.

Esta forte influência alemã não se restringiu, contudo, à MP, abrangendo também a LP (Rodrigues 1996), a FNAT (Valente 1999) ou o Instituto para a Alta Cultura. Na *Deutsche Allgemeine Zeitung* refere-se que “numerosos portugueses visitaram a Nova Alemanha: rapazes e raparigas da «Mocidade Portuguesa», membros da «Legião Portuguesa», colaboradores importantes do chefe de governo, para estudar as instalações da educação nacional alemã” (*apud Jornal da MP*, Ano I, n.º 24: 2). Segundo Luís Cabral de Moncada, “a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935), a Mocidade e Legião Portuguesa (1936), [eram] réplicas inocentes da *Kraft durch Freude* e da *Hitlerjugend*” (Moncada 1992: 82). Também Gustavo Cordeiro Ramos estabelece um paralelismo entre as organizações alemãs e portuguesas (Ramos, s.d.: 91).

No final de Outubro de 1936, Huene dá conta ao AA que João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), nomeado pelo governo para dirigir a Legião Portuguesa, pediu à Legação Alemã informações sobre a SA e a SS, de modo a que a LP seguisse esse modelo (Louça 2005b: 51). *Para Huene, era importante que Portugal tivesse como paradigma as organizações alemãs, para que o Nacional-Socialismo pudesse ser melhor compreendido.* Esta orientação foi, por isso, entusiasticamente recebida pelo diplomata alemão que, em ofício dirigido ao AA, afirmava ser de todo o “interesse que Portugal proceda também nesta organização segundo o nosso modelo, porque é de esperar que daí resultem novos avanços em promover a compreensão pela Alemanha nacional-socialista” (*ibidem*).

Em relação à FNAT, o próprio Gustavo Cordeiro Ramos considerava que “a organização alemã *Kraft durch Freude*, na essência e no objectivo, é análoga à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho” (Ramos s.d.: 51). Os trabalhos de Mário Matos (Matos 1996a e 1996b) não deixam margem para dúvidas quanto à importante contribuição que a *KdF* deu para uma maior aproximação política e cultural entre Portugal e a Alemanha. As viagens foram um instrumento de difusão ideológica e de propaganda para o Nacional-Socialismo, mas também para convencer o mundo do pacifismo do regime (Anexo 11). Os seus navios eram chamados de “Frota da Paz”, alguns deles trazendo a bordo filiados da *HJ*. A recebê-los encontravam-se alemães empunhando bandeiras com a cruz gamada (Anexo 12).

ser um exemplo a seguir. Ao longo do relatório, descreve pormenorizadamente a organização da *Hitlerjugend*, deixando entrever a simpatia e admiração que nutre por aquele modelo.

Quando os navios atracavam em Lisboa, verificaram-se também visitas oficiais (Anexo 13). Por exemplo, Robert Ley, uma figura importante do regime nazi, foi convidado de António Ferro no SPN. Realizavam-se também festas a bordo ou eram dadas recepções pela embaixada, pelo SPN ou pela FNAT que eram retratadas pela imprensa portuguesa. Através de telegrama, Veiga Simões, no início de 1936, informa que a *KdF* tinha já agendadas quatro viagens a Portugal, e mostra-se preocupado pelo facto de Goering ter sido convidado a tomar parte numa dessas viagens. “A viagem do Sr. Goering forçaria o Governo Português a, de certo modo, receber oficialmente os viajantes, o que creio não ser nem seu intento nem seu desejo, embora seja, e grande, o deles”, afirmava o diplomata português (DGARQ, AOS/CO/NE-4, pasta 3). Sempre hesitante, expressava ainda preocupação sobre os possíveis actos de espionagem, na Madeira e Açores, por participantes das excursões.

Para além de instrumento de propaganda, a *KdF* serviu também de modelo para a criação da FNAT. Três meses depois da primeira visita de um navio da *KdF* a Portugal é criada, em Junho de 1935, a FNAT. Este intercâmbio era intensamente publicitado pela imprensa. Na *Deutsche Allgemeine Zeitung* escreve-se que “as excursões da Força pela Alegria (*Kraft durch Freude*) conduziram milhares de operários alemães a Lisboa, onde foram cordialmente recebidos como amigos pelos habitantes de um país que está ligado ao nosso pelo parentesco de espírito e de sentimentos” (*apud Jornal da MP*, Ano I, n.º 24). A FNAT chegou a estar representada pelo engenheiro Higino de Queiroz e por António de Menezes no Congresso da Alegria no Trabalho, realizado em 1938, em Hamburgo (*Jornal da MP*, Ano I, n.º 16). Em 1935, António de Menezes estivera no congresso do *NSDAP*, em Nuremberga, altura em que foi convidado pela *DAF* a participar num cruzeiro da *KdF* aos fiordes da Noruega. Para Mário Matos, António de Menezes era “um relativamente bom conhecedor da Alemanha nazi onde efectuou durante os anos 30 várias viagens” (Matos 1996b: 52). Este autor menciona que 40 exemplares do livro de Jakob Schaffner (em que relata a viagem feita a Portugal num destes cruzeiros organizados pela *KdF*) foram enviados à Legação Alemã, pedindo-se para Von Huene “os fazer chegar aos senhores interessados do governo português” (*apud* Matos 1996b: 53). Da lista elaborada pela Legação constava que 20 exemplares eram para o Grémio Luso-Alemão e 20 para personalidades portuguesas (Cordeiro Ramos, António de Menezes, José Vianna da Motta, Higino de Queiroz) e para instituições portuguesas (Instituto Alemão da UC, bibliotecas do SPN e FNAT) (*ibidem*: 54). O mesmo autor cita ainda uma carta de Von Huene a António de Menezes na qual lhe

pede para escrever algo na imprensa sobre a viagem feita com a *KdF*.⁸ Para Mário Matos (*ibidem*: 139),

as várias estadias na Alemanha por parte deste inconfundível germanófilo e sua participação num cruzeiro da *KdF* aos fiordes da Noruega, a convite de Robert Ley e pelo mesmo pessoalmente acompanhado, parecem, na verdade, ter dado os seus frutos: Menezes aprendeu a “lição alemã” dos pais de todos os propagandistas, pois, nem Goebbels nem Hitler teriam sido capazes de instrumentalizar de forma superior sentimentos, clichés e auto-imagens para fins demagógicamente interculturalizantes.

Fora das organizações de enquadramento da juventude, o interesse e as expectativas em relação à Alemanha também se fizeram sentir. Foi o caso das Forças Armadas, onde encontrou um terreno fértil, no qual germinou com rapidez e profundidade. Uma Circular do Ministério da Guerra (AHM, 1.^a Divisão, 38.^a Secção, Caixa n.º 64, n.º 6) permite-nos compreender a dimensão que a guerra assumiu entre os militares portugueses. Nela afirma-se que os militares, de todas as categorias, não se coíbem de revelar publicamente as suas simpatias pelos partidos envolvidos no conflito. Alguns deles funcionavam mesmo como instrumento de propaganda de agentes desses países. Publicavam artigos na imprensa, crónicas militares comentando as operações, que, na opinião do ministério, punham em causa a neutralidade do país. Alguns militares foram até alvo de duras sanções (demissão), mas os resultados não foram os melhores. Desta forma, o ministério volta a proibir os militares de tornarem públicas as suas posições em relação a qualquer um dos intervenientes no conflito; de fazer circular e afixarem, nos quartéis e em todos os estabelecimentos militares, panfletos, postais, gravuras, informações e documentos relativos às operações militares e às nações beligerantes em que o objectivo fosse fazer propaganda de ideias e factos contra ou a favor dos beligerantes. Foram ainda proibidos de aceitar, sem autorização superior, convites para participar em festas, refeições promovidas pelos adidos militares estrangeiros, diplomatas e outros agentes estrangeiros; de assistir a espectáculos e sessões de arte e cinema organizados pelos agentes dos países beligerantes, sem autorização superior e de escrever artigos de imprensa sobre a guerra. Podiam ser organizadas sessões cinematográficas de instrução para oficiais e sargentos nas unidades e estabelecimentos militares, com filmes fornecidos por representantes dos Exércitos estrangeiros, mas só com a autorização do Ministério.

A forma como a guerra é conduzida pelos estrategas alemães, com recurso à mais moderna tecnologia, é acompanhada de perto pelos militares portugueses. A nível oficial, são

8 “Es wäre wirklich schön, wenn Sie etwas Ihnen geeignet Erscheinendes (über die KdF-Besuche) in der Presse bringen würden und ich danke Ihnen voraus herzlichst” (apud Matos, 1996b: 135, nota)

assinados contratos de fornecimentos de material e chegam a ser enviadas missões militares à Frente Leste, com o objectivo de visitar o teatro de operações e conhecer os mais recentes métodos de guerra.

A partir de meados de 1936 assistira-se a um esfriamento das relações com a Inglaterra, que se deveu essencialmente à política adoptada por Portugal durante a Guerra Civil de Espanha. Na sequência desta posição, a Inglaterra decidiu não apoiar o programa de rearmamento português. Este acaba por avançar em 1937, sem o suporte britânico, mas com o apoio da Alemanha (desde 1935 que a Alemanha incentiva a exportação de armamento), que se conseguiu instalar a nível económico e financeiro na Península Ibérica. Investiu em ambos os países ao nível dos minérios e transportes, enquanto o armamento e apoio militar serviam de contrapartida. Em 1937 uma comissão portuguesa viaja até Berlim, estabelecendo contactos com a AGK. Em meados desse ano é assinado um contrato, que prevê a compra de armamento. A Alemanha concede créditos a longo prazo e parte deles é pago com a exportação de produtos portugueses. Uma equipa alemã chega a estudar a reorganização da defesa e técnicos e operários realizam estágios na Alemanha. Esta política de rearmamento vai conduzir a um importante incremento das trocas comerciais entre os dois países (Telo 2000: 27-32).

Alguns oficiais das Forças Armadas estiveram na Alemanha, com objectivos de aprendizagem (Anexo 14).⁹ Durante a II Guerra, Frederico Vilar vai até à Frente Russa como observador do exército alemão, sendo ferido em combate (Vieira 2008: 98). Em ofício (AHM, 1.ª Divisão, 38.ª Secção, Caixa n.º 64, n.º 13), datado de 9-08-1941, para o Adido Militar da Alemanha, Friedrich von Brockdorff, o Subsecretário da Guerra comunica a decisão tomada sobre o envio de uma ou mais missões militares à Frente Leste. O assunto havia já sido abordado por Hoyningen-Huene no MNE e foi depois novamente levantado pelo Adido numa conferência com o subsecretário de Estado da Guerra. Através

⁹ Em Outubro de 1941 uma missão do E.M.E visita a Alemanha e a Frente Oriental, à qual se juntaria, em Berlim, uma Missão de oficiais da GNR, realizando-se a visita à frente em conjunto. O relatório, da autoria do major Manuel Gomes d'Araujo, do Major Júlio Botelho Moniz e do Capitão José Beleza Ferraz pode ser consultado no AHM (AHM, 1/38/ cx 64/13)

A convite do Chefe de Estado-Maior do Exército Alemão desloca-se à Alemanha, a 12 de Agosto de 1942, uma nova missão militar portuguesa. Chefiada pelo Coronel Ferreira de Passos, constituída por oficiais de Engenharia e de artilharia que haviam terminado o curso de Estado-Maior, nela participaram Alfredo Pinto de Oliveira, Lopes Franco, João António da Silva todos da arma de artilharia (Sousa 1990). Na revista Sinal (Nov. de 1942: 25) pode ser consultada uma notícia sobre esta visita.

Também António de Spínola, na altura tenente, participou numa “viagem de estudo à Alemanha” (Spínola 1942), tendo visitado a Escola de Carros de Combate e a Escola de Equitação do Exército Alemão e a “frente germano-russa em Leninegrado” (ibidem).

da visita, alguns militares portugueses teriam oportunidade de tomar parte na luta contra o comunismo. No final, em jeito de despedida, Santos Costa reafirma o seu sentimento "de admiração pela Alemanha" (*ibidem*).

A própria PVDE, ou mesmo a PSP¹⁰, estabeleceram contactos com a Alemanha. Tanto a Gestapo como a Abwehr mantiveram relações com a polícia política portuguesa. Foi durante a Guerra Civil de Espanha, face ao "perigo comunista" que ameaçava o país vizinho, que muitos desses contactos institucionais tiveram início. Grande parte do intercâmbio deveu-se à actuação de alguns dos seus inspectores, como Cumano ou Agostinho Lourenço. O inspector Paulo Cumano, por exemplo, estudara Engenharia de Minas na Alemanha, mantendo ligações com a polícia alemã. Quando, em 1938, foi criado o Curso Especial da PVDE, Cumano leccionava a disciplina de Alemão e de Métodos e Táticas Comunistas. Segundo o SIS, o capitão Agostinho Lourenço, director da PVDE, teria recebido um suborno no valor de mil contos do serviço de informações alemão. Os serviços secretos britânicos acusam ainda Agostinho Lourenço de traficar produtos alimentares, de vender toneladas de alimentos à Alemanha, tendo lucrado com o negócio do contrabando. A própria embaixada inglesa queixa-se a Salazar de a polícia portuguesa querer pôr fim à actividade da propaganda inglesa. Por diversas vezes, os ingleses referem que a PVDE e a LP não incomodavam os espões portugueses da Abwehr, identificando ainda tentativas de recrutamento de espões nas Forças Armadas.¹¹ No final da guerra, a embaixada britânica chaga a manifestar o seu receio relativamente ao desaparecimento de alguns documentos da Legação alemã por elementos da PVDE (Araújo 2008: 329).

O relatório final do interrogatório do Centro Militar dos Serviços Secretos (EUA) a Erich Emil Schroeder (DGARQ, AOS/CO/IN – 8 C, pasta 43) deixa bem patente os contornos da sua ligação à PVDE e a forma como esta foi estabelecida entre Novembro de 1941 e Maio de 1945. O adido da polícia alemã em Madrid (em 1937 a Alemanha estabelecera acordos com Espanha e Itália para a troca de representações das suas polícias) entrou em contacto com o director da polícia portuguesa, acordando-se a criação de uma Repartição

10 De acordo com um ofício do Comandante-geral da PSP, "segundo comunicação do comando da PSP do Porto, tem sido e é hábito naquela cidade o Comando receber convites de cortesia dos representantes diplomáticos estrangeiros (cônsules e muitas vezes embaixadores e ministros plenipotenciários), em conjunto com outras autoridades civis e militares superiores (Governador Civil e Comandante da Região)" (DGARQ, Ministério do Interior/Gabinete do Ministro, caixa 84, maço 526, Ofício do Comandante Geral da PSP ao ministério do Interior de 17.9.1942).

11 De acordo com o vice-cônsul francês da cidade do Porto, em Braga, o "homem de confiança dos Alemães" na região era o comandante da secção local da Legião e instrutor da Mocidade Portuguesa (Wernert 1945).

de Ligação da Polícia chamada Ajuda Científica da Embaixada Alemã, que assegurava a imunidade diplomática. A repartição de Ajuda Científica foi então criada junto da Legação Alemã. As suas funções relacionavam-se com assuntos de carácter policial e com a obtenção de informações pedidas pelo Grupo Adido de Berlim. Em Janeiro de 1941, Heydrich envia para Lisboa Schroeder. A sua repartição, enquanto Adjunto Científico, situava-se na Rua Buenos Aires, funcionando outras também na Rua Joaquim António de Aguiar no Porto, no Consulado alemão. Em Lisboa, a sua estrutura incluía um Chefe (Schroeder), um Chefe Delegado e três assistentes. No resto do país restringia-se a um representante de Schroeder em Portimão, cuja repartição funcionou entre 1943 e 1944, e no Porto, onde contava também com um assistente. Os fundos para a repartição eram transferidos do Banco Alemão para o Banco de Portugal e depositados no Banco Pinto & Sotto Maior, em Lisboa, no qual tinham contas pessoais. Ao longo de quase todo o conflito, a repartição desenvolveu relações profissionais com a polícia portuguesa. Emil Schroeder estabeleceu contactos com Agostinho Lourenço, enquanto os assuntos criminais eram tratados com o Tenente Castro Silva, e os políticos com o capitão Cumano. O relatório refere que Schroeder forneceu à PVDE literatura profissional de alemães criminosos e filmes de treinos da polícia alemã, sugerindo que a polícia portuguesa integrasse a rede da rádio internacional para ajudar na prisão de criminosos, sugestão que a PVDE não aceitou. Manteve também ligações com a PSP, por intermédio do major Bacelar e do Tenente Silva Pais, que estabeleceu o seu primeiro contacto com polícia alemã em 1939, em Roma, durante um congresso de polícias. Outra missão desta repartição consistia na observação dos alemães residentes em Portugal, na fiscalização dos empregados e passaportes alemães, na censura aos impressos transportados por viajantes de Portugal para a Alemanha. Deveria ainda facultar informações sobre a raça e a orientação política dos refugiados da Alemanha, averiguar se os alemães residentes em Portugal cumpriam as leis de recrutamentos, obter publicações estrangeiras, proteger as concessões mineiras de volfrâmio alemão, e observar a política interna e externa portuguesa.

A Cultura e a Universidade como veículos de propaganda

Fora das organizações militares, paramilitares e policiais, desenvolveram-se também intensos contactos entre os dois países. Há que referir, a este propósito, o intercâmbio estabelecido entre o Instituto para a Alta Cultura e a Alemanha nacional-socialista. O IAC apoiou, por exemplo, as actividades do Instituto de Cultura Alemã, subsidiou professores de liceus e de escolas técnicas do interior para frequentarem, na capital, cursos de especialização de alemão, bem como a vinda de estudantes alemães a Portugal para

frequentarem cursos de língua e cultura portuguesa ou a ida de professores portugueses à Alemanha. Criado em 1936, o Instituto mantinha uma relação próxima com instituições alemãs. Havia firmado, inclusivamente, um acordo com o Serviço de Intercâmbio Académico Alemão (*DAAD*), no qual se previra a troca anual de quatro bolseiros. Era para este país que se concediam, neste período, o maior número de bolsas de estudo. Das vinte e duas bolsas atribuídas pelo Instituto em 1941, sete delas tiveram como destino a Alemanha. Quintino da Costa¹², que estivera já na Alemanha com a MP, escreve que, em 1937, a MP e o IAC decidiram enviar uma missão de estudo a Itália e à Alemanha. Depois desta primeira visita, o Conselho Escolar do INEF, o “estabelecimento de ensino superior onde irradia toda a doutrina oficial da educação física e pré-militar” (Costa, 1943: 5), achou oportuno realizar uma nova visita de estudo.

As actividades deste instituto, sob a batuta de Cordeiro Ramos (Anexo 15), não deixam dúvidas acerca da sua estreita relação com a Alemanha. Na opinião de Cândida Proença, Gustavo Cordeiro Ramos terá sido “uma das figuras de proa da germanofilia no país durante a II Guerra Mundial” (Dicionário histórico do Estado Novo, vol. I, 813). Estas posições demasiado declaradas poderão ajudar a explicar a sua fugaz permanência no governo (Anexo 16). Luís Reis Torgal coloca a hipótese de ter sido devido a essas posições germanófilas que permaneceu apenas alguns meses no Ministério da Instrução Pública (Torgal 1996: 249). Enquanto Ministro da Instrução Pública foi responsável pelo lançamento das “bases da escola nacionalista de inculcação de valores patrióticos e morais” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: 813). Para além de ter sido ministro, Cordeiro Ramos foi professor na Faculdade de Letras de Lisboa e frequentara a Universidade de Leipzig, sendo também senador honorário da Universidade de Colónia e sócio correspondente da Academia das Ciências de Schiller. Depois de deixar a pasta da Instrução, Gustavo Cordeiro Ramos continuou a colaborar com o regime e prefaciou uma antologia de Salazar em alemão, na qual Goebbels foi responsável por uma nota introdutória (Medina 1998).

Por meio de instituições portuguesas, como a Junta de Educação Nacional e o Instituto para a Alta Cultura, ou alemãs, foram vários os portugueses que tiveram a oportunidade de estudar na Alemanha, onde puderam assistir *in loco* ao nascimento e evoluir do fenómeno nacional-socialista. Para alguns deles, o contacto académico com a Alemanha havia sido

12 Quintino da Costa, capitão de cavalaria e professor do Instituto Nacional de Educação Física, era também um dos instrutores do curso de aviação sem motor da MP, com um diploma passado na Alemanha, tal como Graça Reis e Pinto Coelho (Jornal da MP, Ano II, n.º 25).

estabelecido ainda durante a República de Weimar. Manuel de Paiva Boléo (Anexo 17), por exemplo, parte para a Alemanha em 1929, ainda a República de Weimar não tinha sofrido o ataque fatal do Nacional-Socialismo. Discípulo de Fritz Krüger, exerce funções de leitor de língua e cultura portuguesa na Universidade de Munique, regressando a Portugal em 1935.

As engenharias eram também uma área muito procurada pelos estudantes portugueses. Paulo Cumano, o engenheiro agrónomo Vergílio Canas Martins ou Francisco Caldeira Cabral são alguns desses exemplos. Francisco Caldeira Cabral (Anexo 18), mal termina o liceu em 1925, matricula-se na Secção de Química da *Technische Hochschule* e passa depois para a secção de Electrónica. Em 1930 regressa a Portugal e matricula-se no ISA, onde termina o curso de engenheiro agrónomo, em 1936. Mais tarde é convidado para substituir o chefe da Repartição de Jardins e Cemitérios da Câmara Municipal de Lisboa. Era necessário, contudo, realizar uma especialização no estrangeiro. Pede informações à Alemanha e a Inglaterra sobre cursos de arquitectura. Não obtendo nenhuma resposta de Inglaterra, centra as suas atenções na Alemanha depois de ouvir a opinião de Raúl Lino¹³, que estudara também naquele país, no final do século XIX. O próprio Caldeira Cabral, que frequentara durante 10 meses a *Technische Hochschule* de Berlim-Charlottenburg, conhecia muito bem o meio académico alemão. Entre 1936 e 1939, regressa àquele país para estudar Arquitectura Paisagista no *Institut für Gartengestaltung* da Universidade Friedrich-Wilhelm, como bolseiro do Instituto para a Alta Cultura. No instituto, Heinrich Wiepking-Jürgensmann foi o seu principal professor, ele que era conselheiro de Himmler para questões de arquitectura paisagista, ajudando a promover ideias sobre a história da paisagem para justificar a conquista de territórios polacos. Entre ambos estabeleceu-se uma firme amizade que durou até ao fim da vida. Numa das suas vindas a Portugal, regressa com um importante projecto: o Estádio Nacional. Começa logo a desenvolver o anteprojecto e pede auxílio a Wiepking, que havia trabalhado com o arquitecto Werner March no projecto do Estádio de Berlim, e a Konrad Wiesner, que na altura estava a trabalhar no projecto do Estádio de Nuremberga. Wiepking colocou-o em contacto com Diem, que organizara as Olimpíadas de Berlim, em 1936. O projecto de Caldeira Cabral e Wiesner acaba por ganhar o concurso. O resultado haveria de ser um edifício inspirado nos estádios alemães, semelhança essa que a revista *A Esfera*, num dos seus números, coloca em evidência (Anexo 19).

¹³ Raul Lino chegou a trabalhar no atelier de Albrecht Haupt, com quem manteve uma estreita amizade.

Outro dos portugueses que esteve na Alemanha, como bolsheiro do Instituto para a Alta Cultura, durante a II Guerra Mundial, foi o médico José Ayres de Azevedo. Na condição de bolsheiro estudou na Universidade de Frankfurt e em Berlim, no Kaiser Wilhelm Institut, onde desenvolveu algumas investigações na área da eugenia, junto de cientistas que auxiliaram a política racial nacional-socialista. Deu também pareceres sobre matérias como a esterilização de deficientes a pedido de tribunais nazis (Castanheira 2007: 92).

Para além destes indivíduos aqui citados, talvez os mais conhecidos, foram vários os portugueses que estudaram na Alemanha. Segundo o diplomata Manuel Homem de Mello, os portugueses reuniam-se normalmente numa pensão em Berlim, na parte Ocidental. Depois da sua chegada, afirma ter contactado com Delfim Santos, leitor da Universidade e depois professor de Filosofia em Lisboa, Flávio Resendes, investigador e professor da Faculdade de Ciências e Maria Augusta Barbosa, que viria a doutorar-se em Ciências Musicais na Universidade de Colónia (Mello sd: 56).

Sem dúvida que *a universidade e o pretensio estatuto da Alemanha enquanto país por excelência da ciência e das artes, ajudou a estreitar ainda mais o contacto*. A universidade foi um dos principais veículos utilizados pela Alemanha nacional-socialista, mas também um meio ao qual a propaganda deu uma atenção acrescida. A propaganda nazi incidiu muito fortemente no meio universitário de Coimbra, sobretudo em torno do Instituto Alemão, contando com o apoio de estudantes, professores e nacionais-sindicalistas. Chegaram até a ser escolhidos professores dessa Universidade para visitarem a Alemanha ou individualidades alemãs para visitarem Coimbra (Anexo 20). Eugen Fischer, responsável pelas teorias científicas sobre eugenia, membro do *NSDAP*, e nomeado por Hitler reitor da Universidade de Berlim logo em 1933, foi Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra. O Instituto Alemão da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra fora fundado em 1926, iniciando-se no mesmo ano a publicação do seu boletim. O ensino da língua e da literatura alemãs naquela Faculdade era assegurado por Carolina Michaëlis e, depois, por Ferrand Pimentel de Almeida e João da Providência Sousa e Costa e por alemães, como Albin Eduard Beau, que era também filiado no *NSDAP*. João da Providência Sousa e Costa havia estudado em Berlim, o que explica, em grande parte, o seu interesse pela cultura e vida alemãs, chegando mesmo a estar à frente do Instituto Alemão. A análise das publicações do período nacional-socialista que o Instituto possui (Delille/Delille 2003) revelam, por si só, a importância dada ao principal pólo universitário do país. Por trás dessa influência encontrava-se, em grande parte, o contributo de homens como Albin Eduard Beau. Segundo Reis Torgal, o Boletim do Instituto Alemão “não se coíbia, no final dos anos 30 e ainda nos primeiros

anos da década de 40 de publicar artigos de opinião germanista e germanófila” (Torgal 2000: 501). Na faculdade, era comum entregar-se muitos panfletos de propaganda e ainda antes do início da guerra, afirma-se no Boletim uma clara tendência pró-alemã. *A experiência científica e cultural vivida na Alemanha conduzia, muitas vezes, a uma simpatia política* por parte desta “elite universitária germanista e germanófila” (Torgal 2000: 499). Podemos incluir neste rol nomes como Luís Cabral de Moncada, Beleza dos Santos, Carlos Moreira e Eusébio Tamagnini.

Eusébio Tamagni fizera parte do movimento nacional-sindicalista. Tanto ele como Cabral de Moncada foram membros do Grande Conselho Nacional-Sindicalista, cujo grupo mais importante era constituído por professores da Universidade de Coimbra. Professor catedrático e director do Instituto de Antropologia, “professava uma ciência antropológica de sentido nacionalista” (Torgal 1996: 249). Sob a sua iniciativa realizou-se, em 1932, em Coimbra, uma reunião com vista à criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, visando a criação de uma «geração mais forte». Acabaria por ser criada em 1937, tendo estado presente o director do Instituto de Antropologia Kaiser Wilhelm de Berlim. Eusébio Tamagnini acabaria também por integrar a elite ministerial, sucedendo a Gustavo Cordeiro Ramos na pasta da Instrução, à frente da qual permaneceu durante poucos meses. Poucos meses, é verdade, mas suficientes para começar a forjar criação de uma organização que enquadrasse a juventude. À frente da pasta da Educação, teve oportunidade de conversar por diversas vezes com o chefe da Legação alemã sobre o seu objectivo de remodelar a AEV, o que revela os objectivos que o ministro desejava imprimir e os modelos a seguir.

Vice-presidente do Instituto Alemão da UC, investigador na área da Filosofia e da História do Direito, Luís Cabral de Moncada (1888-1974) (Anexo 21) é também “um dos casos mais curiosos de germanófilo confesso” (Torgal 1996: 250). Ele próprio confessa: “A minha sólida reputação de germanófilo, que nunca rejeitei, tinha-se fortalecido ainda mais depois do Sarre e das distinções com que os Alemães me cumularam” (Moncada 1992: 195). Este professor da Universidade de Coimbra, que foi também dirigente do movimento Nacional-Sindicalista, dedicou-se ao estudo da Filosofia e História do Direito. O Ministro português em Berlim, Veiga Simões, chamava-lhe mesmo “o antigo Machiavel dos esotéricos de Coimbra” (Moncada 1992: 190). Salazar chegou a propô-lo na SDN para o Tribunal Internacional do Sarre, cargo que ocupou e onde defendeu a posse alemã daquela região. Participou também, em plena guerra (1941), com a anuência de Salazar, no Câmara Jurídica Internacional, onde se discutia a “nova ordem jurídica europeia” (Torgal 1995: 211). No entanto, Cabral Moncada nunca evidenciou o seu apoio declarado às práticas usadas pelos

nazis. Recusou mesmo ter uma entrevista com Rosenberg, a quem chamou “o apóstolo da nova religião do Olimpo germânico” (Moncada 1992: 198). Torgal apelida-o de “germanófilo cultural, e mesmo político, ma non troppo, que foi servindo Salazar, com algum sentido crítico, nunca ocupando por isso nenhum posto ministerial” (Torgal 1995: 211), ainda que tenha confraternizado, por diversas vezes, com os barões Von Hoyningen-Huene. Foi convidado pelo governo alemão, em Agosto de 1939, a assistir ao *Friedenkongress*, em Nuremberga, pelo que estava na Alemanha quando foi declarada a guerra. Participou ainda num congresso em Berlim, com mais três colegas (Beleza dos Santos, Carlos Moreira e Cavaleiro Ferreira), também eles com “fama de germanófilos” (*ibidem*: 195). No seguimento de um convite endereçado pelo barão Von Hoyningen-Huene, participa num jantar com Hans Frank. Nesse ano escreve para o «Órgão do Serviço de Intercâmbio Alemão», *O Espírito do Tempo. Essência e Forma dos Povos* (*Geist der Zeit. Wesen und Gestalt der Völker*). Para além de receber a *Rotes Kreuz*, em 1936, foi doutor *honoris causa* pela Universidade de Heidelberg na mesma altura que Cordeiro Ramos, tendo os dois jantado, nessa ocasião, com Goebbels.

Em Portugal, o Nacional-Sindicalismo (Pinto 1994) representou a ala que mais próxima esteve do fascismo italiano e do nazismo. Era um movimento que integrava, sobretudo, uma juventude nacionalista, mas que era um movimento minoritário. A subida de Hitler ao poder incitou-os a alargarem os seus membros e a convencerem-se de que em Portugal era também possível uma «Revolução Nacional». Nas palavras do historiador António Costa Pinto, “a tomada de poder pelos nazis (...) constituiu um marco de referência para a sua acção” (Pinto 1994: 133). Nos seus comícios chegaram a participar delegados do Partido Nazi. A subida ao poder de Hitler e a euforia que esta causou entre os nacionais-sindicalistas, levaram o Estado Novo a reformular a sua política. Em ofício ao *Auswärtiges Amt*, Hans Freytag, na altura chefe da Legação alemã em Lisboa, afirma que o Nacional-Sindicalismo é “um movimento semelhante ao nacional-socialismo, cujos apoiantes provêm principalmente dos círculos de jovens oficiais, académicos e da restante *intelligentsia* que estão todos entusiasmados pela nova Alemanha”. No início de 1933 teve ainda “augúrios de um grande futuro”, mas ao longo dos meses seguintes depararam-se com “uma série de circunstâncias adversas” (*apud* Louçã 2005b: 31). É que, quando se sentiu ameaçado, Salazar não hesitou em promover a fractura no seu seio. Alguns dos membros foram integrados nas organizações mais «fascizadas» do regime, outros foram mesmo exilados. O jornal *Revolução*, órgão do Nacional-Sindicalismo, foi um dos jornais portugueses que maiores simpatias demonstrou em relação a Hitler. Apesar de Rolão Preto, anos mais tarde,

negar a sua adesão às ideias nazis¹⁴, uma leitura superficial dos artigos da autoria do então líder do Nacional-Sindicalismo deitam esta afirmação por terra. O avanço do Nazismo é aqui apresentado como se de uma verdadeira luta entre o bem e o mal se tratasse. A hipótese seria “ou Hitler ou o comunismo” (n.º 174: 1). E, naturalmente, os nacionais-sindicalistas portugueses estavam ao lado de Hitler, esse “espírito inquieto e indomável” (*ibidem*). Dois dias depois, a 30 de Janeiro de 1933 é publicada, com grande destaque, a notícia da subida de Hitler ao poder. No número 275 deste vespertino noticia-se a constituição do governo, denotando-se um grande entusiasmo:

A hora dos que lutam com consciência e com coragem por uma ideia justa, chega sempre. Perseguidos, atacados, escarnecidos, caluniados os homens que com Hitler marcharam à conquista do poder para salvar o Império, não desanimaram, não hesitaram sequer na luta ao cabo da qual estava a vitória. A vitória chegou agora. O nacional-socialismo é hoje o governo da nação alemã. Gente Moça! Gente Moça! Para aqueles que não desanimam, para aqueles que querem, a vitória acaba sempre por vir.

Os nacionais-sindicalistas sentem que os ventos são de mudança e sopram a partir da Alemanha. Elogia-se a ascensão de um homem de origem pobre, do povo, que não era um “catedrático”¹⁵. Lembra-se o que a Alemanha era até há bem pouco tempo um país sem exército, humilhado, escravizado pelo socialismo enquanto o exército, inerte, nada fazia. Foi então “que um «alucinado», um insensato, «um pintor de tabuletas» (...) mas tendo no coração uma esperança ilimitada (...) ergue na praça pública a sua voz messiânica, a sua voz onde se proclamam as verdades salvadoras da Alemanha” (n.º 276 de 1/2/1933, 1). Para Rolão Preto o segredo da vitória resumia-se à capacidade de organização e frieza.

Nacional-Sindicalista, do núcleo de Faro, era também José Garcia Domingos, que escreveu uma verdadeira ode à cultura germânica, intitulada *O Pensamento Alemão. Ensaio sobre o sentido da Alma Germânica e espírito da Nova Europa*. Outro Nacional-Sindicalista que não se coíbiu de mostrar as suas simpatias pela Alemanha Nazi foi Eduardo Frias, um dos organizadores do núcleo do Algarve. Eduardo Frias, que editou uma antologia dos pensamentos de Hitler (*1000 Pensamentos de Adolf Hitler*) e escreveu um livro sobre a «aliança inglesa» (*A aliança inglesa: história e fim dum mito*), haveria de colaborar na Revista *Avante!* e na revista *A Esfera* que, de acordo com um Relatório SPN acerca de Algumas Revistas Portuguesas de 30.4.1942, era um “órgão directo de propaganda alemã” (DGARQ, Ministério do Interior/Gabinete do Ministro, caixa 84, maço 526, Relatório do SPN Acerca de Algumas Revistas Portuguesas de 30.4.1942), cujo director foi, a partir do número 10, Félix Correia,

14 À afirmação de João Medina “Rolão Preto continua a bater-se pelos ideais fascistas, elogiando Hitler ...”, Rolão Preto replica: “Acha que fiz alguma vez o elogio de Hitler?!” (Medina, 1990: 93)

15 Aqui uma clara alusão a Oliveira Salazar.

também conhecido na época como um «germanófilo». Para além dos artigos de Félix Correia e de Alfredo Pimenta na revista *A Esfera*, há ainda que fazer referência aos do visconde do Porto da Cruz, nos quais se manifestou profundamente anti-comunista e partidário do Nacional-Socialismo.

A Música, a Ciência e a Arte ao serviço da propaganda

Em todo o processo de aproximação entre os dois países e de penetração da propaganda alemã, instituições como o Grémio Luso-Alemão, a *KdF*, a *Hitlerjugend*, o *DAAD*, a Escola Alemã de Lisboa, os Caminhos-de-Ferro Alemães, a Igreja Evangélica Alemã, entre outras, evidenciaram um grande dinamismo no estreitar de laços entre os dois países e, consequentemente, na canalização da ideologia nazi. Promoveram palestras em liceus portugueses, a distribuição e financiamento de livros e revistas de propaganda, organizaram montras com propaganda¹⁶ e também exposições, que são noticiadas na imprensa portuguesa, contando com a presença de diplomatas e representantes alemães, mas também de individualidades de destaque da sociedade e cultura portuguesa (Anexo 22). Na própria Alemanha tiveram lugar eventos alusivos a Portugal, que eram também noticiados na imprensa portuguesa, de forma a transmitir a ideia de que a Alemanha valorizava e dava um lugar de destaque a Portugal e à sua cultura. Foi, por exemplo, o caso da realização de uma exposição de fotografias organizada pela *Deutsche Angestelltenschaft*. Inaugurada a 1 de Junho de 1934 e intitulada «Portugal visto por nós», contou com a presença, na abertura, do Ministro da Alemanha em Portugal, do Director da Escola Alemã, Paul Müller, e do secretário do Grémio Luso-Alemão¹⁷, Wilhelm Berner.

16 De acordo com informações da PVDE, a Secção Portuguesa de Turismo dos Caminhos de Ferro Alemães solicitou, por requerimento, “autorização para instalar no interior da montra da firma Marcus & Harting, no Rocio, um ecran para a projecção de chapas de vidro com imagens culturais e algumas actualidades”. No requerimento (19.2.1942), o director da Secção, E.A Strasen, faz questão de sublinhar que “as imagens constam principalmente de documentação cultural, e o reduzido número de imagens de actualidades que serão projectadas refere-se exclusivamente à guerra na Rússia”. Mesmo assim, a PVDE considerou que, “no momento actual tudo quanto seja aumentar ou desenvolver a propaganda pró ou contra os países beligerantes é prejudicial” (D GARQ, Ministério do Interior/Gabinete do Ministro, caixa 84, maço 526 (NP 403).

17 Um lugar de destaque entre todas as instituições tem de ser dado ao Grémio Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural, inaugurado em 1928 e depois substituído pelo Instituto de Cultura Alemã. Organizando cursos de língua e cultura alemã, promovia também a exibição de filmes sobre os mais variados aspectos da vida alemã. A revista *Avante!* chega a afirmar que estes filmes ajudavam a consolidar os conhecimentos adquiridos em jornais, livros e revistas e a aumentar a admiração pelos dirigentes dessa “revolução” (Ano II, 2.ª série, n.º 19: 2). É no Grémio Luso-Alemão que, por exemplo, na visita a Portugal, no início de 1938, Lauterbacher profere uma declaração na qual estabelece claras similitudes entre as organizações de juventude portuguesa e alemã. Na assistência encontravam-se Roth (director do Grémio), José Soares Franco, tenente Quintino da Costa, W. Berner (adido da Imprensa junto da Legação Alemã), Werner Lamann (responsável pelas relações entre a *HJ* e a *MP*) ou Gussmann (da agência DNB).

No próprio Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular estiveram também patentes algumas exposições, de tal forma que Strasen e Gândara, nos *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, afirmam que “merecem homenagem especial, pelo seu esforço a favor do intercâmbio cultural de Portugal com os países estrangeiros, os srs. Antonio Ferro e António Eça de Queiroz” (Strasen/Gândara 1944: 462). Em 1939, realizou-se, na Biblioteca de Berlim, a Exposição do Livro Português. Cordeiro Ramos foi o escolhido para chefiar a delegação cultural portuguesa, tendo visitado, na companhia de Von Hoyningen-Huene, Wilhelm Berner e dos jornalistas portugueses, o Campo da Juventude Hitleriana, em Gatow. Foram também recebidos pelo conselheiro do Ministério da Propaganda, Boemer e por Lauterbacher (*Jornal da MP*, ano II, n.º 34: 3).

A propaganda desenvolveu-se muito eficazmente no domínio da cultura, com um multiplicar de actividades culturais organizadas pelas autoridades alemãs em Portugal. De todas elas, a exposição da Nova Arquitectura Alemã (Anexos 23-27) foi talvez a que maior impacto teve. Inaugurada pelo Chefe do Estado português, em plena guerra, a exposição foi organizada por Speer e realizada com a colaboração do Grémio Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural (dirigido pelo Professor Roth) e dos Caminhos-de-Ferro Alemães em Lisboa (dirigido por Strasen). Contou ainda com o patrocínio do Sindicato Nacional dos Arquitectos e da Sociedade Nacional de Belas Artes, presididos por Pardal Monteiro e Eugénio Correia. Speer veio propositadamente a Lisboa para a abertura da exposição. À noite, a Legação ofereceu ainda um jantar em sua honra, no qual participaram o Ministro das Obras Públicas, os subsecretários de Estado dos Ministérios da Educação Nacional e das Obras Públicas, o engenheiro Rodrigues de Carvalho (que era também Governador Civil de Lisboa), Eugénio Correia, os arquitectos Raul Lino e J. Couto, o pintor Eduardo Malta, António de Menezes do SPN, Guerra Viana, Mestre Sousa Lopes. Segundo *A Esfera*, através desta exposição, a Alemanha teria enviado “uma prova formidável da sua arte, da sua capacidade organizadora” (*A Esfera*, n.º 33: 10). A procura de transmitir a imagem de uma superioridade técnica e científica alemã pode também ser comprovada pela Exposição da Técnica Alemã, que decorreu no IST, tendo sido inaugurada pelo ministro da Alemanha. Félix Correia, na sua crónica quinzenal da revista *A Esfera*, afirma que aquela exposição havia maravilhado todos os que a visitaram (*A Esfera*, n.º 44: 12-13).

Como não poderia deixar de ser, a música constituiu outro dos veículos utilizados. Durante a guerra, foram vários os artistas alemães que passaram por Portugal, dando diversos concertos. Entre os dias 1 e 4 de Maio de 1941, a orquestra Filarmónica de Berlim e o Kappelmeister Karl Böhm deram quatro concertos em S. Carlos, que, segundo a *Esfera*,

“constituíram quatro inolvidáveis noites de arte, como há muito não se verificava na nossa capital”, e ofereceu um concerto “aos pobres de Lisboa” no Coliseu dos Recreios. De acordo com Félix Correia, os músicos foram aplaudidos com fulgor e a sala encontrava-se repleta (*A Esfera*, n.º 45: 12). A iniciativa deveu-se ao Círculo de Cultura Musical e à Sociedade de Concertos de Lisboa. Na tarde de dia 4, a Legação da Alemanha organizou uma recepção à orquestra, na qual “estiveram presentes as mais representativas personalidades das Artes, das Letras, das Ciências e da Aristocracia” (*A Esfera*, n.º 22: 3). Apenas durante o ano de 1941 realizaram-se, na capital portuguesa, concertos dos «Pardais de Ratisbona» (um dos quais na Igreja de N. Sr.^a de Fátima, na presença dos Barões Von Hoyningen-Huene) (Anexo 28), seis concertos da Orquestra Filarmónica de Berlim, concertos de Winfried Wolf e foram ministrados cursos de violoncelo no Conservatório de Lisboa pelo Professor Gruemmer (*A Esfera* n.º 30: 24). Numa conversa com Von Huene, relatada pelo chefe da Legação alemã ao AA, Salazar mencionou “com especial alegria” a actuação do coro da catedral de Regensburg e da Orquestra Filarmónica de Berlim, que ouviu pela rádio. Nesse ofício, Huene fala da importância destas visitas para a propaganda alemã, que poderia ser “medida pelas diligências da Embaixada inglesa, tanto para fazer malograr o espectáculo como depois da sua realização” (*apud* Louçã, 2005b: 81).

Para além da promoção de eventos culturais mais elitistas, organizavam-se ainda verdadeiras exposições de propaganda, tanto alemãs como britânicas, nas lojas lisboetas. Cartazes de propaganda eram afixados nas portas das lojas. A agência alemã DNB, por exemplo, oferecia gratuitamente panfletos. Também na rádio era possível assistir diariamente (aliás, em vários momentos do dia) ao programa *A Alemanha fala!*, onde eram transmitidas notícias radiofónicas sobre a Alemanha, em português (Anexo 29). Era também possível assistir a filmes alemães, que passavam nos cinemas portugueses. A nível cinematográfico, era a Lisboa Filmes e Filmes LDA que distribuía os filmes alemães. Eram também exibidos documentários que, de forma subtil, difundiam mensagens de propaganda. Circulavam também documentários e pequenos filmes dirigidos a militares, engenheiros e médicos, o que corrobora a ideia que o meio intelectual e científico foi o privilegiado pela propaganda alemã para o estabelecimento de contactos (Barros 1993: 112). De entre todos, parece-nos que o meio jornalístico foi, talvez, um dos que maior atenção obteve por parte da propaganda alemã.

A conquista da imprensa portuguesa

O meio jornalístico foi outro campo onde a adesão à “Nova Alemanha” se propagou com grande eficácia. Há que referir, entre muitos outros, os nomes de Torres de Carvalho, Eduardo Metzner Leone, Eduardo Frias, Félix Correia ou Alfredo Pimenta. Foram, aliás, vários os jornalistas portugueses a serem convidados, pelas autoridades nazis, para viajarem até à Alemanha, onde, na opinião de Luís Lupi, os tratavam “como verdadeiros príncipes, falando-lhes em português e proporcionando-lhes divertimentos e honras aliantes” (Lupi 1972: 219). Os agentes nazis ao serviço da propaganda convidavam os jornalistas portugueses com o intuito de conquistar para o seu lado a opinião pública (Anexo 30). Os casos de Torres de Carvalho e de Metzner Leone são, a esse respeito, bastante eloquentes. Os dois deixaram para a posteridade os relatos dessas estadias. Podemos ver os seus livros (Carvalho 1933 e Leone 1941) como obras impregnadas de uma ideologia nacionalista, fascista, e, sobretudo, como a consagração de ideias que a própria propaganda alemã se esforçou por fazer passar. O jornalista Torres de Carvalho esteve na Alemanha logo em 1933, pouco depois de Hitler se tornar Chanceler, pelo que teve a oportunidade de assistir *in loco* ao início do processo da tomada de poder pelos Nazis. O seu livro foi escrito no início do regime, pelo que se notam ainda algumas dúvidas por parte do autor. Ele próprio considera ser demasiado cedo para tirar certas ilações. Confessa que empreendeu a viagem com “os ouvidos repletos de descrições trágicas, com os olhos fatigados pela leitura de um sem número de atrocidades e vandalismo” (Carvalho 1933: 14), pelo que promete ser isento, analisando o que se estava a passar na Alemanha. Segundo afirma, teve a oportunidade de visitar um campo de concentração e de entrevistar Rudolf Hess, Joseph Goebbels, Alfred Rosenberg, Ernst Röhm, entre outros dirigentes nazis. Tenta mesmo entrevistar Hitler, mas este recusou ser entrevistado por qualquer jornalista. Sobre Torres de Carvalho, não conseguimos recolher qualquer informação¹⁸, pelo que é necessário colocar algumas reservas em relação a alguns factos que aponta, sobretudo no que diz respeito às entrevistas que afirma ter realizado. Apesar destas dúvidas, as afirmações que faz também não podem ser totalmente forjadas, uma vez que o livro foi prefaciado por António da Costa Cabral, antigo representante diplomático de Portugal em Berlim. No prefácio que escreve, Costa Cabral alerta para a necessidade de se ser comedido nas palavras naqueles tempos, de forma a não “trazer para o narrador o apodo parcial” (*apud*

18 Através de uma pesquisa na PORBASE, verificamos que o livro apenas se encontra na BNP e na Biblioteca Municipal de Elvas. Na Alemanha, através do Karlsruher Virtueller Katalog, constatamos que o livro apenas existe em duas bibliotecas (Berlim e Kiel).

Carvalho 1933: 5). Para compreender o que se estava a passar na Alemanha, não bastava ler a imprensa, era importante ler livros como o de Torres de Carvalho.

O livro *O Drama Europeu*, que chegou a ser apreendido, valeu a Metzner Leone um convite por parte do governo alemão para colaborar na *Kult-Rundfunk* do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Berlim. “Sou conhecido- pelos que me conhecem...- como um germanófilo 100%” (Leone 1941: 17). Eis como o jornalista Metzner Leone se apresenta no seu livro *Nazis*. Embora afirme peremptoriamente que isso não é verdade, que ele é sim português, a leitura dos seus livros demonstra evidentemente o contrário. Aquela Alemanha perfeitíssima que ele retrata é o país que resultou das transformações introduzidas pelo regime autoritário de Hitler, a partir de 1933. Trata-se de uma revolução que ele equipara à “obra de Salazar”, da qual se afirma partidário, por ser “anti-democrática, anti-maçónica, anticomunista, e anti-capitalista” (*ibidem*: 18). O livro supracitado resulta da viagem que empreendeu à Alemanha, onde permaneceu durante 10 meses, em plena guerra, como jornalista adido ao Ministério das Relações Exteriores do III Reich. É óbvio que as relações com a Alemanha nacional-socialista não eram novas, até porque ele próprio afirma que foi simpaticamente recebido por um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich, que conhecera na Legação da Alemanha em Lisboa (Anexo 31). De acordo com o autor, o livro resulta assim da sua própria experiência, que o jornalista quis partilhar com a “massa anónima”, não com intuítos propagandísticos, mas como mera reportagem, de forma a colmatar uma grave lacuna relativa à escassez e falsidade das informações sobre a Alemanha.

Alfredo Pimenta foi, sem dúvida, uma das mais das mais polémicas figuras da primeira metade do século XX. Luís Reis Torgal chama a tenção para a sua “sensibilidade irreverente” e para o seu “pensamento volúvel” (Torgal I 2009: 90). As palavras dos seus muitos críticos reflectem isso mesmo. Num número d’ *A Esfera*, na qual colaborou assiduamente, Pimenta transcreve uma carta que recebera, da autoria de João Serra. “Na política V. andou sempre ao arrepio dos seus interesses. Na monarquia, foi republicano; e vinda a república, quando é certo que podia ter sido alguém (tanto idiota o foi...) por imperativo da sua inteligência, V. concluiu pela monarquia” (n.º 45: 14), afirma o subscritor da missiva. Durante os últimos anos da Monarquia, depois de passar pelo anarquismo, Pimenta chega a estar presente no Congresso do Partido Republicano e a participar em comícios republicanos. Depois de proclamada a República, adere ao Partido Evolucionista de António José de Almeida, colaborando no jornal *República*. Nesse jornal, escreveria um artigo contra o Partido Democrático, intitulado “O Partido dos escândalos”, que quase

conduzia a um duelo entre Afonso Costa e António José de Almeida (Torgal 2004: 128). Durante a I Guerra manifesta já a sua simpatia pela Alemanha, Guilhermina, e acaba por se tornar monárquico.

Pimenta envolvera-se já em debates bastante acalorados, trocando argumentos, com alguns indivíduos (alguns deles ilustres anónimos), em cartas ou mesmo em jornais e revistas. Ele próprio chega a transcrever algumas delas. Na revista *A Esfera*, transcreve uma outra carta, desta vez de César dos Reis Carvalho, recebida no final de 1941: “Bem classificado, portanto, o vosso patriotismo! Se se trata de actos cometidos pelos germanos, emudeceis; se pelos anglo-saxões, não vos falta retórica, a ponto de a administração do jornal ter de «omitir os períodos de maior vivacidade»”, afirma César dos Reis Carvalho, deixando bem patente a opinião que muitos tinham acerca dele (n.º 37: 12). A sua simpatia pela Alemanha e a fama de “germanófilo” eram sobejamente conhecidos. Ele próprio se afirmava assim. Na mesma revista confessa que se manifestou germanófilo logo na guerra de 1914 e que sempre desejou a vitória dos Impérios Centrais. “Germanófilo era, germanófilo sou – por Amor de Portugal” (n.º 45: 14), afirma orgulhosamente. Em relação a Hitler, a opinião de Alfredo Pimenta era, contudo, bastante ambígua. Não podemos afirmar que ele era um entusiasta fervoroso do Führer, de quem manifestou fortes reservas. Mas se há, de facto, estas reservas em alguns dos seus escritos, noutros tece-lhe largos elogios. Podemos sim afirmar que Alfredo Pimenta era profundamente anticomunista¹⁹: “O meu lugar é conhecido: estou contra a democracia e o comunismo, e contra todos aqueles que, directamente ou não, os servem e auxiliam”, afirma num artigo publicado na edição portuguesa da revista *A Jovem Europa* (n.º 4: 14). Não via de que forma a Alemanha poderia constituir um perigo para um país católico e conservador, como era Portugal. Acreditava que, pelo contrário, a vitória das Democracias acarretaria a vitória da desordem e o afastamento de Salazar. Alertando para a ameaça de o comunismo entrar em Portugal “de braço dado com a nossa Aliada”, considerava que se a Alemanha não vencesse, “seria a hecatombe apocalíptica, o eclipse total da nossa civilização (*ibidem*: 11). Se a Alemanha fosse derrotada, a civilização cristã cairia. Naquele momento, a Alemanha estava a sacrificar

19 “A Alemanha é a pátria de Adolfo Hitler, o mais enérgico, audaz e decidido inimigo do comunismo e do marxismo” (*A Esfera*, n.º 45: 14). Alfredo Pimenta escreveu vários artigos anticomunistas em jornais e revistas da época e é neste sentido que deve ser interpretada a afirmação feita na revista *A Esfera*.

a sua mocidade para combater o comunismo, pelo que considera ser dever de todos combatê-lo.²⁰

O ataque à Inglaterra, à “velha aliada” de Portugal, era claramente um dos temas preferidos de Pimenta, mas também da propaganda alemã. Chegam a ser distribuídos folhetos de ligas anti-britânicas nos quais se defende que a diplomacia britânica estava a actuar de forma maquiavélica em Portugal, servindo-se do país para os seus objectivos imperialistas, influenciando de forma perniciosa a política e a economia nacional. Aludem ainda ao Ultimato e às companhias majestáticas inglesas, que teriam retirado ao país a sua grandeza. Afirmam-se abertamente contra a «aliança inglesa». Erguem-se contra o facto de as vias de comunicação com o estrangeiro, as minas, os transportes e, em suma, os recursos económicos do país se encontrarem nas mãos dos ingleses. “Portugal está a saque pelos bandoleiros da orgulhosa Albion”, diz-se num desses folhetos. Para Inglaterra, Portugal seria apenas uma base de apoio para os seus interesses estratégicos e uma fonte de rendimentos. Apelam, portanto, à emancipação do país, que deveria erguer-se da posição submissa em que se encontrava. Propõem-se “galvanizar o espírito de liberdade”, “lançar por terra a Aliança Anglo-Lusa” (AOS/CO/PC-3E, pasta 8). Existia um esforço claro da parte da propaganda alemã de procurar no passado acontecimentos que pudessem ser arremessados contra a «aliança inglesa», provando que esta apenas serviu os interesses da Grã-Bretanha, instrumentalizando os sentimentos anti-britânicos. José de Arruela, no seu “manifesto” contra Alfredo Pimenta, intuiu muito bem esse esforço (Arruela 1940: [?]):

todos os dias a Propaganda Alemã vai exumar da História portuguesa, e até da literatura panfletária, libelos contra a Inglaterra (...) Ainda há pouco tempo recebi um folheto, admiravelmente impresso, em Berlim, colectânea de opiniões de Lúcio de Azevedo, do Marquês de Pombal, de Alexandre Herculano, de Eça, de Fialho, de Basílio Teles, de Guerra Junqueiro, de Duarte d’Almeida – contra a Inglaterra.

A distribuição da propaganda, para além dos circuitos habituais, também se revestia de formas mais caricatas. Adelino de Matos Silva, morador na Rua de Entre Campos envia um bilhete a Salazar, datado de 30 de Maio de 1940. Em anexo ao bilhete encontra-se um folheto. Ao que parece, terão “chovido” comunicados iguais àquele na Rua do Ouro, por

20 Note-se que este discurso é o consagrar da ideia sempre repetida pela propaganda alemã. Na revista AJE, por exemplo, é publicada uma suposta carta de um soldado alemão “ao seu condiscípulo português João Bravo” (vol.5, n.º 6: 49), na qual se afirma: “Sim, meu caro João, eles deram também a vida por ti e pela tua pátria e religião. Porque é que havemos de ser sempre nós?? Sempre nós a salvar a Europa??? Sempre o nosso sangue e dos nossos camaradas!”.

Neste trecho é possível detectar algumas mensagens importantes: a Alemanha é apresentada como sacrificando-se pela defesa da religião e da Europa contra o Bolchevismo; por outro lado, é um discurso que procura pressionar o leitor a assumir aquela guerra como sua.

volta das 18.30h, lançados do elevador de Santa Justa ou do telhado de um dos prédios. Constituído por duas páginas, assinadas por “um Grupo de Patriotas Anti-Anglófilos”, o manifesto era dirigido ao “Povo Português”. Afirmavam ser tempo de os portugueses exprimirem o que pensavam. Aceitavam que a maioria da população estava ao lado da Inglaterra, mas explicam porquê. Todos aqueles “que o Estado Novo varreu” afirmavam que a Alemanha apenas pretendia cercear as liberdades individuais. Assim, levavam atrás de si todos os que sonhavam com um retorno “ao passado político” que os arrastou para a guerra e ao domínio dos “abjectos” partidos políticos. Acusam os padres de, do alto do púlpito, compararem os alemães a selvagens, quando na verdade os alemães, “como bons patriotas”, apenas afirmaram a existência de uma única religião, a Pátria. Como grande parte da população era analfabeta, não poderia conhecer a história e avaliar os males que a Grã-Bretanha provocou ao país. Já os alemães eram “os únicos que nunca nos fizeram mal, os que lutam de alma e coração por uma causa nobre, justa e humana”. Em suma, identificam três causas que explicam por que motivo a opinião pública defendia a Grã-Bretanha e atacava a Alemanha: “a campanha política” dos reviralhistas, a obsessão católica e o analfabetismo. Diziam-se adeptos do Estado Novo, embora afirmassem ser livres para não concordar com tudo. Afirmam não ser religiosos, mas sim “republicanos e tolerantes” e fazem alusão a diversos acontecimentos históricos, de forma a provar o quão pernicioso havia sido a «aliança inglesa» (AOS/CO/PC-3E, pasta 9).

O papel das instituições alemãs, a pressão sobre as autoridades portuguesas e a sua resposta

A aproximação cultural dos dois países é feita recorrendo a diversos instrumentos e intensamente fomentada pelas instituições alemãs, mas também por alguns dos homens do regime, como tivemos ocasião de ver. A estratégia passa, em grande medida, pela realização de exposições artísticas em Portugal e na Alemanha, pela presença de altos dirigentes alemães (como Speer) em Portugal e altos dirigentes portugueses na Alemanha, pela troca de missões, distribuição de folhetos e revistas, financiamento de jornais e revistas, ou pela oferta de livros. Ao promover o intercâmbio, incluindo o de professores universitários, a propaganda articulava-se, de forma muito estreita, com o mundo académico. Nesta “guerra” pela conquista de simpatias e apoios, procurava-se realçar as relações centenárias entre os dois povos, contrapondo à «aliança inglesa», uma outra aliança mais antiga e, sobretudo, mais 'desinteressada'. O livro *Oito Séculos de História Luso-Alemã* (Strasen/Gândara 1944) é, sem dúvida, o exemplo acabado desse esforço. Segundo a

revista *A Esfera*, o livro “merece a classificação de admirável” e afirma-se que os autores (*AE* n.º 107: 21)

realizaram um trabalho honesto, alheio a finalidades propagandísticas. Apresentam-nos um panorama magnífico, que se estende através dos séculos e alcança as idades líticas e dos metais. Mas o desdobrar deste longo diálogo de amizade entre portugueses e alemães.(...) a amizade dos dois povos europeus, através dos tempos, não podia encontrar ilustração mais rica de ensinamentos (...) De então até aos nossos dias, não mais deixaram de conviver, como que em família, o teuto e o português.

Escrito no final de 1944, numa altura em que a derrota do Nacional-Socialismo era já iminente, os autores do livro *Oito Séculos de História Luso-Alemã* esforçam-se por provar que a amizade luso-alemã, firmada “logo no alvorecer de Portugal como Nação”, é “a mais desinteressada, tranquila e persistente que regista a história das relações entre os povos” (*Strasen/Gândara* 1944: 15). A fechar o livro, num tom melancólico e saudosista, anuncia-se o fim de um ciclo de intenso relacionamento, mas de esperança na sua continuidade (*ibidem*: 464):

A vida continua. Sejam quais forem as vicissitudes do Porvir, uma coisa se pode afirmar, com o exemplo e o penhor de oito séculos de estima e de cooperação recíprocas, de camaradagem europeia e de identidade de objectivos espirituais: a tradicional amizade luso-alemã viverá sempre, porque corre no sangue dos dois povos!.

Os argumentos esgrimidos ao longo do livro são certamente questionáveis, mas a verdade é que este tipo de discurso, que procura num passado longínquo as raízes do contacto entre portugueses e alemães, teve os seus continuadores.

Em 1940, em homenagem ao duplo centenário que em Portugal era comemorado, sai também, sob a chancela da Universidade de Colónia, uma edição dedicada ao país. Incluíram-se, neste volume, textos de lusitanistas alemães, mas também de Albin Eduard Beau ou de Gustavo Cordeiro Ramos. No prefácio, Otto Kuhn, reitor daquela universidade, recorda a luta empreendida contra os “Sarracenos” em prol da independência, uma luta à qual a cidade hanseática de Colónia também se terá unido, através dos seus cruzados. Este livro ilustrava, nas palavras do reitor, a forma como o povo alemão estava atento à vida cultural do povo português (Portugal ..., 1940: 5). Mais do que isso, este livro, assim como os *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, ilustram a forma como a propaganda alemã actuava, em Portugal, sobre a elite política e cultural portuguesa.

Também o *Boletim da Igreja Evangélica Alemã* dedica, no mês de Agosto, um número especial às comemorações do duplo centenário, evidenciando o importante papel desempenhado pelas instituições alemãs na intensificação do intercâmbio entre os dois países. Hoyningen-Huene, no boletim, congratula-se pelo facto de Portugal festejar “orgulhosamente oito séculos da sua grande e gloriosa História, no decorrer dos quais Alemães compartilharam e

colaboraram nos seus destinos” (*Deutsches Evangelisches Kirchenblatt für Spanien u. Portugal*, Agosto 1940, ano 14: 1) e o pastor Paul Wilhelm Gennrich recorda também que “desde os primeiros tempos do estado Português havia alemães que tomaram parte no desenvolvimento de Portugal e colaboraram para o bem da nação que os chamou, ou que lhes concedeu a sua hospitalidade” (*ibidem*: 4).

Estas três referências são apenas exemplos da forma como a cultura foi instrumentalizada pela propaganda para transmitir a sua mensagem, de forma astuta, entre um público académico.²¹ Esta extraordinária máquina de propaganda montada por Goebbels, teve na Legação da Alemanha e no Barão Von Hoyningen Huene, fiéis executores. Acreditamos que, a partir da chegada de Huene a Lisboa, o esforço propagandístico evoluiu de forma ascendente, até porque coincidiu com uma importante fase da evolução do conflito, que corria de feição para os alemães. O chefe da Legação alemã terá sido um dos principais mentores da propaganda e a Legação assumiu um papel importantíssimo neste processo. Terá até adquirido um prédio de grandes dimensões com vista ao alargamento dos serviços de propaganda. Assinou ainda um contrato com o Teatro Ginásio, que abriria apenas para passar filmes de propaganda, ampliando assim uma actividade desenvolvida pelo Clube Alemão. O contrato não terá sido, contudo, autorizado pela Inspecção-geral dos Espectáculos (AOS/CO/PC-3E, pasta 14). Na opinião do director dos serviços de censura, os alemães, liderados pelo Dr. Klein, desenvolveram “uma obra de absorção dirigida à opinião pública” (AOS/CO/PC-3E, pasta 14.). A análise do papel da Legação, assim como de outras instituições, como o Clube Alemão, a Escola Alemã, os institutos alemães (como o da Universidade de Coimbra), o Grémio Luso-Alemão, estão para além do objectivo deste trabalho. Pretendemos apenas chamar a atenção para a sua importância e trazer alguns dados para esta nossa interpretação que ajudarão, certamente, a compreender a dimensão adquirida pela propaganda alemã.

O *NSDAP*, também representado em Portugal, era um dos centros organizadores da propaganda. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, a representação do Partido Nazi teria por objectivo “proteger e orientar os alemães residentes no estrangeiro”, cabendo-lhe “a propaganda e o desenvolvimento do germanismo no

²¹ Veja-se, por exemplo, o caso da cidade de Braga referido por Wernert. De acordo com o diplomata francês, os habitantes desta cidade eram “doutrinados” por uma propaganda “hábil”. Os alemães haviam instalado em Braga “uma verdadeira casa alemã” ligada ao Instituto Alemão do Porto, possuindo “salas de conferência e de leitura, uma biblioteca e um serviço de imprensa” dotados de “fundos substanciais”. Wernert destaca ainda, na descrição que faz, os meios culturais e financeiros que os alemães dispunham (Wernert 1945: 578).

estrangeiro”, evitando a desnacionalização. A secretaria-geral da Organização Estrangeira tinha a sua sede em Berlim. Numa estrutura de comando descentralizada, cabia aos chefes de departamento no estrangeiro zelar pela execução da propaganda e, para tal, dispunham de várias instituições como a Frente de Trabalho Alemã, a Secção Cultural, a secção da *HJ*, a secção de Alta Cultura, a secção de Imprensa, ou, entre outras, a secção de Escolas (D GARQ, AOS/CO /NE-2, pasta 17).

Na maioria das vezes, os indivíduos ligados à organização do partido, desempenhavam importantes funções na Legação, que exercia fortes pressões sobre o governo português. As queixas ao MNE eram frequentes, contendo muitas delas ameaças latentes. Numa das queixas endereçadas, a Legação considera que uma montra organizada pela propaganda inglesa, que fazia alusão ao facto de a concessão das bases das Lajes ser crucial para o esforço de guerra, poderia ser prejudicial para os interesses do país ao contradizer a atitude neutral do governo (D GARQ, AOS/CO/PC-3E, pasta 23). Outras vezes, acusam a própria censura de ser benevolente em relação à propaganda dos Aliados, de ser parcial e até de não agir em conformidade com a política de estrita neutralidade do governo nem com a política de boas relações existentes entre os dois países (D GARQ, AOS/CO /NE-2, pasta 30). Ou até que a maioria dos jornais portugueses manifestam uma atitude anti-alemã, não favorecendo as boas relações entre os dois países. Trata-se de acusações que as autoridades procuram, imediatamente, negar. Num relatório escrito pelo Major Álvaro Salvação Barreto, director dos Serviços de Censura, considera-se que a qualificação de anti-alemã atribuída aos jornais não é bem fundada e chegam a contabilizar o número de telegramas da *DNB* e do *Exchange Telegraph* publicados nos principais jornais, de 1 a 24 de Outubro de 1940. Explicam que a diferença se deve ao facto de as acções mais importantes da guerra se desenrolarem em Inglaterra, pelo que era "natural" que escolhessem essa proveniência. A imprensa portuguesa, na sua opinião, esforçava-se por informar os portugueses com informações dos dois lados. Aceita que, com excepção do *Diário da Manhã*²², existia uma tendência para valorizar o esforço inglês, que era, todavia, contrariada pela censura. Mas a verdade é que, se por vezes os alemães se queixavam da atitude da imprensa, outras vezes felicitavam a sua atitude “amigável”²³ e os próprios Aliados também

22 Segundo um Relatório do SPN “o Diário da Manhã e o Diário de Notícias [são] de tendências mais germanófilas na selecção e titulação dos telegramas” (D GARQ, Ministério do Interior/Gabinete do Ministro, caixa 84, maço 526, Relatório do SPN. Aspectos da Imprensa Diária de Lisboa e Porto no mês de Janeiro de 1942. 31.1.1942, 5-6).

23 O representante português em Berlim informava o Presidente do Conselho: “Há dias tive uma longa conversa com o Ministro da Propaganda Dr. Goebbels. Referiu-se às excelentes impressões que ouvia de

se mostravam insatisfeitos pela actuação da censura e pela posição dos *media* portugueses. O *New Chronicle*, de 11 do Outubro de 1940, chega a defender que a imprensa é orientada pelo regime de forma a favorecer o Eixo (DGARQ, AOS/CO /NE-2, pasta 35). A própria Embaixada inglesa comenta a atitude pouco neutral de Portugal em relação à Alemanha. Segundo um documento do Arquivo Oliveira Salazar, um Conselheiro da Embaixada de Inglaterra queixou-se veementemente da forma de actuação da PVDE, acusando-a de prender “arbitrariamente súbditos ingleses e portugueses amigos d’Inglaterra” e de os perseguir, o que “podia dar maus resultados pois o seu procedimento (...) estava contribuindo para envenenar as relações entre os dois países”. O mesmo conselheiro afirmava que os alemães “visavam como era seu costume, a divisão dos portugueses e o estabelecimento da desordem. Assim, estava fazendo o seu jogo” (AOS/CO/PC- 3E/16).

O governo e as instituições portuguesas estavam, sem dúvida, a par das actividades da propaganda alemã e, sobretudo, da forma como esta se repercutiu entre a opinião pública. No seguimento da queixa do conselheiro da Embaixada Inglesa à qual já fizemos alusão, as Conclusões a que chegou o Gabinete de Coordenação deram origem ao documento intitulado «Defesa da opinião portuguesa contra a propaganda estrangeira» (DGARQ, AOS/CO/PC- 3E/20). Nesse documento afirma-se que o gabinete insiste em limitar a propaganda estrangeira em Portugal e são feitas as seguintes propostas:

- reduzir mais a publicação de artigos e gravuras de propaganda, especialmente nos jornais de província;
- proibir as publicações de propaganda escritas em língua portuguesa e impressas fora do país;
- fazer depender de censura prévia a distribuição de publicações de propaganda, por qualquer via importadas do estrangeiro, e escritas em qualquer língua;
- não permitir a impressão em Portugal de publicações periódicas de propaganda estrangeira, salvo os casos que seguem, na parte aplicável;
- autorizar a distribuição individual de Boletins de informações, passados a ciclostilo, um por cada uma das secções de imprensa estrangeiras que já distribuam tais publicações, depois de submetida ao visto dos Serviços de Censura;
- legalizar em todos os casos a publicação dos Boletins dos Institutos estrangeiros de cultura;

todos os alemães vindos de Portugal. Fez grandes elogios à atitude correcta e amigável da nossa imprensa, e acrescentou logo a seguir, que também nós não devíamos ter motivos para queixar-nos do tratamento que nos dispensa a imprensa alemã. Falámos ainda sobre muitos outros assuntos” “Tenho conseguido ultimamente relacionar-se com várias personalidades alemãs interessantes. Neste país em que pode dizer-se que não há imprensa, as relações pessoais são o único meio de que dispõe um diplomata estrangeiro para orientar-se” (AOS/CD-21/4/2, p.86v.).

Afirma-se peremptoriamente que “a Direcção dos Serviços de Censura orienta-se, de há muito, por estes princípios”. Propõe-se ainda “restringir às firmas das nacionalidades interessadas a faculdade de expor fotografias de propaganda, mediante a informação prestada ao Governo Civil pelos Serviços de Censura e a prévia aprovação pelos mesmos dos projectos da exposição”, “atribuir à Inspecção dos Espectáculos – e a titulo de experiencia - o encargo de exigir dos gerentes dos cinemas a passagem de documentários de origem variada”, “recomendar à Inspecção dos Espectáculos que não autorize arrendamentos de cinemas para sessões organizadas por agentes de propaganda” e “proibir a assistência dos nacionais” a cinemas privativos (*ibidem*).

Os serviços de censura, pela mão do seu director, procuram responder a este problema, defendendo-se o condicionamento da propaganda estrangeira. Também os Relatórios do SPN alertam para “a necessidade de ser mantido a todo o custo, nas Crónicas da Situação Internacional, um rígido critério de neutralidade” (DGARQ, Ministério do Interior/Gabinete do Ministro, caixa 84, maço 526, Relatório do SPN. Alguns apontamentos relativos às revistas portuguesas publicadas em Novembro de 1942, 3). Manter a neutralidade não era, contudo, tarefa fácil, uma vez que ainda em 1942 se sente que “continua a acentuar-se a propaganda de guerra, por parte de certas potências que participam no conflito. Que nos lembre de momento, só a Acção Nacional (Aveiro) se mantém neutral” (DGARQ, Ministério do Interior/Gabinete do Ministro, caixa 84, maço 526, Relatório do SPN. Relatório Mensal da Imprensa de Província. Julho 1942).²⁴

Manter o equilíbrio face às constantes queixas e acusações feitas por ingleses e alemães exigia uma grande atenção e um grande esforço por parte dos serviços de censura, que não foram sempre assegurados. Já no final da guerra na Europa, em carta ao Presidente do Conselho, datada de 21 de Abril de 1945, Mário Figueiredo dá conta

da forma como a nossa Censura à imprensa está interpretando e executando as instruções que lhe devem ter sido dadas, segundo aquilo que convém à política seguida pelo nosso Governo (...) Só em Portugal a Censura impediu a publicação de notícias sobre os campos de concentração (...) É preciso que se saiba lá fora que a nossa repulsa por esses horrores é tão grande como a do resto do Mundo civilizado, é preciso que se saiba que nós portugueses não nos identificamos com tal gente (...) é isto o que, espero, Vossa Excelência sem dúvida saberá fazer ver aos serviços da Censura à imprensa (DGARQ, AOS/CO/PC- 3E/20).

²⁴ Ainda em 1945, o vice-cônsul do Porto queixava-se ao Ministro da Propaganda da França, em Lisboa, que a propaganda alemã subsidiava o principal jornal local de Braga, o *Correio do Minho*. (Wernert 1945: 579).

A posição assumida pelo governo português ao longo do conflito foi alvo de preocupação no final da guerra. Como demonstra esta citação, era importante que se transmitisse a ideia que Portugal manteve uma posição neutral, de afastamento em relação à Alemanha. Não foi, contudo, tarefa fácil, até porque se cometeu a “desatenção” (ou não) de se decretar três dias de luto pela morte do Führer. Foram enviadas condolências à Alemanha e a bandeira foi colocada a meia haste. Em Portugal, rezaram-se ainda missas pelas almas de Hitler e Mussolini e a Igreja recusou-se a realizar uma cerimónia pela libertação de Bruxelas. Franco Nogueira relata o sucedido (Nogueira 2000: 566):

Em Lisboa, considera-se, à morte de Hitler, que se está perante o falecimento do chefe de estado de um país que tem com Portugal relações diplomáticas normais. Num momento de desatenção, Teixeira de Sampaio determina que o protocolo do Estado, embora de forma limitada, tome medidas usuais: não se decreta luto nacional; mas são içadas bandeiras a meia-haste. Desencadeia-se por toda a parte uma reacção exasperada: como pode o governo português exprimir pesar pela morte de Hitler? Estupefacto, o *Foreign Office* pergunta para Lisboa: «é mesmo verdade?»

No Arquivo Oliveira Salazar, por exemplo, é possível consultar as várias queixas endereçadas ao Presidente do Conselho, contra a “atitude nazista” do governo e pedindo-se a demissão do ditador (DGARQ, AOS/CO/NE-2, pasta 54). De acordo com uma escuta de 4 de Maio de 1945 (*ibidem*), a Estação Brazzaville, na África equatorial francesa noticiou que

só três países apresentaram condolências à Alemanha pelo falecimento de Hitler. Foram eles: Portugal, Espanha e a Irlanda do sr. De Valera. Não se tratou de uma simples convenção de neutralidade, mas sim uma prova de condolências pela morte de um bandido. Não foi o povo português que venerou Hitler, nós sabemo-lo, mas tudo isto é lamentável. Estas mensagens foram um insulto aos heróis abatidos nesta luta; um insulto às vítimas dos campos de concentração (...) Na igreja dos Mártires, de Lisboa foi celebrada missa por alma de Mussolini e depois pela morte de Hitler. Não sabemos como responder à recusa das autoridades eclesiásticas de Lisboa, quando da libertação de Bruxelas, a legação belga de Lisboa solicitou a realização duma missa nessa igreja, proibição essa à ultima hora, quando a igreja estava repleta de fieis. Recordo estas palavras: ‘quer se queira quer não, o mundo está em plena revolução social’, disse no passado mês de Fevereiro o patriarca de Lisboa e acrescentou: ‘Quando uma ordem social não corresponde ao bem comum da sociedade está condenada a desaparecer’. Não foi o povo português que lamentou a morte de Hitler, foi o seu governo.

“Desatenção” ou não da parte do governo em declarar luto pela morte de Hitler, a verdade é que esta atitude desencadeou uma onda de protestos contra Portugal. Este facto demonstra, por si só, o quão difícil foi para o regime português manter um equilíbrio neste conflito, até porque, se a “História”, como sublinhava Salazar, e os “Negócios” o colocavam ao lado da Inglaterra (ainda que a compra de armamento à Alemanha tivesse alterado um pouco o tradicional quadro da Balança Comercial portuguesa), ideologicamente, o Estado Novo alinhava com os países do Eixo. Esta evidência ajuda a

compreender, em parte, as opções, por vezes inconstantes, que foram sendo tomadas ao longo do conflito no âmbito de uma neutralidade pouco estrita.

Concluindo o que foi dito ao longo deste capítulo, há que lembrar que o ditador português não era um apoiante confesso da solução nacional-socialista experimentada na Alemanha, embora também não o fosse da solução democrático-parlamentar inglesa, e deixou a sua posição, por diversas vezes, bem expressa. Nos discursos, Oliveira Salazar procura, sistematicamente, diferenciar o seu Estado Novo do totalitarismo, ainda que a maioria dos teóricos do regime afirmassem o contrário. Salazar procurou antes mostrar o regime como original, diferente, como uma solução *sui generis* aplicada ao caso português. Com este propósito, no discurso proferido no 1.º Congresso da União Nacional (1934), Oliveira Salazar afirmou (*apud* Torgal 2009, I: 257):

e todavia é preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o *Estado Totalitário*. O Estado que subordinasse tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça por ele representada, na moral, no direito, na política, na economia, apresentar-se-ia como onipotente (...) e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecederia os regimes liberais (...) Tal Estado seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã.

Apesar da posição do líder, entre uma parte da elite político-cultural do Estado Novo e até mesmo no seio das suas instituições, houve claramente uma aproximação à ideologia e à *praxis* política que a Alemanha, nos anos 30 e 40, experimentava. Isto é, mesmo que alguns indivíduos rejeitassem a adopção da ideologia nacional-socialista, pelo paganismo e pelos impulsos ultra-imperialistas²⁵, não deixam de olhar com simpatia a forma como a Alemanha, “humilhada” pelo Tratado de Versalhes, se erguera e opusera em marcha uma “Revolução Nacional”.

Outros dos indivíduos aqui abordados, pelo contrário, exprimiram, pública e inequivocamente, a afinidade ideológica nutrida em relação ao Nacional-Socialismo. Na época, o termo «germanófilo» era utilizado, correntemente, para os apelar.²⁶ No entanto,

25 Note-se que o imperialismo alemão, que criticam, é um imperialismo continental, europeu, ao contrário do português, ultramarino e alicerçado, pela propaganda do regime, em “direitos historicamente adquiridos”.

26 O diplomata Wernert, várias vezes aqui citado, utiliza o termo e elenca uma série de indivíduos da elite local bracarense, que acusa de germanofilia: “Entre os mais fanáticos germanófilos citamos: M. Carlos Salazar Mourão, suplente do Conselho provincial do Minho, comandante da secção local da Legião, instrutor da Mocidade Portuguesa, chefe do serviço de racionamento de Barcelos. É ele o homem de confiança dos Alemães nesta região, detendo a chave dos armários e dos baús onde os serviços alemães guardam o seu material de propaganda e os seus filmes; é ajudado na campanha pró-alemã por MM Cerqueira Gomes, Cunha Matos, Manuel d’Araújo, Alfredo Soares Silva, este último director dos sindicatos da região; Teotónio dos Santos, Teófilo Esquível, R.P. Júlio Vaz, R.P. António Vaz, R. Alberto Braz, R.P. Aloísio e por fim o Governador Civil (Henrique Cabral) e o seu adjunto Vilas Boas”

cabe hoje dizer que esta designação, herdada dos anos da I Guerra Mundial, é demasiado redutora e repleta de ambiguidades. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, «germanófilo» é definido como aquele “que é amigo ou grande admirador da (...) Alemanha ou dos alemães”.²⁷ Júlia Leitão de Barros, na entrada sobre «Germanofilia», no volume I do *Dicionário de História do Estado Novo*, escreve o seguinte: “os amantes da cultura germânica e os partidários da política alemã são conhecidos como germanófilos” (379). Tal como Manuel Loff (Loff 2008: 65), acreditamos que estes homens são muito mais do que meros admiradores ou amigos, eles comungam dos mesmos ideais e acreditavam profundamente na Nova Ordem que estava a ser forjada.

No seio das organizações do regime, tais como a Mocidade Portuguesa, a LP ou a FNAT, as relações com organizações congéneres alemãs são muito intensas. Essa aproximação não é apenas fomentada pelos dirigentes e diplomatas alemães, é também procurada pelos dirigentes portugueses que olham para a *HJ* ou para a *KdF* como modelos a imitar para a formação de um «Homem Novo» que deveria pôr em prática a construção de um «Novo Estado» e de uma «Nova Ordem».

O perfil destes indivíduos é muito semelhante. São homens do regime, embora alguns não se revejam a cem por cento na solução salazarista, são dirigentes das organizações mais fascizadas, são ministros, jornalistas ou professores universitários, sobretudo oriundos da Universidade de Coimbra. Extraídos de uma classe alta e letrada, inserem-se numa tradição intelectual que olha para a Alemanha como o berço da música e da literatura eruditas, da Filosofia, da técnica e do conhecimento mais avançado. Falavam alemão e frequentaram, na maioria dos casos, universidades alemãs, muitos recebendo bolsas ao abrigo do acordo estabelecido entre o DAAD e o IAC. Todos eles manifestavam as suas simpatias pela Alemanha em revistas e jornais (não só os financiados pela propaganda alemã). Acreditavam, por outro lado, veementemente, numa solução autoritária, anti-liberal e anti-marxista. *Se no domínio económico a Alemanha não consegue bater a “Velha Aliada”, pelas*

[“parmi les plus enragés germanophiles on cite : M. Carlos Salazar Mourao de Campos, suppléant du Conseil provincial du Minho, commandant de a section locale de la Légion, instructeur de la «Jeunesse Portugaise», chef du service de rationnement de Barcelos. C’est lui qui est l’homme de confiance des Allemands de cette région et qui détient les clefs des armoires e des coffres où les services allemands enferment leur matériel de propagande et leurs films ; il est aidé dans sa campagne pro-allemande par MM. Cerqueira Gomes, Cunha Matos, Manuel d’Araújo, Alfredo Soares Silva, ce dernier directeur des «syndicats ouvriers» de la région ; Teotónio dos Santos, Teófilo Esquível, R.P.Júlio Vaz, R.P.Anntónio Vaz, R. Alberto Braz, R.P.Aloísio et enfin le Gouverneur Civil (Préfet de la ville Henrique Cabral e son adjoint Vilas Boas”]

(Wernert 1945: 580).

27 Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, tomo II, Lisboa, Temas e Debates, 2003,1878

“ancestrais” ligações estabelecidas²⁸, a nível cultural o panorama altera-se visivelmente. A Alemanha surge na vanguarda da cultura e da tecnologia. Vende armamento, recebe missões, envia formadores, recebe portugueses nas suas universidades, onde os formam e moldam. Trata-se de um relacionamento que procura ser global, abarcar todas as áreas, do militar ao artístico, passando pelo científico e pelo económico.

Constantemente atacada por estes homens, que viam na Alemanha uma alternativa credível e ideologicamente próxima, a Inglaterra era vista como a grande promotora do Tratado de Versalhes, por eles considerado um “documento monstruoso”. Aquilino Ribeiro, por exemplo, no livro *Alemanha Ensanguentada*, ergue por diversas vezes a sua voz contra a injustiça a que se sujeitou a Alemanha no pós-guerra. O primeiro grande ataque perpetrado por todos aqueles que se identificavam com o regime Nazi, ou que por ele nutriam qualquer sentimento de empatia ou até de admiração, era dirigido contra o Tratado de Versalhes, que serve mesmo para desculpar a guerra. É apresentado como o próprio culpado pelo conflito, uma vez que trazia em si o seu gérmen. Ao ditar as condições para a paz, criou novos países, e reduziu a Alemanha a “proporções ridículas”, “cortando ao meio uma nação” (Leone 1940: 17). Também Salazar considerava que as exigências impostas à Alemanha no final da guerra estiveram na base do aparecimento do regime nazi. Sujeitara-se este país a uma “espécie de minoridade que violentava a sua consciência nacional” (Salazar 1943.: 107). A Alemanha ter-se-á então reerguido motivada pelo desejo “senão de revindita”, pelo menos de “unidade”, de “plenitude da soberania” e da “recuperação da anterior grandeza” (*ibidem*: 107-108). Tudo isto levou “a política europeia a enrodilhar-se impensadamente na aversão ao sistema político, a tentar isolá-lo e a criar barreiras ideológicas que já não coincidiam com os interesses aliados e não tinham mesmo lógica, desde que as «grandes democracias» se vangloriavam da contribuição soviética” (*ibidem*).

O receio do comunismo é um sentimento que perpassa nos escritos de todos eles. Para muitos, o Comunismo era o responsável pelo caos económico, social e político que a Alemanha viveu. Alguns destes indivíduos são figuras que apoiaram de forma incondicional Salazar e o regime português. Olham assim para a Alemanha como o grande baluarte ocidental do autoritarismo, o único país com um exército capaz de impedir a invasão da Europa pelo Comunismo (Leone 1941:108), como se depreende das palavras de João Ameal (1938: 34):

28 Há que referir, contudo, que as relações comerciais entre os dois países atingiram uma dimensão nunca antes vista. Em 1942 e 1943 a Alemanha é, inclusivamente o principal exportador para Portugal (Loff 2005: 35).

Hitler, pela sua reacção vigorosa e triunfal, soube levantar a barreira mais eficaz - barreira intransponível - à marcha para Oeste da epidemia marxista. Título de glória suficiente para lhe render a justa gratidão de todos os povos do ocidente em perigo.

É claro que muitas das ideias e imagens que perpassam na mente destes indivíduos são o reflexo da mensagem que a propaganda alemã se esforçou por fazer passar em Portugal. O regime nacional-socialista manobrou de forma nunca antes vista, com um intuito propagandístico, os instrumentos que tinha ao seu dispor. O objectivo do esforço propagandístico alemão não era, certamente, conseguir levar Portugal a integrar o Eixo na luta armada contra os Aliados. Até porque, a verificar-se a entrada na guerra ao lado do Eixo, dadas as condições e a fraca preparação do exército português, esta participação transformar-se-ia num fardo que a Alemanha teria de carregar. Ao actuar de forma sistemática no país, a máquina de propaganda alemã tinha, obviamente, outros objectivos. *A propaganda alemã actua, sobretudo, num plano ideológico e cultural. O objectivo que esteve sempre subjacente a este esforço foi antes a procura de uma aproximação ideológica entre os dois países, através da comunhão dos mesmo ideias, autoritários, fascistas, de cariz totalitário, da mesma crença numa Nova Era e da concretização de uma Revolução Nacional. Tratou-se de uma propaganda que, na maioria das vezes, se infiltrou de forma subtil, inteligentemente orquestrada e centrada na cultura e no lazer.*

O próprio Führer tinha consciência que a propaganda difundida no interior do Reich, com uma mensagem simples e dirigida ao “coração das massas”, não poderia ser utilizada no estrangeiro. No estrangeiro, deveria ser dirigida sobretudo às elites, até porque a esmagadora maioria da população portuguesa era analfabeta e quem detinha o poder era, sem dúvida, a elite. Ela deveria estreitar os laços ideológicos, chegar a pessoas que demonstrassem simpatias em relação à Alemanha, mas que tivessem poder e capacidade para difundir a mensagem que se pretendia. Facilitaram-lhes, inclusivamente, o desenvolvimento de estudos naquele país, o que era considerado por Hitler “uma boa política”, como já aqui foi referido, por transformar esses indivíduos em “amigos para a vida” (Trevor-Roper 2000: 421). A propaganda não procurou apenas facilitar o papel da diplomacia, até porque ela era, em grande parte, controlada e dirigida pela Legação da Alemanha em Lisboa. A propaganda alemã seguiu também dois caminhos em Portugal, através do meio diplomático, mas também por intermédio das instituições alemãs, algumas já existentes, outras criadas *a posteriori*, mas todas elas procurando tornar compreensível a mensagem do Nacional-Socialismo, os discursos, as ideias e os projectos do seu Führer. Existiam, no fundo, várias instituições a trabalhar em simultâneo, todas elas pondo em prática as directrizes emanadas do Reich. Podemos afirmar que, *pela primeira vez, a cultura alemã*, uma cultura obviamente filtrada pelo regime nacional-socialista, *entra em Portugal de*

forma directa, sem uma intermediação francesa ou inglesa, de “braço dado” com a propaganda que o Ministério de Goebbels canalizava para o país.

A JOVEM EUROPA
ESTUDO DE CASO

A Jovem Europa: Estudo de caso

Contextualização

O financiamento e publicação de revistas de propaganda foi um método muito utilizado tanto pelos alemães como pelos ingleses. *A Esfera*, a *Sinal* e *A Jovem Europa* são apenas alguns exemplos de revistas financiadas e/ou publicadas pela propaganda alemã. Neste capítulo recorreremos a uma delas, à revista *A Jovem Europa*, como estudo de caso para a análise do fenómeno da propaganda em Portugal.

A Jovem Europa. Folhetos da Juventude Académica da Europa, era, como o título indica, uma revista dirigida à juventude académica europeia. Gratuitamente distribuída, apelava claramente a uma intervenção activa na discussão política e ideológica. À semelhança de outras revistas, como a *Sinal* (Rutz 2007), *A Jovem Europa* foi publicada em diversas línguas (alemão, finlandês, espanhol, francês, búlgaro, italiano, etc.). Diferia, contudo, daquela em relação ao formato e à complexidade dos textos. Apesar de ambas obedecerem ao mesmo objectivo propagandístico, o público a que se dirigiam era um pouco diferente. A *Sinal*, de grande formato, integrava textos de menores dimensões e imagens e fotografias de grande dimensão e muitas vezes a cores. Na revista *A Jovem Europa* verifica-se, pelo contrário, uma ausência de imagens e uma maior complexidade dos artigos, quer pelo tema em si, quer pela linguagem utilizada.

Em Portugal editaram-se apenas seis volumes desta revista (Anexo 31), durante o ano de 1942, pela Sociedade Astória, que foi responsável pela impressão de vários livros e folhetos de propaganda alemã. Siegfried Graf zu Dohna foi o redactor principal da edição portuguesa, ele que era representante do Intercâmbio Cultural Académico em Portugal e que esteve também no país como bolseiro, ao abrigo do acordo assinado entre o DAAD e o IAC (AHIC, 1537/2 Deutscher Akademischer austauschdienst de Berlim - 2.º volume, doc. 1), o que vem demonstrar, uma vez mais e de forma inequívoca, o importante papel que as instituições alemãs desempenharam neste período.

A revista constitui um panfleto que apela ao activismo dos jovens em defesa da causa alemã, que afirmam ser também uma causa da civilização europeia e cristã. Apela-se aos camaradas que combatem na Frente Leste, mas também aos “combatentes espirituais nas Universidades e Academias” para que colaborem com a revista, enviando artigos sobre a revolução espiritual e política, a nova ordem, ou relatórios acerca guerra. Logo no primeiro volume, o editor afirmava que aquela revista pretendia ser, durante a guerra, “uma fonte de comunicados actuais da luta pela liberdade da Europa” e que através de todos os textos publicados se reforçaria a camaradagem que unia a juventude europeia (vol.1/2, 1942: 3-4).

O intuito era criar um elo de união entre os europeus que lutavam contra o comunismo e que acreditavam na «Nova Ordem». O próprio editor propõe que a revista servisse para, mensalmente, permitir a reunião espiritual de todos os “jovens devotados”, de todos os “que na frente intelectual das Universidades e das escolas superiores do continente, lutam com a palavra e com a pena pelo renascimento da nossa antiga e venerável cultura e pela edificação de novas bases da vida espiritual e política da Europa” (*ibidem*: 3).

De facto, a revista é constituída por textos de militares, mas também de intelectuais, de toda a Europa, de Portugal à Roménia, da Noruega à Itália. Nela incluem-se artigos de Cordeiro Ramos, de Alfredo Pimenta ou excertos de textos de Oliveira Salazar ou de Oliveira Martins, que estão incluídos não apenas na edição portuguesa, mas também nas outras edições, como a alemã ou a francesa, por exemplo. A estratégia de reunir textos de indivíduos de diversas nacionalidades visa reforçar a ideia de que aquela é, de facto, uma causa que une toda a Europa, toda a civilização europeia e cristã, contra os seus adversários, isto é, os democratas e os comunistas. Para além destes textos, incluem-se textos de intelectuais alemães (como Goethe, von Clausewitz) e também discursos proferidos pelo Führer, que é colocado no pedestal da cultura germânica. Chega a ser considerado “o maior clássico da Nova Alemanha”, “um dos grandes clássicos da Alemanha” (*ibidem*: 59-60), inserindo-o na senda da tradição literária alemã. Para o justificar, referem que no seu livro podem ser lidas passagens que bem poderiam ter sido escritas por grandes poetas. Nos vários volumes surgem, por vezes, textos que se expressam de uma forma bastante elogiosa em relação a Hitler. No entanto, este não é o tema mais explorado. São sobretudo textos sobre o europeísmo fascista/a «Nova Europa» e sobre a «Cruzada anti-bolchevique» que predominam, dois temas capazes de mobilizar a opinião pública. Mais importante do que saber quem escreve os artigos, se é que foram esses os seus autores, é compreender o conteúdo daqueles textos, os quais reflectem, em parte, a linha de acção da propaganda alemã. Por fim, e antes de analisarmos estes dois temas desenvolvidos na revista, há que retirar duas importantes ilações iniciais, que corroboram a nossa tese:

- primeiro, esta revista, que foi também um dos instrumentos utilizados pela propaganda, foi promovida, uma vez mais, por instituições alemãs sediadas em Portugal;
- a segunda conclusão relaciona-se com o nível intelectual elevado dos textos publicados, o que prova que também *A Jovem Europa* se dirigia ao “público-alvo” de eleição da propaganda alemã;

Deutschland ordnet Europa neu²⁹: A Nova Europa e o europeísmo totalitário.

“O orgulho dos europeus não se deve limitar somente à sua pátria, mas especialmente devem ser conscientes de pertencerem à mesma comunidade de destinos europeus” (*AJE* vol. 3 n.º 4: 22).

A construção de uma Nova Ordem

Antes de analisar a mensagem europeísta contida na revista *A Jovem Europa*, será importante compreender a evolução da situação europeia no pós-I Guerra Mundial e a forma como essa realidade era assimilada, compreendida e conceptualizada pelo fascismo, que se apresentou como a alternativa à “velha” Ordem europeia. Como interpretavam a conjuntura europeia? Que problemas identificavam? Que alternativas propunham?

Entre aqueles que viveram este período, existia uma crença enraizada de que algo de novo estava a acontecer. Acreditava-se que aqueles eram tempos de mudança, que uma nova era se avizinhava. À queda de um “velho mundo”, um “novo mundo” emergiria. A esse “velho mundo” do Liberalismo, da Democracia, do Capitalismo, da “desordem” e do Comunismo, sobrepor-se-ia um outro, fascista, antidemocrático, antiliberal, anti-marxista. Encetando o que consideravam ser um novo processo revolucionário, mas desta vez ultranacionalista, apresentavam-se como uma terceira via. Uma terceira via em relação a quê? Em relação ao Liberalismo parlamentar e capitalista e ao Socialismo marxista, naturalmente. Esta “revolução” antiliberal era também antidemocrática. Opondo-se à luta de classes, apresentavam-se como os defensores não de uma classe, mas sim da unidade nacional. O comunismo era, para o fascismo, o principal inimigo, um vírus infiltrado, que contaminava a sociedade e, sobretudo, a nação. A cruzada anti-bolchevique constituía, assim, um dos elementos de maior mobilização.

Na Alemanha, esta «Nova Ordem» esteve associada à crise que o país viveu na sequência da derrota na I Guerra Mundial. A instabilidade política e social do pós-guerra, a Crise de 29 e a Depressão dos anos 30 abriram as portas à “revolução nacionalista”, que pôs em xeque o sistema político da República de Weimar. A instabilidade e a crise fizeram com que a população ansiasse por uma figura eminente, providencial, capaz de pôr cobro à desordem e de continuar a “revolução nacional”, que rapidamente foi identificada com Hitler e com o Nacional-Socialismo. O fim da República de Weimar e o renascimento da Alemanha eram desejados por muitos alemães, embora a maioria nem sequer fosse

29 A Alemanha reordena a Europa

membro do partido ou sequer seu votante, como refere Ian Kershaw (Kershaw 2003). O Partido Nacional-Socialista aproveitou, assim, a crise pós-1929 para lançar um discurso de afirmação nacional, bem aceite entre a opinião pública. O comércio havia decrescido, o desemprego aumentara, os salários diminuíram, os pequenos comerciantes estavam na bancarrota. Estava-se perante um Estado à beira da ruína. O Partido Comunista voltara a ganhar expressão e, em simultâneo, a população temia o renascer da revolução social do pós-guerra. A crise fez com que os alemães temessem a derrocada do capitalismo e da ordem social estabelecida, conduzindo o país a uma guerra civil. As palavras do escritor Aquilino Ribeiro, que esteve na Alemanha neste período, demonstram de forma eloquente a grave situação que a Alemanha atravessava (Ribeiro 1975: 7-8):

A Alemanha que perpassa nestas páginas fui surpreende-la no momento mais trágico e porventura singular da sua história; ao sair da guerra, rota, faminta, ulcerada, desiludida de Deus e de César, heróica sempre. Começara a operar o Diktat de Versalhes ou a cilindração dum povo, à valentona e com meticulosidade chinesa, como se faz à brita das estradas.

Exangue, sem fôlego, governada por fantasmas, só um cego não veria a tomar-se daquela febre que devia conduzir a Hitler e ao estado de exaltação patriótica que apavora o mundo. Dessa mesma, enferma e revoltando-se no desespero, sem a menor dúvida descende em linha recta a Alemanha que acaba de erguer a espada com o trémulo e sensual regozijo duma tribo de hunos chamada às armas. Em linha recta, sim, por contrapancada, como à violência erigida em sistema responde sempre a incompreensível reacção.

Os vários regimes autoritários de direita apresentaram-se como uma alternativa à anterior ordem vigente. Em oposição ao decrépito sistema parlamentar e contra as soluções marxistas-leninistas, surgem como os portadores de uma «Nova Ordem», de uma «ideia nova». Esta «Nova Ordem» consistiu num amplo projecto de cariz político, mas também cultural, racial e económico. Seria, no fundo, uma «Nova Ordem» ideológica, espiritual, política e económica. A nível económico significava romper com o “velho” capitalismo liberal, que fracassara por completo, e a crise dos finais dos anos 20 e início dos anos 30 provaria-o. A experiência da guerra mostrara já que a intervenção do Estado na vida económica era determinante. Ela implicava assim o desempenho de um papel activo, dirigista, por parte do Estado. Na Europa, a Alemanha projectava a construção de um «Grande Espaço Económico» (*Grossraumwirtschaft*), autárquico, através da conquista do espaço vital. No palco africano, a exploração dos recursos das colónias serviria de complemento. No pensamento de alguns dirigentes nacional-socialistas, e também nos argumentos veiculados pela propaganda, o europeísmo não se restringia ao domínio económico, abrangendo áreas bastante mais vastas. Face a esta retórica europeísta com que nos deparámos na revista *A Jovem Europa* e noutras fontes, há que colocar algumas questões importantes. Que concepção de Europa foi forjada na Alemanha nazi? Existiu um projecto

para a Europa, delineado pela Alemanha Nacional-Socialista? Ou foi uma mera utopia, uma mera retórica ao serviço da propaganda? Se ele, de facto, existiu, como foi planificado e conceptualizado? Em que se traduziria? E como foi gerido ao longo dos anos, desde a eclosão da guerra, até à derrota alemã?

A Europa como unidade política, cultural e económica? Ou a Europa como Alemanha?

No editorial do volume 3, n.º 4, da revista *A Jovem Europa*, definem-se de forma bem precisa os elementos que deveriam presidir à unidade europeia (*AJE*, vol.3, n.º 4: 3):

O primeiro elemento é a lei da unidade como justificação dum desenvolvimento político, económico, social e técnico, cujas forças só são para aplicar conscientemente sob grandes e poderosos pontos de vista produtivos. O segundo elemento é a lei de individualização como reconhecimento das forças próprias originadas nas históricas células da comunidade europeia, estimulando desde as origens a vida nacional. O terceiro elemento é finalmente a lei da chefia como verificação, da herança natural, na responsabilidade e esforço de todos os povos.

Deste trecho podemos retirar algumas conclusões acerca da ideia de “unidade europeia” veiculada pela propaganda alemã. Esta unidade deveria ser justificada pelas potencialidades de um desenvolvimento conjunto, a nível político, económico, social e técnico. Unida, esta «Europa» poderia recuperar a hegemonia que tivera e que, naquela altura, já dava mostras de grande debilidade. Não se põe em causa, contudo, a “célula” primária, ou seja, as nações. Não estava em causa uma associação de estados-nação, mas sim uma “união formal de povos europeus” (*apud* Mazower 2008: 557). Não se nega, nem se afirma a necessidade de apagar o nacionalismo “individualista” (em contraposição a um nacionalismo mais amplo, “europeísta”). E todo este esforço deveria assentar na ideia de uma chefia, tão própria dos regimes fascistas. Em suma, a concepção veiculada assentaria na “unidade” e na “individualização”, estruturas básicas identitárias, que seriam, por outro lado, congregadas por um elemento unificador, a liderança autoritária, “chave-mestra” do processo de construção de uma «Nova Ordem». O princípio da unidade iniciava-se, de acordo com outro artigo, com a “chefia única”, que seria “uma necessidade orgânica da organização totalitária da nação” (*AJE*, vol.4: 20). A sua importância teria um significado profundo (*ibidem*):

O chefe tem, em maior grau que todos os outros elementos revolucionários, a visão de profeta. Adivinha o Estado Novo. Prepara a revolução e ordena o ataque principal. Dirige a subida ao poder e estabelece uma linha de conduta para as modificações a realizar no Estado. Determina a fusão entre o partido e o Estado – frequentes vezes por meio da união pessoal. Finalmente coordena as energias do ressurgimento nacional.

O chefe não era apenas um dirigente técnico, um elemento da organização, ele era o espírito da organização, a força motriz do movimento. Era um representante, a

“personificação do mito e o símbolo de uma nova era” (*ibidem*: 21). À representação parlamentar faltava o espírito, era artificial. A personalidade era, assim, a forma de representação mais “natural, directa e popular” (*ibidem*), até porque o chefe se identificava com a “alma do povo” (*ibidem*: 22).

Segundo alguns autores³⁰, assim que o regime Nacional-Socialista se instalou na Alemanha, os projectos europeus foram parar aos “arquivos” (Soulier 1997: 253). Para outros, a Europa pensada pelos regimes fascistas era “a negação da própria essência europeia” (Carvalho 1995) ou um sonho com “formas anormais” (Nouschi 1996: 61). No fundo, todos eles partem do princípio que não existiram ideias europeístas. E se, ao contrário do que pensam, tiver existido uma concepção de Europa? Num dos textos de Hitler citados na revista *A Jovem Europa*, parece-nos ser incontestável a afirmação daquilo que alguns designam de «europeísmo totalitário». A definição de Europa por ele apresentada não é geográfica, pois essa, no seu entender não existia. Tratava-se antes de uma definição rática e cultural. Recorrendo a uma longínqua memória histórica do continente europeu, pretende demonstrar que o que separava a Europa da Ásia não eram os montes Urais, era sim “a forma de viver do ocidente e do oriente” (*AJE*, vol. 4, n.º 5: 4). Era desta Europa que, mais do que uma unidade geográfica, era uma unidade civilizacional e cultural, que a Alemanha nacional-socialista se apresentava como defensora. No mesmo texto, Hitler relembra que já os gregos haviam repellido os persas para defender aquilo a que chama de Europa, afirmando a sua *Germânia* como a continuadora da cultura e da civilização clássica. Essa Europa que os gregos haviam defendido, foi depois transferida para Roma. “Ao espírito e à cultura grega juntou-se o pensamento e a arte nacional romana” (*ibidem*) ou alcançou-se, como defendia Herder, “a *idade adulta* das forças e dos esforços da humanidade” (Herder 1995: 31), gizando-se um vasto Império, cujo significado e poder permaneceram na memória dos líderes políticos.³¹

Podemos perfeitamente fazer recuar este tipo de discurso ao Romantismo alemão, que procurou alicerçar uma suposta nação numa história longínqua. Foi o caso de Winckel-

30 Vide, por exemplo: Carvalho 195, Soulier 1997, Nouschi 1996 ou Salewsky (in Lipgens 1989).

31 A ideia de Império, embora entendida de diferentes formas ao longo da História, manteve-se viva durante todo o período medieval e moderno, sendo também recuperada na época contemporânea. O grande paradigma, que por várias vezes se tentou fazer renascer, foi sempre o antigo Império Romano. É esta concepção de Império que, por exemplo, Friedrich List tem em mente quando fala na persistência da ideia imperial romana nos reis alemães, a qual, na sua opinião, explicaria o facto de apenas conseguirem exercer o seu domínio através do Exército e de só a guerra ser capaz de unir “os nobres e as cidades sob os seus estandartes” (List 2006: 214). Para Hagen Schulze (Schulze 2008: 10), é no Império Romano que, ainda hoje, todas as nações europeias se reconhecem, por este ter lançado as bases “do Estado e do Direito, do modo de vida citadino, das línguas e do pensamento, da arquitectura, da escrita” (*ibidem*).

mann, no século XVIII, que ao redescobrir a civilização grega procurou transpor as suas características para os alemães. Wilhelm von Humboldt (Humboldt 1986), na *História do Declínio e Queda dos Estados Livres da Grécia*, estabeleceu também as semelhanças entre os gregos e os romanos. O primeiro monumento glorificador da nação alemã, o Walhalla, foi construído, inclusivamente, com a forma de parténon. Para Herder, a Grécia permaneceria para sempre na “História da Humanidade” como “o local em que esta mesma humanidade, qual flor entre as mãos da jovem noiva, viveu o mais belo período da sua juventude” (Herder 1995: 27). A Grécia constituía, na sua opinião, “o berço das qualidades humanas, do amor entre os povos, do que pode haver de belo na legislação, de tudo o que é agradável na religião, na moral, no estilo, na literatura, nos costumes e nas artes” (Herder 1995: 28). É certamente fácil recorrer a outros exemplos para demonstrar que este discurso, que procura fazer dos alemães os continuadores de uma tradição cultural e civilizacional greco-romana, não é novo. Fichte, por exemplo, refere mesmo que os alemães eram “a raiz da maioria dos povos da nova Europa e a formadora de todos” (Fichte 2009: 270). O nacionalismo alemão desenvolveu-se, no fundo, num contexto de profunda admiração, por parte dos intelectuais, pela civilização clássica. Segundo Patrick Geary (Geary 2008), Herder e os historiadores de Göttingen foram os precursores do nacionalismo alemão, tendo também feito alusão ao mito que surgiu com Tácito, referindo-se apenas a um unidade linguística e cultural, que não implicava uma unidade política. Já no final do século XV, quando se redescobrem as obras de autores romanos, entre os quais Tácito (a obra *Germânia* foi descoberta em 1455, por Poggio Bracciolini, na Biblioteca do mosteiro de Fulda), dissemina-se a ideia dos Germanos como um povo livre e puro. A *Germania Illustrata*, de Conrad Celtis (a partir de 1491), a *Epítome Rerum Germanicarum*, de Jacob Wimpfeling, ou a *Proverbia Germanica*, de Heinrich Bebel, são alguns exemplos de obras que procuraram no passado as bases da unidade e da história alemã. Mais tarde, em 1819, Vom Stein, Ministro de Estado da Prússia, fundou a Sociedade para a Investigação da História Alemã Antiga (*Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*), depois de consultar Goethe, Wilhelm von Humboldt (Humboldt 1986), os irmãos Grimm, Friedrich Carl von Savigny e Karl Friedrich Eichhorn. Tendo por lema *Sanctus amor patriae dat animo* (o santo amor à pátria dá ânimo) e financiada por alguns estados alemães e pela *Deutscher Bund*, dedicou-se à edição e à publicação dos *Monumenta Germaniae Histórica*. Para reunir as fontes alemãs, era necessário, contudo, determinar o que é a história alemã e reclamar um passado comum. Os editores reivindicaram regiões que fizeram parte do Sacro Império Romano-Germânico, do Sul de Itália ao Báltico. Incluíram as crónicas e documentos dos Francos, as

leis dos Visigodos, dos Burgundios e dos Lombardos, etc. Tratava-se, no fundo, de uma ampla herança cultural. Esta era uma unidade apenas cultural, até porque o espaço de língua alemã nunca estivera unido sob um reino, nem mesmo o Sacro Império Romano-Germânico, um império em que as fronteiras e o poder não estavam bem definidos e onde o imperador foi sobretudo, e apesar de ter servido de fundamento e de ideal, uma figura simbólica. Era um nacionalismo puramente cultural, mas trazendo em si ferramentas poderosas para a mobilização política: a crença na existência de uma nação alemã ainda durante a dominação romana; a exaltação da língua; a ideia de pureza associada aos Germanos (Geary 2008).

Nos *Discursos à Nação Alemã*, Fichte descrevera o povo alemão como puro, incorrupto, livre, com uma missão histórica (Fichte 2009). Também Herder considerava que os Germanos eram povos que “viviam em paz”, segundo “regimes patriarcais”. Ao contrário do Oriente, não era possível, devido ao clima, desenvolverem “uma vida de pastoreio”, não podendo viver unicamente do que a Natureza oferecia, eram pressionados pelas necessidades (Herder 1995: 47-48):

Essas mesmas necessidades e os ares frios os endureceram muito mais (...) estes homens permaneceram num estado de maior rudeza, as suas sociedades permaneceram mais separadas e mais selvagens (...) No Norte tinha nascido um homem! Sob um céu mais frio, numa paisagem deserta e selvagem, onde ninguém suspeitaria, amadurecia já uma onda primaveril de ervas robustas e cheias que, quando transplantadas para as terras mais belas do Sul (...) haviam de tomar uma nova natureza e oferecer ao destino do mundo uma enorme colheita.

Para Herder, ao avançarem em direcção ao Sul e ao Ocidente, estabelecendo-se nestas longínquas regiões, os Germanos trouxeram consigo as suas leis e as suas instituições, que assentavam na “coragem viril, sentimento de honra, confiança no entendimento, na lealdade, e no respeito pelos deuses”. “Chegaram, estabeleceram-se e o mundo moderno, do Mediterrâneo ao Mar Negro, do Atlântico ao Mar do Norte, é obra sua, geração sua, constituição política sua” (*ibidem*: 48), formando uma forma de pensar, uma cultura e uma filosofia pura, que o Renascimento haveria de contaminar (*ibidem*: 64). Assim, na sequência destas movimentações, teriam nascido, do Atlântico ao Mar do Norte, do Mediterrâneo ao Mar Negro, vários reinos, várias “comunidades irmãs, todas de uma mesma estirpe alemã, todas orientadas por um mesmo ideal de constituição política, todas partilhando a fé numa mesma religião” (*ibidem*: 63).

Depois desta breve incursão pela história e pelo pensamento alemão do século XIX para compreender a importância do legado greco-romano na afirmação do próprio nacionalismo alemão e no forjar da «via específica alemã», voltemos ao texto de Hitler atrás citado. Numa

dialéctica entre passado e futuro, a Europa ali desenhada pela propaganda é um claro continente em crescimento, em ascensão e ocidentalização. Ou seja, da Hélade e de Roma, berços da civilização clássica, acabaria por nascer o Ocidente. Primeiro temos uma Europa que se restringia ao mundo greco-romano. Depois, graças à acção dos germanos, acabaria por surgir o Ocidente. Hitler, na definição que faz deste povo, veicula a ideia de raça e de cultura, pois considera que aqueles terão tomado a seu cargo “a defesa e a protecção de uma família de povos” (*ibidem*: 5) que, embora diferentes, constituíam uma unidade sanguínea e cultural. Quando Hitler defende que aquele povo, os germanos, constituía uma unidade sanguínea e cultural, mais não faz do que instrumentalizar as ideias defendidas por Tácito em *Germânia*, ao afirmar que partilhava “a opinião daqueles que pensam nunca ter sido o sangue dos povos da Germânia alterado por cruzamentos com outras nações, que é uma raça pura, sem mistura” (Tácito s.d.: 11).

Estamos, uma vez mais, na presença de recuperação de discursos históricos e ideológicos que têm uma tradição secular, na procura de uma história que legitime e que unifique. Ao longo dos séculos XIX e XX, o passado foi sendo instrumentalizado para justificar, muitas vezes, reivindicações do presente. Projectavam a nação num passado longínquo, que quanto mais distante e obscuro, mais permeável à sua utilização como argumento pela propaganda, enquanto justificador de reivindicações territoriais (Geary 2008). Partiam do princípio que os povos europeus constituíam, há alguns séculos, unidades sociais e culturais uniformes, estáveis e perfeitamente identificáveis, que se distinguiam dos outros povos pela língua, pela religião, pelos costumes (Geary 2008). Para List, a nação situava-se entre o indivíduo e a humanidade (List 2006: 339), com uma língua e uma literatura que lhe eram próprias, uma origem histórica comum, com hábitos, costumes, leis e instituições próprias, inserida num território delimitado, constituída por uma “sociedade” unida por “laços do espírito e dos interesses para formar um todo”, capaz de assegurar a sua independência e autonomia por meios próprios (*ibidem*: 339-340). Este discurso de recuperação do passado é, nas palavras do medievalista Patrick Geary, uma “pseudo-história” (Geary 2008: 19) que se desenvolveu no século XIX, enquanto instrumento dos nacionalismos europeus, como “ferramenta da ideologia nacionalista” que “transformou o passado numa lixeira de resíduos tóxicos, cheia de veneno do nacionalismo étnico, que se infiltrou profundamente na consciência popular” (*ibidem*: 23).

Aquela «Nova Alemanha» é assim apresentada como a “filha” do povo germano, trazendo em si o germen da cultura grega, mas também do Império Romano, e, consequentemente, portadora da civilização. Não haviam sido os germanos que civilizaram os anglo-saxões e

os normandos? Não havia sido a Europa (que os germanos ajudaram a construir) que descobriu a América? O recuperar, ou melhor, o forjar de toda esta herança histórica servia apenas para justificar a guerra que a Alemanha travava então. A Alemanha, afinal, não lutava apenas por si, lutava sobretudo para defender uma Europa que ajudara a construir. Tal como os gregos se haviam unido, tantos séculos antes, “sob ameaça do grande perigo” (Tucídides *apud* Ferreira 2001: 182), também os europeus se deveriam unir aos alemães e combater “como aliados”. Muitos dos artigos da revista *AJE* fazem até alusão à existência de uma “comunidade de cultura europeia”, que ao longo dos séculos se superiorizou. Essa comunidade não assentaria em culturas degeneradas, mas sim em culturas nacionais que, apesar das diferenças, tinham elementos comuns, formando uma unidade de natureza superior. Só a união da Europa poderia assegurar a existência do continente.

Parafraseando o título de um livro de Hagen Schulze, poder-nos-íamos questionar se alguma vez existiu uma cultura europeia. Ou se a Europa terá alguma vez passado de uma ideia, de uma utopia? A Alemanha aspirava a ser, nesta Europa unida, o Estado director. A unificação militar e económica teria de assentar numa unificação espiritual. Para Hitler, a independência nacional deveria ser tanto ao nível da autarcia como do poder militar (*apud* Trevor-Roper 2000: 92). Berlim seria “o verdadeiro centro da Europa, uma capital que para todos deverá ser a capital” (*ibidem*: 41) e a língua alemã seria, dentro de um século, “a língua da Europa” e todos teriam de aprender alemão para comunicarem. Às fronteiras militares e económicas deveriam assim corresponder fronteiras culturais. Não se nega que cada país constitua, *de per se*, uma unidade espiritual. Esta comunidade europeia não se traduziria num Estado único, numa economia única. Não haveria lugar à destruição da individualidade nacional, mas sim ao seu fortalecimento. Seria da “fraternidade de armas” (*AJE*, vol. 1/2: 13), do espírito de união, e não baseando-se em *diktats*, que a reconstrução seria feita. A ideia apresentada para a paz tem como referência o Tratado de Versalhes, que havia sido considerado uma imposição. Era essa paz imposta que a propaganda afirmava rejeitar.

A ideia de Europa ultrapassa, muitas vezes a noção de fronteira geográfica e atinge a concepção de fronteira cultural, tal como Hitler havia referido. Bela Bàcskair, autor de um dos artigos, refere que a concepção do homem europeu, nesta «Nova Europa», é muito diferente (*AJE*, vol. 1/2: 28):

Para se ser considerado como homem europeu, não basta ser membro dum dos vários povos independentes da comunidade internacional europeia, mas sim pertencer, como membro dum povo europeu, ao seu povo e, ao mesmo tempo, à EUROPA. (...) Também pode ser considerado como homem europeu uma pessoa que não tenha nascido na Europa e que também não viva nela, mas que seja descendente dum povo europeu e que tenha sido educada no espírito duma cultura nacional europeia.

Este «Homem Novo», gerado durante a guerra e completamente formado depois dela, seria essencialmente um homem europeu. A Europa não é definida em oposição à integração na nação. Este «Novo Homem» deveria pertencer ao seu povo, mas também à Europa. Uma vez mais, o discurso nacionalista utilizado, por exemplo, pelo Nacional-Socialismo, volta a estar bem presente. A concepção etnogenealógica de nação é também aqui sobreposta à concepção cívico-territorial.

É interessante verificar que, na construção deste discurso “europeísta” nos vários artigos da revista, encontramos elementos do discurso nacionalista. Para além de não pôr em dúvida a existência de uma «cultura (nacional) europeia», que é, aliás, uma «cultura ocidental», afirma-se que esta se alicerça em valores e que partilha um destino colectivo. Esta comunhão de destinos, este «espírito europeu», cuja tradição fazem remontar, como já referimos, à Grécia e a Roma, que esteve preso (recalcado?) havia voltado novamente a emanar da “consciência dos povos”. Não nos esqueçamos que estamos numa Europa cuja hegemonia fora claramente posta em xeque depois da I Guerra Mundial. Comprimida por dois poderes em ascensão, o americano e o soviético, este discurso tenta galvanizar a ideia de “Europa”, de uma Europa continental que excluía a Inglaterra, e colocá-la numa posição de superioridade. O ideal de superioridade que animara a corrida à África no século anterior, muito desenvolvida pela filosofia social-darwinista, volta a estar presente. A concepção de Europa aqui apresentada, e nos outros textos, é baseada na ideia de superioridade rática e cultural. A Europa, continental, é assim a única representante da humanidade, da civilização e da cultura.

Obviamente que, como catalisador desta transformação, é apresentada a guerra, uma guerra contra um inimigo comum, capaz de despertar um movimento de unificação. A própria unificação alemã resultara de um processo político, mas também de guerras. Uma Europa dilacerada pela guerra, mas capaz de ultrapassar os óbices económicos e os preconceitos nacionais e de classes que impediam a colaboração entre os povos. À ordem de marcha lançada por Hitler, a Europa responderia numa frente comum e em defesa de valores comuns. Hitler confessa mesmo ao ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Ciano, que a guerra com a Rússia desenvolveu, pela primeira vez, um sentimento de solidariedade entre os europeus, algo que, na sua opinião, era crucial para o futuro. Acreditava que o sentimento de solidariedade europeia evoluiria, com o tempo, para o reconhecimento de uma “comunidade europeia” (*apud* Mazower 2008: 559). Tratava-se então de uma guerra entre civilizações, como a que nos tempos medievais opusera, por exemplo, os cristãos aos muçulmanos. Naquele momento, era uma guerra entre a civilização europeia, liderada pela

Alemanha em representação de toda a Europa, contra a “perfídia asiática”, a “peste” bolchevique. Os vários Estados deveriam então, depois de “repelido o bárbaro”, reagrupar-se em torno da Alemanha, tal como os helenos se reagruparam, como relata Tucídides (*apud* Ferreira 2001: 182), em torno dos Atenenses. A caracterização dos povos de acordo com as categorias de «civilizado» e de «bárbaro» não é, de facto, nova. Apresentando a sua definição de nação, Friedrich List afirmava existirem gigantes e anões, corpos normais e aleijados, civilizados, semi-civilizados e bárbaros. Para além desta preocupação em categorizar, procuram-se ainda no passado lições que permitam impedir a destruição da civilização europeia às mãos das novas “invasões bárbaras”. O bolchevismo surge representado como algo exógeno à cultura europeia, um inimigo da Humanidade (da qual a Europa será a única representante). Face a uma guerra que era de todos, apela-se sistematicamente a uma reacção conjunta, ao sacrifício para salvar a Europa. Discursando no Congresso de Nuremberga, em 1937, Hitler afirmava que a cultura e a civilização europeias se encontravam perante a maior ameaça de sempre, uma ameaça que não poderia ser comparada às habituais guerras ou revoluções. Tratava-se de um ataque geral contra a sociedade, “contra o substrato dos povos em si e a chefia rática destes”, “contra a vida espiritual, a tradição, economia” (*AJE*, vol. 1/2,: 59). Face a tal guerra, ninguém poderia manter-se à margem.

Uma Comunidade Económica Europeia

Depois de verificar a instrumentalização da História pela propaganda alemã, no sentido de encontrar no passado os fundamentos de uma unidade cultural e civilizacional, analisaremos de seguida como é que a construção de uma “comunidade europeia” era equacionada e pensada em termos económicos. Os argumentos defendidos nos artigos não se referem apenas ao passado, trazem em si uma visão de futuro, do futuro que se seguiria ao final da guerra. Durante o conflito estava a formar-se uma «Nova Europa», onde os Estados, de acordo com a propaganda, não estavam em oposição, antes agiam em conjunto. De uma guerra violenta e total, uma verdadeira catarse, nasceria uma «Nova Europa». A propaganda veicula a ideia que a nível económico, social e cultural, a mudança estava já a fazer-se. Já a nível político, tinha-se a percepção que seria mais delicado, devido às “forças ligadas a tradições seculares” (*AJE*, vol. 4, n.º 5: 38). A divisão política era entendida como uma dificuldade, pois implicava a existência de fronteiras militares e estas, por sua vez, exigiam fronteiras económicas, mas esta divisão política, principal causa das dificuldades europeias, poderia ser removida. Para uma paz duradoura contribuiria, por exemplo, a constituição de um espaço colonial comum para o abastecimento dos europeus.

A questão dos abastecimentos era também encarada como um problema que urgia resolver “numa base comum” (*AJE*, vol. 3, n.º 4: 22), pois por diversas vezes constituía um pomo de discórdias. “Não será certamente fácil”, afirma-se no mesmo texto, mas far-se-á “com proveito para todos os povos da Europa” (*ibidem*).

Predominando neste pensamento a ideia de um «grande espaço económico», de um «espaço vital» para responder às necessidades dos europeus, considerava-se que as pequenas unidades não tinham qualquer possibilidade de promover um desenvolvimento económico, recuperando algumas das ideias defendidas por List um século antes. Na opinião de Fridrich List, “uma população numerosa e um território vasto, equipado com diversos recursos naturais são requisitos essenciais da nação-padrão” (List 2008: 341). As nações com territórios pequenos e pouca população teriam uma literatura e instituições “atrofiadas” e só conseguiriam sobreviver, assegurar a independência, com recurso a alianças com nações mais poderosas. A sua nação-padrão deveria possuir uma língua e uma literatura própria, um território vasto, bem definido e com recursos, uma população numerosa, sendo capaz de influenciar a cultura de outras nações mais pequenas e de fundar colónias ou criar novas nações. A crítica das pequenas nações, incapazes de assegurarem uma existência económica, mas também cultural, profícua, vai ser levantada por inúmeras vezes, servindo de *leitmotiv* para diversas ocupações. Assim, só uma nação territorial e culturalmente superior, como a Alemanha, conseguiria criar um «grande espaço económico», tendo ao seu dispor colónias e espaços adjacentes, que serviriam as suas necessidades.

Para Walter Funk³², a Europa constituía “um espaço económico perfeito” [uma Europa económica], capaz de satisfazer as suas próprias necessidades (Funk 1943). O que lhe faltava, ao nível de recursos, seria assegurado com o final da guerra. Para o ministro da Economia do Reich, a guerra seria um ponto de viragem para os povos europeus, uma vez que teriam oportunidade de experimentar o que era uma “comunidade de destinos”. A guerra constituía um marco importante, um verdadeiro momento de mudança ao qual todos os povos da Europa estavam a assistir. Dessa mesma guerra sairia ainda a solução para um problema de “secular significado”. Que problema era esse? Que solução tinha Funk em mente para o resolver? O problema era, obviamente, o capitalismo. A guerra seria nada mais nada menos que um momento de viragem e o derramar de sangue dos europeus apenas fazia sentido, do seu ponto de vista, se trouxesse finalmente a solução. E a solução

32 Ministro da Economia do Reich e governador do Reichsbank.

seria a construção de uma nova “organização da vida social” (*Lebensordnung*) na Europa. Depois dela, seguir-se-ia uma reconstrução da ordem social e política na Europa, cujos fundamentos haviam sido lançados pela “Revolução” fascista e nacional-socialista. A guerra seria, do seu ponto de vista, o estádio decisivo para a “Revolução social”. Como seria, então, o novo rosto económico da Europa depois da guerra? A Europa formaria um espaço económico único, sob a direcção da Alemanha. Constituiria, no fundo, “uma Comunidade de Destinos” (*Schicksalsgemeinschaft*) unida “num Grande Espaço Económico” (*Grosswirtschaftsraum*).

A crítica que Walter Funk tece em relação ao capitalismo, ao longo do texto, é bastante feroz. Na sua opinião, o ideal de liberdade preconizado pelo capitalismo surgiu, pela primeira vez, aos olhos dos povos da Europa, como uma grande promessa, num momento em que mergulhavam na miséria e no sangue. De acordo com as leis do capitalismo, o Estado poderia abandonar o desenvolvimento harmonioso da economia (*Volkswirtschaft*) à livre concorrência. Das trocas de bens internacionais, num sistema de livre comércio, esperava-se que, através de uma concorrência eficaz, cada país conseguisse produzir determinados bens. Em teoria, cada nação poderia ainda comprar livremente, no mercado mundial, onde o preço fosse mais baixo. Na mesma sequência lógica, o consumidor poderia, livremente, abastecer-se de bens, o empreendedor poderia utilizar sem obstáculos as suas forças, o trabalhador poderia procurar emprego onde os salários fossem mais elevados. A harmonia social parecia, no fundo, ter sido alcançada. Mas todos estes primados eram, para Funk, pura teoria. Na prática, o comércio não se fazia sem obstáculos, até porque existiam barreiras aduaneiras. Falsa seria também a ideia de que a circulação de dinheiro e de capital não conheciam obstáculos. Como seria isso possível, questiona-se Funk, se o padrão-ouro era manipulado pela Inglaterra, se o dinheiro seguia as oscilações dos juros e os bens a oscilação dos preços? A “filosofia moral” desenvolvida pelos “filósofos económicos da Humanidade”, dos quais destaca Hobbes e Hume, fora um instrumento para criar e assegurar a continuidade do domínio britânico a nível mundial. Como caracteriza o sistema de Liberdade por eles desenvolvido? Quem não tivesse trabalho, na sua pátria, poderia emigrar e quando uma nação atravessasse dificuldades económicas, teria a “liberdade” de ficar em dívida para com a Inglaterra. Funk critica com veemência a moral sobre a qual este tipo de liberdade assentava. Tendo sempre na mira a inimiga Inglaterra, o ministro alemão considerava que “todo o mundo trabalha a soldo inglês e os Ingleses foram os banqueiros, os industriais, os comerciantes e os polícias do

mundo”. Por outro lado, os pequenos estados apenas existiam para assegurar a sua riqueza.³³

Desde a I Guerra Mundial que, de acordo com Funk, os povos da Europa vinham tomando consciência que o ideal de liberdade do passado era falso e que teve como consequência a guerra, a inflação, crises económicas, fome e desemprego. Os efeitos do *laissez-faire* e do princípio do livre comércio haviam sido extremamente nocivos. Segundo o seu diagnóstico, a “doença” explicava-se, em parte, pelo facto de a agricultura, nos estados industrializados, não ter conseguido impor-se aos interesses da Indústria, da Banca ou do Comércio. Os latifúndios cresceram para alimentar estes grandes interesses, os agricultores empobreceram, e a população viu-se obrigada a abandonar o campo em direcção às cidades ou mesmo ao estrangeiro. Este êxodo rural massivo fez aumentar a massa do proletariado industrial, no seio da qual se instalou o descontentamento, que alimentou um marxismo “pseudo-socialista” e o comunismo. Em suma, os problemas levantados pela economia capitalista, pelo liberalismo, acabariam por conduzir ao aparecimento do comunismo, o grande inimigo da Alemanha nacional-socialista.

Depois de tecer um longo comentário sobre os malefícios da doutrina liberal, Walter Funk apresenta a solução defendida pela Alemanha. Qual o novo ideal de liberdade económica apresentado pelo Nacional-Socialismo? Ele assentaria na libertação da economia dos interesses internacionais das Finanças e da dependência conjuntural, no garante da alimentação e das matérias-primas e numa organização levada a cabo de acordo com o “primado da *Volksgemeinschaft*”. Os governos autoritários da Alemanha e Itália teriam dado aos seus povos a missão de, em trabalho conjunto e sob directivas estatais, lutar pelo “bem comum”. O Estado, por seu lado, assegurava a protecção da economia em relação à exploração dos poderes financeiros internacionais. As “revoluções” fascista e nacional-socialista haviam lançado as bases para uma «nova ordem» económica, social e política na Europa, dando “à Europa a oportunidade de ser verdadeiramente europeia”. De entre as nuvens da guerra que cobriam a Europa, o ministro alemão vislumbrava o novo rosto económico da Europa, que assentaria no trabalho comunitário (*Gemeinschaftsarbeit*) e na liberdade económica (*Wirtschaftsfreiheit*). Esta não era, contudo, a liberdade económica postulada pelo capitalismo. Funk acreditava que há muito que os povos europeus reconheciam que viviam numa “comunidade de destino”. Mas, no final da I Guerra

33 Esta crítica foi, aliás, muito utilizada pela propaganda alemã em Portugal, a qual procurou demonstrar que a “Velha Aliada” se serviu do país a seu bel-prazer, que o explorou durante séculos.

Mundial, os Estados vencedores estavam mais preocupados em lançar explosivos do que, numa verdadeira coordenação de interesses, gizar um plano construtivo, numa clara crítica ao Tratado de Versalhes.

A crítica ao imperialismo britânico e a concepção de «Grande Espaço»

- Schmitt e o conceito de «Grande espaço»

Um dos principais teorizadores do conceito de “Grande Espaço”, que W.Funk, como vimos, também utiliza, foi, sem dúvida, Carl Schmitt. Numa obra de 1941, considera não ser possível, no âmbito de um moderno direito internacional, que continue a vigorar o direito internacional do século XIX, que se caracterizava por uma *Mittel Europa* fraca, com potências ocidentais fortes (*ibidem*: 47). Naquele momento, a *Mittel Europa* era “forte” (*ibidem*: 49).

Schmitt começa por distinguir o conceito de «Raum» do conceito de «Grossraum». «Espaço» (*Raum*) teria, em sua opinião, um sentido geral, “neutral”, “matemático-físico”, enquanto o «Grande Espaço» (*Grossraum*) seria um conceito concreto, histórico-político do presente (Schmitt, 1941: 4). “Pensamos hoje a nível planetário e de Grandes Espaços” (*ibidem*: 47), afirma Schmitt. A origem da palavra situar-se-ia não no campo político, mas no campo “organizacional-técnico-industrial-económico” (“im technisch-industriell-wirtschaftlich-organisatorischen Bereich”) (*ibidem*: 4). O Princípio de «Grande Espaço» nasceu, segundo o autor, com o desenvolvimento económico, industrial e com a organização dos comboios e foi assimilado pelo direito internacional (*ibidem*: 49). Terá sido depois da I Guerra Mundial que o conceito se tornou concreto (*ibidem*: 4), na sequência do trabalho conjunto realizado na área da energia eléctrica e da construção de redes de gás canalizado (*ibidem*: 5). Assim, o conceito de «Grande Espaço» tivera a sua realização prática na organização económica (*ibidem*). «Grossraum» teria sido “uma de inúmeras tendências de desenvolvimento do passado na área do Planeamento, da Organização e da Actividade Humana”, naquele momento era, “acima de tudo, um espaço de trabalho coeso” [“Grossraum ist für uns vor allem ein zusammenhängender Leistungsraum”] (*ibidem*: 6). É desta forma que Carl Schmitt o define, afirmando ser premente a introdução deste princípio no direito internacional.

O teórico alemão distingue ainda o conceito de «Grande Espaço» das «esferas de influência» criadas durante a época do colonialismo e do imperialismo, e que, na sua opinião, não constituíam um «princípio de ordenamento espacial» (*Raumordnungsprinzip*), eram sim um espaço de reivindicação, de lucro (*ibidem*). Dominara, naquela época, uma lei que era apenas um “instrumento jurídico da Legalidade e da legitimidade do *status quo*”

(*ibidem*: 7), numa evidente crítica à Inglaterra. O império mundial britânico consistia, por exemplo, na aplicação do pensamento da Legitimidade do *status quo*. Não era um espaço coeso. Estendia-se antes por todos os continentes e pretendia apenas garantir a segurança das ligações entre esse império. Os Juristas deste império não pensavam, segundo Carl Schmitt, em espaços, pensavam antes em estradas e caminhos (*ibidem*: 23). Para os ingleses, por outro lado, liberdade significava apenas liberdade dos mares. A teoria do Espaço (*Raumtheorie*) que vigorava assentava, em suma, na terra, no solo, no território (*ibidem*) e as fronteiras eram, na sua maioria, geográficas, geopolíticas e estaduais (*ibidem*: 9).

Para Carl Schmitt, a «Doutrina Monroe» seria o único exemplo eficaz, na história do direito internacional moderno, do princípio de “Grande Espaço» (*ibidem*: 12), apesar de, desde então, ter sofrido inúmeras deturpações. Esta doutrina afirmava a independência de todos os estados americanos, a não-colonização e a não-intervenção de potências não-americanas nesse espaço (*ibidem*: 12-13). Em suma, esta doutrina, de acordo com os princípios em que, originalmente, assentava, fora a primeira vez, na história do direito internacional moderno, em que foi feita referência ao conceito de “Grande Espaço», dentro do qual vigoraria o princípio da não-intervenção por parte de potências estrangeiras (*ibidem*: 18). No entanto, Carl Schmitt considerava que ainda não fora suficiente para constituir um princípio de «Grande Espaço» “no nosso sentido”. A Doutrina Monroe transformara-se na “contra-doutrina” do princípio da legitimidade monárquico-dinástica, uma vez que os povos americanos não pretendiam ser mais súbditos de potências estrangeiras ou ser objecto da sua colonização (*ibidem*: 19)

Depois da crítica que tece ao conceito de «Grande Espaço» implícito na «Doutrina Monroe», há que perguntar que significado tinha aquele conceito para Schmitt. «Grossraumordnung» fazia parte, segundo Schmitt, do “conceito de Reich”(*ibidem*: 35). Schmitt introduz-nos aqui um novo conceito, cuja definição é importante saber. O que era, para ele, «Reich»? E como se articulava com os conceitos jurídicos anteriormente apresentados? Na sua opinião, um «Reich» seriam “as potências dirigentes cujas ideias políticas são difundidas num «Grande Espaço» e que excluem, por princípio, destes «Grande Espaço», a intervenção de potências de outros espaços” [“sind die führenden und tragenden Mächte, deren politische Idee in einen bestimmten Grossraum ausstrahlt und die für diesen Grossraum die Interventionen fremdräumiger Mächte grundsätzlich ausschliessen”] (*ibidem*: 35). À categoria de «Reich» teriam de corresponder, no fundo, algumas características: a liderança, a influência e o poder de impedir a intromissão de outras potências. «Grossraum» e «Reich» teriam, na sua concepção, de se corresponder, embora nem todos os Estados ou

povos no seio do «Grande Espaço» fossem uma parte do Reich. Contudo, cada Reich teria necessariamente um «Grande Espaço» (*ibidem*), sendo de suma importância a relação entre «Reich», «Grande Espaço» e princípio da não-intervenção (*ibidem*: 36).

Por parte de quem lê o texto, a associação da categoria «Reich» ali apresentada por Schmitt, ao Reich alemão é imediata. O autor, contudo, estabelece algumas distinções (*ibidem*: 52-53):

O Reich não é apenas um Estado de maiores dimensões, nem tão pouco o *Grossraum* é um Pequeno Espaço engrandecido. O Reich também não é idêntico ao *Grossraum*, mas cada Reich tem um *Grossraum* [Das Reich ist nicht einfach ein vergrößerter Staat, so wenig wie der Grossraum ein vergrößerter Kleinraum ist. Das Reich ist auch nicht identisch mit dem Grossraum].

- A Europa continental como um «Grande Espaço»

Os conceitos de «Grande Espaço» e de «Grande Espaço Económico», inspirados, em grande parte, na definição de Carl Schmitt, foram muito utilizados pelos teorizadores europeístas e pela propaganda nazi. De acordo com estes, depois daquela guerra derradeira não haveria, na Europa, espaço para tensões e conflitos, uma vez que “uma comunidade de destino manter-se-á unida num grande espaço económico”. Este “espaço económico europeu” seria capaz de se alimentar, de se vestir e de assegurar os bens necessários e, sendo auto-suficiente, estaria a salvo de bloqueios. Sem bloqueios, as guerras económicas deixariam de fazer sentido. Para a construção de uma “unidade económica europeia” e de um “Grande Espaço económico” (Funk 1943), a incorporação e arroteamento do Leste seria crucial. Depois do conflito, a Europa deveria encetar grandes obras de colonização, tal como os Cavaleiros Teutónicos o haviam feito na Idade Média. Só o Leste conseguiria assegurar as principais matérias-primas (carvão, aço, alumínio), pelo que naquele momento “a Europa” [olhava] “para o Leste”. De acordo com Funk (*ibidem*), até 1914, os Estados do Leste eram, para o comércio mundial, uma região periférica. Depois de 1918, as potências capitalistas mantiveram-nos numa situação de atraso económico, de forma a assegurar a sua dependência política. Na sua opinião, os povos destas gigantescas regiões deveriam seguir o ritmo da economia europeia para se desenvolverem, um desenvolvimento que seria, aliás, extremamente benéfico para a «Civilização Europeia» (*europäische Zivilisation*). Os seus solos ricos, por intermédio dos mais modernos meios tecnológicos, seriam capazes de alimentar a Europa e deixá-la a salvo de crises e de bloqueios. Para além da colonização do Leste, outro espaço surge como potencialmente complementar à economia da «Nova Europa»: a África, que seria, nas palavras de Hitler, um “suplemento” (*apud* Mazower 2008:

559). As colónias em África facultariam os meios que, não sendo essenciais, tornavam mais agradável a vida dos europeus. De acordo com Hitler, seria suficiente receber chá e café de África, pois tudo o resto estaria disponível na Europa (*ibidem*: 92). Em Setembro de 1941, em declaração ao seu embaixador em França, Hitler parece acreditar que a Europa deixaria de estar dependente do exterior e todas as matérias-primas que necessitava seriam asseguradas. Por outro lado, teria os seus mercados assegurados no Leste, de tal forma que o comércio mundial não voltaria a ser necessário. A Rússia seria “a nossa Índia”, com a vantagem de ser mais próxima que a dos britânicos. “O Novo Reich Alemão” compreenderia 135 milhões de pessoas e governaria mais 150 mil (*apud* Mazower: 558). Juntos, os europeus conseguiriam construir uma economia comum. Unir-se-iam contra a plutocracia britânica e contra o bolchevismo que havia “escravizado” a Europa.

Na concepção de «Grande Espaço Económico» que a Europa seria, todas as matérias-primas, forças e energias da economia seriam mobilizadas. Este seria o grande desafio da «Nova Ordem Económica». Todas as regiões da Europa, mesmo as mais atrasadas, deveriam ser industrializadas. Funk (Funk 1943) afirmava-se interessado, ao contrário dos ingleses, que os parceiros comerciais se tornassem economicamente mais fortes, mesmo que isso aumentasse a concorrência em relação à Alemanha. Para além disso, o ministro alemão preconizava já um estreito trabalho conjunto entre os Estados. Um trabalho conjunto entre os círculos económicos europeus na indústria (na indústria química e indústria automóvel, por exemplo) e ao nível dos empreendimentos comunitários (*Gemeinschaftsunternehmen*). Considerava que deveriam também surgir acordos europeus nas áreas da produção e acordos ao nível da circulação económica, sob a forma de exploração de matérias-primas, da regulamentação de sistemas de pagamentos e compensações, da produção, da venda ou do trabalho. A nível interno, as fronteiras nacionais deveriam ser banidas. O tráfego comercial entre os Estados não seria um comércio interno, mas sim um comércio em «Grande Espaço», não havendo lugar a especulações e crises. “Não mais se encontrará no léxico económico a palavra desemprego” (*ibidem*), vaticina. Só assim, e servindo-se do bloqueio como arma, é que a Europa se libertaria da escravatura ao nível das matérias-primas, imposta pela Inglaterra.

Para estes teóricos, o domínio inglês assentava numa tradição económica baseada na supremacia dos mercados, na regulação das trocas pelo preço, no controlo da produção e do consumo pelos que possuíam capital. De acordo com o conselheiro económico do NSDAP, Heinrich Hunke (Hunke 1943), a construção de uma economia mundial implicou a perda da soberania económica da Europa e, até, a própria negação dessa mesma

soberania. Dadas as possibilidades oferecidas pelas colónias, o continente tornou-se rapidamente pouco atractivo para os europeus. Feito sob a égide inglesa, o desenvolvimento desta nova economia acarretou ainda a imposição de um pensamento económico anglo-saxónico, que deitava por terra a “comunidade económica europeia” e a “ordem política europeia” que o Reich alemão, durante séculos, havia garantido. Esta economia mundial alimentava-se, segundo Heinrich Hunke, do poder exercido pelos ingleses e fazia das nações europeias províncias do seu império mundial. Perante isto, o continente europeu enfraqueceu politicamente, uma vez que a Grã-Bretanha, para alcançar uma nova ordem nas regiões ultramarinas e como condição para a sua dominação económica, impôs a fraqueza política da Europa. Outro perigo identificado por Heinrich Hunke foi a infiltração da concepção económica anglo-saxónica na Europa, até porque, a crença dos vários povos na veracidade e unicidade destes princípios, garantiu o «Monopólio da opinião» (*Meinungsmonopol*) e a grandeza económica da Inglaterra. Este pensamento assentava, para Hunke, no princípio segundo o qual o preço é o principal regulador da engrenagem económica, decidindo sobre as nações e os indivíduos. Segundo esta concepção económica, deixaria de haver lugar para as “ideias populares” ou para as necessidades de cada Estado. Por outro lado, quem possuía o capital, dominava os bens económicos e determinava a produção e o consumo. A liberdade de circulação deixava, desta forma, de fazer sentido. Todas as pessoas deveriam estabelecer-se onde acreditassem estar implantadas as melhores actividades, onde existissem as melhores condições de produção e os mais baixos custos de transporte. E, durante séculos, a economia mundial vivera destes princípios.

Pelo contrário, a economia alemã, argumenta o conselheiro, não colocou os seus parceiros numa situação de dependência financeira, não provocou a monocultura, não pressionou os preços, pagou bem e desenvolveu, por isso, as forças produtivas desses países. A economia alemã apresentaria, assim, o “ponto de vista do espaço vital” (*AJE*, vol. 3: 32), entendido como um espaço auto-suficiente. Estes autores acreditavam que existiam possibilidades de a Europa viver e se desenvolver enquanto espaço fechado, ainda que com alguns “complementos” e defendiam a possibilidade do desenvolvimento de uma “comunidade económica europeia continental” (Hunke 1943). Para Heinrich Hunke, o «Espaço Vital» não seria idêntico ao «Espaço-Estatal» (*Staatsraum*), uma vez que o abastecimento económico seria independente do domínio político do território e das suas possibilidades económicas. Os alemães, através deste pensamento do «Espaço Vital», também velavam pelo «Espaço Vital» dos outros povos. Ao reconhecer que existia um «espaço vital» alemão,

argumenta Hunke, reconhecia-se que também existia um «espaço vital» dos outros povos. O objectivo deste pensamento seria, no fundo, a construção de uma «nova ordem económica» que asseguraria o «Espaço Vital» de todos os povos. Decisivo para a unidade da Europa seria a capacidade de trabalhar em conjunto, através de uma estreita solidariedade política e espiritual. Apenas a construção de uma comunidade económica europeia deveria ser o objectivo do trabalho económico realizado em conjunto. A Europa não se transformaria, de acordo com Hunke, num «Grande Espaço» no sentido de uma «Economia-Mundo» em pequena escala, repetindo os erros cometidos pela Inglaterra. A «comunidade económica europeia» procuraria, pelo contrário, novas categorias políticas e económicas para ultrapassar as do passado.

List vs. Smith

Para contrapor os dois paradigmas de domínio económico compara-se, num dos números da revista *AJE*, Adam Smith e Friedrich List, que consideram ser os “dois maiores representantes desta tradição” (*AJE*, vol. 3: 33). Fazem recuar esta concepção aos tempos da Hansa, “a maior época da História da economia alemã” (*ibidem*: 33), uma época em que o comércio se basearia no respeito pelos povos e pelo estabelecimento de relações justas.

A contraposição destes dois pensadores é muito clara no texto escrito por Heinrich Hunke, que os considera, aliás, os dois maiores representantes do pensamento económico. Na leitura que Hunke faz da obra de Friedrich List, este não defende a divisão internacional do trabalho, mas sim a divisão do trabalho no seio de uma Nação. A Economia não consiste, no seu pensamento, em valores aritméticos, ela cresce graças à existência e emprego das «Forças» (*Kräfte*) dos povos e está estreitamente associada ao “despertar de todas as forças produtivas da Nação” (Hunke 1943). Para Smith, representante da Teoria do Mercado, o valor mais importante era, pelo contrário, o Mercado. Segundo Hunke, tendo por objectivo alcançar a harmonia de cada indivíduo, através da liberdade de comércio, o caminho escolhido para a prosperidade seria a divisão internacional do trabalho. List, por meio da sua “Teoria das Forças Produtivas”, defendia a união de todas as forças produtivas e o seu desenvolvimento como meio para alcançar a prosperidade. Ao pensamento “cosmopolita” de Smith, contrapõe o pensamento “nacionalista” e político de List. Esquemáticamente, a oposição é colocada nos seguintes termos:

Smith	List
Teoria do Mercado	Teoria das Forças Produtivas
<i>Valor mais importante</i>	
Mercado	Confederação/união de todas forças produtivas
<i>Caminho para a prosperidade</i>	
Divisão internacional do trabalho	Desenvolvimento das forças produtivas
<i>Objectivo</i>	
Livre comércio → harmonia de cada indivíduo	Político
<i>Pensamento</i>	
Cosmopolita	Nacionalista

O objectivo, baseado na teoria de List, desta «Nova Ordem Económica», consistiria em “mobilizar todas as matérias-primas, forças económicas e energias da Europa” (*AJE*, vol. 3, n.º 4: 5). No lugar da liberdade económica, a liberdade do trabalho; no lugar do indivíduo, o povo (a ligação da economia ao povo era, para Hunke, essencial); no lugar do individualismo, a comunidade (*Gemeinschaft*); no lugar do Mercado Mundial, o «Espaço Vital» (*Lebensraum*); no lugar do capital, a organização do trabalho. Isto introduziria, na sua opinião, alterações revolucionárias. Não seria através de uma união aduaneira que os países europeus se uniriam. O objectivo do trabalho económico conjunto seria a construção de uma «*Lebensraumgemeinschaft*», da qual resultaria o pleno emprego e a garantia de todos os bens essenciais.

Esta «Comunidade Económica Europeia» abria, de acordo com as ideias veiculadas por estes homens, uma nova época para a Europa. Eles acreditavam que os problemas e as dificuldades comuns, e a percepção de que eles existiam e que era urgente ultrapassá-los, construir um “novo Mundo” com o “espírito” e o “sangue europeu” (Hunke, 1943), conduziu ao aparecimento, em diferentes países da Europa, de movimentos intelectuais e políticos idênticos. Ao mesmo tempo, mas independentes uns dos outros, surgiram entre todos os povos europeus Homens, formaram-se Ligas, Frentes e Movimentos, que deram ao Estado um novo rosto.

Em suma, e introduzindo, ainda que liminarmente, o tema desenvolvido no último capítulo, podemos afirmar que o Fascismo italiano e o Nacional-Socialismo alemão se afirmaram, sem dúvida, como doutrinas atractivas um pouco por toda a Europa, constituindo o paradigma para vários Estados. Por outro lado, verificou-se um intercâmbio, uma cooperação entre líderes e elites fascistas. Portugal é também exemplo disso. Desenvolveram-se estreitas relações, fruto de simpatias e de afinidades ideológicas. Foram muitos os portugueses que aplaudiram, entusiasticamente, Hitler, apesar das suas doutrinas social-darwinistas, anti-semitas e do programa expansionista. Na opinião de Bauerkämper (2007), a interacção entre os fascistas europeus foi muito importante, preparando e facilitando a colaboração durante o período da guerra. Para este autor, a referência à Europa não servia apenas para justificar os objectivos hegemónicos. Face a um «hipernacionalismo», o «fascismo internacional» não era algo impensável. Acredita que os fascistas oscilaram entre esse hipernacionalismo e o pan-europeísmo, que não foi um mero instrumento de propaganda ou um meio para camuflar as ambições nacionalistas. Os fascistas apresentavam-se como portadores da vanguarda, do novo, procurando desenvolver a ideia de «cultura europeia» e o sentido de um destino comum, de missão.

Para Mark Mazower (2008), pelo facto de o expansionismo nazi ter aproximado os povos europeus, tiveram de estabelecer um plano em termos europeus. Na sua opinião, Hitler terá sido “o mais europeu dos estadistas da Segunda Guerra Mundial” (*ibidem* 557). Tinha uma concepção de Europa enquanto unidade única. Com o avançar da guerra e com as sucessivas vitórias da Alemanha, a retórica nacional-socialista tornou-se cada vez mais imperialista e autoritária. Com a abertura da frente Leste, o seu papel de árbitro do continente sai ainda mais reforçado, afirmando-se como «Líder Militar da Europa» (*Heerführer Europas*), mas estes não são, contudo, motivos para rejeitar a existência de um discurso europeísta entre os regimes fascistas.

Se Walter Funk e outros dirigentes nacional-socialistas tinham uma percepção tão clara da forma que a Europa assumiria uma vez concretizada a vitória sobre os Aliados, o Führer mostrava-se menos incisivo. Hitler não tinha, contudo, dúvidas em que as gerações futuras iriam “aceitar a unificação da Europa” e que esta estava quase a ser alcançada (*apud Trevor-Roper* 2000: 541). Em Setembro de 1941, Hitler acreditava que a posição da Alemanha estava consolidada e que estaria em condições de ir tão longe como nas Grandes Invasões (*ibidem*: 41). A hegemonia sobre o continente europeu era entendida como condição *sine qua non* para pensar uma política mundial. “Quando somos o senhor da Europa, temos uma

posição dominante no mundo”(ibidem: 93), pelo que “o essencial, neste momento, é conquistar. Depois, tudo será uma questão de organização” (ibidem: 33), afirmava em 1942.

Para Hitler, a tarefa mais urgente depois do final da guerra era a construção de uma autarcia económica, para que a Europa pudesse ser “uma fortaleza impenetrável, a salvo de todas as ameaças de bloqueio” (ibidem: 32). Mas a construção dessa autarcia e a segurança apenas estariam asseguradas no momento em que conseguissem recuar a Ásia para lá dos Montes Urais. Do outro lado desta fronteira, não deveria ser permitida a existência de qualquer estado russo organizado, mantendo-os num estado de “brutidão”, num estado “natural”. “A luta pela hegemonia do mundo será decidida em favor da Europa pela posse do espaço russo”, acreditava o líder nazi (ibidem: 32). Depois disso, os países que colaborassem com o sistema económico alemão teriam na Rússia um mercado onde colocar os seus produtos industriais e o espectro do desemprego seria completamente afastado da Europa (ibidem: 52). Nessa economia europeia, “todos serão capazes de participar, de uma forma ou de outra” (ibidem: 73).

O europeísmo totalitário e a ideia de uma «Nova Europa» constituem uma das principais temáticas da revista *AJE*. Apesar do nacionalismo exacerbado que reinava na Alemanha, há que reconhecer que se desenvolveu um discurso europeísta. Conceitos como «pan-europeísmo» e «europeísmo» são extremamente ambivalentes quando aplicados ao fascismo e levantam, naturalmente, inúmeras dificuldades à sua compreensão. A continuidade deste discurso europeísta, no pós-guerra, chega a ser, segundo Mark Mazower, desconcertante, uma vez que “algumas das figuras-chave e conselheiros” do processo de construção europeia não eram “anti-fascistas”, mas sim indivíduos que “serviram os Nazis”, apesar de rapidamente se “desiludiram” com eles (Mazower 2008: 571). Como refere Mazower, “nenhuma ordem política começa do nada. E a Europa do pós-guerra”, apesar de desejosa de “proclamar a sua ruptura com o passado”, estava intrinsecamente “ligada ele” (ibidem: p.575).

Esta ideia de «Nova Europa» e de «europeísmo totalitário» é sempre alicerçada numa tradição clássica, colocando-se a génese desta “cultura europeia” nas civilizações greco-romana. Ao longo dos textos, ressalta a necessidade de recorrer a um discurso histórico, justificativo das ideias defendidas. Recupera-se a tradição cultural grega, a tradição imperial romana, mas apresenta-se também o período medieval como fundador da Europa, uma Europa que deixa de ser apenas mediterrânica, para se transformar numa Europa ocidental. O objectivo é, claramente, desenvolver um suporte histórico-cultural ao discurso europeísta da revista.

Face a todo este discurso que perpassa ao longo da revista, é necessário interrogarmo-nos sobre a sua recepção, compreensão ou rejeição, por parte do destinatário da mensagem. Se a construção de uma unidade europeia assentaria numa base racial, numa lógica hegemónica protagonizada pela Alemanha, qual o papel de países como Portugal? Qual a posição que assumiria Portugal, um país periférico, nesta «comunidade de destinos»? Seria o regime “hostil aos projectos nazis e do Eixo” (Loff 2008: 65)? Segundo Manuel Loff, a «Nova Ordem», ainda que feita sob a égide alemã, resultou também da “participação de autores secundários”, que se uniram ao esforço de guerra alemão, que se declararam política e moralmente ao lado do Eixo ou que contribuíram para a ordem económica que a Alemanha estava a construir (*ibidem*: p30-31). Que recepção tiveram estas ideias? Como a entenderam? Terão contribuído, de alguma forma, para a sua construção? Que atracção exercia sobre a elite portuguesa, ultranacionalista, este discurso europeísta? Que expectativas tinham, no caso de se perfilar uma vitória do Eixo, em relação ao pós-guerra? Se tivermos em consideração estes dados, e atendendo ao facto que houve, em Portugal, indivíduos que se colocaram política e moralmente ao lado da Alemanha e que o país, apesar de tudo, também participou na economia de guerra alemã, poderemos afirmar que, ainda que tenha sido um actor secundário, periférico, Portugal também contribui para a «Nova Ordem». Mas seria, como defende Loff, a vitória dos regimes fascistas a “oportunidade histórica” (*ibidem*: 33) para o regime autoritário português?

Contra a barbárie soviética e pela civilização europeia: a cruzada anti-bolchevique e anti-democrática.

“Esta guerra foi conduzida por todos nós, para todos nós próprios e para aqueles outros que falam no mesmo tom que nós, contra os bárbaros” (AJE: vol.4 n.º5: 3).

Ao contrário do que poderíamos pensar, esta frase não foi proferida por Hitler num dos seus muitos discursos apoteóticos. Foi antes proferida, alegadamente, por Platão, muitos séculos antes e surge aqui, num típico exemplo de instrumentalização, como voz de autoridade. Refere-se a Maratona, onde os bárbaros, “aqueles que dominaram a Ásia e oprimiram a Europa” (AJE, vol.4, n.º5: 3), foram castigados. Os bárbaros aqui referidos não são, obviamente, os mesmos a que a propaganda alemã se refere. O que se pretende evidenciar com a inclusão desta citação na revista *A Jovem Europa*, é que, ao longo dos séculos, os povos vindos da Ásia são designados de bárbaros e são sempre acusados de serem os responsáveis pela opressão e declínio da Europa. Nos vários artigos desta revista de propaganda, o conflito é apresentado como uma guerra civilizacional que une todos os europeus, uma vez mais, contra um inimigo. Transmite-se a ideia de uma Europa unida numa “frente comum”, respondendo às ordens de guerra emanadas de Hitler, contra um inimigo comum e em defesa de valores comuns, que presidem à tão propalada «civilização europeia». Através deste discurso emotivo e servindo-se destes argumentos mobilizadores, pretende-se despertar o sentimento de um destino colectivo. O «bárbaro» foi, ao longo dos séculos, um perigo que atemorizou sempre a Europa, e os objectivos dos comunistas chegam a ser comparados aos dos hunos.

O Bolchevismo é sempre apresentado como algo exógeno à cultura europeia, muitas vezes como uma manobra judaica, que se opõe a uma ordem tradicional. O Exército que combate no Leste seria, assim, o representante dessa civilização europeia, de toda uma cultura cuja génese é colocada nas civilizações clássicas. Trata-se, no fundo, de uma grande cavalgada, à maneira dos Cavaleiros Teutónicos, contra o Bolchevismo, na qual todos deveriam tomar parte. Tantos séculos volvidos desde a última cruzada, a cristandade europeia voltava assim a unir-se, numa grandiosa missão, em nome da paz. Não se tratava, portanto, de uma guerra alemã à qual subjaziam objectivos expansionistas e pagãos. Não se tratava de uma guerra entre Estados, afirma-se num dos números, mas sim de uma guerra entre “raças e mundos”, “uma santa purificação nacional” (AJE, vol.1/2: 15). Era antes uma “Frente colectiva da cultura europeia” (*ibidem*: 14) que se unira para combater as hordas dos bárbaros. O Führer apresenta-se a si próprio, e é apresentado, como o homem

que trabalha em prol da Europa, em defesa da civilização, que se oporá a tudo o que constituir um obstáculo à “unidade da Europa” (*AJE*, vol., n.º: 16). Mas se a destruição do bolchevismo era, assim, premente, esta só seria possível se a Rússia fosse esmagada. Tal mensagem teria de ser repetida, pois os países distantes da Rússia ainda não tinham consciência desta realidade.

A recuperação de todo um imaginário medieval está muito patente no discurso anti-bolchevique veiculado pela propaganda. Aquela guerra é interpretada como uma “guerra santa”, porque feita em defesa dos valores que enformam a civilização europeia, assente no Cristianismo. Acreditava-se que a vitória do comunismo acarretaria a destruição dos valores basilares da civilização europeia. Desta forma, a guerra teria como objectivo a salvação da Europa. Considerado o inimigo número um, temia-se a influência exercida pelos partidos comunistas sob a orientação de Estaline e da III Internacional. Termos como «Bárbaro», «guerra santa» ou «cruzada» integram o leque do discurso propagandístico utilizado na revista *Junges Europa* e que visava desenvolver um sentimento de medo em torno do comunismo. Tal como as imagens serviam na Idade Média para aterrorizar os crentes, também esta linguagem pretendia gerar um clima de receio.

Como já anteriormente foi dito, quando Hitler refere, em *Mein Kampf*, que colheu alguns ensinamentos da propaganda utilizada pelos adversários da Alemanha durante a I Guerra Mundial, referia-se, sobretudo, ao recurso a alegorias, à comparação do inimigo com algo feroz, brutal, como verdadeiros bárbaros e Hunos. Tal discurso ajudava, na sua opinião, a inflamar o ódio contra esse mesmo inimigo (Hitler 1976: 136). Ao nível da propaganda, estas ideias traduziram-se, por exemplo, no relato das atrocidades cometidas no leste da Europa. No número 1/2 é relatado um episódio que terá decorrido na cidadela de Zloszow, na Ucrânia. O cenário descrito é deveras perturbante, capaz de despertar os mais repugnantes sentimentos e o pior dos medos em relação ao comunismo. Conta-se que, do fosso que rodeava a cidadela, vinha um cheiro nauseabundo. Este fosso estava repleto de cadáveres, completamente mutilados, de tal forma que ninguém conseguia reconhecer os seus familiares. À chegada dos alemães, os chefes bolcheviques perderam a coragem e fugiram, abandonando a cidade e os soldados à sua sorte. À passagem dos soldados alemães, as pessoas levantavam, com incerteza, o braço, saudando-os, perdendo o receio assim que lhes era retribuída a saudação. Avançando em direcção ao carro, gritavam e cobriam-no de flores. Os ucranianos gritavam: Heil Hitler! E Heil Bismarck!, numa profunda gratidão. O narrador confessa que os soldados alemães ficaram comovidos com a forma como foram recebidos, pelo aspecto miserável da cidade e pela população,

apontando para a Igreja e para os crucifixos, perguntando-lhes se poderiam ir rezar, ao que os alemães assentiram imediatamente. Na opinião de Bruno Brehm, que faz a descrição deste local de tortura, a Inglaterra, ao aliar-se à Rússia, procurara “aliviar no ocidente o aliado tinto de sangue” (*AJE*, vol.1/2: 9). Outro dos relatos publicados é o de Hjalmar Pöhl, pastor sueco que, em Carta aberta ao ex-arcebispo da Cantuária, relata a forma como a dominação bolchevique se processou, a miséria, as perseguições, a crueldade, a morte por que se pautou, a forma como os Sacerdotes foram sujeitos a martírios, como colocaram fim ao ensino religioso e como as igrejas foram devastadas. Face a este cenário, o pastor pergunta como é possível que o arcebispo reze pela vitória do carrasco de tantos cristãos (*AJE*, vol.4, n.º4: 32-35).

O comunismo surge sempre descrito como uma “peste”, uma “perfidia asiática”, um inimigo da Humanidade, algo exógeno à cultura europeia, mas que conseguiu desencadear uma reacção da Europa por ser uma ameaça aos seus valores, à família, à Igreja, à propriedade, envenenando “as energias vitais do mundo”. De acordo com os argumentos utilizados pela propaganda, o comunismo ter-se-ia servido da doutrina do materialismo histórico para conseguir infiltrar-se, destruindo o Estado, por ele considerado a primeira forma de opressão, para poderem implantar a doutrina comunista. O seu programa era depois aplicado de forma cruel. Não se tratava de um movimento reformador que preconizava o melhoramento das condições sociais, económicas e políticas. Era sim um “movimento destruidor” que tinha por objectivo destruir a ordem social do Ocidente e toda a crença religiosa. O domínio do bolchevismo acarretaria então a destruição da cultura e das formas de vida europeias, a escravidão em campos de concentração e a miséria. Perante o cenário que se apresentava, Hitler, discursando no Congresso de Nuremberga, em 1937, apelava à necessidade de impedir o avanço do comunismo, de imunizar os povos contra aquele “vírus” e destruir os seus portadores, pois o que vigorava na Rússia, em sua opinião, era “uma ditadura brutal duma raça estranha, que arrebatou o poder ao povo russo, exercendo-o em seu proveito” (*AJE*, vol.2: 59).

Aliança entre o judaísmo, o bolchevismo e democracias e a desculpabilização da Alemanha

Apesar de ter sido a Alemanha que, em primeiro lugar, se aliara à Rússia através do Pacto Molotov-Ribbentrop, a verdade é que tanto Hitler, como a própria propaganda alemã, não poupam críticas aos países democráticos, acusando-os de se aliarem à Rússia “para gozarem do seu favor e amizade” (*AJE*, vol.3: 15). Estabelecendo com Estaline um “pacto maldito”, teriam prestado um auxílio activo e passivo à Rússia, reforçando o poderio soviético e a miséria e sofrimento infligidos às populações pelo bolchevismo. Em relação à Alemanha mostraram, pelo contrário, uma total aversão ao diálogo, apesar de Hitler ter tentado evitar a guerra. O esforço de Hitler para chegar a um acordo com a Inglaterra fora, segundo a propaganda, inútil. Ele sabia que a ameaça bolchevique pairava. Tentou chegar a acordo com a Polónia e a Checoslováquia, mas a Inglaterra e a França não o permitiram. Na revista, no seu n.º 1/2 (*AJE*, vol.1/2, n.º: 46-47), surge um texto de Alphonse Chateaubriand³⁴, intitulado “A França e a luta europeia pela liberdade”. Segundo este colaboracionista francês, a humanidade defrontava-se com um grande perigo, que ninguém reconheceu e com o qual brincou. Contra ele ter-se-ia levantado um homem, Hitler. Logo em 1935, Chateaubriand havia publicamente afirmado (*ibidem*: 46):

Adolf Hitler é a grande consciência e o grande Führer do povo, que soube compreender os mistérios da História, que soube ressuscitar a heroicidade e a força, para formar um dique à avalanche de destruição.

Na sua opinião, a Europa estaria perdida sem a existência do “bloco alemão”. Para salvar o Ocidente, “a Providência apontou Adolf Hitler” e aquele seria um momento crucial, onde se decidia se o bolchevismo triunfaria na Europa. A Inglaterra, na sua opinião, sempre impediu este desenvolvimento, por puro egoísmo, mas através do seu pacto com a União Soviética, aceleraram a sua derrota. A Alemanha, pelo contrário, teve um papel importante na contenção do comunismo. Naquele momento, a França não poderia manter-se à margem, pois “a derrota da Europa nas estepes da Rússia soviética significaria o fim de toda a civilização e cultura” (*AJE*, vol.4, n.º 5: 31). O fim do bolchevismo, pelo contrário, traria a paz, a liberdade.

Num discurso em que expressa a matriz autoritária e totalitária do seu pensamento, Hitler defende que a Democracia é uma mera agitação popular que desperdiça as forças espirituais da nação. Na Alemanha e noutros países onde vigorava já uma «Nova Ordem», a agitação fora descartada, até porque o espírito não necessitava de agitação. Segundo esta linha de

³⁴Partidário do movimento colaboracionista francês, era um profundo admirador de Hitler.

pensamento, tanto a liberal-democracia, como o anarquismo ou o marxismo são consideradas doutrinas subversivas que procurariam decapitar a ideia de nacionalidade, de pátria, transformando o mundo num mundo de apátridas. De acordo com a revista (*AJE*, vol.3, n.º4: 14-17), faltava ao exército soviético elementos cruciais para obter a vitória: a fé dos camponeses no regime, que vivendo na miséria apenas tinham a religião como único consolo; a falta de coesão nacional.

Mas o leque de ataques não se restringe à Inglaterra. Culpabilizam também, pela crise que a Europa estava a atravessar, as negociações entre maçons, judeus, bolcheviques, anglo-franceses, que tiveram lugar no seio da SDN. Ao impor as suas condições em Paris, a SDN mostrara ser um instrumento da *Entente*, garantindo que o poder permanecia na posse dos vencedores e abrindo a porta ao comunismo. Protegeram a expansão do bolchevismo, enquanto outros países se defendiam dele. Graças à acção da III Internacional e dos Exércitos de Estaline em vários países, foi possível que, em Espanha e na França, os partidos comunistas fossem chamados ao poder.

Apesar de considerarem que a maior parte da população europeia não compreendia as transformações que, naquele momento, estavam a ocorrer, acreditavam que toda a Europa seguiria a Alemanha na luta contra o bolchevismo e que as novas ideias autoritárias e totalitárias, por defenderem os mais importantes valores (a vida, a liberdade, a honra), saíam vitoriosas. Antes da instauração de uma «Nova Ordem», reinavam, na Europa, divisões internas, fronteiras amputadas, organizações económicas e políticas influenciadas pelo imperialismo anglo-saxão, pelo socialismo marxista e pelo comunismo. Mas Hitler e Mussolini, de acordo com a mensagem transmitida pela propaganda, ergueram-lhes uma barreira. Para impor a Ordem, foi necessário que estes regimes tomassem o poder e se a Alemanha não tivesse respondido tão rapidamente ao plano imperialista, de conquista do mundo que Estaline tinha em mente quando lançou a Rússia num desenfreado rearmamento, o resultado seria o avanço comunista para países como a Hungria e para a Boémia. Segundo a opinião veiculada pelos vários artigos, a Alemanha e Hitler não defendiam apenas a Europa, defendiam, pelo contrário, todo o mundo “da peste e das câmaras de tortura e depósitos de cadáveres” (*AJE*, vol.1/2: 11).

Só a Alemanha e as potências do Eixo poderiam lutar contra o comunismo, por não estarem corrompidas pelo seu veneno, contra o qual se vacinaram. Assim, consideravam natural que tenha sido o povo alemão a encetar a luta, dada a sua grandeza, superioridade, tendo a “missão de ser o factor de ordem no continente” (*AJE*, vol.1/2: 37). Uma resposta que seria, afinal, mais precoce se a Inglaterra tivesse outra atitude. O combate começara em

1933, quando a Alemanha procurou travar o avanço das ideias marxistas, algo que a Inglaterra e a França não conseguiram evitar. E, mesmo depois de Hitler assinar um pacto com a Rússia de Estaline, todos sabiam que o seu programa não havia sido alterado.

Em 1942 estes homens tinham ainda esperança na exterminação do comunismo graças à intervenção da “Grande Alemanha” e ao “seu incomparável profeta Adolf Hitler” (*AJE*, vol.1/2: 16). Expressando um profundo e sentido agradecimento a Hitler, que apelidam de “Prometeu de sua própria criação” (*ibidem*) e de “apóstolo de uma nova civilização” (*ibidem*), defendem que ele apenas pretendia restabelecer a justiça e a equidade, tendo aberto à Europa uma nova era. A derrota da Alemanha significaria a derrota da Europa contra o Bolchevismo (*ibidem*: 31) e, naquele ano, ainda não estava em cima da mesa essa hipótese. Aquela guerra que a Europa enfrentava era entendida como uma guerra entre dois sistemas, o nacional-socialista e o bolchevique, uma verdadeira guerra de titãs. Aquela seria a luta final. A derrota da Alemanha permitiria que a Rússia pusesse em prática os seus planos de bolchevização, através da fome e das execuções em larga escala. Portanto, esta geração deveria lutar contra as “forças destruidoras da Europa”, os “bárbaros” do Oriente e as ideias materialistas do Ocidente.

A colaboração portuguesa na revista A Jovem Europa

Na edição portuguesa da revista *AJE*, assim como nas edições estrangeiras, estão incluídos textos de portugueses e chega a ser publicado um artigo da revista *A Esfera*. Logo no primeiro volume publicado em Portugal encontramos um texto de Alfredo Pimenta, intitulado “A hora das decisões”. No artigo, o historiador refere que a Europa, devido a divisões de interesses, nunca foi capaz de se unir e de empreender uma guerra contra o comunismo. Deixaram o comunismo espalhar-se, enraizar-se, e nem sequer acudiram a Espanha, antes defenderam “a malária moscovita” (*AJE*, vol.1/2: 6). A Europa fora, afinal, incapaz de esmagar “o Dragão demoníaco” (*ibidem*: 7). Face a este cenário e perante as críticas e indecisões que vislumbra na sociedade portuguesa, questiona-se como é que os portugueses podem levantar dúvidas num momento em que uma única potência foi capaz de se erguer e esmagar o comunismo. As alternativas, naquele momento, eram a derrota definitiva de Estaline ou a derrota da civilização cristã e europeia (*ibidem*: 7). Pimenta apresenta a luta como uma cruzada do Ocidente, não havendo tempo para indecisões que apenas facilitariam a acção do comunismo. Apela, assim, à união em torno do Chefe e para que se espalhe, em Portugal, uma atmosfera anti-comunista. Ao longo do texto é muito visível o recurso a um leque de palavras que remete para o imaginário medieval, que recuperam uma tradição religiosa e mitológica daquele período: “peste”, “Dragão”,

“demoníaco”, “Germânia”, a erguer a “espada brilhante de Lohengrin”, “cruzada do Ocidente europeu”, “civilização cristã”, “Mal”. Por outro lado, ficam os apelos a que todos os europeus se sacrifiquem pela vitória nacional-socialista.

No volume de Abril de 1942, voltamos a encontrar um artigo de Alfredo Pimenta, no qual dirige algumas “Palavras à juventude”. Apresentando-se a ele próprio, afirma ser uma pessoa que se pauta pela simplicidade, que trabalhou arduamente e que dispensa “ vaidades e honrarias” (*AJE*, vol.3, n.º4: 10). “Nunca sacrifiquei aos Deuses da ocasião; voltei sempre o rosto ao sol nascente”, afirma (*ibidem*). Procurando sempre a verdade, orgulha-se de nunca se ter calado perante “Césares ou multidões” (*ibidem*) e de nunca ter traído os seus ideais. No texto, Pimenta defende que existem duas grandes “correntes doutrinárias ou filosóficas” (*ibidem*: 11): “a filosofia comunista e democrática”, que é a continuação dos dogmas da revolução francesa, e “o autoritarismo totalitário” (*ibidem*: 13). Considera que todos aqueles que se calavam e que “se retiram da luta anti-comunista”, serviam o comunismo. Serviam-no também os professores que defendiam o comunismo nas suas conversas e o inculcavam nos seus livros, serviam-no os estudantes “intoxicados” que o exaltavam, serviam-no alguns críticos militares que olhavam para as vitórias alemãs como algo em vão (*ibidem*: 11). Afirma que ele não o servia com o seu silêncio ou com a sua actividade e alerta para a ameaça de o comunismo entrar “de braço dado com a nossa Aliada” (*ibidem*). “O comunismo”, afirma, “é o inimigo feroz da nossa civilização” (*ibidem*: 12). Se a Alemanha, que tem sacrificado a sua mocidade para o combater, não vencesse aquela guerra, acredita que “seria a hecatombe apocalíptica, o eclipse total da nossa civilização” (*ibidem*). Portanto, considera ser dever de todos combatê-lo, pelo que, “se, amanhã, a Alemanha vitoriosa perguntar aos Estados do mundo onde andavam, enquanto ela sacrificava nas rudes batalhas de leste o sangue ardente da sua mocidade generosa” não seria de admirar “se ela inclinar a sua amizade para os que estavam com ela e esquecer os que ou se manifestaram contra ela, ou se abstiveram de a apoiar” (*ibidem*: 12-13).

A outra doutrina, da qual Alfredo Pimenta nos fala, é o “autoritarismo totalitário” (*ibidem*: 13) que se traduz na “reacção contra-revolucionária, anti-democrática, anti-liberal, anti-parlamentar, em suma, anti-comunista”, assumindo em cada país aspectos próprios consoante os “seus feitos” e “posições no mundo”. Num período de guerra, a «Nova Ordem» preconizada era ainda algo dúbio. “O meu lugar é conhecido: estou contra a democracia e o comunismo, e contra todos aqueles que, directamente ou não, os servem e auxiliam”, afirma (*ibidem*).

No volume 3 é a vez de ser publicado um texto de Oliveira Salazar, no qual critica a tendência para a ostentação e a superfluidade e valoriza o esforço do trabalhador, exaltando o trabalho, considerado por ele um “dever social” (*AJE*, vol.3: 9). Neste texto, Salazar defende que “a organização económica deve realizar o máximo de produção socialmente útil e que é obrigação do Estado zelar pela moral, pela salubridade e pela higiene pública” (*ibidem*). Por outro lado, considera que a lei deve lutar contra toda a forma de parasitismo, criticando os “simples gozadores de vida e gastadores de dinheiro” (*ibidem*: 10). De acordo com este pensamento, o Estado deveria ser “expressão superior do agregado social” (*ibidem*). No volume seguinte, o ditador português é mesmo comparado a Hitler e a Mussolini: “Os grandes tipos de chefes no estilo de Hitler, Mussolini, Kemal e Salazar, são um fenómeno do nosso século” (*AJE*, vol.4: 20).

“Salazar, Hitler e Mussolini – verdadeiros heróis na concepção de Carlyle – oferecem um interesse mais do que nacional, universal. Devem-lhes as gerações presentes e futuras serviços incalculáveis” (*AJE*, vol.4, n.º5: 17). Também em Portugal se estava a realizar a “missão europeia”. É desta forma que tem início o artigo da autoria de Gustavo Cordeiro Ramos, para quem, “estes pilares da História”, “parecem predestinados a resgatar a mediocridade, o desvario e a falência do mundo contemporâneo”, impedindo a subversão dos “valores culturais” (*ibidem*). Tal como a Alemanha e Itália, Cordeiro Ramos acreditava que também Portugal estava a realizar “a sua missão europeia” (*ibidem*). O comunismo era assim entendido como uma “nova invasão da anti-cultura bárbara, movida pela anciã demoníaca do aniquilamento da ordem cristã”. De acordo com o germanista, Portugal foi “o primeiro a denunciar o perigo do bolchevismo”, impedindo que no país “se desencadeassem forças do mal, em ligação com as que no país vizinho já hoje escreveram uma página de História negra e vergonhosa” (*ibidem*). A vitória do comunismo na Península Ibérica levaria, na sua opinião, à “constituição de uma federação soviética” (*ibidem*).

No discurso propagandístico nacional-socialista utilizado na revista *Junges Europa*, e também noutras revistas e monografias, é sistematicamente vincada a existência de uma civilização europeia. Reconhece-se, até, o cristianismo como o fundamento dessa civilização, embora seja dada uma ênfase maior ao substrato clássico, pagão. Quer acreditassem, quer não, nas palavras proferidas, a verdade é que a propaganda procura deixar bem claro que aquela não era uma guerra alemã, que era sim uma guerra civilizacional, um conflito de redenção que deveria unir, irremediavelmente, toda a Europa. O apelo é uma constante ao longo dos textos. Recorre-se a um leque de palavras que procura despertar o medo, criando uma imagem nítida e aterradora das atrocidades pretensamente cometidas pelos comunistas. Aquele

seria, afinal, o cenário a que se assistiria, por toda a Europa, caso a União Soviética estivesse entre os vencedores. Os alemães, pelo contrário, mostravam-se tolerantes mesmo em relação às crenças religiosas daquelas populações, sendo, por isso, recebidos como libertadores. Depois da análise que aqui fizemos sobre a exploração do tema do anti-comunismo na revista, podemos, certamente, responder a duas questões cruciais:

- qual a imagem que a propaganda alemã pretende transmitir?
- qual o objectivo de fazer chegar estas imagens a países como Portugal, que, naquela guerra, não eram seus aliados?

Trata-se, sem dúvida, de uma mensagem simples e de fácil compreensão. Recorrem a imagens trágicas, fortes, emotivas, capazes de despertar um medo profundo no menos culto dos europeus, mas é também uma retórica capaz de ilustrar, de incitar o ódio no intelectual. É verdade que Portugal não era um aliado bélico do Eixo naquela guerra. Mas seria, naturalmente, um aliado naquela luta contra o comunismo. Vejamos, então, se era esta a imagem que a elite “germanófila” portuguesa tinha.

A elite político-cultural portuguesa face ao europeísmo fascista e ao anti-comunismo

O Estado Novo e o Nacional-Socialismo no quadro de uma Europa fascizada

Nas décadas que mediarão as duas guerras mundiais, no velho continente, assistira-se à propagação de regimes autoritários, que partilhavam os mesmos ideais: opunham-se à democracia, ao liberalismo, ao parlamentarismo e ao comunismo. Defendiam um estado forte, policial e militarizado. A crise da democracia estava consumada e a época era de profundos avatares. As medidas levadas a cabo para defender a Nação eram justificadas, mesmo que implicassem a utilização de métodos que cerceassem as liberdades individuais. Sob o pano de fundo de uma crise generalizada, as décadas de 20 e 30 do século XX vão ser marcadas, um pouco por toda a Europa, pela ascensão do fascismo, consagrando a derrota do parlamentarismo. De acordo com as memórias de Luís Cabral de Moncada, no início da década de 30 (Moncada 1992: 151):

estava-se num momento ultracrítico da história da Europa. O mundo europeu como que se dividia em dois blocos ideológicos e socioeconómicos: de um lado, o bloco comunista marxista-leninista, totalitário, tendo por núcleo central a Rússia soviética, dotado de um poder de expansão incalculável; do outro, o bloco ocidental democrático e capitalista, já largamente penetrado pelas influências do primeiro através dos seus partidos comunistas, sobretudo na Alemanha, na Itália e na França. Foi desta oposição que nasceram, como se sabe, nesses dois primeiros países, à laia de baluarte defensivo, entre outros motivos, os dois poderosos movimentos fascista e nacional-socialista de Mussolini e Hitler.

De todos estes regimes autoritários, o III Reich foi talvez o que maior impacto teve no continente europeu. Pela ideologia que lhe estava subjacente, pelo aparelho repressivo e propagandístico que conseguiu montar, pela política externa agressiva que desencadeará uma nova guerra mundial e, entre muitos outros motivos, por ter posto de pé uma das mais brutais “máquinas de morte” de toda a história da Humanidade. Estas são algumas das características que sobressaem em qualquer balanço que possa ser feito. Para aqueles que viveram esta época, a interpretação será, naturalmente, outra. Admirado por uns, odiado por outros, a verdade é que a figura de Hitler e a sua “obra” não passaram despercebidas à sociedade portuguesa. Se Salazar temia os ímpetus expansionistas e mais pagãos de uma Alemanha nazi, alguns dos indivíduos que o rodearam, que integraram o governo ou organizações do regime, ou que faziam parte da elite “cultura” do Estado Novo, evidenciaram uma atitude diferente. Há que ressaltar que a análise do regime, e apesar do papel central do Presidente do Conselho, deverá ser mais ampla e ir para além da compreensão da actuação e das posições de Salazar. Afinal, o Estado Novo português insere-se, indubitavelmente, neste grande projecto de construção de uma «Nova Europa»,

de uma alternativa, de uma terceira via. Obviamente que a tudo isto não foi alheio o papel activo da propaganda alemã, que em Portugal actuou de forma sistemática e intensa, e que contou, na maioria das vezes, com uma colaboração activa por parte de alguns “ilustres” portugueses. Mesmo no seio da estrutura do Estado Novo é possível identificar as influências do regime nazi, sobretudo ao nível de organizações como a MP e a LP, mas não só.

Houve manifestações, inequívocas e conscientes, de adesão ideológica por parte da elite portuguesa, que se revia na matriz autoritária, anti-liberal e anti-comunista e na actuação militarista da Alemanha nazi. Chegam a desculpar ou recusam-se a aceitar as evidências relativas aos excessos dos dirigentes alemães. Muitos foram os portugueses que defenderam a tese de que foi Hitler quem salvou a Alemanha da humilhação a que estava votada desde o “hediondo” (Leone 1941: 162) Tratado de Versalhes³⁵ e cuja árdua missão, de que foi incumbido, mereceria os maiores louvores³⁶. Para Metzner Leone a Alemanha nazi era “qualquer coisa de extraordinário e de perfeitíssimo” (Leone 1940: 16). Sob o signo da unidade e da ordem, Hitler ascende ao poder e, aparentemente, arrebatou o país do precipício em que se encontrava. Reduz o desemprego e conduz o Reich por um caminho glorioso. A fórmula deste sucesso impressionou todos aqueles que conheciam a velha Alemanha e não conseguiram ver, ou preferiram ignorar, os métodos usados. Hitler estava agora a erguer das cinzas uma «Nova Alemanha».³⁷

Desta forma mais, ou menos, acentuada, alguns portugueses expressam o desejo de que algumas das mudanças ocorridas na Alemanha sirvam de paradigma ao regime português, uma vez que ambos já evidenciavam alguns paralelismos. Junto de parte da elite intelectual portuguesa, o Nacional-Socialismo, pelos valores que exaltava, exerceu um grande fascínio. A linha política seguida pela Alemanha é muitas vezes apresentada como uma “revolução” que atravessou todos os sectores da vida pública. Esta “revolução” fora feita, na opinião de Metzner Leone, contra os sistemas das Democracias europeias, pelo que acredita que a guerra eclodiu porque estas potências decidiram pegar em armas para parar a “revolução”.

35 o “homem que (...) fez a grande e próspera nação que almeja comandar os destinos do Mundo”. (Leone 1940: 7)

36 “Daqui a apelar o chanceler alemão de homem perfeito vai uma distância considerável - mas onde está o homem a quem o destino confiou uma missão espinhosa e árdua, que mereça essa distinção?” (Leone 1940: 210)

37 Veja-se, a este propósito, o que afirma Valladares: “se a Europa quer na realidade vencer a tremenda crise em que se debate, tem que extirpar, destruir e eliminar radicalmente todos os focos difusores da doutrina comunista que se acoitam no seu seio (...) E não se diga que tal tarefa é impossível, porque os exemplos da Itália e da Alemanha aí estão para testemunhar o contrário” (Valladares 1937: 222).

O jornalista não deixa de se espantar com as reformas sociais entretanto feitas e que modificaram completamente a sociedade alemã. Pede mesmo ao leitor que veja esta revolução na sua essência, como ela é e não como dizem ser, numa clara alusão à propaganda dos Aliados (Leone 1941: p 7-8). Considera que esta foi “a mais fulgurante experiência social realizada”, com todas as suas “enormes qualidades e defeitos” (*ibidem*: 10). E é esta “revolução” que os soldados alemães procuravam expandir. Eles são considerados por Leone muito mais do que meros soldados. São verdadeiros “apóstolos”, “heróis” e

mártires de uma mística nova, pela qual combatem (...) Eles trazem ao mundo inteiro uma mensagem revolucionária que pretende emancipar o trabalhador da tirania asfixiante e gananciosa do Capitalismo; eles são os portadores de uma ideia nova (*ibidem*: 11-12).

O jornalista português afirma-se “partidário da obra de Salazar” por esta ser “antidemocrática, anti-maçónica, anticomunista e anticapitalista” e coloca-a “ao lado da Revolução Nazi” (*ibidem*: 18). Por isso, entre parte desta elite portuguesa que se afirmava partidária do regime e se revê nas medidas tomadas, verificou-se uma clara comunhão de ideias e de ideologias, “uma paixão política favorável à Alemanha” (Salazar *apud* MNE 1961-1974, vol.IX: 198), um “parentesco de espírito e de sentimentos” (*Deutsche Allgemeine Zeitung*). O Tenente Gonçalves Andrade coloca mesmo Hitler, Mussolini e Salazar em pé de igualdade (*ibidem*: 173-174):

Mussolini, Hitler e Salazar. Três nomes que são três epopeias que o homem escreve nesta hora decisiva e única da sua existência, eles simbolizam a vontade varonil de três povos que, no fulgor da história do passado, encontram o alento reconfortante da atitude mais condigna e mais conforme a natureza humana (...) Mussolini, Hitler e Salazar, que o mesmo é dizer, Itália, Alemanha e Portugal, são as pedras angulares em que a civilização radica as suas melhores esperanças e, mais do que esperanças, a sua certeza.

Depois de termos traçado um quadro geral da forma como as relações luso-alemãs se processaram, a nível cultural e político, e de analisarmos o conteúdo da principal fonte deste trabalho, a revista de propaganda *A Jovem Europa*, importa agora compreender a forma como aqueles dois temas, a ideia de Europa e o anti-comunismo, eram interpretados por uma parte da elite portuguesa. Tendo verificado já a partilha de ideais, pelos dois regimes e o interesse e admiração nutridos pela evolução da situação alemã, procuraremos analisar a forma como estas ideias se enquadravam no pensamento destes homens. O objectivo será, obviamente, compreender como é que as principais mensagens veiculadas pela revista *AJE* poderão ter sido recebidas e assimiladas.

O Anti-comunismo

Como já foi referido neste trabalho, o Comunismo constituiu o grande inimigo, partilhado por Hitler e por Salazar. Muitas vezes, o imperialismo alemão é visto como um mal menor perante a ameaça vermelha, como se depreende das palavras de Metzner Leone: “A hegemonia alemã representaria qualquer coisa de muito menos indesejável que a hegemonia russa” (Leone 1943: 120). A Alemanha surge como a líder na luta contra o Comunismo. O próprio Salazar não deixa de reconhecer o seu importante papel nessa luta, ressaltando o seu grande contributo para com a Europa ao ter “recuado, com assombrosa energia, e com empolgantes músculos, as fronteiras do comunismo” (*apud* Ferro 2007: 140). Poucos anos depois do conflito ter terminado, num discurso que teve lugar na Biblioteca da Assembleia da República a 25 de Novembro de 1947, Salazar faz alusão aos erros cometidos, na sua opinião, pelas potências anglo-saxónicas, sobretudo no que concerne à “tese da rendição incondicional e a prioridade do teatro europeu de operações”, cujas consequências sempre temeu (Salazar 1951: 288-290):

Daquelas posições proveio o esmagamento da Alemanha para além dos limites em que ainda poderia representar potência produtora, força defensiva e factor de equilíbrio no concerto europeu; e, pior que tudo isso, proveio também a inevitabilidade do avanço e ocupação russa até ao coração e posições dominantes da Europa (...) Historicamente, o germano representa o fronteiro da Europa em face do eslavo invasor.

“Esse monstro que avança agora do fundo da estepe” (Ameal 1945: 123). É neste tom quase profético que João Ameal se refere ao Comunismo e ao seu avanço sobre a Europa. Para Ameal, o Comunismo constituía “uma implacável tirania, fundada sobre a passividade duma grande massa educada para servir e para sofrer” (*ibidem*: 61). Tanto esta ideologia, como a capitalista, representariam ambas “a idolatria absoluta do colectivo impessoal. Além, o colectivo chama-se riqueza; aqui, chama-se trabalho. Num caso ou noutro, temos o homem semelhantemente absorvido ou esquecido por qualquer razão de pura materialidade”, explica (*ibidem*: 117). Em 1945, no término da guerra, quando escreve *Europa e os seus fantasmas*, compreende que a Europa está cada vez mais pequena, flanqueada por dois “monstros” (Ameal 1945: VIII) que avançam, enquanto o Velho continente “se esgota em querelas fraticidas” (*ibidem*: VIII). Assistia-se, na sua opinião, a duas “invasões” (*ibidem*): “fisicamente a Europa é pequena e fraca, comparada aos dois gigantes que a envolvem” (*ibidem*: IX). Para Ameal (*ibidem*: 123-124), o Marxismo era uma

visão apocalíptica da evolução da humanidade, baseada em abstrusas profecias e alimentada por aspirações de mero carácter materialista (...) Enchia-o uma fé absoluta na futura sociedade perfeita, à sombra do integral domínio proletário. Assim formou uma poderosa Internacional, moveu ardentes legiões de propagandistas, embriagou de esperanças certos

grupos de inadaptados, de miseráveis, de aventureiros – olhos postos na pilhagem promissora.

Defende, pelo contrário, que “a sociedade existe naturalmente, como necessidade espontânea do homem” e tem “um carácter orgânico” (*ibidem*: 288). Na Rússia vigorava apenas “um regime faraónico de despotismo e trabalhos forçados” (*ibidem*: 124). O comunismo avançava então num assalto sobre a Europa, numa “nova marcha de Atila sobre a Europa em armas”. Aquela luta não era meramente pela defesa de fronteiras de países, era também “uma luta interior, dentro de cada homem, onde as paixões e os instintos poderão fazer causa comum com o apelo que do Oriente chega” (*ibidem*: 124).

Em 1942, quando foi editado o seu livro intitulado *Rumo da Juventude*, João Ameal ainda antevia uma Europa que “ressurge, volta à consciência de si própria, ergue-se em armas – porque diante dela se perfila a ameaça da Anti-Europa, sob o comando de Moscovo” (Ameal 1942: 133). Em 1945 compreende já que o fim da luta se avizinhava e que se vivia “o imenso drama da hora presente” (Ameal 1945: 313). A Europa deixara-se, afinal, “invadir e corromper pelo materialismo” (Ameal 1945:XII), pelo que, naquele momento, não atravessava apenas uma crise, estava já em agonia (*ibidem*: VII-VIII) devido à falta de unidade. Daí que afirme que “por toda a parte se sente e se compreende a urgência de levar por diante, até o fim, a Revolução necessária” (Ameal 1945: 285).

O receio do comunismo é um sentimento que perpassa nos escritos de vários autores e, dos dois principais temas apresentados pela revista *Junges Europa*, este é o que mais sensibiliza e mobiliza a elite portuguesa. José Gonçalves de Andrade, o tenente da Guarda-Fiscal já aqui referido, afirma ter escrito uma carta a Hitler por indicação de um membro do Partido Nacional-Socialista que havia passado por Portugal (Andrade 1937: 10). Nessa carta (Anexo 33), que se encontra em anexo ao seu livro intitulado *Doutor Oliveira Salazar. O seu tempo e a sua obra*, o tenente refere que a Alemanha sentiu de perto “a labareda comunista”, tal como a Península Ibérica, no outro extremo da Europa. A “milenária espiritualidade e a cultura europeias”, não poderiam desaparecer face aos ataques perpetrados pelos “bárbaros do Oriente”. Afirma, na mesma carta, ter pensado na possibilidade de uma liga internacional que unisse todos os que lutam contra o comunismo. Pede ainda a Hitler que o informe se está interessado em participar na liga, a forma como entende vir a fazê-lo e, caso concorde, quais os delegados com os quais se poderá entender. Não sabe se se tratou de uma mera coincidência, mas orgulha-se que, no mesmo ano em que escreveu a carta, leu que, no Congresso de Nuremberga, Hitler havia proclamado a

necessidade de criar uma organização contra o comunismo, ideia reiterada no congresso de 1937 (*ibidem*: 11).

Para muitos, o Comunismo era visto como o responsável pelo caos económico, social e político que a Alemanha viveu. Muitos destes indivíduos olham para a Alemanha, como já foi referido, como o grande baluarte ocidental do autoritarismo, o único país com um exército capaz de impedir a invasão do Comunismo: “Hitler, pela sua reacção vigorosa e triunfal, soube levantar a barreira mais eficaz - barreira intransponível - à marcha para Oeste da epidemia marxista. Título de glória suficiente para lhe render a justa gratidão de todos os povos do ocidente em perigo”, afirma João Ameal (Ameal 1938: 34).

O dispositivo militar alemão, construído sobre uma base revanchista, permitiu à Alemanha ocupar territórios com grande facilidade e conduzir uma guerra rápida e eficaz contra a França e a Grã-Bretanha, virando-se, posteriormente, para a União Soviética. O Pacto Germano-Soviético veio causar um certo desconforto entre as *hostes* “germanófilas”, uma vez que abalou o fundamento segundo o qual a Alemanha seria a única barreira capaz de impedir o avanço do comunismo, conseguindo com esse argumento propagandístico o apoio de muitos portugueses. Luís Lupi diz mesmo que “para muitos portugueses foi pior do que uma bomba” (Lupi 1972: 227), que os chamados “germanófilos” deixaram de frequentar os cafés para não terem de se explicar. Se é certo que em alguns meios ele caiu como uma bomba, Metzner Leone não foi um deles, entendendo-o como uma manobra estratégica por parte de Hitler, que assim se antecipava aos intentos dos Aliados. No fundo, era uma forma de a Alemanha não cair no mesmo erro da I Guerra Mundial, isto é, de combater na frente Ocidental e Oriental em simultâneo. Apercebendo-se que a França e a Grã-Bretanha queriam aproximar-se da Rússia, antecipou-se a ambas.

Ora, com a ruptura deste pacto, saiu ainda mais reforçada a crença que a Alemanha seria a única nação capaz de salvar a Europa da barbárie soviética. A abertura da Frente Leste deu à Alemanha a condição de grande barreira contra o comunismo, atraindo ainda mais apoiantes. A viragem da guerra, com o fim do Pacto Germano-Soviético e a entrada dos EUA na guerra fizeram aumentar ainda mais o apoio ao lado alemão. A própria Legião Portuguesa chega a tomar uma posição pública, expressando a “solidariedade portuguesa na luta anticomunista” (*apud* Rosas 1990: 158). Na Ordem de Serviço afirma-se que “não faltam os que desejariam participar nela alistando-se como voluntários da campanha contra a Rússia Comunista”, pois “o comunismo visa a destruição de todos os princípios morais, sociais e políticos”, pelo que os legionários, como “soldados de Portugal”, estariam “sempre prontos a combater o comunismo, seu inimigo em toda a parte” (DGRQ,

AOS/CO/PC-21, pasta 6). A «Velha Aliada» de Portugal estava agora a combater ao lado dos comunistas. Salazar, em Agosto de 1941, queixava-se (*apud* MNE 1961-1985 vol. IX: 198):

já não bastava, para afligir a todos, o renascimento democrático que os Estados Unidos e a Inglaterra hão-de favorecer e provocar; faltava-nos ainda o triunfo do comunismo pelas mãos da Inglaterra.

Metzner Leone não esconde que teve “uma das maiores alegrias” da sua vida quando soube que a Alemanha havia declarado guerra à Rússia, pois sempre considerou que Hitler fora forçado a assinar um pacto com esta potência (Leone 1941: 178-180). Até “a Igreja Católica, com poucas simpatias pelo nacional-socialismo, mas hostil ao comunismo, absteve-se então de atacar directamente a Alemanha” (Pimentel 2006: 267). Temia-se a queda do regime caso a vitória dos Aliados se efectivasse. Por outro lado, a ameaça nazi sobre a Península Ibérica havia-se dissipado. A propaganda alemã vai aproveitar tudo isto para ganhar ainda mais apoiantes, apresentando a guerra como uma verdadeira «Cruzada anti-bolchevique». Estado Novo e regime nazi enfrentavam agora uma luta comum, que constituía um tema constante de propaganda de ambos os lados: o anti-comunismo. O lema alemão passa a ser: «don't mention England, don't mention Germany, speak only of Russia» (Barros 1989: 115). Certamente que reduzir o tema da propaganda alemã ao anti-comunismo é uma interpretação excessiva, sobretudo porque esta assumiu formas muito mais subtis e eficazes, mas a verdade é que ele esteve sempre presente.

Sem dúvida que a Alemanha constituía, para estes homens, o paradigma do país humilhado pela arbitrariedade e arrogância das outras potências, nas quais se incluía, naturalmente, a Inglaterra. Um país derrotado, que estava agora a reerguer-se, a ultrapassar a crise económica e a instabilidade social, afirmando-se como uma barreira intransponível para o comunismo. Olhavam para Hitler como o grande salvador, ao encetar uma “revolução” contra as democracias. Qualquer um destes autores aqui referidos não se coíbe de atacar frontalmente o Tratado de Versalhes, por este ter reduzido a Alemanha a uma condição de inferioridade, retirando-lhe todas as possibilidades de existir enquanto país independente. Por outro lado, viam também nesta «Nova Alemanha» que estava a recuperar o seu “lugar ao sol”, uma alternativa viável, porque ideologicamente mais próxima, à aliança com a “prepotente Albion”. Não fora também Portugal, durante o século XIX, um país humilhado e dominado pela Inglaterra? Não fora também subjugado, durante tantos séculos, pelos desígnios e pelos tratados impostos por aquela potência? Metzner Leone (1940) serve-se mesmo do exemplo da história das relações luso-inglesas para lembrar a brutalidade e falta de lealdade inglesa. Por tudo isto, considera que a Inglaterra não poderia

apelidar os alemães de bárbaros. Confessa que o alegra, como português, o facto de o fim do Império Britânico estar próximo. Pelas suas palavras podemos compreender o sentimento que nutre contra a Grã-Bretanha, defendendo a tese de que aquele país estaria por trás do desencadear da guerra.

Como contraponto à «aliança inglesa», alguns autores chamam à colação as “muitas e fecundas colaborações dos dois povos [alemães e portugueses] através da história” (Ramos 1971: 120-121). Ainda que escrito em 1971, Gustavo Cordeiro Ramos volta a realçar “a tradição secular dessas relações [luso-alemãs]” (*ibidem*: 120), recuperando o discurso veiculado, em 1939, no livro *Alguns aspectos sobretudo literários do Moderno Nacionalismo Alemão*. Neste livro (Ramos 1939: 128), Cordeiro Ramos fizera alusão à

especial predilecção que os alemães sempre revelaram pelo estudo das cousas da nossa Pátria, talvez possa explicar-se por algumas afinidades entre os dois povos, tais como o gosto da aventura, curiosidade de terras e gente estranhas, forte idealismo, aliado a grande espírito realizador, cavalheirismo e concepção heróica da vida (...) Razões de sobra têm, pois, as nossas duas pátrias, para continuarem estreitando os laços históricos que as prendem, num ambiente de mútua compreensão e simpatia (...) A melhor salvaguarda da paz é o conhecimento íntimo que os povos tenham uns dos outros e o melhor caminho que para esse conhecimento conduz, é a intensificação das mútuas relações culturais.

Os dois autores aqui referidos ilustram bem a tentativa verificada de encontrar na Alemanha uma alternativa a uma Inglaterra que consideram opressora e interessada. Nenhum deles, contudo, o faz num discurso tão mordaz quanto o de Alfredo Pimenta (Ninhos 2009).

A Europa

“Alguma coisa está morrendo da velha Europa” (Costa 1942: 10).

Augusto de Castro, em tom de desabafo, afirma que a expressão “a crise da Europa (...) se tornou um lugar comum” (Castro 1936: 5). Na década de 1930 a Europa assistia a profundas transformações e a vizinha Espanha, nesse mesmo ano, mergulha numa guerra civil que conduzirá à vitória do Franquismo. Em Itália, em Portugal, na Alemanha e noutros países europeus verificara-se já a ascensão de regimes fascistas. Estava assim a morrer a ordem demoliberal e, em simultâneo, avizinhava-se uma solução nazi-fascista para ela. Para Cordeiro Ramos o Nacional-Socialismo era a “última expressão do moderno socialismo alemão” (Ramos 1934: 73), “uma revolução totalitária do povo alemão que conseguiu estabelecer a unidade nacional” (*ibidem*), um “movimento de tal grandeza, talvez único na História” (*ibidem*: 74). Segundo este germanista, os nazis estavam “longe de ser inimigo da cultura” (*ibidem*: 130) e “o povo alemão continua a ser *Das Volk der Dichter und Denker*”. Para ele (*ibidem*: 134),

a actual situação política da Alemanha soube conquistar em seu favor a inteligência e a mocidade, sustentáculos imprescindíveis de qualquer remodelação social profunda que sem eles está sujeita, se não for destruída por um embate, mais violento ou melhor organizado, a ser desfigurada pela acção de indivíduos sem fé, nem ideal, capazes de converter os chamados *Estados Novos* em Estados velhos de ruim estofo.

Eduardo Freitas da Costa no seu *Testamento da Europa* (1942) defende também que “o nosso continente está atravessando uma crise trágica” (Costa 1942: 10). A que se devia então esta crise? O título do livro é bastante esclarecedor acerca da opinião do seu autor. Para Freitas da Costa “sempre que as Nações da Europa, esquecendo o que a si próprias devem, se entretêm em guerras caseiras, em lugar de se unirem para a consecução do seu destino histórico, o «Império das Estepes» começa a oscilar de impaciência e desencadeia as suas torrentes avassaladoras de conquistadores primitivos” (*ibidem*: 20). No ano de 1942, na sua opinião, “a Europa vê-se a braços com os novos bárbaros” (*ibidem*: 23). Tratava-se, contudo, de uma invasão diferente das germânicas (*ibidem*: 22):

As invasões germânicas foram em todo o caso benéficas porque, directa ou indirectamente, contribuíram para aniquilar uma estrutura política falsa e anti-europeia e, despertando a reacção dos povos do Ocidente cristão, reacordaram as energias esquecidas, provocaram o reaparecimento do espírito que haveria de elevar Portugal ao Descobrimentos e, com ele, a Europa ao domínio da Terra.

Para estes indivíduos era claro que algo de novo estava a acontecer no seio da Europa, que aquele era um momento de mudança, que uma nova era de avizinhava. O “velho continente” assistira ao deflagrar de um novo conflito e, perdendo a hegemonia mundial, via-se comprimido entre dois poderes em ascensão: os EUA e a União Soviética. Freitas da Costa acreditava que algo estava “morrendo da velha Europa”, que, em 1942, “qualquer coisa anda já no ar” (Costa 1942: 53). Tinha a percepção que “desta guerra espantosa, deste novo dilúvio que se abate sobre a Europa hão-de sair coisas novas” (*ibidem*: 32).

Na opinião de Metzner Leone, os Alemães pretendiam realizar uma “nova Europa” e acredita que o faziam pela via da paz, tendo como principal objectivo o aproveitamento justo do espaço euro-africano. É neste contexto que enquadra o Pacto Tripartido, garante da execução do plano de reorganização económica da Europa (Leone 1941: 163). A obra alemã pretendia criar uma “Nova Europa”.

Nestes pequenos trechos aqui citados encontramos alguns dos conceitos utilizados pela propaganda alemã, tais como, por exemplo, «crise», «civilização», «destino histórico», «bárbaros» ou até «Europa». O próprio Salazar fizera alusão à “invasão dos novos bárbaros” (Salazar 1937: 32). Já vimos que existia a noção de que a Europa estava a ser atravessada por uma profunda crise, ameaçada pelo que consideravam ser uma nova invasão, e que os anos que se avizinhavam eram tempos de profunda mudança. Resta

saber, portanto, o que entendem estes autores por Europa? O que é para eles a «Europa» e que lugar reservam para Portugal ?

Eduardo Freitas da Costa coloca esta mesma interrogação. “Que definiremos como Europa? Uma unidade geográfica? Talvez. Uma realidade histórica? Possivelmente. Um conceito de civilização? Com certeza” (*ibidem*: 16). O autor define-a nestes termos (*ibidem*: 16-19):

Sobretudo um conceito de civilização, uma forma especial de encarar as coisas, de sentir os fenómenos, de dirigir a acção. Um território mal definido em suas fronteiras terrestres serviu ao desenrolar de uma evolução histórica que, até certo ponto, é característica do nosso continente (...) Os limites físicos de Europa não podem ser linhas mas apenas nações (...) Definir-se, defender-se, renovar-se – são os problemas da Europa (...) A Europa foi destinada por Deus a viver fragmentada em Nações e, por elas, a exercer sobre os velhos e os novos continentes a sua função civilizadora (...) por não terem compreendido essa linha fundamental caíram por terra os Imperadores de Impérios europeus (...) desviaram a rota da Europa, quiseram dominar quem nasceu para dominador, e Deus lhes arrancou os cetros [sic].

Sobre o argumento de que a Europa é uma península da Ásia, Ameal responde que o que conta é a história e não a geografia. E, na história da Humanidade, a Europa estava, para ele, em primeiro lugar. Refere-se ainda à “Civilização do ocidente” de matriz “ heleno-romano-cristã” (Ameal 1945: XII) e com uma «missão», uma “missão universalista, de paz, de justiça” (Ameal 1942: 127). É sobretudo em relação à matriz cristã que a visão dos intelectuais portugueses difere dos nazis, apesar de a propaganda ter, inteligentemente, circundado esta questão, procurando transmitir, por exemplo, a imagem de um exército que respeitava a religião católica. Quando descreve Salazar e o compara a Hitler e Mussolini, José Gonçalves de Andrade realça, contudo, as qualidades de cristão de Salazar (fé, bondade, tolerância) e defende a Igreja como orientadora dos homens e o Estado Novo como defensor da tradição cristã (Andrade 1937: 53). Freitas da Costa defende, por seu turno, que Portugal pregava uma “cruzada de juventude”, mas rejeita “o paganismo e o ateísmo, assim como o internacionalismo e o individualismo. Apela a uma concepção imperialista, ao ideal cristão, à revolução, ao nacionalismo” (Costa 1942: 34-35).

Dos livros consultados e aos quais fizemos aqui alusão, a *Europa Actual* de António Valladares, dado à estampa em 1937, é talvez o que mais frisa esta matriz cristã e mais nacionalista. Refere-se mesmo à “Raça Portuguesa” (Valladares 1937: VII), defendendo que a “Europa actual” é um “produto” da “Civilização Cristã e ocidental gerada no seio da Igreja pela fusão do espírito grego e da ordem romana com o idealismo cristão e o individualismo germânico, trazido no final da Antiguidade clássica pelos Bárbaros das Invasões” (*ibidem*: 24), contra a qual o Comunismo estava a lançar, naquele momento, uma

terrível “ofensiva”. Face a tal ameaça, considera a Europa “impotente na ordem política por via da anarquia parlamentar, desorganizada na ordem económica devido ao descabro do capitalismo plutocrático” (*ibidem*: 24). Valladares não deixa de apontar o dedo ao exemplo alemão e italiano. Considera que estes países “professam a mesma doutrina do Estado totalitário, servido e monopolizado por um único e todo-poderoso partido”, “alimentam-se e vivem do mesmo cesarismo renovado” (*ibidem*: 7). Afirma mesmo que “o neo-paganismo germânico tem como principal fundamento a pretensa superioridade intelectual e física da raça nórdica que, no entender dos alemães, é a melhor dotada de todas as espécies humanas” (*ibidem*: 69), vigorando, naquele país um “regime de cesarismo plebiscitário” (*ibidem*: 145), liderado por Hitler, um “soberano vitalício e onipotente deste império de novo estilo” (*ibidem*). Ao mesmo tempo que reconhece que “o Nacional-Socialismo ofertou um inestimável serviço à Civilização Ocidental, pois o seu triunfo impediu que o Comunismo alastrasse até ao Reno” (*ibidem*: 230), alerta para o facto de o nazismo ter transformado “a Alemanha, fazendo do povo alemão um bloco indestrutível, animado por uma intensa mística imperialista, que há-de dar muito que fazer ao nosso continente” (*ibidem*: 164). Pelo contrário, Portugal, liderado pelo “génio construtivo de Oliveira Salazar” (*ibidem*: 276), deveria ser um “esforçado e ousado apóstolo da Civilização Cristã” (*ibidem*: 261). Caberia ao país “ser, neste extremo ocidental da Europa, uma sentinela vigilante contra o Comunismo” (*ibidem*: 277-278), “o mais nobre e ilustre Paladino da Civilização Cristã” (*ibidem*: 278).

No Arquivo Oliveira Salazar podem ser consultadas as impressões da visita que o funcionário do SPN, José Luiz da Silva Dias, fez à Alemanha por ocasião da Exposição do Livro Português, em Março de 1939, e que ilustram bem a demarcação que era, por vezes, feita em relação ao Nacional-Socialismo (DGARQ, AOS/PO/PC-12E, Pasta 3):

a Alemanha tem de ser vista à luz duma distinção essencial que é a seguinte: Dum lado o espírito e o objectivo primordial da revolução nacional-socialista e doutro os meios utilizados para atingir os seus fins. Quanto aos meios, isto é, à técnica das coisas, quer se trate da organização do trabalho nas empresas, da mobilização política das massas, da organização da vida social ou da propaganda, esses meios examinados através dos resultados obtidos são excelentes e solicitam a nossa admiração. Quanto ao espírito da revolução nacional-socialista, pelas suas doutrinas, tendências e manifestações deve considerar-se naturalista, pagão e, portanto, anti-cristão e o seu objectivo primordial é, sem dúvida, o domínio da Europa pela substituição duma “pax germânica” à “pax britânica.

Durante a visita, confessa que os alemães procuraram vincar “a grande amizade pelo nosso país”. Tinha, por isso, a consciência que não eram aquelas, certamente, “as impressões que os alemães do Ministério da Propaganda quereriam que eu trouxesse da minha visita à Nova Alemanha” (*ibidem*). Este relatório demonstra também o esforço feito pela

propaganda para, habilmente, adequar a mensagem a transmitir ao destinatário. É que, como afirmava Goebbels, uma frase que se adequava a um povo poderia ter um efeito contrário quando utilizada noutro país.

Salazar, a Europa e a «Nova Ordem»

E em relação ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que opinião tinha este acerca a Europa? Mesmo antes do conflito eclodir, consciente das transformações que se estavam a operar na Europa, Salazar, numa nota oficiosa publicada nos jornais a 20 de Janeiro de 1935, afirma (Salazar 1937: 79-81):

a nação portuguesa sempre que fora da península interveio nas contendas ou lutas da Europa, fê-lo, a bem dizer, acidentalmente e raro terá nisso defendido um interesse vital. Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas (...) a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico (...) Aos que me perguntam se acredito na Inglaterra e na aliança inglesa respondi francamente e sinceramente que sim.

Salazar definia, assim, as linhas de política externa que pretendia ver aplicadas pelo país: longe dos problemas europeus, ainda que dependente do que acontecesse em Espanha, política e economicamente virado para as colónias e para o Atlântico. A posição de Portugal face à guerra será, contudo, deveras elogiada por diversos destes autores. Metzner Leone saúda a honesta nota emitida por Salazar³⁸, “o estadista sereno sem cinismos, cauteloso sem hipocrisias, firme sem fanfarronadas, forte sem violências” (Leone 1940: 72). Também Cabral de Moncada manifesta um sentimento de agradecimento a Salazar por ter garantido a neutralidade portuguesa, afirmando que “nem o namoro epistolográfico de Mussolini e Hitler, nem o generoso presente do carro blindado oferecido pelo último, nem as estreitas relações com o elegante ministro alemão em Lisboa, o barão Von Hoyningen-Huene conseguiram arrancá-lo a essa atitude expectante” (Moncada 1992: 183). Salazar, contudo, conseguira assim “pôr Portugal a salvo dos horrores da mais estúpida e da mais feroz de todas as guerras da história!”, colocando o país na “situação digníssima de este poder representar, no meio de um mundo esfrangalhado e enlouquecido, um dos poucos fulcros de resistência moral e espiritual, de refrigerante bom senso, que hoje há na Europa do Ocidente contra a barbárie comunista” (Moncada sd: 20). Para este autor (Moncada 1992: 151-152),

o período de 1931 a 1936, até à Guerra Civil Espanhola, e do fim desta até ao fim da II Guerra Mundial (1939-1945), foi, pode dizer-se, um período altamente febril. De febre a 40 graus, durante o qual todos os Estados neutros, como Portugal, como que suspensa a

38 Vide p.7 deste trabalho.

respiração, se mantiveram angustiosamente expectantes e hesitantes na sua política, à espera do cair definitivo dos dados. A política de Salazar foi, nestas circunstâncias, como não podia deixar de ser, a de um hábil manobrar com todas as peças do difícil jogo, sem nunca prometer a neutralidade do País, até ao momento em que, de plena razão, reconheceu ter a Alemanha perdido a guerra, como ele próprio, em fins de 1944, me dizia, pouco depois de cedidas aos aliados as bases dos açores.

Salazar tinha a noção que Portugal fazia parte do continente europeu e que, por isso, poderia ser influenciado pelo que nele acontecesse: “Nós estamos presos à Europa politicamente na medida em que possamos ser arrastados pelas imprevisíveis consequências de um conflito geral, e moralmente em tanto quanto ela possa continuar a ser o cérebro e o coração do mundo” (Salazar 1939: 139). Afirmo, contudo, que considera o “conceito de Europa, de base puramente continental” como a “amputação do seu ser moral, criado através da larga projecção no Mundo” (Salazar 1951: 60). Sobre a possibilidade de construção, na Europa, de um «Grande Espaço Económico, rejeita-a liminarmente (Salazar 1943: 143):

Quando a Europa fala de espaços vitais como de um facto ou de uma aspiração representativos de estritas relações económicas, da existência ou da formação de economias naturalmente complementares pela contiguidade ou aptidões naturais, ela pode tender para a progressiva racionalização da economia geral; mas, se dessa noção desliza para a reserva dos mercados e desta para o domínio político, incorpora naquela ideia um princípio de guerra e pode esperar que se ergam fortes barreiras ao seu desenvolvimento.

A criação de qualquer entidade supranacional que pudesse cercar os interesses de cada Estado-Nação seria, a seu ver, pura ilusão: “Seria muito duvidosa a possibilidade de transferir para o plano supranacional a organização de todos os interesses, como me parece ilusório esperar daí a chave de uma ordem nova no Mundo” (Salazar 1951: 58). Escreve mesmo que “a sobreposição de grandes Estados ou, por outras palavras, a reorganização através da superioridade imperial é possível, e estão criadas, na hipótese de a guerra terminar por inequívoca derrota alemã, as condições para a constituição de três grandes hegemonias” (Salazar 1951: 59). Mesmo admitindo os “erros anteriores no que se refere à Alemanha” (Salazar 1951: 331) e “defendendo a reabilitação da Itália e votando pela admissão da Alemanha na obra da reconstituição europeia” (Salazar 1951: 333), confessa que “a ideia de uma Europa federal parece-me fora de todas as possibilidades de realização” (Salazar 1951: 332). “Uma coisa me parece clara – a existência de pressões suficientes para se considerarem privilegiados ou preferentes os interesses da potência que a si própria teria reservado a posição de quase suserania. Já Hitler ou alguns dos seus sonharam essa construção; não julgo que a Europa no seu todo se pudesse submeter a semelhante formula” (sublinhado nosso) (Salazar 1951: 296-297).

Em Novembro de 1941, Tovar de Lemos, representante português em Berlim, escreve um relatório a Salazar sobre a Nova Ordem (D GARQ, AOS/CO/NE-4, pasta 4 ou MNE

1961-1985 vol.X: 59-69). Este foi escrito, de acordo com o diplomata, para dar a Salazar “uma vista panorâmica da ideologia nazi, e uma síntese das minhas [de Tovar] próprias observações e reflexões sobre a matéria” (DGARQ, AOS/CD-21/4/1, p.81). Tovar afirma que ainda não conseguira discutir com nenhum alemão sobre a «Ordem Nova», pois “ninguém parece ter sobre o assunto uma visão de conjunto” (DGARQ, AOS/CO/NE-4, pasta 4). No entanto, através de algumas leituras e conversas, concluiu o seguinte(*ibidem*):

à Grande Alemanha compete a missão histórica de implantar na Europa, a seguir à guerra, um regime novo que suprima as iniquidades inerentes aos dois regimes pré-existentes (a “plutocracia” e o Bolchevismo), e que assegure, em todos os países do espaço europeu, condições de vida melhores do que as que prevaleciam antes da guerra. Este resultado só pode conseguir-se com o esforço e a colaboração de todos. A Nova Europa deverá portanto constituir um todo: um agrupamento de países autónomos na sua governação e administração, mas orientados por princípios gerais uniformes.

O diplomata considerava ainda que a “comunidade europeia” que a Alemanha pretendia pôr de pé era uma tentativa de ressuscitar “o conceito medieval de cristandade”, assente em “laços espirituais e religiosos” (*ibidem*). A versão alemã teria, contudo, “um cunho nitidamente económico e materialista” (*ibidem*). Acredita que, no futuro, ela não se cinja apenas ao plano económico e material. Mesmo com um impulso materialista alemão, crê que a «Nova Europa» tinha de ser uma “obra colectiva” (*ibidem*), pois não vislumbrava, por parte da Alemanha “o menor propósito de impor à Europa uma doutrina exclusivamente germânica” (*ibidem*). Notava, pelo contrário, um apelo sistemático à colaboração, continua o diplomata. Em relação a uma possível contribuição portuguesa, considerava-a “menos remota do que à primeira vista poderá parecer” (*ibidem*). Na sua opinião, a “doutrina nova” implicaria uma “uniformização da estrutura do Estado” (*ibidem*). Em relação a Portugal, isto não levantaria muitos problemas pois, segundo Tovar, “difícilmente se encontrará na Europa outro país que apresente, em relação à Alemanha, tamanha similitude de instituições, de princípios de governação, e de ideologia políticas e sociais como o nosso”. A grande diferença que identifica relacionava-se com o partido e com a posição do Estado em relação às Igrejas. Recusa que a Alemanha quisesse “extirpar da Nova Europa todas as religiões existentes, e de as substituir por uma religião nova, de criação germânica” (*ibidem*). Estas afirmações, de acordo com o diplomata, não tinham fundamento e resultavam de uma “má compreensão do que é a questão religiosa na Alemanha” (*ibidem*). Outro aspecto que diferia da situação portuguesa e que, inclusivamente, “cai mal na opinião pública” do país era “o procedimento do Governo Alemão para com os judeus”. Em relação a esta questão, confessa não poder “exprimir o mesmo optimismo”, pelo que era necessário ter de “prever que, na hipótese de uma vitória alemã, venha a ser este um dos problemas para o qual seja solicitada a nossa colaboração (...) se vier a estabelecer-se na Europa a Ordem Nova” (*ibidem*).

Tovar acreditava que, a nível económico, esta «Nova Ordem» estabelecida pelos alemães traria a Portugal “vantagens muito grandes” por o país ter “uma economia complementar à alemã, e pelo facto de termos já em pleno funcionamento uma organização económica quase idêntica à alemã” (*ibidem*). A produção portuguesa encontraria na Alemanha um comprador certo e o excesso de população poderia ser escoada para a Alemanha de acordo com “as permutas de mão-de-obra” (*ibidem*). “Pode dizer-se que o advento da Ordem Nova facilitaria e auxiliaria poderosamente o levantamento do nível de vida em Portugal” (*ibidem*). Vislumbra, contudo, alguns perigos. Receia que a Alemanha se assumia como país intermediário obrigatório em todas as transacções, que contrarie o desenvolvimento das indústrias portuguesas feitas ao abrigo da protecção pautal e que pudesse desenvolver uma eventual política de infiltração nas grandes indústrias nacionais.

Pouco depois de receber o relatório escrito pelo representante de Portugal em Berlim, o Presidente do Conselho escreve a Tovar de Lemos, comentando-o. Salazar elogia o relatório pela “notável pela clareza da exposição e pela sistematização das matérias, pelos factos e pelas deduções” e informa-o que o mesmo foi distribuído pelas principais embaixadas e legações portuguesas. Apesar de sempre ter colocado Portugal numa posição geopolítica mais “atlantista”, a resposta do Presidente do Conselho ao diplomata português evidencia um grande interesse em relação ao que se passa na Europa, ou seja, aos objectivos alemães para a construção de uma «*Neuordnung*», afirmando que é de todo o interesse que Tovar “continue a ocupar-se deste assunto e não desperdice a menor ocasião que se lhe ofereça de se elucidar e elucidar o Governo acerca dele” (DGARQ, AOS/CO/NE-4, pasta 4 ou MNE 1961-1985 vol.X: 144-150). Mas o que significaria para Oliveira Salazar a «Nova Ordem»? Na sua opinião, os alemães, “mestres em encontrar as grandes fórmulas para os problemas indefinidos” haviam criado o conceito para traduzir “a feição que revestirá depois da guerra a Europa, se não o Mundo, ou melhor, depois da Europa o Mundo” (*apud* MNE 1961-1985 vol. X: 145). Ela poderia “significar o conjunto de ideias directrizes de uma época da história mundial e também a organização política e económica que se há-de impor aos Estados na sua vida interna e na sua relação com os outros Estados” (*ibidem*). O ditador português acreditava que “uma nova ordem, sendo imperativo da História e exigência vital da Europa, terá de ser empreendida pela potência ou potências em condições de se lhe poderem dedicar”. Embora recusasse uma solução de tipo federalista, aceitava que a crise que abalava a Europa exigiria “o ordenamento e colaboração estreita de os seus principais elementos de vida e acção”, optando por designar de “organização (...) uma fórmula qualquer de entendimento e cooperação dos povos europeus” (*ibidem*). Os princípios e métodos adoptados, assim como os resultados

dependeriam da potência que empreendesse a sua construção. De acordo com Salazar (*ibidem*),

nesta ordem económica distinguem-se com nitidez duas ideias: uma inter-europeia, traduzida na colaboração e no auxílio mútuo, na coordenação das produções e na adaptação destas aos consumos essenciais do tempo de paz e de guerra; a outra, a posição de todo que a Europa deveria tomar em face do globo ou mais concretamente em face de outros conjunto económicos.

Considerava não ser duvidoso que a «Nova Ordem» implicasse uma semelhança de regimes políticos, e, segundo a sua posição, “a obsessão do sistema, de ordem externa, de uniformidade, de domínio, tanto do carácter alemão, podem ser ruinosos para a independência e originalidade das nações europeias” (*ibidem*). Alerta, contudo, para as realidades em presença: “a diversidade das nações da Europa, a antiguidade da sua civilização, a sua independência e a existência de interesses diferenciados, tanto económicos como culturais” (*ibidem*). Outro receio que levanta é “o da amputação da própria Europa, sacrificada ao critério da sua expressão e limitação continental” (*ibidem*). “Costuma acontecer (...) que os povos vitoriosos, superiores por definição, se servem da vitória para fazer trabalhar em seu proveito os povos ditos inferiores” (*ibidem*), manter os povos agrícolas ligados à terra, garantindo aos alemães um elevado lucro industrial. Salazar, sabendo bem que “o interesse colectivo é sempre definido e realizado pela minoria governante *sem, apesar* ou *contra* a maioria governada”, temia que “o interesse comum” fosse apenas “invocado para encobrir a satisfação de interesses particulares de governantes ou de alguns governados” (*apud* MNE 1961-1985 vol. X: 147).

Salazar tinha a clara consciência que tudo o que acontecesse na Europa também se repercutiria em Portugal e, por isso, mostrava-se deveras interessado pelo que se passava fora das fronteiras do país. Por isso, era para ele “evidente que esta ordem ou é voluntariamente, conscientemente aceite – e mesmo nesta hipótese tem de ser conservada e mantida -, ou é imposta, porque por definição ela não pode existir senão no todo (Europa) ou, ao menos, em zonas europeias limítrofes (redução da ideia anterior – Europa Central, Europa Mediterrânica, etc.)” (*apud* MNE 1961-1985 vol. X: 146). Rejeitava, contudo, o conceito de Europa numa base “continental”, afirmando a importância do legado europeu no mundo. Rejeitava ainda a construção de um «Grande Espaço Económico» europeu, por temer que este resvalasse para uma dominação política (*apud* MNE 1961-1985 vol. X: 147):

“o económico é apenas o princípio e a base indispensável para o domínio político de um país em relação aos outros e do agregado europeu em relação ao resto do Mundo, a supremacia política de alguma ou algumas nações dentro dele parece indispensável para o próprio ordenamento da vida económica e para a criação de condições internas de cada país, capazes de assegurar a perfeita integração naquela”

Negava, em suma, toda e qualquer entidade supranacional que pusesse em causa a nação, sendo claro que aquela «Nova Ordem» tinha “objectivos muito mais latos do que o ordenamento económico do espaço europeu” (*apud* MNE 1961-1985 vol. X: 148).

Estas dúvidas e hesitações não assaltavam, contudo, a maioria dos indivíduos que abordámos neste capítulo. Em relação ao perfil dos autores aqui explorados podemos, de uma maneira geral, afirmar que todos eles defendem uma solução autoritária, musculada, que garanta a defesa da Nação e a unidade social no seio desta. Trata-se de uma Nação que consideram doente, degenerada, e cujo bem deveria ser colocado acima do indivíduo e das suas liberdades. Não haveria, assim, nenhum limite exterior ao Estado e a Nação surgia como um valor supremo. Naquele momento, consideram ter chegado a altura de levar para a frente uma “revolução”. Face à ameaça comunista, um amplo sector da sociedade afirmava-se defensor da ordem e reivindica um poder forte, que fosse capaz de garantir o seu *status* e a sua ideologia. Era um processo revolucionário porque reivindicava a ruptura em relação ao passado, a um passado demoliberal, herdeiro da Revolução Francesa, mas que era, simultaneamente, ultra-nacional e ultra-conservador. Este discurso ideológico pautava-se por elementos e valores radicais assimilados na sequência da fascização que teve lugar na Europa. Esse papel caberia ao líder, ao chefe incontestável e salvador. Em qualquer um deles, apesar das *nuances* nacionais, é possível detectar uma complexa ideologia, que vai do autoritarismo ao catolicismo, passando pelo corporativismo, conservadorismo católico, alicerçados no princípio da ordem, da hierarquia, da autoridade e da obediência, da defesa de uma sociedade orgânica, de um todo nacional. A hora era de derrota do parlamentarismo e da democracia. Face a um bloco comunista, que se aliara às democracias, defendem que se erga um bloco fascista. Inserem todas estas reivindicações e aspirações num projecto mais amplo, um projecto europeu de construção de uma «Nova Ordem», de uma terceira via.

Face ao Nacional-Socialismo, demonstram uma proximidade ideológica e política. Consideram a Alemanha como um bloco intransponível, como um exemplo a seguir, pois reerguera-se das cinzas do pós-guerra de forma grandiosa. Trata-se de uma Alemanha que consideravam humilhada e amputada pelo Tratado de Versalhes e pela ordem internacional que intermediou as duas guerras mundiais. Portanto, a Alemanha deveria ser, para alguns, um exemplo a seguir por Portugal. Chegam mesmo a equiparar Salazar ao Führer alemão, ainda que elogiem a posição do ditador português em relação ao conflito pela habilidade com que soube “jogar” e, sobretudo, por ter deixado o país a salvo dos horrores de uma nova guerra.

A “chama” anti-comunista estava bem acesa em qualquer um deles. Alguns afirmam mesmo preferir uma hegemonia alemã a uma hegemonia soviética. O próprio Salazar reconhece o papel histórico desempenhado pelos alemães enquanto barreira contra o comunismo, afirmando-se adepto de uma paz em que não houvesse uma rendição incondicional da Alemanha, pois esta implicaria, e implicou, que a União Soviética fosse também uma das potências vencedoras.³⁹ Posto isto, como descreviam o comunismo? O comunismo era visto como um novo elemento exógeno, como uma nova invasão que se abatia sobre a Europa, uma invasão de bárbaros, de um elemento não europeu, não civilizado. Seria um regime tirânico, que submetia as populações a trabalhos forçados. Com aspirações materialistas, ofereceriam uma visão, falsa, de uma sociedade perfeita, na qual o operário teria a soberania.

E em relação ao europeísmo e à possibilidade da construção de uma Europa unida, qual era a opinião manifestada? A maioria considerava que a Europa estava a atravessar um momento de crise. Esta era uma opinião, sem dúvida, generalizada. Os motivos da crise apontados tinham a ver com a vitória do materialismo, que corrompera a sociedade, com a falta de unidade devido a lutas fratricidas que haviam descuidado a retaguarda e permitido a ocorrência de “invasões”. Para a maioria, a Europa era entendida, sobretudo, como uma civilização, uma civilização superior, que garantiu esse estatuto ao longo da História e que estava destinada a reinar sobre os outros continentes. Esta era, afinal, a sua missão civilizadora. Não há, contudo, uma ideia federalista que os mobilize. Pelo contrário, defendem uma Europa de Nações. Realçam, por outro lado, a matriz cristã desta Europa. É desta visão mais cristã e contra um imperialismo continental, que radicam as principais divergências manifestadas em relação ao Nacional-Socialismo.

Quanto a Oliveira Salazar⁴⁰, o ditador português defende que o país faz parte do continente europeu, que é influenciado pelo que nele acontece, mas afirma-se contra um conceito de Europa meramente continental, que esqueça a projecção europeia no mundo. Reconhece, perante o embaixador de Portugal em Londres, em Outubro de 1941, que Berlim “está assumindo desde já na prática o papel dirigente nalguns aspectos da vida europeia” (*apud*

39 Nobre de Mello, embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, escrevendo a Oliveira Salazar em Agosto de 1941 lamentava o facto de os católicos brasileiros não recearem o triunfo da União Soviética: “A confusão de ideias é tão geral que os católicos brasileiros, sob a direcção de Tristão de Ataíde, nem receiam mais o perigo do triunfo bolchevista, tendo ele e o seu grupo de colaboradores mais próximos perdido todo o sentido de unidade de civilização da Europa e sendo hoje mais intransigentes adversários de qualquer ideia de paz ou reconstrução mundial sem esmagamento prévio e total da Alemanha” (*apud* MNE 1961-1985, vol.IX: 193).

⁴⁰ Sobre o Salazarismo e a ideia de Europa *vide* Cunha 2001.

MNE 1961-1985 vol. IX: 451). A construção de uma «Nova Ordem» não assentaria, na sua opinião, na criação de entidades supranacionais. A construção de uma federação europeia seria, assim, irrealizável, até porque, acreditava “que Hitler irá na organização político-económica da Europa tão longe quanto lho permita o grau da vitória militar” (*ibidem*).

CONCLUSÃO

A propaganda nacional-socialista conseguiu servir-se de uma multiplicidade de instrumentos disponíveis, aperfeiçoá-los, e colocá-los ao serviço dos seus desígnios ideológicos, para mobilizar e conquistar a opinião pública, tanto na ascensão do partido, como na sua consolidação no poder. Fortemente virada para a inculcação ideológica, promoveu o anti-semitismo, o anti-bolchevismo, a construção de uma *Volksgemeinschaft*, legitimando as acções levadas a cabo e a aceitação dos sacrifícios durante a guerra. Recorrendo aos mais modernos meios (à rádio, ao cinema, aos jornais com gigantescas tiragens), Hitler e o NSDAP alcançaram a onnipresença nas ruas, nas fábricas, nas escolas, no cinema ou na rádio. As aparições do *Führer* eram cuidadosamente preparadas, transformando-as em verdadeiras encenações que deixavam a multidão em delírio. Discursava, depois de intermináveis horas de ensaios, frente a grandes multidões, de forma apoteótica, teatralmente exagerada, em tribunas preparadas ao pormenor para aumentar o impacto. Como foi repetidamente reiterado pelos dirigentes alemães, a propaganda não foi utilizada para informar, mas sim para instruir as massas. Era, afinal, um poderoso meio para servir os objectivos do regime nazi.

No estrangeiro, havia a clara noção que a propaganda teria de ser diferente da difundida na Alemanha. Ela adaptou-se a cada país e foi astutamente utilizada. Procurou estender os seus tentáculos um pouco por todo o mundo, em especial na Europa e na América latina, servindo-se habilmente da diplomacia e das instituições alemãs já sediadas no estrangeiro, mas ampliando também esta rede através da criação de novas instituições e da implantação do partido e das organizações do regime. Fora do Reich, a propaganda estava nas mãos de vários centros de poder, verificando-se uma tentativa constante, por parte do Ministério de Goebbels, para a controlar e a colocar sob a sua alçada. A estratégia passou pela conquista de simpatizantes nos centros de poder (em Ministérios e nos meios de comunicação, por exemplo), explicando o esforço empreendido pelo Nacional-Socialismo para reerguer a Alemanha, a posição do país na guerra, e mostrando, em simultâneo, o comportamento imoral do inimigo. Estava certo Veiga Simões quando afirmava que o Ministério da Propaganda era “a verdadeira central de toda a política do Reich, e o fulcro das suas directivas” (D GARQ, AOS/CO/NE-4, pasta 3).

Em Portugal, ao contrário do que afirmam alguns autores (Barros 1989: 96), mesmo antes da queda da França, o país estava já na mira dos interesses económicos, militares e estratégicos por parte dos países envolvidos no conflito. A propaganda alemã seguiu, essencialmente, duas estratégias:

- 1- uma intensa propaganda com intuits culturais;

2- um intenso intercâmbio entre as organizações de ambos os países;

Ultrapassando o tradicional meio de decisão política, procurou explorar simpatias no meio intelectual e cultural português, até porque a proximidade da elite portuguesa à cultura alemã não era nova e, bem explorada, acreditava-se que conduziria à adesão ideológica. Foi inclusivamente proposta a assinatura de um Acordo Cultural entre os dois países (AHIC, 1473/3 -Acordo Cultural com a Alemanha).

Apesar do ditador português ter demonstrado algumas reservas em relação ao rumo da Alemanha sob a égide nacional-socialista, uma parte da elite político-cultural mostrou-se claramente entusiasmada com a crescente fascização da Europa, vendo no Nacional-Socialismo o paradigma a seguir. Admiravam, sobretudo, a forma como a Alemanha estava a pôr de pé uma «Nova Ordem», uma ordem anti-liberal, anti-comunista, ultra-nacionalista, ultrapassando divisões internas, as lutas sociais e desenvolvendo de forma espectacular a sua economia. São intelectuais, alguns oriundos do Nacional-sindicalismo, professores universitários, arquitectos, músicos, jornalistas, dirigentes de organizações do regime. Estudaram em universidades alemãs ao abrigo de bolsas concedidas pelo *DAAD*, escreveram artigos e livros em Portugal, onde procuravam dar a conhecer a Alemanha nacional-socialista, mas também na Alemanha, onde exaltavam as relações entre os dois países e onde expunham a realidade portuguesa. Podemos, certamente, recorrer à definição de “colaboração neutral” utilizada por Walter Lipgens (Lipgens 1989: 9), quando se refere aos grupos que, nos países neutros, colaboraram com os Nazis, tanto por “lealdade política” e, acrescentamos nós, lealdade ideológica, mas também pelos seus próprios interesses. Em Portugal existiu, sem sombra de dúvidas, uma “colaboração neutral”, tanto individual, como oficial. Alguns destes homens aceitavam a doutrina nazi, ainda que nem todos os aspectos, e estavam dispostos a colaborar de forma a garantir para a sua nação uma “posição importante” na «Nova Ordem» (*ibidem*: 9-10), preferindo a hegemonia alemã à vitória dos Aliados. Aquela seria a oportunidade histórica para construir uma «*Neuordnung*» na Europa.

As instituições alemãs tiveram um papel muito importante, promovendo a aproximação dos dois países. Organizavam palestras, patrocinavam livros e revistas de propaganda, difundiam filmes e documentários, alguns destinados a públicos específicos, promoviam montras de propaganda, concertos e exposições em Portugal e na Alemanha, que contavam com uma participação activa de parte da elite portuguesa.

Um dos meios privilegiados pela propaganda alemã para actuar de forma sistemática foi a imprensa, pela razão óbvia que permitia uma ampla difusão da mensagem que pretendiam transmitir. Convidavam-se, uma vez mais, jornalistas a visitarem a «Nova Alemanha»,

visitas essas que eram preparadas ao pormenor pelo Ministério da Propaganda, pintando-lhes a realidade de uma outra forma.

A universidade foi outro dos meios explorados pela propaganda. A nível académico, o acordo estabelecido entre o IAC e o *DAAD* permitiu a permuta de estudantes entre os dois países, os quais tiveram a oportunidade de se deslocarem à Alemanha, ou a Portugal, “em viagem de estudo e recreio” (AHIC, 1537/1 Deutscher Akademischer austausdienst [sic] – Berlim 1.º volume, doc.6). O Serviço de Intercâmbio Alemão promovia ainda cursos de férias para professores portugueses de língua alemã. O intercâmbio académico foi, sem dúvida, um instrumento determinante utilizado pela propaganda alemã. Todo este esforço encetado pelas autoridades alemãs permitiu a transferência de conhecimentos, de *Know-how*, e era de tal forma fomentado que chegou a ser criado um programa pela Associação dos Professores Académicos das Universidades e Institutos Superiores Técnicos de Berlim, Munique e Freiburg para receber professores de outras universidades (AHIC, 1378/5, «Grémio Luso-Alemão. Centro Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural», doc.1). Para além de receberem portugueses no seu meio universitário, a propaganda actuou de forma incisiva no meio académico português, convidando professores a visitarem o país, onde eram agraciados com distinções e conheciam importantes figuras do regime nazi (Anexo 34).

As autoridades portuguesas conheciam a dimensão da máquina de propaganda montada pela Alemanha e procuram, aparentemente, manter um equilíbrio difícil face às constantes investidas por parte dos dois lados em contenda e ao constante contacto mantido entre organizações, entre polícias ou entre académicos dos dois países. No seio destas organizações, por exemplo, a admiração pela Alemanha nazi foi flagrante. A aproximação era promovida pelos dirigentes alemães e pelos dirigentes portugueses e inicia-se logo com a AEV. Trocam-se delegações, promovem-se visitas, escrevem-se artigos em jornais para dar a conhecer à sociedade portuguesa, em geral, e às elites dirigentes, em particular, a estrutura de funcionamento das organizações. A título de exemplo podemos voltar a referir a viagem feita por António de Almodôvar à Alemanha para conhecer a organização da juventude naquele país, ou até mesmo as várias viagens de Nobre Guedes, primeiro Comissário da MP. Nobre Guedes é, a este propósito, um exemplo da recepção que a ideologia nazi teve no seio da sociedade portuguesa e que merece um maior desenvolvimento. Conviveu de perto de perto com dirigentes alemães e não poupou elogios ao funcionamento da «Nova Alemanha». Estas viagens tinham um claro intuito propagandístico, sendo cuidadosamente preparadas e retribuídas com a recepção de alemães em Portugal (da *HJ*, por exemplo).

Apesar do número de alemães residentes em Portugal ser muito reduzido, existiam interesses económicos muito importantes e afinidades ideológico-políticas com a elite portuguesa, que quiseram conservar. No país vigorava também uma ditadura fascista, anti-comunista e anti-parlamentarista, alicerçada num partido único e numa liderança carismática. Por outro lado, o país também atravessara uma situação de depressão sócio-económica. Da parte da Alemanha havia, portanto, a consciência da necessidade de estabelecer laços políticos e diplomáticos, de desenvolver relações comerciais e de apoiar movimentos fascistas de forma a construir uma «Nova Europa». Apresentando-se como a vanguarda, o Nacional-Socialismo pretendia que a supremacia ideológica pertencesse ao movimento fascista, construindo uma cultura dominante em toda a Europa, hegemonizando a sua *Weltanschauung*, os seus valores, padrões ou gostos. O discurso ideológico veiculado pela propaganda alemã era, pois, um combate. Pretendiam fomentar muito mais que uma mera “germanofilia”, que uma simpatia. Era um combate que pretendia promover a compreensão das ideias e objectivos do Nacional-Socialismo, conquistar apoiantes no seio das elites, fazê-las comungar de um destino comum, numa gigantesca “obra de absorção” (D GARQ, AOS/CO/PC-3E, pasta 14.). A propaganda alemã tentou colocar a elite portuguesa do seu lado, servindo-se do receio que a derrota do fascismo ditaria o fim do Estado Novo. Isto não era, contudo, apenas um argumento da propaganda, era um receio fundamentado entre a elite fascista portuguesa. Veja-se o exemplo de Salazar que, em 1941, se afligia perante o “renascimento democrático que os Estados Unidos e a Inglaterra hão-de favorecer e provocar” (MNE 1961-1985, vol. IX: 198). A relação entre os dois povos foi alicerçada, pela propaganda, num passado longínquo e numa base mais solidária. *Não se serviu apenas do suborno* (Barros 1989: 120), *antes instrumentalizou a cultura para penetrar mais eficazmente. Não foi imposta, foi também bem recebida*. Por outro lado, procurou também controlar os alemães residentes em Portugal de forma a reforçar a sua *Volksgemeinschaft*, servindo-se das várias instituições, como a Igreja Evangélica ou a Escola Alemã, nas quais fizeram penetrar membros do partido para efectivarem a sua nazificação.

Alguns autores, como foi referido, continuam muito reticentes em aceitar que, no seio do Nacional-Socialismo, se possa ter desenvolvido um pensamento europeísta. Michael Salewski, por exemplo, considera que o Nacional-Socialismo procurou destruir “a essência espiritual da Europa”, pelo que defende que as “ideias nazis” acerca da Europa foram “ideias anti-europeias” (*apud* Lipgens 1985: 54). É difícil saber se, tendo-se efectivado a vitória do Eixo, qual o rosto que a Europa assumiria no pós-guerra. Podemos, contudo, afirmar que, na Alemanha nazi, se desenvolveram ideias europeístas, o que é facilmente perceptível ao longo dos vários artigos da revista *AJE*. Depois de ocupar grande parte da

Europa, colocava-se um problema premente aos alemães: como coordenar a economia europeia em função das necessidades do Reich alemão? Desta reflexão resultaram vários textos de professores e membros de ministérios (sobretudo do MNE) que acrescentaram algumas ideias ao conceito de «*Neuordnung*». Alguns deles surgiram sem o conhecimento de Hitler, outros foram liminarmente rejeitados por ele, segundo Walter Lipgens. A concepção político-económica de Europa foi desenvolvida, por exemplo, por Daitz, Reithinger, Höhn e Carl Schmitt (Schmitt 1941: 38), que teorizaram sobre as ideias de uma «Economia Continental» e de uma «Nova Ordem Económica». Os memorandos foram emanados, sobretudo, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ribbentrop chegou mesmo a incumbir Carl Clodius, director do Departamento de Política Económica do MNE, de estudar algumas questões relacionadas com a organização de uma «Grande área económica europeia», sob a liderança alemã (Lipgens 1989: 61). São vários os documentos produzidos neste ministério, para Ribbentrop, sobre a criação de uma «Confederação Europeia», mas a verdade é que o ministro alemão não conseguiu ser bem sucedido em relação à elaboração de uma «declaração da Europa» e à formação de uma «confederação Europeia»

Estas questões foram ainda discutidas no seio de várias instituições, como o *Deutsches Auslandswissenschaftliches Institut*, o *Reichsstelle für Raumordnung*, a *Reichsarbeitsgemeinschaft für Raumforschung*, o *Institut für Auswärtige Politik* na Universidade de Hamburgo ou o *Deutsches Institut für Auslandskunde* (*ibidem*: 40). O *Deutsches Auslandswissenschaftliches Institut* organizou, por exemplo, vários cursos. Em Novembro de 1942 promoveu um curso sobre a Nova Ordem e, em 1943, um curso sobre a “Europa e o Mundo”. Outro exemplo é o congresso internacional, realizado em Bad Salzbrunn, em Março de 1944, que contou com cientistas sociais de 20 países europeus, e do qual saiu uma carta de princípios para a futura política social europeia (*ibidem*: 164-166). Em Novembro de 1942 Hitler acabaria por decretar o fim deste tipo de eventos, mas eles continuariam (*apud* Lipgens 1989: 109):

O NSDAP e as suas organizações não foram por isso, chamadas a executar uma missão europeia ou mundial. A política externa não é um campo adequado para experiências e esforços pessoais (...) O planeamento e execução de manifestações de tipo europeu e internacional, como congressos, assembleias, criação de associações, etc., deve parar

[The NSDAP and its organizations have therefore no call to perform a European or worldwide mission. The field of foreign policy is not suited to experiments and personal endeavours (...) The planning and execution of demonstrations of a European or international kind, such as congresses, assemblies, the founding of associations etc., must cease].

Ficaram salvaguardados, contudo, Goebbels e o seu ministério, ao qual estas ordens não se aplicavam.

Nesta análise é necessário, contudo, fazer duas distinções: em primeiro lugar entre o discurso produzido e as ideias desenvolvidas no seio destas organizações, mesmo no seio

do MNE, e as difundidas pela propaganda; e, em segundo lugar, entre a teoria e a prática que Hitler e o seu séquito delas faria se a Alemanha tivesse vencido a guerra. Feita esta advertência preliminar, há que referir, em jeito de balanço, que, tanto a propaganda alemã, como os documentos produzidos no âmbito do MNE, não definem a Europa em termos geográficos. Para Hitler (*apud ibidem*: 12), por exemplo:

A Europa não é uma concepção geográfica, é uma questão de sangue nas veias; a verdadeira fronteira entre a Europa e a Ásia era a que separava o mundo Germânico do mundo Eslavo. O nosso dever é colocá-la onde queremos que esteja.

[Europe is not a geographical conception, it is a matter of blood in one's veins (ein bluttmässig bedingter Begriff); the real frontier between Europe and Asia was 'the one that separates the Germanic world from the Slav world. It's our duty to place it where we want it to be].

A Europa é definida numa dialéctica que interliga o passado e o futuro. Definida em termos culturais e civilizacionais, recorre-se à História como fonte legitimadora, para “criar memórias colectivas” (Macmillan 2009). Numa clara concepção instrumentalista da cultura e da história, recorre-se ao imaginário medieval e faz-se a apologia da matriz clássica, apresentando a Alemanha como a continuadora da civilização grega.

Em conversa com o conde de Ciano, em Outubro de 1941, Hitler afirmava que a guerra contra a Rússia desenvolveu um sentimento europeísta, “um sentimento europeu de solidariedade” (*apud ibidem*: 89). Este sentimento de solidariedade, continua, “transformar-se-á, gradualmente, num reconhecimento geral da comunidade europeia” (*ibidem*). De acordo com as várias linhas de orientação estabelecidas para serem desenvolvidas pela propaganda, a unificação europeia era apresentada como um “desenvolvimento inevitável” (*ibidem*: 144 ou 150), falando-se até num “nacionalismo europeu”! (*ibidem*: 171) A Europa seria, no fundo, uma comunidade à qual se pertencia por virtude da cultura (*ibidem*: 117). Hans Frohwein, em Junho 1943, aconselha que o plano para a reorganização da nova Europa seja “realista” e que “satisfaça” as nações que procuram a paz (*ibidem*: 133), devendo ser baseado “na história do continente”, na partilha de uma cultura e de um destino.

É muito provável que a organização da Europa fosse feita numa base imperialista, até porque Goebbels fez várias afirmações confidenciais que apontam neste sentido (*ibidem*: 11-12):

Quando nos perguntaram como pretendíamos resolver este ou aquele problema, sempre respondemos que ainda não sabíamos. Tínhamos os nossos planos, mas não os sujeitámos à crítica pública. E se alguém hoje nos perguntar como imaginamos a nova Europa, temos novamente de dizer que não sabemos. Obviamente que temos as nossas ideias, mas se as traduzirmos em palavras vamos imediatamente fazer inimigos e fortalecer a resistência. (afirmação confidencial feita por Goebbels a representantes da imprensa germânica a 5 de Abril de 1940).

[When we were asked [in 1933-4] how we intended to solve this or that problem, we always answered that we didn't yet know. We had our plans, but we didn't subject them to the public criticism. And if someone asks us today how we imagine the new Europe, we must again say that we don't know. We have our own ideas, of course; but if we put them into words we shall at once make enemies and stiffen resistance.]

O Führer concluiu que toda a desordem de pequenas nações ainda existentes na Europa deve ser liquidada o mais depressa possível. O objectivo da nossa luta deve ser a criação de uma Europa unificada. Só os Alemães podem realmente organizar a Europa. A partir daí o caminho para dominar o mundo é praticamente certo. Dominar a Europa será assumir a liderança do Mundo.

[the Führer drew the conclusions that all the clutter of small nations (Kleinstaatengerümpel) still existing in Europe must be liquidated as soon as possible. The aim of our struggle must be to create a unified Europe. Only the Germans can really organize Europe ... Thereafter the way to world domination is practically certain. To dominate Europe will be to assume the leadership of the world.]

W. Lipgens defende que os planos do pós-guerra de Hitler estavam construídos de forma a reduzir todos os povos a um estatuto de subordinação, não havendo lugar a uma igualdade, nem sequer se aproximando da cooperação ou união federal. Para este autor, “o estado totalitário era incapaz de pensar em tais termos; apenas podia conceber a sua própria expansão em termos de violência e dominação” (*ibidem*: 13). Fora do Império Germânico, o que fazer, por exemplo, aos territórios latinos? Possivelmente, tornar-se-iam países satélites, política e economicamente dependentes da Alemanha ou anexados ao Reich como províncias. No Leste, certamente, continuaria a ser imposto um regime colonial e proceder-se-ia à dizimação ou deportação das populações para outros territórios. Mesmo entre os mais importantes líderes nazis, mais próximos do Führer, e outros teorizadores da concepção nazi de Europa, não há unanimidade. Hans Frohwein, em Junho 1943, considerava a área atlântica, a Península Ibérica em particular, como a “guardiã da rota de acesso do Atlântico ao Mediterrâneo”, pelo que esta região poderia ser organizada através de tratados (*ibidem*: 134). Outros afirmam que não seria possível “esperar que a Suécia, a Suíça ou Portugal se juntem à confederação enquanto a guerra continuar” e que “a sua integração não é prioritária, uma vez que a pacificação da Europa não depende deles mas de outros estados que têm estado em campos opostos” (notas sobre o estabelecimento de uma confederação europeia, Agosto 1943, *apud* Lipgens, 1989: 141).

Estas ideias imperialistas eram, obviamente, contrariadas pela propaganda, que afirmava que a Alemanha respeitaria os outros povos, as suas culturas. Há, por isso, que fazer uma distinção entre a utilização do conceito de Europa pela propaganda alemã, para incutir nos soldados e nos outros países um sentimento de união, e os verdadeiros objectivos que estavam subjacentes à política nazi. De acordo com a propaganda, aquela era uma guerra pela liberdade e pela unidade da Europa. Não era uma luta pela Alemanha, mas sim pela

Europa, pela preservação da sua cultura e civilização. “Europe for europeans”, afirmava Werner Daitz (*ibidem*: 81). Aquela guerra, que fora imposta à Alemanha, era uma luta pela unificação da Europa (*ibidem*: 144), pois a GB construiu, de acordo com estes textos, o seu império à custa da exploração das diferenças continentais, mantendo a Europa fragmentada e em estado de hostilidade. A «Nova Ordem» que a Alemanha pretendia construir na Europa eliminaria, pelo contrário, as causas de guerras internas, pois uma Europa fragmentada, fraca, não conseguiria garantir a paz. A Alemanha garantiria ainda a tolerância religiosa (*ibidem*: 95), promoveria a paz, a segurança e o bem-estar.

Acreditava-se que a segurança e a paz da Europa passavam, sobretudo, pela eliminação da ameaça bolchevique. Poucos dias depois de, nas margens do mar Negro, Estaline, Churchill e Roosevelt se terem reunido num encontro que ficaria para a História como a Conferência de Ialta, Goebbels escreve em *Das Reich* um artigo profetizando a história da Europa até ao ano 2000.⁴¹ No artigo afirma acreditar que o plano acordado pelos “três inimigos” da Alemanha iria destruir o seu povo até ao ano 2000. Na sua opinião, podia afirmar-se, com elevado grau de certeza, que a Europa seria um continente unido naquele ano, embora a Alemanha continuasse a estar sob uma ocupação militar planeada em Ialta. Apesar de Estaline não revelar os seus planos aos dois aliados, a União Soviética pretendia que o mundo inteiro estivesse submetido a uma ditadura liderada por Moscovo. Caberia à Alemanha, naquele momento, parar esse projecto. Antes de Churchill o prever, Goebbels profetizava já que uma “cortina de ferro” cairia sobre a Europa caso a Rússia estivesse entre os vencedores:

Se os Alemães baixarem as suas armas, os Soviéticos, segundo o acordo entre Roosevelt, Churchill e Estaline, ocuparão todo o Leste e Sudeste da Europa, juntamente com grande parte do Reich. Uma cortina de ferro cairá sobre este imenso território controlado pela União Soviética, atrás da qual as nações serão chacinadas.

[If the German people lay down their weapons, the Soviets, according to the agreement between Roosevelt, Churchill and Stalin, would occupy all of East and Southeast Europe along with the greater part of the Reich. An iron curtain would fall over this enormous territory controlled by the Soviet Union, behind which nations would be slaughtered.]

Sem liderança, os europeus cairiam no domínio de uma ditadura sanguinária. Transformar-se-iam em proletários desesperados, “trabalhando como animais”. Perante o caos social e político que reinaria no continente, seguir-se-ia a “bolchevização total”. Face a este cenário, Goebbels incita os alemães a continuarem a luta, pois o povo alemão tinha, na sua opinião, uma “missão europeia” a cumprir (*ibidem*):

Qualquer outro povo poderia ter entrado em colapso. Nós, contudo, como Atlas, carregamos o peso do mundo nos nossos ombros e não duvidamos. A Alemanha não

41 [consultado em 5.7.09]. Disponível em <http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa/goeb49.htm>

estará ocupada pelos seus inimigos no ano 2000. A nação alemã será a líder intelectual de uma humanidade civilizada. Estamos a ganhar esse direito nesta guerra. A luta mundial com os nossos inimigos permanecerá apenas como um pesadelo na memória das pessoas. Os nossos filhos e netos vão erigir monumentos aos seus pais e mães pelo seu sofrimento, pela firmeza estoica com que suportaram tudo, pela bravura que demonstraram, pelo heroísmo com que lutaram, pela lealdade com que suportaram o seu Führer e os seus ideais nos tempos difíceis. As nossas esperanças e ideias serão uma realidade no mundo deles. Não devemos esquecê-lo quando vemos as tempestades destes tempos difíceis reflectidas nos olhos das nossas crianças. Deixem-nos agir para ganhar as suas bênçãos eternas e não as suas maldições.

[Any other people would have collapsed. We, however, like Atlas carry the weight of the world on our shoulders and do not doubt. Germany will not be occupied by its enemies in the year 2000. The German nation will be the intellectual leader of civilized humanity. We are earning that right in this war. This world struggle with our enemies will live on only as a bad dream in people's memories. Our children and their children will erect monuments to their fathers and mothers for the pain they suffered, for the stoic steadfastness with which they bore all, for the bravery they showed, for the heroism with which they fought, for the loyalty with which they held to their Führer and his ideals in difficult times. Our hopes will come true in their world and our ideals will be reality. We must never forget that when we see the storms of this wild age reflected in the eyes of our children. Let us act so that we will earn their eternal blessings, not their curses].

O apelo a uma solução conjunta do problema bolchevique é uma constante na revista *A Jovem Europa* e noutros jornais e livros/brochuras, assim como nos documentos que procuram teorizar a futura comunidade europeia. No artigo supracitado, Goebbels procura, num verdadeiro canto de cisne, incitar os alemães a lutar por uma vitória que estava já cada vez mais distante. Discursando aos alemães, Hitler afirmava que “o objectivo desta frente já não é a protecção de determinados países, mas sim a salvação da Europa e de todos nós” (*apud* Lipgens: 48). Da mesma forma, em Novembro de 1941, Ribbentrop defendia já que “cada nação europeia luta no Leste para preservar a vida e a cultura do nosso continente”. O “sangue” derramado numa “luta comum” permitiria que “os povos do nosso continente” construíssem “uma Nova Europa” (*ibidem*: 92). O Ministro da Propaganda também estava ciente da importância mobilizadora do tema, pelo que considerava que todo o esforço propagandístico deveria tornar claro, aos alemães e a todos os europeus, que a vitória alemã era essencial e do seu interesse, pelo que todas as oportunidades deveriam ser aproveitadas para fomentar o espírito de luta contra o bolchevismo (*ibidem*: 118).

Ao mesmo tempo que incitava os europeus a lutar contra qualquer ingerência de potências externas nos seus assuntos internos, a propaganda procurava sublinhar que a Alemanha não pretendia que a nova reorganização da Europa fosse feita à força (*ibidem*: 75). Em Março de 1943, Goebbels, que defendia que a «Nova Ordem Europeia» deveria ser apresentada de forma a que os estrangeiros não tivessem a impressão que os líderes alemães pretendiam subjugar-los, apresentava aos jornalistas estrangeiros alguns princípios sobre os quais ela assentaria (*ibidem*):

- a Nova Europa não deve ser erguida à força, mas numa base voluntária;

- cada nação não verá desaparecer a sua própria individualidade;
- todos os países europeus deverão ser agrupados sob a protecção de uma potência estrangeira;
- nenhum país será obrigado a adoptar um regime em particular, podendo preservar o regime democrático;

Segundo Hans Frohwein, a Nova Ordem seria construída de acordo com um princípio de liderança num sentido de “lealdade mútua” e não baseada em ideias hegemónicas e imperialistas (*ibidem*: 133). Os vários memorandos a que fizemos alusão defendiam que deveria ser difundida a ideia de uma solução federal, baseada numa cooperação de livre vontade, que aumentaria a confiança na política alemã e a vontade de seguir a sua liderança depois da guerra (*ibidem*: 138). Era importante, portanto, fazer desaparecer a ideia que a Alemanha se serviria da força. Seria uma comunidade de estados soberanos, onde mutuamente se garantiria a liberdade e independência de todos, onde cada estado manteria a soberania sobre os assuntos internos (*ibidem*: 143).

Uma vez que a propaganda afirmava a ideia de uma unificação da Europa numa base federal, resultando de um entendimento voluntário e numa base de igualdade de direitos, como explicar a necessidade de uma liderança alemã? É claro que a vitória no conflito seria crucial para que a Alemanha pudesse assumir a liderança da Europa, pois proporcionar-lhe-ia o poder político necessário para impor uma *pax germânica*, que substituiria a britânica. A liderança pertenceria, assim, naturalmente, à Alemanha pelos sucessos alcançados na guerra, mas também pela sua “natureza imperial” (*ibidem*: 116). Situada no coração da Europa (*ibidem*: 115), defendia-se que aquele país tinha uma “Missão europeia” (*ibidem*). O destino alemão era, assim, lutar pela Europa, contra os invasores (hunos, turcos, mongóis) (*ibidem*: 94). Portanto, só a vitória da Alemanha poderia salvar a Europa da sua destruição. A Alemanha estaria, no fundo, predestinada a pôr fim à guerra e a construir uma «Nova Europa» (*ibidem*: 93). Por outro lado, a derrota do Eixo conduziria, forçosamente, à transformação da Europa num campo de batalha, no meio de dois sistemas imperialistas (*ibidem*: 116). Se a Europa não fosse capaz de aproveitar a oportunidade histórica para criar uma «Nova Ordem», teria de enfrentar um futuro perigoso entre dois “gigantes” (*ibidem*: 105). Era um direito adquirido que fosse aquele país a assumir a liderança da reorganização económica (*ibidem*: 58).

O apelo à cooperação e à solidariedade são também uma constante. A construção de uma comunidade económica é apresentada como a solução para o fim dos conflitos no continente, permitindo ainda ultrapassar crises económicas e os problemas decorrentes da transição de uma economia de guerra para uma economia de paz. Promete-se ainda o fomento do sistema intraeuropeu de comunicações (auto-estradas, comboios, meios

marítimos e aéreos) e que África continuaria a ser um território complementar, o que revela a consciência de que a Europa não era capaz de ser autárquica. De forma muito sintética, as vantagens apresentadas são:

- Fim dos entraves de pagamentos;
- Remoção das barreiras económicas;
- Desenvolvimento de um sistema de transportes e de comunicações conjunto;
- Aumento das trocas comerciais;
- Mercados seguros, estabilidade de preços;
- Planeamento e divisão do trabalho;
- Fim do desemprego, das crises económicas e monetárias;

A maioria dos autores portugueses que analisámos considera que a Europa, naquele momento, estava a atravessar uma crise profunda. Sentiam, por outro lado, que a época que viviam era um período de mudança, de profundos avatares. Quanto à construção de uma «Nova Ordem» no continente europeu, acreditavam que ela seria feita de forma pacífica. Definem a Europa em termos culturais, históricos e não geográficos, de acordo com a mensagem insistentemente sublinhada pela propaganda alemã, mas valorizavam, por outro lado, a matriz cristã.

Qualquer um deles se mostra apologista de uma “revolução” através da “intervenção salvadora” de um líder. Um líder que fosse capaz de impor a autoridade, de forjar um estado forte e de defender o interesse nacional, do qual se afirmam defensores. O próprio Estado Novo, como o nome indica, insere-se nesta dinâmica fascista que atravessou a Europa da década de 30 e 40. O regime português inscreve-se nestas soluções autoritárias de direita que se apresentam como uma terceira via, em alternativa ao comunismo e ao liberalismo democrático. O regime congrega, afinal, todas as características de um regime fascista: desde a existência de um partido único à chefia carismática glorificada pela propaganda, passando pela mobilização da sociedade para a defesa da nação, incutindo os valores da ordem e da disciplina através da escola e enquadrando a juventude e os trabalhadores em organizações criadas com esse propósito. Mais do que uma mobilização, procurou-se criar um controle apertado da sociedade e desencadeou-se uma luta feroz contra o “inimigo”, na qual os fins justificavam todos os meios empregues, recorrendo à censura, à repressão, à violência física, a prisões arbitrárias. Foi criado um aparelho de propaganda que visava a imposição de uma ideologia, com o intuito de “reeducar os espíritos”, de regenerar a nação, que consideravam doente, e de criar um “Homem Novo”.

Os autores aqui abordados comungam dos mesmos ideais, demonstrando uma adesão ideológica ao Fascismo, ainda que alguns desconfiassem do imperialismo alemão. Outros,

pelo contrário, elogiam Hitler e o Nacional-Socialismo. Comparam o regime português ao alemão e colocam, inclusivamente, Hitler e Salazar em pé de igualdade, considerando que nenhum outro país europeu se assemelha tanto à Alemanha ao nível das instituições ou da ideologia política e económica. O fascínio que o regime alemão e que o “milagre” que acreditam ter ocorrido na Alemanha despertaram entre parte da elite portuguesa é, de facto, facilmente comprovado pela leitura daquelas obras. Todos reconhecem, incluindo Oliveira Salazar, o papel desempenhado pela Alemanha na luta contra o Comunismo, considerando aquele país como uma “força decisiva e factor de equilíbrio”, como verdadeiro “fronteiro” da Europa.

O relatório da autoria de Tovar é talvez um dos mais importantes documentos escritos por um português acerca da «Nova Ordem». Nele, o diplomata expressa a crença na criação de uma «Nova Europa» enquanto realização colectiva, ressaltando o apelo sistemático alemão à colaboração, e não a uma imposição imperialista. Considera, inclusivamente, plausível a colaboração portuguesa na sua construção, que traria grandes vantagens económicas para o país. Teme apenas que, ao efectivar-se a participação portuguesa, esta implicasse uma colaboração na questão judaica. Em resposta ao relatório, Oliveira Salazar considera que a criação de uma «Nova Ordem» era crucial para a Europa e que os princípios e métodos da sua implementação, bem como os resultados, dependeriam da potência que a empreendesse. Reconhece mesmo que a Alemanha se encontrava “mais próxima da *linha geral* europeia”, pelo que “teria para presidir a essa obra facilidades especiais, se pudesse manter-se nos limites convenientes” (*apud* MNE 1961-1985 vol. X: 145). Receava, contudo, que ela implicasse a uniformização dos regimes, que a “obsessão” de “domínio” alemã pudesse afectar a independência e a “diversidade” das nações europeias e que a potência vencedora utilizasse a «Nova Ordem» em proveito próprio. Salazar, nas várias comunicações públicas que faz, apesar de se mostrar interessado pelo que na Europa acontece, procura sempre evidenciar a posição pouco continental do país, valorizando a «aliança inglesa» e as relações com as colónias e com a vizinha Espanha, tentando colocar o país de “costas à terra”, isto é, à Europa, e de “face ao mar”, ao Atlântico (Salazar 1951).

É difícil tomar o pulso ao impacto que a mensagem transmitida pela revista *A Jovem Europa* teve entre a elite portuguesa. Podemos afirmar, contudo, que a propaganda alemã foi extremamente eficaz ao instrumentalizar a cultura como forma de conseguir a adesão dos círculos dirigentes e intelectuais da sociedade portuguesa. Ela penetrou muito eficazmente em certos sectores da sociedade portuguesa, entre intelectuais, oficiais mais jovens, entre jornalistas e dirigentes de organismos milicianos e afins. Os temas veiculados pela revista, como o anti-comunismo, a construção de uma «Nova Ordem» na Europa e a ideia de

Europa, podem ser detectados nos livros e artigos dos indivíduos aqui abordados, demonstrando que a mensagem d' *A Jovem Europa* e de outros meios de propaganda foi recebida, assimilada e, muitas vezes, reproduzida, mesmo que estando limitada a um pequeno núcleo da sociedade portuguesa.

FONTES

1) Arquivos

Arquivo Oliveira Salazar (AOS)-DGARQ

Arquivo Histórico-Militar (AHM)

Arquivo Histórico do Instituto Camões (AHIC)

Arquivo Histórico-Diplomático-MNE (AHD)

Institut für Zeitgeschichte/Munique (IfZ)

2) Imprensa

A Esfera

A Jovem Europa/ Junges Europa (versão em alemão e francês)

Avante!

Boletim do Instituto Alemão

Deutsches Evangelisches Kirchenblatt für Spanien u. Portugal

Diário da Manhã

Jornal da Mocidade Portuguesa

Signal/Sinal

3) Obras impressas de autores portugueses:

- Alemania y el Mundo Ibero-Americano* (1939). Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut.
- Ameal, João (1938), *Construção do Novo Estado*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Ameal, João (1942), *Rumo da Juventude*. Lisboa: Editorial Acção.
- Ameal, João (1945), *Europa e os seus fantasmas*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Andrade, José Gonçalves (1937), *Doutor Oliveira Salazar. O seu tempo e a sua obra*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Arruella, José d' (1940), *A Tragédia Nacional (episódios Históricos). Estudo sobre as relações diplomáticas e políticas da Alemanha com Portugal dos séculos XIX a 1914*. Coimbra: Casa Minerva.
- Azevedo, José Aires de (1940), *A Pureza Bioquímica do Povo Português* [Comunicação apresentada à 2.^a Secção do Congresso Nacional de Ciências da População]. Porto: s.n.
- Brocardo, Costa (1987), *Memórias de Costa Brocardo*, 3.^a ed. Lisboa: Livraria Popular Francisco Franco.
- Carvalho, Torres (1933), *Nazis. Aspectos citadinos e quotidianos da Alemanha*. Lisboa: Henrique Torres.
- Castro, Augusto (1936), *Imagens da Europa vistas da minha janela*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Correia, Félix (1940), *Quem vem lá*. Lisboa: Gazeta dos Caminhos-de-ferro.
- Correia, Félix (1941), *A guerra vai acabar*. Lisboa: Gazeta dos Caminhos-de-ferro.
- Costa, Eduardo Freitas da Costa (1942), *Testamento da Europa*. Lisboa: Livraria Clássica editora.
- Costa, Quintino da (1943), *Missão de Estudo na Alemanha em guerra, Lisboa. sep.* do Boletim Nacional de Educação Física.
- Cruz, Manuel Braga da (org.) (2008), *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência 1931-1950*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cruz, Visconde do Porto da (1954a), *Contos vividos na Guerra*. Aveiro: A Lusitânia.
- Cruz, Visconde do Porto da (1954b), *Memórias da Guerra na Alemanha*. Aveiro: A Lusitânia.
- Domingues, José Garcia (1942), *O Pensamento Alemão. Ensaio sobre o sentido da Alma Germânica e espírito da Nova Europa*. Lisboa: Sociedade Astória.
- Ferros, António (2007), *Entrevistas a Salazar*. Mem Martins: Parceria A. M. Pereira.
- Frias, Eduardo (1941), *1000 Pensamentos de Adolf Hitler*. Lisboa: Edições Alma.

- Guedes, F. J. Nobre (1940), *Mocidade Portuguesa. Alguns discursos e escritos do 1.º Comissário Nacional. 1936-1940*. Lisboa: edição da MP.
- Guedes, F.J. Nobre (1935), *Revolução Moral*. Lisboa: União Nacional.
- Leone, Metzner (1940), *O drama europeu*. Lisboa: edições Cosmos.
- Leone, Metzner (1941), *Nazis. Dez meses na Alemanha em guerra*. Lisboa: Livraria Portugal.
- Leone, Metzner (1943), *Na hora decisiva*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira.
- Lupi, Luís C. (1971), *Memórias. Diário de um inconformista (1901 a 1938)*, I Vol. Lisboa. Livraria Editora.
- Lupi, Luís C. (1972), *Memórias. Diário de um inconformista (1938 a 1940)*, II Vol. Lisboa: Livraria Editora.
- Lupi, Luís C. (1973), *Memórias. Diário de um inconformista (1943 a 1947)*, III Vol. Lisboa: Livraria Editora.
- Mello, Manuel Homem de (s.d.), *Eu vi Morrer o Terceiro Reich*. Lisboa: Veja.
- Menezes, António (1934), *Em defesa de Hitler*. Lisboa: Livraria Portugal.
- MNE (1965-1985), *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Moncada, Cabral (1937), *O dever da hora presente*. Coimbra: Arménio Amado.
- Moncada, Cabral (1941), «Portugal und der Geist der Zeit». In *Geist der Zeit. Wesen und Gestalt der Völker*, Inhalt des November-Heftes (pp.605-616).
- Moncada, Cabral (1992), *Memórias ao longo de uma vida. Pessoas, factos, ideias*. Lisboa: Verbo.
- Moncada, Luís Cabral de (s.d.), «A obra de Salazar à luz do sentimento Histórico da sua época». In *Um Grande Português e uma Grande Europeu: Salazar*. Lisboa: União Nacional (pp.9-21).
- Nogueira, Franco (2000), *Salazar. As Grandes crises (1936-1945)*, vol.III. 5.ª ed. Lisboa: Civilização Editora.
- Pimenta, Alfredo (1941), *Para a História das relações entre Portugal e a Alemanha (1884-1914)*. Lisboa: edição do autor.

- Portugal. 1140-1640. *Festschrift der Universität Köln zu dem portugiesischen Staatsfeier des Jahres 1940* (1940).
Köln: Universität Köln.
- Queiroga, Fernando (1975), *Portugal Oprimido*. Lisboa: O Século.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1934), *Alguns aspectos sobretudo literários do moderno nacionalismo alemão*.
Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1937), *Os fundamentos éticos do Estado Novo*. Lisboa: s.n.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1938), «Vorwort». In *Oliveira Salazar, Portugal. Das Werden eines neuen Staates. Reden und Dokumente*. Essen: Essener Verlagsanstalt.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (1971), *Continuidade das relações luso-alemãs*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Ramos, Gustavo Cordeiro (s.d.), *Portugals Erneuerung. Portugal und deutschland. Reden und Aufsätze*.
Lisboa: Editorial Império.
- Ribeiro, Aquilino (1975), *Alemanha Ensanguentada*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Salazar, Oliveira (1937), *Discursos e Notas Políticas*, volume II. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, oliveira (1943), *Discursos e Notas Políticas*, volume III. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, Oliveira (1951), *Discursos e Notas Políticas*, volume IV. Coimbra: Coimbra Editora.
- Soares, Mário (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*. s.l.: Arcádia.
- Spínola, António de (1942), «O ‘Espírito carrista’ e o ‘Espírito cavaleiro’». Notas e impressões de uma viagem à Alemanha». In *Revista da Cavalaria*, Nov.1942 (29-43).
- Strasen, E.A., Gândara, Alfredo (1944), *Oito séculos de História Luso-Alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano de Berlim.
- Valladares, António Canavarro de (1937), *Europa actual (Ensaio sobre a crise da civilização cristã)*. Braga: Pax.

4) Livros/brochuras de propaganda e outros textos alemães

Das braune Netz. Wie Hitlers Agenten im Auslande arbeiten und den Krieg vorbereiten (1935). Paris: Editions du Carrefour.

Deutschland ordnet Europa neu (1942). Wien: NSDAP-Gauschulungsamt Disponível em http://www.ena.lu/projet_expose_nsdap_reorganisation_europe_vienne_avril_1942-010006837.html

FUNK, Walther (1943), *Europäische Wirtschaftsgemeinschaft*. Berlin: Haude & Spenersche Verlagsbuchhandlung Max Paschke[Consultado a 6.7.09] Disponível em http://www.ena.lu/walther_funk_economic_face_new_europe_1943-020005287.html

Goebbels, Joseph (1945), «Das Jahr 2000». In *Das Reich*, 25 February 1945 (pp. 1-2). [Consultado a 6.7.09] Disponível em <http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa/goeb49.htm>

Goebbels, Joseph (2008), *Tagebücher*. 4.Auf.München/Zürich: Piper.

Heere, Paul (1941), *Deutschland und die Europäische Ordnung*. Berlin: Deutscher Verlag.

Hitler, Adolf (1976), *A Minha Luta*. Lisboa: Fernando Ribeiro de Mello/Edições Afrodite.

Hunke, Heinrich (1943), *Die Grundfrage: Europa - ein geographischer Begriff oder eine politische Tatsache*. In Walther FUNK, Verein Berliner Kaufleute und Industrieller und Wirtschafts-Hochschule Berlin (Ed.). *Europäische Wirtschaftsgemeinschaft*. Berlin: Haude & Spenersche Verlagsbuchhandlung Max Paschke (pp. 209-229).

Lipgens, Walter (ed.) (1985), *Documents on the History of European Integration* (Vol.1). *Continental Plans for European Union 1939-1945*. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

Schmitt, Carl (1941), *Völkerrechtliche Grossraum Ordnung mit Interventionsverbot für raumfremde Mächte. Ein Beitrag zum Reichsbegriff im Völkerrecht*. Berlin/Leipzig/Wien: Deutscher Rechtsverlag

Trevor-Roper, Hugh (Org.) (2000), *Hitler's Table Talks*. New York: Enigma Books

*

A Escandinávia em foco!: documentos alemães acerca dos motivos da ocupação da Dinamarca e da Noruega (1940). Lisboa: Sociedade Astória.

A Inglaterra e o Continente Europeu (1940). Lisboa: Alma.

A jovem Alemanha quer trabalho e paz: discursos do Chanceler Adolf Hitler. Guia da nova Alemanha (sd). Berlin: Liebheit & Thiesen.

A nova Europa: grandioso terreno de construção (1942). Lisboa: Alma.

- A voz do Bolchevismo* (1942). Lisboa: Alma.
- Albuquerque, Afonso de (1941), *Acuso a Inglaterra*. Lisboa: Serviço de Informação da Legação da Alemanha.
- Allard, Paul (1941), *Guerra das mentiras: de que maneira nos intrujaram*. Lisboa: Alma.
- Berthier, Jean (1942), *Corações aliados*. Lisboa: Alma.
- Boletim semanal* (1942-1943), Lisboa: Serviço de Informação da Legação da Alemanha.
- Busch, Fritz Otto (1940), *O torpedeamento do "Courageous"*. Lisboa: Alma.
- Cem documentos para a história dos antecedentes da guerra* (1940). Lisboa: Alma.
- Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich acerca da traição de Vitor Manuel e do Marechal Badoglio* (1943). Lisboa: Serviço de Informação da Legação da Alemanha.
- Crianças em armas* (1942). Lisboa: Alma.
- Documentos Polacos para a história dos antecedentes da guerra: primeira série* (1940). Lisboa: Serviço de Informação da Legação da Alemanha.
- Dorr, Herbert (1941), *Carro blindado de exploração, avante!: um telegrafista assiste à batalha de Amiens*. Lisboa: Alma.
- Emprêsas-módulo alemãs* (sd). Berlim: Instituto Científico de Trabalho da Frente Alemã de Trabalho.
- Fantasia e realidade* (1940). Lisboa: Alma.
- Ferksa, Friedrich (1941), *Rompemos a linha Maginot*. Lisboa: Alma.
- Frisch, Hermann (1940), *A situação alimentar da Alemanha*. Lisboa: Alma.
- Hagermanna, Gustav (1941), *Assistência aos velhos e inválidos na Alemanha*. Lisboa: Alma.
- Harms, H.P. (1941), *Camaradagem: uma história de amizade e fidelidade de aviadores*. Lisboa: Alma.
- Henze, Karl G. P. (1942), *O "Empress of Britain": a caminho da morte: o afundamento de um dos quatro maiores navios mercantes ingleses por um avião e um submarino alemães*. Lisboa: Alma.
- Henze, Karl G. P. (sd), *Um feito de bussares em território inglês: a viagem aérea involuntária do comandante Mac Allen para a Alemanha*. Lisboa: Alma.
- Henzea, Karl G. P. (1942), *Prien afunda oito navios de um "Comboio": o glorioso comandante de um submarino em luta contra a Inglaterra*. Lisboa: Alma.

- Jentkiewicz, Kurt (s.d.), *Três aviadores e todo um regimento*. Lisboa: Alma.
- Kayser Hansgeorg (1941), *A maravilha da estabilidade de preços*. Lisboa: Alma.
- Krafft, Karl E. (1941), *Nostradamus vê o futuro da Europa*. Lisboa: Alma.
- Krispien, Kurt (s.d.), *O aviador Hein Brodersen: relato sobre camaradagem e espírito combativo da aviação alemã*. Lisboa: Alma.
- List, Fritz (s.d.), *Um tiro em cheio sobre o "Glorious"*. Lisboa: Alma.
- Matthias, Joachim (1940), *Asas intrépidas*. Lisboa: Alma.
- Matthias, Joachim (1941), *Apesar de tudo, vencedor*. Lisboa: Alma.
- Matthias, Joachim (sd), *Os "poilus" surpreendidos*. Lisboa: Alma.
- Moravec, Emanuel (1941), *Rumor da estratégia contemporânea: sentido e significado da guerra actual*. Lisboa: Edições Alma.
- Munter, Hans (sd), *O operário alemão e Adolf Hitler*. Lisboa: Alma.
- Notícias culturais / Secção Cultural da Legação da Alemanha* (1945). Lisboa: L.A.
- O filho de Kulak* (1942). Lisboa: Alma.
- O golpe da Inglaterra contra a Noruega: extracto do IV Livro Branco Oficial Alemão* (1940). Lisboa: Serviço de Informação da Legação da Alemanha.
- O ópio na Índia* (1940). Lisboa: Alma.
- O rublo fraco e o rublo forte* (1942). Lisboa: Alma.
- Olbert, Ernst A. (1940), *A Inglaterra escravagista e negreira*. Lisboa: Alma.
- Os segredos do Estado-Maior e da Diplomacia dos Aliados: VI Livro Branco Oficial Alemão* (1940). Lisboa: Serviço de Informação da Legação da Alemanha.
- Reichert, F. (1940), *A França soldado da Inglaterra: uma comparação étnico-biológica*. Lisboa: Alma.
- Rheinbaben, Werner Frhr von (1940), *A génese da guerra de 1939*. Lisboa: Alma.
- Steeg, J. (1941), *A Alemanha e as potências ocidentais: comparação crítica do potencial militar e económico dos beligerantes*. Lisboa: Alma.
- Stieve, Friedrich (1940), *O que o mundo não quis: ofertas de paz feitas por Hitler de 1933 a 1939*. Lisboa: Alma.

Ulf, Axel (1941), *Comboio à vista!: aventuras no Mar do Norte de um grumete alemão residente no estrangeiro*.
Lisboa: Alma.

Utermann, Wilhelm (1941), *Economia sem crises*. Lisboa: Edições Alma.

BIBLIOGRAFIA

1) Dicionários e sínteses sobre Portugal:

- Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* (1998), vol. IV. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003), tomo II. Lisboa: Temas e Debates.
- Lemos, Mário Matos e Lemos (s.d.), *Jornais Diários Portugueses do Século XX: um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s.d.) Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda.
- Medina, João (coord.) (1990), *História Contemporânea de Portugal*, vol. Estado Novo (I). Genève: Editions Ferni.
- Medina, João (2004), *História de Portugal Contemporâneo*, vols XV-XVII. Amadora: Ediclube.
- Reis, António (dir.) (1996), *Portugal Contemporâneo*, vol.2. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.
- Rosas, Fernando (coord.) (1994), *História de Portugal*, vol.7. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (Coord.) (1991), *Portugal e o Estado Novo*, vol. XII da Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, Fernando; Brito, J.M. Brandão de (dir.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols. Venda Nova: Bertrand Editor.

2) Obras sobre história de Portugal (Estado Novo):

- Andresen, Teresa (2003), "Três décadas de arquitectura paisagística em Portugal 1940-1970". In *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: FCG (18-97).
- Arriaga, Lopes (1976), *Mocidade Portuguesa. Breve História de uma Organização Salazarista*. Lisboa: Terra Livre.
- Barreira, Cecília (1993), *Salazarismo e outros ismos*. Lisboa: Universitária Editora.
- Barros, Júlia Leitão de (1993), *O fenómeno da opinião em Portugal durante a II Guerra Mundial*. (Tese de Mestrado apresentada à FCSH-UNL).
- Faria, Telmo (2000), *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Ferreira, José Medeiros (2006), *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença.
- Janeiro, Helena Pinto (1998), *Salazar e Pétain. Relações luso-farncesas durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Cosmos.
- Kuin, Simon (1993), «A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude». In *Análise Social*, vol.XXVIII (122) (555-588).
- Leal, Ernesto Castro (1999), *Nação e nacionalismo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Léonard, Yves (1998), *Salazarismo e Fascismo*. Mem-Martins: Inquérito.
- Loff, Manuel (1996), *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras.
- Loff, Manuel (2005), «Um aliado leal da Grã-Bretanha? Salazarismo e Nova Ordem Europeia (1936-1943)». In Rodrigues, Luís Nuno, Delgado, Iva e Castaño, David, *Actas do Colóquio*

- Internacional Portugal e o Atlântico. 60 anos dos Acordos dos Açores*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea.
- Loff, Manuel (2008), *O Nosso Século é Fascista. O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.
- Marchi, Riccardo (2008), «A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)». In *Análise Social*, vol. XLIII (3.º) (551-576).
- Martins, Maria João (1994), *O Paraíso Triste. O Quotidiano em Lisboa durante a II Grande Guerra*. Lisboa: Veja.
- Medina, João (1978), *Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-sindicalismo: a história de um conflito. 1932/35*. Lisboa: Bertrand.
- Medina, João (2000), *Salazar, Hitler e Franco*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Nunes, João Paulo Avelãs (2000), «Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado». In *Revista Portuguesa de História*, t.XXXIV (305-348).
- Nunes, João Paulo Avelãs (2005), *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947). Projectos de sociedade e opções geoestratégicas em contextos de recessão e de guerra económica* (Dissertação de doutoramento apresentada à FLUC em 2005).
- O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia 1926-1959* (1987), Vol.I. Lisboa: Editorial fragmentos.
- Pimentel, Irene Flunser (2007), *A história da PIDE*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- Pimentel, Irene Flunser (2007), *Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Pinto, António Costa (1986), «The Radical Right and the Military Dictatorship in Portugal: The National May 28 League (1928 -1933)». In *Luso-Brazilian Review*, Vol. 23, No. 1 (1-15).
- Pinto, António Costa (1992), *O Salazarismo e o Fascismo europeu. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Estampa.
- Pinto, António Costa (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal. 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pinto, António Costa (2002), «Elites, Single Parties and Political Decision-making in Fascist-era Dictatorships». In *Contemporary European History*, 11 (429-454).
- Pinto, António Costa (2006), «‘Chaos’ and ‘Order’: Preto, Salazar and Charismatic Appeal in Inter-war Portugal». In *Totalitarian Movements and Political Religions*, Vol. 7, No. 2 (203–214).
- Pinto, António Costa (2006), «Back to European Fascism». In *Contemporary European History*, 15 (103–115).
- Pinto, Antonio Costa; Ribeiro, Nuno Afonso (1980), *A acção escolar Vanguarda (1933-1936): a juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*. Lisboa: História Crítica.
- Queiroz, Maria Inês (2008), *A Mocidade Portuguesa na “Era dos Fascismos”. O enquadramento da Juventude no Estado Novo (1936-1945)*. (Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL).
- Rêgo, Manuela; Oliveira, António Braz de (coord.) (1995), *Portugal, a Guerra e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Rodrigues, Luís Nuno (1996), *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Ed.Estampa.
- Rosas, Fernando (1990), *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, Fernando (2001), «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre Estado Novo e a questão do totalitarismo». In *Análise Social*, vol.XXXV (157) (pp.1031-1054).
- Rosas, Fernando (Abril 1989), Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. In *Vértice*, 13 (pp.21-29).

- Rosmaninho, Nuno (2001), *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- Salazar e o Salazarismo* (1989). Lisboa: Publicações D.Quixote.
- Teixeira, Nuno Severiano (coord.) (2004), *Nova História Militar de Portugal*, vol.4. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Telo, António José (1987), *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Telo, António José (1998), «A neutralidade portuguesa na Segunda na Segunda Guerra Mundial», in Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri (109-125).
- Torgal, Luís Reis (1992), «Sobre a história do Estado Novo. Fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos». In *Revista de História das ideias*, n.º 14. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Torgal, Luís Reis (2009), *Estados Novos. Estado Novo*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Trindade, Luís (2008), *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Trindade, Luís (2009), *O Espírito do Diabo. Discursos e posições intelectuais no semanário O Diabo 1934-1940*. Porto: Campo das Letras.
- Valente, José Carlos (1999), *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Colibri/INATEL.
- Vieira, Joaquim (2004), António de Oliveira Salazar, in *Fotobiografias do Século XX*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Vieira, Joaquim (2008), *Mocidade Portuguesa. Homens para um Estado Novo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Wheeler, Douglas (1983), «In the Service of Order: The Portuguese Political Police and the British, German and Spanish Intelligence, 1932-1945». In *Journal of Contemporary History*, Vol. 18, No. 1 (pp. 1-25).

3) Obras sobre a Alemanha e a II Guerra Mundial:

- Arendt, Hannah (2006), *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Elias, Norbert (1989-1990), *O Processo Civilizacional*. Lisboa: D. Quixote.
- Elias, Norbert (1997), *Os Alemães*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- Evans, Richard (2005), *The Third Reich in Power*, London: Penguin Books.
- Evans, Richard (2008), *The Third Reich at War*, London: Penguin Books.
- Fest, Joachim (2006/2007), *Hitler. Eine Biographie*, Hamburg: Spiegel Verlag.
- Fichte, Johann Gottlieb (2009), *Discursos à Nação Alemã*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates.
- Frei, Norbert (2003), *O Estado de Hitler*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Herbst, Rudolf (1995), «Die Wirtschaftlichen Nachkriegspläne der SS, des Reichswirtschaftsministeriums und der Reichsgruppe Industrie im Angesicht des Niederlage (1943-45)». In *Plans der Temps de Guerre pour l'Europe d'après-guerre 1940-1947. Actes du Colloque de Bruxelles 12-14 Mai 1993*. Bruxelles/Milano/Paris/Baden-Baden: Bruylant/Giuffrè/L.G:D:J./Nomos Verlag.

- Herder, J.G. (1995), *Também uma filosofia da história para formação da humanidade*. Lisboa: Edições Antígona.
- Humboldt, Wilhelm von (1986 [1793]), *Über das Studium des Alterthums, und des griechischen insbesondere*. In Werke in fünf Bänden. Band II. 4.Auflage. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Humboldt, Wilhelm von (1986 [1807]), *Geschichte des Verfalls und Unterganges der griechischen Freistaaten*. In Werke in fünf Bänden. Band II. 4.Auflage. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Jacobsen, Hans-Adolf (1968), «Die Gründung der Auslandsabteilung der NSDAP (1931-1933)» in Gedenkschrift Martin Göhring. Studien zur Europäischen Geschichte (Herausgegeben von Ernst Schulin). Wiesbaden: Franz Steiner Verlag.
- Jacobsen, Hans-Adolf (1968), *Nationalsozialistische Aussenpolitik 1933-1938*. Frankfurt am Main/Berlin: Alfred Metzner Verlag.
- Kershaw, Ian (2003), *Hitler. Um perfil de Poder*, 2.ª edição, Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Kershaw, Ian (2008), *Hitler*. London: Penguin Books.
- Kluke, P. (1955), «Nationalsozialistische Europaideologie». In *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, Jahrgang 3, Heft 3. [disponível em http://ifz-muenchen.de/heftarchiv/1955_3.pdf]
- Large, David (2007), «Hitler's Games: Race Relations in the 1936 Olympics». In *Bulletin of the German Historical Institute London*, Volume XXIX, No. 1 (5-27).
- List, Friedrich (2006), *Sistema Nacional da Economia Política*. Lisboa: FCG.
- Löwy, Michel, Sayre, Robert (1977), *Revolta e Melancolia. O Romantismo contra a Corrente da Modernidade*, Venda Nova: Bertrand Editora.
- Luz, Enrique (2006), «O Eterno Judeu». Anti-semitismo e antibolchevismo nos cartazes de propaganda política nacional-socialista (1919-1945) (Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em História). [Consultada a 15.05.2009] Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp005180.pdf>
- Mantas, Vasco Gil (2006), «Arqueologia e Ideologia. O caso alemão». In *Revista Portuguesa de História*, t.XXXVIII (181-217).
- Mazower, Mark (2008), *Hitler's Empire. Nazi rule in occupied Europe*, London: Penguin Books.
- Mckale, Donald M. (1977), *The Swastika outside Germany*, Kent: The Kent State University Press.
- Mosse, George L. (1966), «Introduction: The Genesis of Fascism». In *Journal of Contemporary History*, Vol. 1 (14-26).
- Mosse, George L. (1982), «Friendship and Nationhood: About the Promise and Failure of German Nationalism». In *Journal of Contemporary History*, Vol. 17, No. 2 (351-367).
- Mosse, George L. (1986), «Two World Wars and the Myth of the War Experience». In *Journal of Contemporary History*, Vol. 21, No. 4 (491-513).
- Overy, Richard (2005), *Os Ditadores*. Venda Nova: Bertrand.
- Rutz, Rainer (2007), *Signal. Eine deutsche Auslandsillustrierte als Propagandainstrument im Zweiten Weltkrieg*. Essen: Klartext Verlag.
- Schulze, Hagen (1997), *Estado e Nação na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Schulze, Hagen (1998), *Gibt es überhaupt eine deutsche Geschichte?*, Stuttgart: Reklam.
- Schulze, Hagen (2008), *Kleine deutsche Geschichte*, 9.ª ed., München: dtv.
- Seabury, Paul (1954), *The Wilhelm-strasse. A Study of German Diplomats Under the Nazi Regime*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.

- Tácito (1941), *Germania*. Lisboa: Inquérito.
- Taylor, E.J.P. (1996 [1961]), *The Origins of the Second World War*. New York: Touchstone.
- Tchakhotine, Serge (1967), *A mistificação das massas pela propaganda política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Welch, David (1993), *The Third Reich. Politics and Propaganda*. London: Routledge.
- Welch, David (2002), *Hitler. Perfil de um Ditador*. Lisboa: Edições 70.
- Welch, David (2004), «Nazi Propaganda and the Volksgemeinschaft: Constructing a People's Community». In *Journal of Contemporary History*, Vol. 39, No. 2 (213-238).
- Zeman, Z.A.B. (1964), *Nazi Propaganda*. London: Oxford University Press.

4) Obras sobre Relações luso-alemãs (1933-1945):

- Barros, Júlia Leitão (1989), «Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial». in Maria Carrilho (org.), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Branco, Jorge Freitas, «Jenseits des Rhein: Ueber periphere Beziehungen in der Ethnologie». Disponível em: <https://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1149> [consultado a 28.12.2009].
- Caeiro, Ovídeo (1993), «Gustavo Cordeiro Ramos, pioneiro da Germanística em Portugal». In *Os Estudos Germanísticos nos 80 anos da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: Colibri. (pp.9-21)
- Castanheira, José Pedro (1-8.12. 2007), «O português que colaborou com Hitler», *Revista Única*, números 1831 e 1832.
- Conceição, Liberto da (2005), *Salazar e o Nacional-socialismo*. (Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL).
- Delille, Maria Manuel Gouveia; Dellile, Karl (coord.) (2003), *Publicações do Período Nacional-Socialista Existentes no Instituto de Estudos Alemães da Faculdade de Letras de Coimbra. Catálogo Bibliográfico*, Coimbra: CIEG-FLUC.
- Grossegese, Orlando (1996), «A lição alemã na Mocidade Portuguesa», in Oliveira Marques, Alfred Opitz e Fernando Clara (coord.), *Portugal-Alemanha-África. Do colonialismo imperial ao colonialismo político*. Lisboa, Colibri (pp.185-197).
- Louçã, António (1997), *Negócios com os Nazis. Ouro e outras pilhagens 1933-1945*. Lisboa: Fim de Século.
- Louçã, António (2000), *Hitler e Salazar. Comércio em tempos de guerra, 1940-1944*. Lisboa: Terramar.
- Louçã, António (2005), *Conspiradores e Traficantes*, Cruz Quebrada: Oficina do Livro.
- Louçã, António (2005), *Portugal visto pelos nazis: documento 1933-1945*. Lisboa: Fim de Século.
- Louçã, António (2007), *O Segredo da Rua d'O Século – Ligações Perigosas de Um Dirigente Judeu com a Alemanha Nazi (1935-1939)*. Lisboa: *Fim de Século*.
- Madeira, Lina Alves (2002), Alberto da Veiga Simões. Esboço Biográfico, *Coimbra: Quarteto Editora*.
- Madeira, Lina Alves (2005), Correspondência de um diplomata no III Reich. Veiga Simões: ministro acreditado em Berlim de 1935 a 1940, *Coimbra: Mar de Palavras*.
- Matos, Mário (1996a), «Turismo nazi em Portugal», in Oliveira Marques, Alfred Opitz e Fernando Clara (coord.), *Portugal-Alemanha-África. Do colonialismo imperial ao colonialismo político*. Lisboa: Colibri, pp.199-214
- Matos, Mário (1996b), *As viagens marítimas da organização nazi Kraft durch Freude a Portugal (1935-1939): turismo, literatura e propaganda*. (Tese de Mestrado apresentada à FCSH-UNL).

- Matos, Mário (2000) «Viagens ideológicas a Portugal na literatura nazi». In Isabel Allegro de Magalhães et al. (eds.), *Literatura e Pluralidade Cultural, Actas do III Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. Lisboa: Edições Colibri (pp. 905-914).
- Matos, Mário (2005): «Tourismus und «Totale Mobilmachung» oder *Kraft durch Freude*-Auslandsreisen als interkulturelle Inszenierung». in K.-S. Rehberg et al.(Hg.): *Mobilität – Raum – Kultur. Erfahrungswandel vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. Dresden: w.e.b. Thelem (247-263).
- Medina, João (1998) (1.º), «Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana». In *Análise Social*, vol. xxxiii (147-163).
- Pimentel, Irene Flunser (2006), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Schäfer, Ansgar (2002), *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)* (Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL).
- Schwartz, Reinhard (2006), *Os Alemães em Portugal. 1933-1945. A Colónia Alemã através das suas Instituições*. Porto: Antília Editora.
- Sousa, Brito (1990), «Visita de uma missão Militar Portuguesa à frente oriental Alemã, em Agosto de 1942». In *Revista de Artilharia*, n.º 173-174 (pp.339-345).
- Telo, António José (1990), *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Telo, António José (1995), «A Europa vista pela propaganda alemã». In Manuela Rêgo e António Braz de Oliveira (coord.), *Portugal, a Guerra e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (41-58).
- Telo, António José (2000), *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*. Lisboa: Quetzal.
- Tereno, António Vitorino Simões (2007), *A propaganda nazi em Portugal na II Guerra Mundial*. (Dissertação apresentada à FLUL).
- Torgal, Luís Reis (1993), «Salazarismo, Fascismo e Europa». In *Vértice*, Janeiro-Fevereiro (pp.41-52).
- Torgal, Luís Reis (1995), «Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais». In Marília Santos Lopes (org.), *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, Pfaffenweiler: Centaurus (193-219).
- Torgal, Luís Reis (1996), «Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais». in António José Telo (coord.) *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*. Lisboa: Edições Cosmos/instituto de História Contemporânea (239-262).
- Torgal, Luís Reis (2000), “Germanismo e germanofilia numa revista universitária. O Boletim do Instituto Alemão da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1926-1943)”. In Helmut Siepmann (coord.). *Portugal, Indien und Deutschland. Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche*, Köln e Lisboa: Zentrum Portugiesischsprachige Welt an der Universität zu Köln e Centro de Estudos Históricos da UNL (495-509).

5) Obras sobre a ideia de Europa e outros assuntos:

- Assmann, Alleida (2007), «Europe: A Community of Memory?». In *Bulletin of the German Historical Institute*, 40 (11-25).
- Bauerkämper, Arnd (2007), «Ambiguities of Transnationalism: Fascism in Europe between Pan-Europeanism and Ultra-Nationalism 1919–39». In *Bulletin of the German Historical Institute*, Volume XXIX, No. 2 (43-67).
- Bois, W. E. B. Du (1941), «Neuropa: Hitler's New World Order». In *The Journal of Negro Education*, Vol. 10, No. 3 (380-386).
- Carvalho, Aleida Lopes Vaz de (1995), *Que Europa uma? O período entre as duas Grandes Guerras. Da ideia de Europa ao confronto de duas Europas*. (dissertação de Mestrado apresentada ao ISCSP/UTL).
- Costa, Fernanda Gil; Silva, Helena Gonçalves da (coord.) (2002), *A ideia romântica de Europa. Antigos caminhos, novos rumos*. Lisboa: Colibri.
- Cunha, Norberto (2001), «O Salazarismo e a ideia de Europa». In Ernesto Castro Leal, *O federalismo europeu. História, Política e Utopia*. Lisboa: Ed.Colibri.
- Dietrich, Ana Maria (2007), *Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil*. (Dissertação de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo) [Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113709/>]
- Ferreira, José Ribeiro (org.) (2001), *Polis. Antologia de textos gregos*. Coimbra: Minerva.
- Geary, Patrick (2008), *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- MacMillan, Margeret (2009), *Dangerous Games. The Uses and Abuses of History*. New York: The Modern Library.
- Medina, João (1995), «A ideia da Europa: história da unidade europeia desde o final da Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias». In Manuela Rêgo e António Braz de Oliveira (coord.), *Portugal, a Guerra e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (pp.13-39).
- Medina, João (1995), «A ideia de Europa: reflexões a partir da história contemporânea». *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 18, 5.ª série (pp.11-19).
- Nouschi, Marc (1996), *Em busca da Europa. Construção europeia e legitimidade nacional*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (2003), *A ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto.
- Soulier, Gérard (1997), *A Europa. História, Civilização, Instituições*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Steiner, Georg (2007), *A ideia de Europa*. 4.ª ed.. Lisboa: Gradiva.
- Stråth, Bo (ed.) (2000), *Europe and the Other and Europe as the Other*. Bruxelles: P.I.E.-Peter Lang.

6) Sites

<http://www.ena.lu/>

<http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa/>

ANEXOS

Anexo 1



Fotografia de Mussolini sobre a secretária de Salazar

Fonte: (Vieira 2004: 69)

Anexo 2



O presidente do Conselho com o ministro da Alemanha e o general Kuehlenthal, que lhe entregou uma bandeira que foi apresada à 5ª brigada portuguesa no dia 9 de Abril de 1918, na Grande Guerra. [Identificados no álbum:] 1 - Barão Hoyningen-Huene; 2 - António de Oliveira Salazar; 3 - general Kuehlenthal.

Data: 1937-11-04

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0047/2419L)

Anexo 3



Os filiados na AEV saúdam o presidente do Conselho.

Data: 27-04-1934

Fonte: Digitarq

(Disponível em: [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0029/0673I](#))

Anexo 4



Os dirigentes das equipas que representaram Portugal nos Jogos Olímpicos (a quem o governo condecorou). [Identificados no álbum:] Dr. Oliveira Duarte; engenheiro Ernesto Basto; Wilhelm Berner (delegado da Imprensa alemã); dr. José Pontes; professor Roth (do Grémio Luso-alemão); engenheiro Francisco Nobre Guedes; dr. César de Melo; João Formosinho Simões; dr. António de Meneses; marquês do Funchal; Mário de Noronha; Vasco Ribeiro; dr. Aníbal Roque de Pinho (Alto Mearim); capitão Maia Loureiro; Dario Canas; dr. Freitas Cruz; Martinho Gonçalves.

Data: 1938-02-15

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0051/0432M)

Anexo 5



Chefe da Juventude Hitleriana, Axmann, recebe em Berlim, na presença de Von Huene e da esposa, o capitão Quintino da Costa e os alunos do Instituto Nacional de Educação Física.

Fonte: *A Esfera* (n.º 51, p.5)

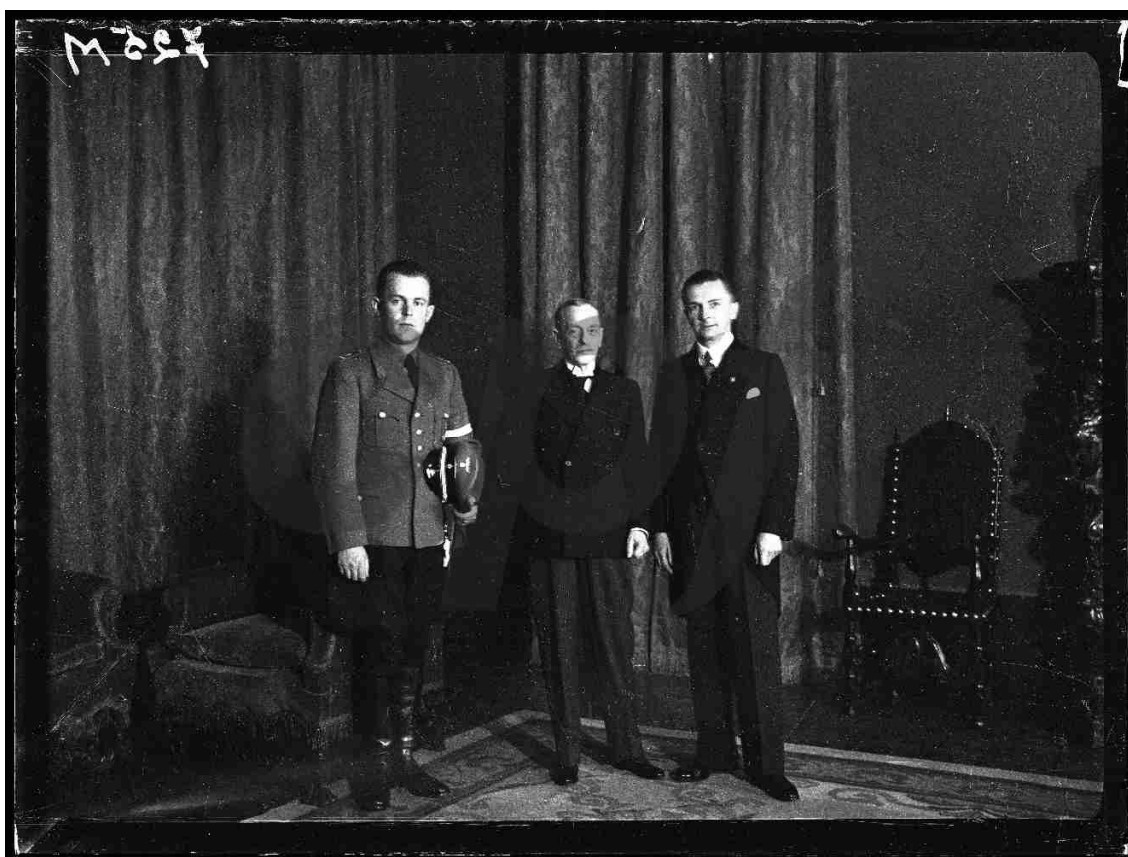
Anexo 6



Almoço oferecido pelos Chefes da Mocidade Portuguesa ao representante da Secção Exterior da Juventude Alemã, Lahmann, no Palácio-Hotel do Estoril.

Fonte: *A Esfera* (n.º 31, p.5)

Anexo 7



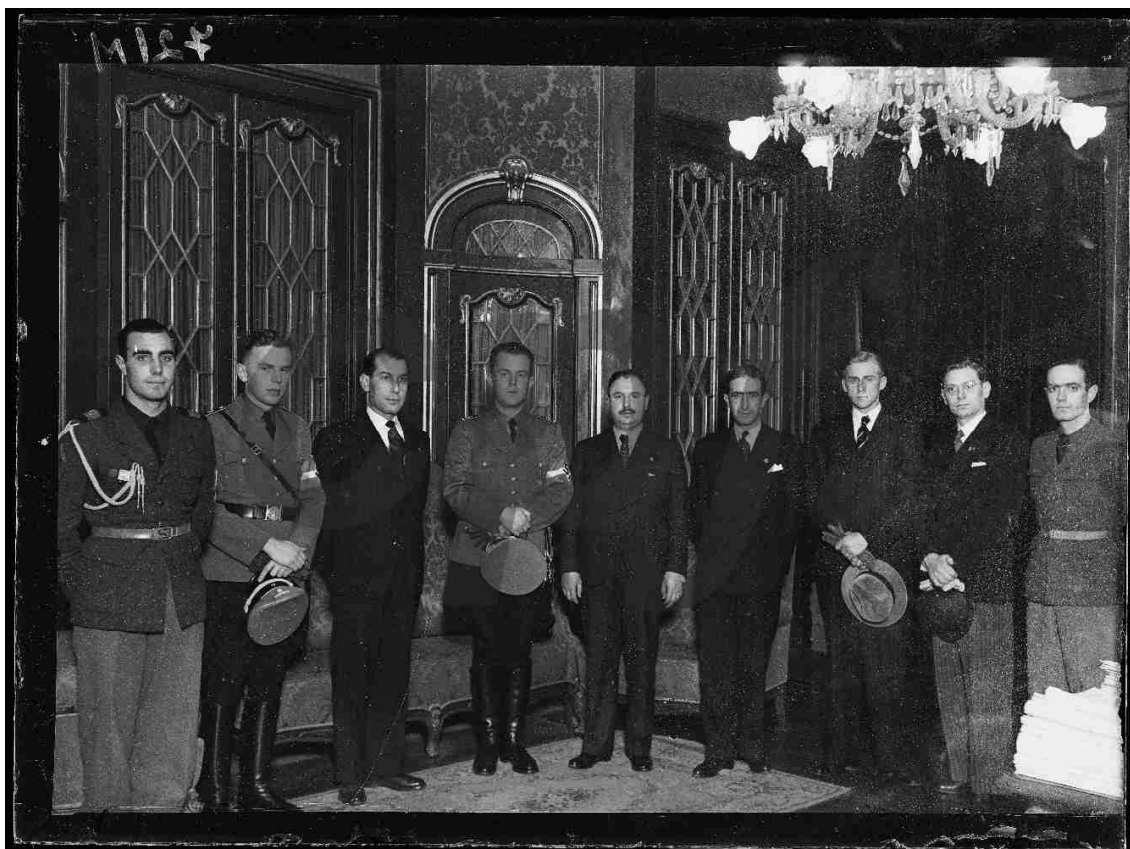
O Chefe do Estado com o ministro da Alemanha e o lugar-tenente do chefe da Juventude Alemã. [Identificados no álbum:] Hartmann Lauterbacher; general Carmona; barão Hoyningen-Huene.

Data: 1938-03-02

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0052/0725M)

Anexo 8



Os dirigentes da Juventude Alemã com o ministro da Educação Nacional, a quem foram apresentar cumprimentos. [Identificados no álbum:] Serpa Pimentel; Hans Lauterbacher; tenente Quintino da Costa; Hartmann Lauterbacher; dr. António Carneiro Pacheco; dr. José Soares Franco; Lamann; dr. Roth; dr. José Pinto Coelho.

Data: 1938-03-02

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0052/0721M)

Anexo 9



O ministro da Alemanha durante a sua visita à escola de Aviação Sem Motor, da Mocidade Portuguesa, na Amadora. [Identificados no álbum:] Engenheiro Nobre Guedes; barão Hoyningen-Huene; Berner.

Data: 1937-10-14

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0046/2218L)



Indivíduos que assistiram ao banquete na Legação da Alemanha, de homenagem aos oficiais da esquadra alemã. [Identificados no álbum:] Contra-almirante Marschall; capitão-de-mar-e-guerra Wenneker; barão Hoyningen-Huene; conde Du Moulin Eckart; Hollberg (cônsul da Alemanha); príncipe de Schaumburg-Lippe; Schmidt (adido da legação alemã); comandante Ortins de Bettencourt; almirante Mata e Oliveira; almirante Ramalho Ortigão.

Data: 1938-01-31

Fonte: Digitalarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0051/0398M)



O ministro da Alemanha com o leão que foi oferecido ao Jardim Zoológico pelos excursionistas alemães da *KdF*, de passagem no Tejo. [Identificado no álbum:] Barão Hoyningen-Huene.

Data: 1937-10-31

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0047/2394L)

Anexo 12



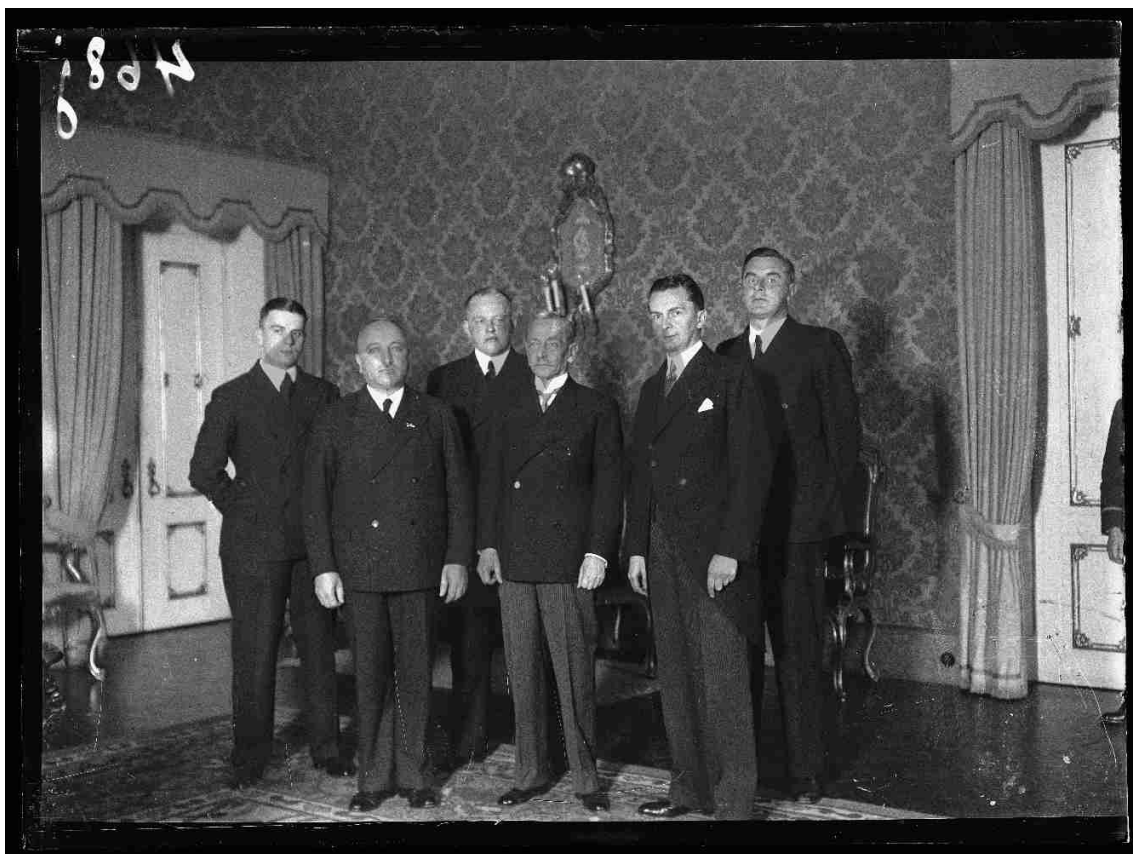
A colónia alemã em Lisboa, aguardando o desembarque dos excursionistas da *KdF*.

Data: 1935-03-16

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0033/0470J)

Anexo 13



Os directores da missão excursionista alemã, com o Chefe do Estado. [Identificados no álbum:] Blume; dr. Ley; dr. Kiel; general António Óscar de Fragoso Carmona; barão Hoyningen-Huene; dr. Lafferenz.

Data: 1935-03-16

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0033/0468J)

Anexo 14



A missão da Aeronáutica portuguesa que vai à Alemanha buscar 10 trimotores Junkers, à sua partida para aquele país. [Identificados no álbum:] Major Pinheiro Correia; alferes Barão da Cunha; tenente Manuel Gouveia; capitão Costa Macedo.

Data: 1938-03-27

Fonte: Digitalarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0053/0986M)



Cordeiro Ramos com as pessoas que foram apresentar-lhe cumprimentos de despedida, à sua partida para a Alemanha, onde, como representante do governo português, vai assistir às festas do 4º centenário da Universidade de Heidelberg.

Data: 1936-06-21

Fonte: Digitalarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0041/0981K)

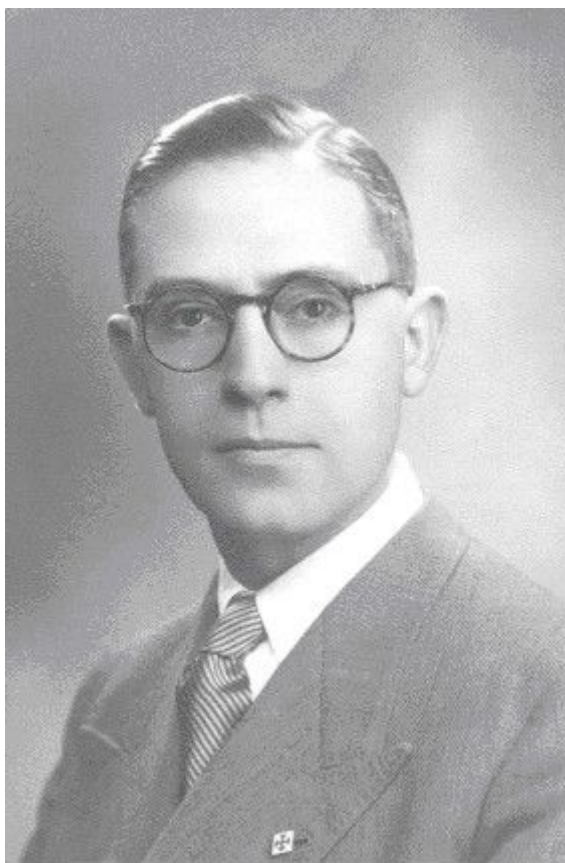
Anexo 16



Gustavo Cordeiro Ramos (terceiro a partir da esquerda) numa conferência no Clube alemão de Lisboa em 1937

Fonte: *(Rosas/ Brito 1996, II: 183)*

Anexo 17



Dr. Manuel de Paiva Boléo, aos 40 anos de idade

Paiva Boléo

(Disponível em: <http://www.lemc.pt/biografias/b/boleo/>)

Anexo 18

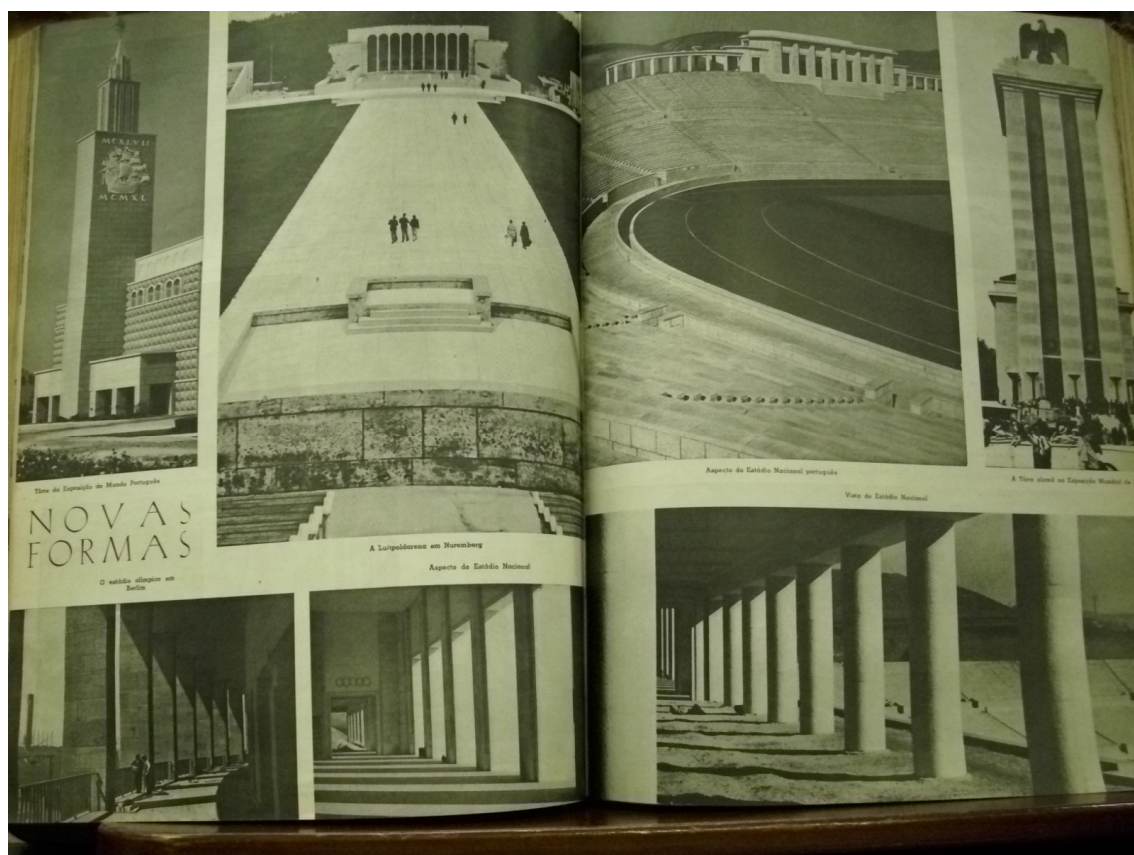


Caldeira Cabral

(Disponível em:

<http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/slideshows/fotobiografia/images/FCC1936-c1936.jpg>)

Anexo 19



A Esfera compara o Estádio Nacional a estádios alemães)

Fonte: *A Esfera*

Anexo 20



A delegação alemã às festas do 4º centenário da Universidade de Coimbra. [Identificados no álbum:] Professor Lautensach; professor Eugen Eischer; professor Schuerr; professor Grassmann; Wessler; Krueger; dr^a Gertrud Richert; madame Schuerr.

Data: 1937-12-04

Fonte: Digitalarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0048/2580L)

Anexo 21



Cabral de Moncada

Fonte: Digitarq

(Disponível em: [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0032/2567I](#))

Anexo 22



O ministro da Alemanha, barão Oswald von Hoyningen-Huene, lendo a sua conferência na inauguração da exposição gráfica alemã.

Data: 1935-11-23

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0037/2074J)

Anexo 23



Exposição da Nova Arquitectura Alemã na Sociedade de Belas Artes. “Raul Lino traduzindo magistralmente as palavras do arquitecto Speer ao Chefe do Estado”

Fonte: *A Esfera* (n.º 33: 8)

Anexo 24



“Com o maior interesse, o chefe do Estado segue as explicações de Speer”.

Anexo 25



Altas personalidades assistiram à inauguração.

Anexo 26



O Presidente da República e o Ministro das Obras Públicas saudados pelo chefe da Legação alemã.

Anexo 27



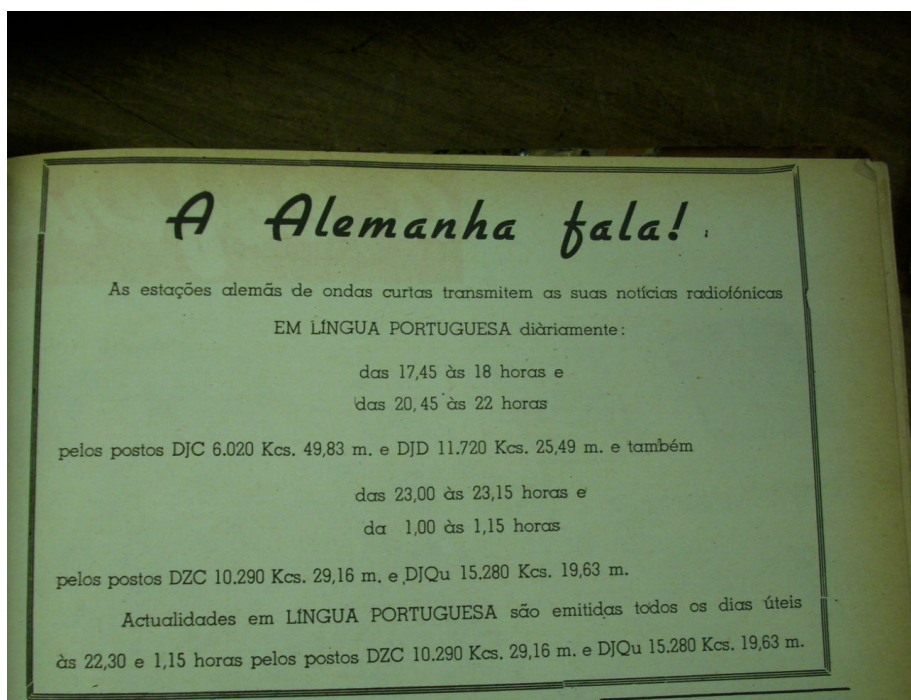
Huene e Speer saudando o Presidente da República

Anexo 28



O casal Von Huene junto à Igreja N.^a Sr.^a Fátima, onde assistiram à actuação dos «Pardais» de Regensburg.

Fonte: *A Esfera* (n.º 19: 5)



Anúncio do programa radiofónico *A Alemanha Fala!*

Fonte: *A Esfera* (n.º 20: 2)



Em 1941, os jornalistas que anos antes haviam visitado a Alemanha e a Checoslováquia, reuniram-se no Estoril, num jantar de homenagem ao Dr. Harald Zühlsdorff, saudado pelo capitão Henrique Galvão pela forma amável como foram recebidos. Zühlsdorff era funcionário superior da repartição de Imprensa do Reich e acompanhara os jornalistas portugueses durante a visita. Participaram no jantar, para além do capitão Henrique Galvão, Norberto Lopes, engenheiro Silva Dias, João Ameal, Luiz Teixeira, José Alvelos, Mário Martins, Guilherme Pereira de Carvalho e António Montez; Karl Ottahal, funcionário superior daquele ministério, Wilhelm Berner, adido de Imprensa à Legação Alemã de Lisboa. Harald Zühlsdorff, retribuindo os agradecimentos, referiu-se às impressões que o país lhe causou, o “espírito de ordem e de perfeita arrumação da vida portuguesa”, tendo todos brindado, no final, às estreitas relações culturais entre os dois países.

Fonte: *A Esfera* (n.º 19: 17).



Assistência ao banquete, na Legação da Alemanha, oferecido à Imprensa de Lisboa e ao Centro da Imprensa Estrangeira em Portugal. [Identificados no álbum:] Dr. Eduardo de Castro e Távora Vasconcelos de Araújo Miranda; Wilhelm Berner; Félix Correia; Wilhelm Kurt Gunmar; dr. Paul Max Weber; Theodor Millitz; Joaquim Paço de Arcos; Miguel Falcón; Carlos Clia; Tavares de Melo; Correia Marques; barão Hoyningen-Huene; dr. José Pontes; Teo Nepelli; António Eça de Queirós; Marcel Dany; dona Rita Silberman; Tito Martins; D. von Seidel; António Ferro; baronesa Hoyningen-Huene; dr. Pestana Reis.

Data: 1937-03-09

Fonte: Digitalarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0042/0279L)

Anexo 32

Índice da revista *A Jovem Europa*

Volume ½ Janeiro Fevereiro 1942	
Prefácio do editor	A Jovem Europa
O editor	A «Sala de Cultura Alemã» na Universidade do Porto
Prof.Dr.Alfredo Pimenta	A hora das decisões
Dr. Bruno Brehm, Viena	A escola mortífera
Prof.Dr.Veikko Antero Koskeniemi, Helsínquia	A frente europeia
Prof.Dr.Mikai A. Antonesco, Bucareste	A guerra santa
Alfredo Marquerie, Madrid	A construção da Europa e a cruzada contra o comunismo
Dr. Emanuel Vajtauer, Praga	A Europa unificada
Dr. C.H. Carp, s'Gravenhage, Holanda	A essência do bolchevismo
Dr. Bela Bàcskai, Budapeste	A Hungria luta pela Nova Europa
Dr. Ante Pavelic	A Croácia a nova ordem
Hans Neithart Wagner, Berlim	Guido Palotta: «Presentel»
Alferes Dr. Haavio, Helsínquia	A Finlândia a caminho da vitória
Major Dr. Tellefsen, Oslo	A Noruega e a jovem Europa
Correspondente de guerra Edwin Krsziza, Copenhaga	Voluntários dinamarqueses na Ucrânia
Correspondente de guerra Dr. R. Lagrou, Bruxelas	Holandeses e flamengos ante a incorporação
Correspondente de guerra Dr. Andreas Feickert, Berlim	Ataque ao amanhecer: 22 de Junho de 1941
De Varena:	Gratidão dos libertados
Juan Carlos Villacorta Luís, Madrid	Porta-espadas da jovem Espanha
Alphonse de Chateaubriand, Paris	A França e a luta europeia pela liberdade
Dr. Einar Henrik Heimar, Estocolmo	O grande clássico da Nova Alemanha
Dr. Franco Janeff, Sofia	Sobre a liberdade do novo homem
Johann Wolfgang von Goethe	O tempo e o destino

Ludwig von Beethoven	Palavras dum homem heróico
Karl von Clausewitz	A valentia
Benito Mussolini	Filosofia da luta
Adolf Hitler	O Bolchevismo e a comunidade europeia
Volume 3 Março de 1942	
Johannes Kepler	O Homem no decorrer dos tempos
O editor	Vinte anos de Obra Universitária do Reich
Dr. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho	Novos conceitos económicos
Prof. Dr. K.S. Laurila, Helsínquia	A Frente da Fé
Stig Mark, Estocolmo	Estratégia política de Adolf Hitler
Dr. Salvatore Gatto, Roma	A guerra e a liberdade económica
Dr. T. Uzorinac, Agram	A Europa entre sonho e realidade
José M. Pemán, Madrid	Dádiva dos corações
Prof. H. Hunke, Berlim	O povo e o espaço vital da nova ordem político-económica
Correspondente de guerra Dr. Tappenbeck, Legião Holandesa	Uma nova aurora
Capitão Dr. Hans Friedrich Blunck	Encontro em Kiev A morte heróica de Bruno Mussolini
Leopold von Ranke (1836)	A pátria espiritual
Adolf Hitler	Ordem do dia dirigida ao exército, em 31 de Dezembro de 1941
Volume 3 n.º 4 Abril de 1942	
Walter Funk, Ministro da Economia do Reich e Governador do Reichsbank	O aspecto económico da Nova Europa
Kemal Pascha Atatürk	A autoridade
Prof. Dr. Alfredo Pimenta	Palavras à Juventude
Arquivística Gantscheff, Coronel do	A Europa e o exército bolchevista

Estado-Maior, Sofia	
Prof.Karl Olivecrona, Lund, Suécia	A Europa e a América
Dr.Rupert Rupp	A hora da juventude
Dr. Hans Neithart Wagner, Berlim	Os estudantes de Mussolini
Carta dum estudante espanhol	Aos meus camaradas europeus
Fernando de Pamplona	Moderna pintura portuguesa de interesse europeu
Frederico o Grande	O caminho dum jovem soldado
Johann Wolfgang von Goethe	A produtividade genial
Marie Hansun, Grimstad-Noruega	A viagem da minha vida
Karl von Clausewitz, 1831	O génio guerreiro
Grigol Robakidse, Tbilissi	O génio político
Volume 4 n.º 5 Maio de 1942	
Platão	Sacrifício pela Europa
Adolf Hitler	Europa
Prof. Castro Rial, Divisão Azul	A missão dos povos da Europa
Prof. Hugo Indrio, Roma	O capitalismo e a sua repressão
Prof. Dr. Gustavo Cordeiro Ramos, Lisboa	Portugal e a sua missão europeia
Arquivística Mussert, chefe da NSB, Holanda	A liga europeia
Prof. Dr. Mihail Manoilescu, Bucareste	Ideias para a reconstrução estadual da Europa
Jacques de Lesdain, Paris	A luta por um mundo melhor
P. Gentizon, Genebra	A universalidade europeia
Pastor Hajmar Pöhl, Estocolmo	O calvário da minha paróquia sueca
Francis Delaisi, Paris	«L'Europe Nouvelle»
Chefe de Trabalhos, Müller Brandenburg, Berlim	A ideia e o aspecto do Serviço de Trabalho na Europa
Cyriel Verschaeve, Alderinghem	A arte como revelação
Arthur Schopenhauer	Máximas da vida
Xenofonte	Palavras aos chefes do exército

E.Toda Oliva, Madrid	Oração pela Divisão Azul
Volume 5 n.ºs 6 e 7 Junho/Julho de 1942	
Péricles	Oração fúnebre para os mortos de guerra
Dr. Peter Coulmas, Atenas	Decadência e grandeza da ideia europeia
Tenente-general Bremer, Berlim	Os métodos de guerra ingleses e a Europa
Dr. Pierre Daye, Bruxelas	A revolução europeia e a guerra
Prof. Dr. G.N. Leon, Bucareste	A Roménia na economia da Europa futura
Coronel Scherff	O génio militar do Führer
Pietro de Francisci, Roma	O espírito da História
Bogdan Popow, Sofia	Aspecto da Nova Europa
Dr. Y. von Grönhagen, Helsínquia	De guarda à Europa
K. Ziesel	Máscara e fisionomia do Leste
Prof. Dr. Gudmund Hatt, Copenhaga	O Norte e a Europa
Ivo Vucicevic, Agram	Eslovacos em luta pela Europa
Ulf Breien, Legião Norueguesa	Confissão norueguesa
Georg Bergner	Carta de um soldado alemão ao seu condiscípulo português João Bravo, em Lisboa
Dr. Ake Berglund, Estocolmo	Gratidão
Alfred Vigni, 1797-1863	Sobre a honra
Bettina Brentano	O génio artístico
Leonardo da Vinci, 1452-1519	Dos segredos da terra e da vida
Johann Gottlieb Herder, 1744-1883	A essência das revoluções mundiais
Volume 6 n.ºs 8, 9 e 10	
Friedrich Nietzsche	Mensagem à Europa
Dr. Goebbels, Ministro do Reich, Berlim	A guerra como experiência moral e espiritua
Dr. Werner Meyer, Schaffhausen, Suíça	A Europa como grande espaço

Dr. Wilhelm Stuckart, Secretário de Estado, Berlim	Ideias para a realização prática da união dos países europeus
Ortega y Gasset, Madrid	A vocação da Nova Europa
Ernst Krieck	Dinamismo universal
Ministro Todor Nedkow, Sofia	Ideia popular e espírito europeu
Ministro Prof. Velibor Jonic, Belgrado	Ser ou não ser: eis a questão para a Europa
Ministro Gudmund Lundl, Oslo	as leis espirituais dos fenómenos do Universo
Kristian Zarp, Copenhaga	Transformação e futuro dos estudantes europeus
Correspondence Universitaire Européenne	O ensino superior europeu
Baldur von Schirach	Na festa da fundação da Liga da Juventude Europeia
Gjula Gömbös, estadista húngaro, 1886-1936	A responsabilidade perante a História
Prof. Dr. L. Wladikin, Sofia	A arte de ser estadista
Prof. Tobias Mortidjija, Agram	A luta pela liberdade
Tenente Dr. Esa Hyypa, Forças Armadas Finlandesas	A Europa nasce da Luta Aventuras com o marechal Rommel
Lauri Helenius, Director da Associação Industrial Finlandesa	A Finlândia na Nova Europa
Tenente Georges Reynaud, Legião Francesa	A grande obra de reconstrução
Cabo Estado Schneyder	A futura missão da Rússia na reconstrução da Europa
Max Planck	O significado da ciência exacta
Conde Artur Gobineau, poeta francês 1816-1882	Agradecimento à vida
Francesco Petrarca, poeta italiano, 1304-1374	Actos e palavras

Portugal-Viana do Castelo, den 21 Mai 1936

Herr
Führerkanzler Adolph Hitler

Berlin-Deutschland

Bei Ihnen, in der Nähe Russlands, empfindet Deutschland in seiner ganzen Grösse den Kommunistischen Brand, aber auch hier im ausserstenwesten Europas beobachten wir Vorgänge, die vom selben Lande hervorgerufen sind und welche die vollige Negation der elementarsten zivilisation sind.

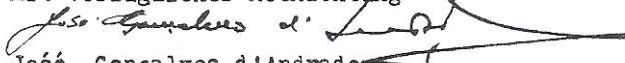
Der tausendjährige Geistigkeit und Kultur Europa's, in welcher Deutschland eine so hervorragende Stellung eingenommen hat, können unmöglich dem Angriffe der asiatischen Barbaren zum Opfer fallen.

Mir ist der Gedank gekommen einen internationalen antikommunistischen Bund zu gründen, in welchen Bunde alle europäischen Völker teilnehmen wurden, die bereit waren die auflösenden Prinzipien Russlands zu bekämpfen.

In die Vereinigung der Kräfte und in der gegenseitigen Achtung der jeweiligen Interessen der Völker, wird meine Meinung nach das Mittel zu finden sein, das den Kommunismus niederwerfen wird.

Ich bitte Sie daher mir mitteilen zu wollen, ob Deutschland bereit ware in den erwähnten internationalen Bund zu treten, und Ihre Meinung über dessen Organisation, und falls Sie mit diesen Vorschlag einverstanden wären geben Sie mir bitte an, mit welchen von Ihren Vertreten ich mich zu verständigen hatte.

Mit vorzüglicher hochachtung


José Gonçalves d'Andrade
Tenente G.Fiscal

Portugal-Viana do Castelo, 21 de Maio de 1936

Exm^o Sr.
Führerkanzler Adolph Hitler

Berlin-Alemanha

Ai, proximo da Russia, a Alemanha sente bem a labareda comunista, e aqui neste extremo ocidental da Europa assiste-se também ao desenvolvimento de acontecimentos desencadeados pela Russia e que são a negação da mais elementar civilização.

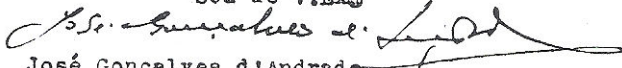
A milenaria espiritualidade e a cultura europeias, nas quais a Alemanha tem desempenhado um papel tão brilhante, não podem succumbir aos ataques dos barbaros do Oriente.

Pensei em fundar-se uma liga internacional anticomunista, na qual participariam todos os que, nos diferentes povos europeus, estão dispostos a baterem-se contra as doutrinas dissolventes da Russia.

Na unidade dos esforços e no respeito reciproco dos povos que venham a fazer parte da mesma Liga, residirá, a meu ver, a força que deverá esmagar o comunismo.

Rogo pois a V.Ex^a, se digne informar-me, se a Alemanha está disposta a colaborar na referida Liga internacional, o modo porque entende poder faze-lo, e em caso afirmativo designar quais os delegados com quem deverei entender.

Com a mais alta consideração
Sou de V.Ex^a


José Gonçalves d'Andrade
Tenente G.Fiscal



O ministro da Alemanha com as individualidades portuguesas condecoradas com a nova Ordem alemã, Olímpica. [Identificados no álbum:] Barão Hoyningen-Huene; Martinho Gonçalves; João Formosinho Simões; engenheiro Ernesto Navarro; Armando Brito; Dario Canas; dr. César de Melo; Carlos Farinha; dr. José Pontes; Vasco Ribeiro; engenheiro Nobre Guedes; Guilherme Salgado; Teotónio Pereira; Mário de Noronha; dr. Cristiano de Sousa; comandante Henrique Tenreiro.

Data: 1937

Fonte: Digitarq

(Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0044/1038L)